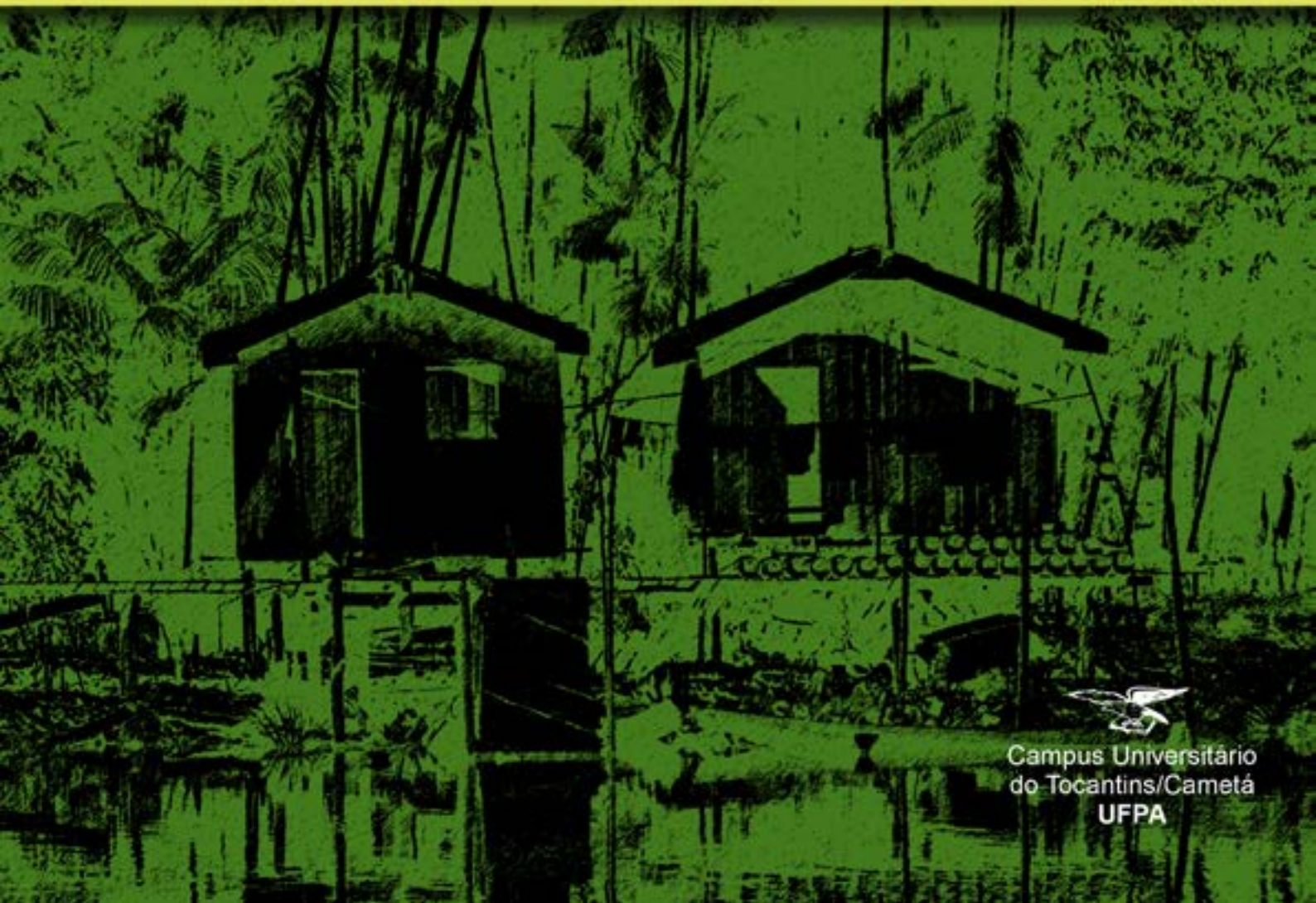


# EGUEAM

*ENCONTRO DE GEOGRAFIA URBANA E ENSINO INCLUSIVO  
DE GEOGRAFIA NA AMAZÔNIA.*

## CAMETÁ-AMAZÔNIA-BRASIL

*A GEOGRAFIA EM DEBATE: QUESTÕES ATUAIS SOBRE A CIDADE,  
O URBANO E O ENSINO INCLUSIVO DE GEOGRAFIA NA AMAZÔNIA.*



Campus Universitário  
do Tocantins/Cametá  
**UFPA**





# EGUEAM

CAMETÁ-AMAZÔNIA-BRASIL





## UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Emmanuel Zagury Tourinho  
Reitor

Gilmar Pereira da Silva  
Vice-Reitor

## CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO TOCANTINS/CAMETÁ

Doriedson Rodrigues  
Coordenador do Campus

José Domingos Fernandes Barra  
Vice-Coodenador do Campus

## FACULDADE DE GEOGRAFIA (FAGEO)

Marcel Ribeiro Padinha  
Diretor

Campus Universitário do Tocantins/Cametá  
Trav. Pe. Antonio Franco, 2617, Matinha  
CEP 68400-000 Cametá-Pará  
Fone: (91) 3781-1182  
E-mail: [cameta@ufpa.br](mailto:cameta@ufpa.br)  
<http://www.campuscameta.ufpa.br>

# EGUEAM

## CAMETÁ-AMAZÔNIA-BRASIL

Marcel Ribeiro Padinha (Org.)



Campus Universitário  
do Tocantins/Cametá  
**UFPA**

ORGANIZADORES DO EVENTO

Marcel Ribeiro Padinha  
José Carlos da Silva Cordovil  
Mário Júnior de Carvalho Arnaud  
Rosivanderson Baía Corrêa  
Wellington Morais Ferreira

EDITORES DA PUBLICAÇÃO

Amélia Regina Batista Nogueira  
Isaque dos Santos Sousa  
José Aldemir de Oliveira  
José Camilo Ramos de Souza  
Marcel Ribeiro Padinha  
Susane Patrícia Melo de Lima  
Tatiana da Rocha Barbosa]

SECRETÁRIA EXECUTIVA

Gilvane de Jesus da Silva Rodrigues  
Mateus Garcia da Cruz  
Leonardo do Socorro do Carmo Sanches

PROJETO GRÁFICO, DIAGRAMAÇÃO E CAPA

Yapuã Comunicação

REALIZAÇÃO

Universidade Federal do Pará  
Campus Universitário do Tocantins/Cametá  
Faculdade de Geografia

APOIO

FAPESPA / Governo do Pará

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**

---

P123e Padinha, Marcel Ribeiro  
Eguateam: Cametá, Amazônia, Brasil. / Marcel Ribeiro  
Padinha, organizador. – Cametá, PA: Campus Universitário do  
Tocantins/Cametá-UFPA, 2017.  
196p.  
Modo de acesso: Word Wide Web  
ISBN 978-85-63287-36-6  
1. Geografia. 2. Evento. 3. Amazônia. I. Padinha, Marcel  
Ribeiro (Org.). I. Título.

CDD 913

---

# Apresentação

Desde o ano de 2012 existe o EGUEAM – Encontro de Geografia Urbana e Ensino Inclusivo de Geografia na Amazônia. O referido evento científico se propõe discutir sobre as questões relacionadas ao processo de urbanização do Brasil e da Amazônia, junto a grandes profissionais de referência para a ciência geográfica. Profissionais de reconhecimento regional e nacional. Os debates que envolvem o EGUEAM tratam sobre as condições de vida nas cidades amazônicas e como tem sido pensado o desenvolvimento urbano-regional. Além do fato de buscar refletir sobre o Ensino de Geografia na(s) Amazônia(s), em seus diversos e específicos níveis de formação, desde uma Geografia Escolar até uma Renovada Geografia acadêmica. Vale lembrar que nas últimas décadas essa importante região tem recebido maior atenção, não apenas do governo brasileiro, frente às questões ambientais que envolvem a conservação dos seus recursos naturais, mas inclusive de organismos internacionais. Sendo urgente a necessidades de se estabelecer diálogos e reflexões mais amplos sobre sua condição urbana e o ensino de geografia.

O EGUEAM é um encontro de caráter regional, mas que vem se consolidando a nível nacional, pois tem como proposta refletir as questões urbanas e de ensino de Geografia partindo dos problemas que dizem respeito à região amazônica, fazendo articulações com as problemáticas nacionais. Desta forma tem envolvido em seus espaços de diálogos, conferências e apresentação de trabalhos, pesquisadores da área de Geografia reconhecidos regional, nacional e internacionalmente por suas pesquisas e comprometimento com a problemática urbana e do ensino de suas regiões, bem como do Brasil. O EGUEAM, em sua primeira e segunda edição, refletiu sobre as políticas urbanas para a região amazônica, trazendo ao debate propostas que poderiam contribuir para respaldar as Políticas Públicas que, por ventura, poderiam contribuir para o desenvolvimento regional. Dessas reflexões resultaram publicações em outros eventos, revistas etc, contribuindo assim com o desenvolvimento das pesquisas de Graduação e Pós-Graduação na Amazônia.

No que diz respeito ao ensino de Geografia, o EGUEAM pôs em evidência as questões do ensino, demonstrando que a geografia escolar tem como um de seus objetivos, levar o aluno a pensar sua região como seu lugar vivido, que deve ser compreendido a partir de suas características, culturais, ambientais, econômicas e sociais. As discussões sobre o ensino de Geografia foram encaminhadas no sentido de que a Geografia, enquanto disciplina escolar deve discutir com os alunos as questões urbanas e ambientais que envolvem o mundo, o Brasil e particularmente a região amazônica. Neste sentido, o terceiro encontro é importante porque trará a oportunidade para os pesquisadores, professores, alunos de graduação e pós-graduação a dar continuidade aos debates que envolvem as pesquisas no Amazonas no intuito de contribuir ainda mais com a formação acadêmica dos participantes bem como com as articulações com pesquisadores de outras instituições de pesquisa e ensino, fortalecendo assim os grupos de pesquisas, os cursos de Geografia das instituições de ensino, colocando em evidência a importância da Geografia nas políticas de desenvolvimento regional.

A primeira edição ENCONTRO DE GEOGRAFIA URBANA E ENSINO INCLUSIVO DE GEOGRAFIA NA AMAZÔNIA, fora realizada em Parintins-AM, no período de 28 de maio a 01 de junho de 2012. Na ocasião o evento esteve sob a responsabilidade do Departamento de Geografia do Centro de Estudos Superiores da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, na referida cidade. O evento contou com a presença e o apoio de professores da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, Universidade Federal do Pará – UFPA, Universidade Federal de Uberlândia – UFU, Universidade de São Paulo – USP e Universidade Estadual Paulista, campos de Rio Claro-SP. No ano de 2014 o evento aconteceu no mês de outubro na capital do Amazonas. Sendo desta vez, viabilizado pela Universidade do Estado do Amazonas, UEA-Manaus.

O EGUEAM veio para se firmar como um importante canal para o diálogo entre pesquisadores da Amazônia, tornando-se um espaço capaz de comportar as reflexões e debates sobre questões urbano-regionais e sobre do ensino de Geografia na Amazônia brasileira, inclusive a partir de uma perspectiva inclusiva. Além da manutenção da periodicidade do EGUEAM, vislumbra-se ainda mantê-lo enquanto um evento itinerante, percorrendo cidades onde há cursos de Geografia na região amazônica, explorando assim a rica diversidade socioambiental amazônica. A edição de 2016 buscou manter o nível de excelência dos debates e das apresentações de trabalho e, procurou concretizar um antigo desejo dos organizadores do evento, ter uma publicação. A presente publicação, portanto, aborda sobre múltiplas questões que envolvem o processo de urbanização; sobre as condições de vida nas cidades amazônicas e; sobre o desenvolvimento urbano-regional; bem como, dar merecida atenção ao ensino de Geografia.

Pensar as cidades amazônicas e o ensino de Geografia pressupõe que se considerem seus sistemas econômicos, políticos e sociais. A análise da paisagem, do território e da região na Amazônia, deve considerar os distintos ambientes existentes, a memória que se constituiu ou se desfaz, nesse processo de reprodução socioespacial das cidades grandes ou pequenas, ribeirinhas ou não, ligadas à floresta e aos seus recursos, ou ainda, associadas e exploradas pela força do capital. A partir desta perspectiva, nasce esta publicação. Objetivando estabelecer análises e proposições à ciência geográfica, capazes de garantir uma formação mais cidadã e com responsabilidade socioambiental, valorizando a história regional e a memória local, contribuindo assim para a formação de professores de Geografia e de Geógrafos mais conscientes e comprometidos com bandeiras ligadas à defesa da humanidade e do meio em que se vive.

O EGUEAM em sua terceira edição, intitulado de EGUEAM-CAMETÁ-AMAZÔNIA-BRASIL buscou discutir questões pertinentes ao ensino de geografia (inclusive o ensino inclusivo de Geografia) e à formação de cidadãos conscientes de sua participação/ contribuição para os problemas de ensino e pesquisa na Amazônia brasileira, a partir do debate com importantes interlocutores das áreas da Geografia Urbana e do Ensino de Geografia, da Amazônia e do Brasil, tendo como referência, questões relacionadas às problemáticas do urbano e do ensino de geografia na região. Com o tema “*A GEOGRAFIA EM DEBATE: Questões atuais sobre a cidade, o urbano e o ensino inclusivo de Geografia na Amazônia*” o Curso de Geografia da Universidade Federal do Pará – Campus de Cametá tem o prazer de apresentar a comunidade geográfica o resultado das discussões realizadas na cidade de Cametá-Pará, Amazônia brasileira, entre os dias 15 a 17 de setembro de 2016. Os artigos aqui presentes são uma pequena contribuição para a construção de uma Geografia Amazônica renovada e autônoma em pensamento, que certamente será construída a partir de uma série de críticas, análises (e contra-análises) e contribuições vindas de distintos territórios acadêmicos do Brasil. Por mais publicações como estas! Por mais “EGUEAMS”! Vida longa a produção Geográfica Amazônica.

*Marcel Ribeiro Padinha*  
Geógrafo, Mestre em Geografia Humana,  
doutorando em Geografia UNESP-PPB

Cametá, 07 de dezembro de 2016.



# Sumário

- 11 Apresentação dos artigos
- 17 Os Grandes Projetos na Amazônia e a Negação do Direito Geral da Personalidade e do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana: O (Contra) Exemplo de Belo Monte.  
*Andréa da S. B. Padinha, Marcel R. Padinha*
- 35 São José de Macapá: Vila planejada e inversa no processo de produção das fronteiras da Amazônia setentrional colonial  
*Marcelus Clei da Silva Buraslan, Romário Valente Santos*
- 47 A (re)produção do espaço na RMM: As dinâmicas imobiliárias como expressão da nova realidade metropolitana em Iranduba-AM  
*Eduardo Henrique Freitas Braga, Isaque dos Santos Sousa  
Susane Patrícia Melo de Lima*
- 59 O papel da Prelazia do Xingu na constituição dos movimentos sociais e na formação de lideranças no território da Transamazônica-PA  
*Juliete Miranda Alves, Ramonildes Alves Gomes*
- 75 Extensão universitária em uma cidade histórica na Amazônia: A experiência dos Roteiros Geo-Turísticos na cidade de Cametá-PA  
*José Carlos da Silva Cordovil, Valbeci Alves Cabral  
Rafael Williams Farias Mendes, Jefson Jhony Tavares Farias  
Karolina Guimarães dos Santos, Janilson Cruz do Carmo  
Adriane Souza da Silva, Luiz Henrique Nascimento Pereira*
- 85 Extensão universitária no curso de Geografia: Uma abordagem sobre o Projeto “Roteiro Geo-Turístico” na formação acadêmica dos alunos de Geografia no Campus de Cametá  
*Karolina Guimarães dos Santos, José Carlos da Silva Cordovil*
- 93 A cidade no ensino da Geografia a partir da música  
*Eluana Carvalho da Silva, Amélia Regina Batista Nogueira*
- 103 As relações cidade-campo na cidade de Altamira-PA: Transformações a partir da Feira da Brasília  
*Rovaine Ribeiro, Josefa da Silva Lima*
- 109 O ensino de Geografia: Estratégias metodológicas para se trabalhar com o tema “A nova ordem mundial”  
*Benedito Fernando Farias Cardoso, Lucivaldo Teles Viana  
Marcel Ribeiro Padinha*

- 117 Geografia e Arte: Artes plásticas como recurso didático no ensino de Geografia 6º ano do Fundamental na Escola Estadual Gentil Belém  
*Jeise do Carmo Bruno Soares, José Camilo Ramos de Souza*
- 129 A centralidade da festa: Festival Folclórico de Parintins-AM  
*Valdilene Siqueira de Souza*
- 137 A música como ferramenta para uma aula de Geografia  
*Eluana Carvalho da Silva, Edgard Soares da Silva*
- 147 Corrida de orientação e suas implicações no ensino de Geografia  
*Geisilane Tavares de Oliveira, Crizan Graça de Souza  
Carmen Lourdes Freitas dos Santos Jacaína*
- 155 Práticas de ensino de Geografia: reflexões acerca do papel e importância da ciência geográfica na construção da cidadania no Ensino Fundamental  
*Maria Elizangela Reis da Silva, Elayne Maria Furtado Batista*
- 163 Ações do estado e ações do capital: Perspectivas da reestruturação espacial na Região Metropolitana de Manaus, em Iranduba/AM  
*Flavio Pereira Bomfim Filho, Susane Patrícia Melo de Lima  
Isaque dos Santos Sousa*
- 173 Percepção e ambiente: O lugar e a paisagem na percepção dos estudantes do Ensino Fundamental da comunidade de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (Tefé-AM)  
*Rondinelly Pereira de Souza, Amélia Regina Batista Nogueira*
- 183 O ensino inclusivo de Geografia nas escolas de Ensino Fundamental maior no município de Igarapé-Miri  
*Rayanni Corrêa Cabral*



# Apresentação dos Artigos



O trabalho intitulado “**SÃO JOSÉ DE MACAPÁ: vila planejada e inversa no processo de produção das fronteiras da Amazônia setentrional colonial**”, de Buraslan e Santos apresenta uma discussão teórica sobre o planejamento urbano associado ao contexto de defesa dos limites de fronteira na Amazônia setentrional colonial – Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751) – com ênfase na fundação da Vila de São José de Macapá (1758), como suporte para a construção da Fortaleza de São José de Macapá (1764-1782). Como o objetivo central visa demonstrar que o planejamento institucional e urbano da fundação da vila de São José de Macapá não seguiu a mesma lógica de militarização evidenciada pela fundação das vilas do litoral sul e norte do Brasil, como no caso do Rio de Janeiro (RJ), São Luiz (MA) e Belém (PA). Enquanto essas vilas surgiram a partir da fundação das suas fortificações, na vila de Macapá o processo se deu de forma inverso. A vila deu origem ao forte, que foi construído para impor os limites de fronteira, na época, ameaçados por intrusos estrangeiros.

Já o trabalho de Braga, Sousa e Lima, “**A (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA RMM: as dinâmicas imobiliárias como expressão da nova realidade metropolitana em Iranduba-Am**”, traz uma reflexão sobre o mercado imobiliário, visto como produto e produtor da valorização da terra, um dos principais elementos da dinâmica urbano-metropolitana. Para os autores, na Região Metropolitana de Manaus (RMM) esta condição tem se manifestado intensamente ao longo da Rodovia Manuel Urbano (AM-070), estrada que liga Manaus aos municípios de Iranduba e Manacapuru, situados na “borda-sul” (que também compreende o Careiro da Várzea, porém a este o acesso a este é apenas via fluvial). O artigo apresenta uma análise da dinâmica imobiliária ao longo da estrada levando em consideração todos os seus níveis (de pequenas propriedades de terra a grandes empreendimentos privados) e mostra como está distribuída no recorte espacial, também discutindo acerca do processo de metropolização e seus desdobramentos no recorte.

Em seu texto, Alves e Gomes tratam sobre o “**PAPEL DA PRELAZIA DO XINGU NA CONSTITUIÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E NA FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS NO TERRITÓRIO DA TRANSAMAZÔNICA-PA**”. As autoras buscam demonstrar que as condições históricas em que emergem os movimentos sociais na Transamazônica-PA. É no contexto de abandono do Estado brasileiro ao Projeto de Colonização Dirigida que despontam vários movimentos sociais e sindicatos de classe, buscando, ao mesmo tempo, direitos básicos como saúde, educação, transporte dentre outros. O objetivo principal é demonstrar o papel exercido pela Igreja Católica através da Prelazia do Xingu na constituição dos movimentos sociais na Transamazônica e na formação das lideranças, a partir da compreensão que a adesão e o engajamento dessas lideranças e sua formação inicial, são fundados nos momentos de reuniões, mobilizações, reivindicações e reconhecimento da Transamazônica como território de pertencimento.

O capítulo intitulado “**EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM UMA CIDADE HISTÓRICA NA AMAZÔNIA: a experiência dos Roteiros Geo-Turísticos na cidade de Cametá-PA**” traz a experiência de uma prática extensionista, relacionada à concepção de turismo alternativo, como estratégia de valorização da memória sócioespacial em uma cidade histórica na Amazônia, onde se destaca a cidade de Cametá no Estado do Pará, exemplo de uma realidade espacial ribeirinha. Nesse sentido, tendo como foco a implantação das atividades de extensão promovidas pelo Projeto “Roteiros Geo-turísticos na cidade de Cametá”, da Faculdade de Geografia do Campus Universitário do Tocantins/Cametá, sob a coordenação do professor José Carlos da Silva Cordovil, o trabalho se remete às ações referentes ao projeto, procurando destacar suas contribuições. Através dos roteiros realizados os alunos integrantes do projeto e os participantes dos roteiros tem oportunidade de conhecer sobre a formação histórica e territorial da cidade de Cametá, possibilitando do mesmo modo uma reflexão sobre as transformações mais recentes na organização espacial local, especialmente no centro histórico da cidade.

Já o artigo de Santos e Cordovil, chamado “**EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO CURSO DE GEOGRAFIA: uma abordagem sobre o projeto ‘Roteiro Geo-Turístico’ na formação acadêmica dos alunos de geografia no campus de Cametá-PA**” tem como temática principal a formação e extensão universitária, tendo como objetivo analisar a formação acadêmica voltada aos alunos do Curso

de Licenciatura em Geografia no Campus Universitário de Cametá, através de ações extensionistas. Dessa maneira, o trabalho dá ênfase ao Projeto de Extensão “Roteiros Geo-turísticos na cidade de Cametá”, que além de trabalhar ações voltadas para a valorização do potencial turístico local, busca articular ações de ensino, pesquisa e extensão através da participação dos alunos nas atividades do projeto. Através do levantamento e de análise bibliográfica e documental é abordada a temática da formação acadêmica, além da importância das ações extensionistas no âmbito da universidade

Silva e Nogueira trazem o resultado de uma experiência em sala de aula na disciplina de Geografia, realizada na Escola Estadual Cecília Ferreira da Silva localizada em Manaus, estado do Amazonas, junto a alunos do segundo ano do ensino médio. O título do trabalho é “**A CIDADE NO ENSINO DA GEOGRAFIA A PARTIR DA MÚSICA**” que tem por objetivo, compreender como a cidade é representada na música: “Cidadão” do cantor e compositor - Zé Ramalho. As reflexões sobre as leituras e interpretações musicais e a participação dos alunos faz com que as autoras defendam a potencialidade da música como ferramenta de ensino, contextualizada com o espaço de vivência que é a cidade.

O trabalho de Ribeiro e Lima trata sobre “**AS RELAÇÕES CIDADE-CAMPO NA CIDADE DE ALTAMIRA-PA: transformações a partir da Feira da Brasília**”. Segundo as reflexões das autoras, a urbanização na Amazônia produziu, em diferentes períodos, distintos padrões de urbanização. Nesse sentido, essas diferentes formas do processo de urbanização, na região e na cidade de Altamira, cidade do sudoeste do estado do Pará, foram conformadas, ao longo do tempo, por distintos elementos e agentes, que marcaram sua forma, sua função, sua estrutura e seus processos. Neste sentido, buscam as autoras compreender em que medida as relações cidade-campo em Altamira tiveram seu conteúdo alterado, visto que, em princípio, os diferentes sujeitos, em diferentes momentos do processo de urbanização, contribuíram para a produção de diferentes conteúdos da cidade. Desta maneira a requalificação urbana é um dos elementos que contribuiu para a mudança na relação campo-cidade através da “Feira da Brasília” em Altamira.

O trabalho de Cardoso, Viana e Padinha traz ao debate reflexões sobre o ensino de Geografia, a partir de uma reflexão sobre as práticas metodológicas usadas ou não pelos educadores em sala. O título do artigo é “**ENSINO DE GEOGRAFIA: Estratégia(s) metodológica para se trabalhar com o tema ‘A Nova Ordem Mundial’**”. Segundo os autores, o processo de ensino e aprendizagem no Brasil vem passando por várias transformações e o ensino de Geografia, ciência que nas últimas décadas tem vivido diversas reformulações não é diferente. Diante deste contexto, desenvolve-se um artigo com objetivo de apresentar estratégias metodológicas para se trabalhar com a temática “A Nova Ordem Mundial” nas aulas de geografia. O presente trabalho busca dar subsídios teóricos e práticos ao ensino de Geografia, uma vez que as metodologias apresentadas auxiliarão os professores da educação básica do município de Cametá-PA na elaboração de suas aulas, tornando-as mais dinâmicas e proveitosas.

Na mesma linha, a do Ensino de Geografia, o trabalho de Soares e Souza “**GEOGRAFIA E ARTE: artes plásticas como recurso didático no ensino de geografia 6º ano do fundamental na escola estadual Gentil Belém**” buscar tratar a geografia e a arte plástica como espaços de diálogos para o ensino e a aprendizagem de conteúdos geográficos em sala de aula. O trabalho propõe ainda compreender a possibilidade de utilização das artes plásticas no ensino de geografia como um recurso didático gerador de reflexão e compreensão de conteúdos trabalhados em sala. Tem, por fim como objetivo possibilitar ao aluno leituras geográficas e graficamente projetadas nas telas pelos artistas plásticos, no sentido da interação e compreensões de momentos e espaços-temporais projetados em cada obra apresentada nas aulas de geografia. O capítulo mostra o interesse de utilizar artes plásticas como um instrumento de apoio ao ensino de geografia, junto a alunos do 6º ano do ensino fundamental em uma escola pública de Parintins-Am.

O artigo de Souza sobre “**A CENTRALIDADE DA FESTA: festival folclórico de Parintins-Am**” trata sobre o 51º Festival Folclórico de Parintins, festa realizada durante o mês de junho, que altera a dinâmica da cidade, que passa por uma modificação em função desse momento, uma centralidade temporária, portanto, dessa forma, objetivo do trabalho é analisar a dinâmica urbana de Parintins

durante os dias do Festival, identificando as centralidades durante os três dias do evento, caracterizando as áreas identificadas como centralidade e comparando se as centralidades permanecem após esse período festivo da cidade de Parintins-AM. O critério de identificação da centralidade da festa foi à dinâmica dos fluxos relacionados ao comércio, serviços e circulação de pessoas, centralidade temporária da festa impulsionadora de dinâmica urbana outra ao espaço que envolve circulação de pessoas, comércio e serviços.

O artigo de Silva e Silva sobre **“A MÚSICA COMO FERRAMENTA PARA UMA AULA DE GEOGRAFIA”** retoma o debate e as reflexões sobre a prática de ensino de Geografia. O trabalho mostra como a música pode ser uma ferramenta em sala de aula. O professor de Geografia com a ajuda da mesma pode ministrar uma aula, tanto para os alunos do nível fundamental como do nível médio, oportunizando o aprendizado de temas relativos à natureza, espaço, clima, ambiente, regiões, dentre outros. A partir da utilização de músicas, além do aprendizado do que a letra diz, o ritmo musical pode aflorar a sensibilidade do aluno que é despertado ao mundo sensorial e subjetivo. Como maneira de demonstrar o poder da música em sala, os autores usam exemplos de três músicas e respectivas atividades que podem ser trabalhadas com os discentes nas aulas de geografia, tendo a certeza que a “canção” constitui-se enquanto importante ferramenta no processo de ensino aprendizagem.

Saber localizar-se no espaço é uma condição básica para o ser humano. Cabe ao ensino de geografia sistematizar esse conhecimento por meio da alfabetização cartográfica que direciona o aluno a ter conhecimentos básicos para localizar-se no espaço. Porém, essa temática nem sempre é trabalhada na escola de modo a fornecer subsídios para esse entendimento. O trabalho de Oliveira, Souza e Jacaúna, cujo título é **“CORRIDA DE ORIENTAÇÃO E SUAS IMPLICAÇÕES NO ENSINO DE GEOGRAFIA”** traz importantes contribuições nesta linha. Essa atividade, a corrida espacial, foi favorável aos estudantes que tiveram a oportunidade de percorrer uma determinada distância em um local desconhecido, obrigando-os a passar por determinados pontos no terreno, por meio do uso da bússola e do mapa. Essa prática estimulou o espírito de equipe e propiciou instantes preciosos de descoberta e conhecimento dos elementos norteadores essenciais desta atividade extraclasse em espaços não formais de aprendizagem. O resultado obtido foi significativo e favoreceu a aprendizagem dos estudantes no que tange aos conhecimentos cartográficos.

Ainda sobre prática de ensino em Geografia, Silva e Batista trazem uma importante contribuição. Em seu trabalho **“PRÁTICAS DE ENSINO DE GEOGRAFIA: Reflexões acerca do papel e importância da ciência geográfica na construção da cidadania no ensino fundamental”** as autoras realizam uma abordagem conceitual e análise reflexiva acerca da geografia escolar, a partir da compreensão da sociedade em que estamos inseridos, através do ensino de geografia na educação básica. Esta ciência é imprescindível e fundamental para a formação de um cidadão crítico, tendo em vista não somente formar-educar, mas também auxiliar na mudança e na compreensão do espaço em que vivemos e tornar mais atentos ao mundo. Faz-se necessário, não obstante, a reflexão e o diálogo, na construção dos conhecimentos geográficos (e no ambiente escolar), para se entender o papel e a importância da geografia para a vida dos alunos e, para a construção de uma perspectiva de mundo mais cidadã.

O trabalho de Bomfim Filho, Lima e Sousa, chamado **“AÇÕES DO ESTADO E AÇÕES DO CAPITAL: Perspectivas da reestruturação espacial na região metropolitana de Manaus, em Iranduba/AM”** retoma, em grande estilo o debate sobre a Geografia urbana. O capítulo aponta as ações do estado e do capital na reestruturação espacial da Região Metropolitana de Manaus/RMM, considerando neste recorte, o município de Iranduba. A Região Metropolitana de Manaus passa por processos espaciais que reestruturam sua configuração em decorrência dos processos de urbanização e de metropolização, no caso específico do município de Iranduba, a forma de ocupação se dá em meio a espaços de baixa densidade, com pouca infraestrutura metropolitana, e que perpassam por ações que estabelecem outras espacialidades, quando da transformação da paisagem rural a paisagem urbana. Assim, o objetivo do trabalho é o de analisar a reestruturação do espaço a partir do município de Iranduba, reestruturação esta que conta com ações de iniciativa pública e privada. Aqui se apontam as ações do



estado e do capital, considerando-se que é a partir das ações do Estado que são criadas as condições necessárias aos investimentos do Capital, representando estes agentes, pilares fundamentais no processo de urbanização e metropolização que se dá a partir da dinâmica impulsionadora de Manaus.

Já o trabalho de Souza e Nogueira, intitulado “**PERCEPÇÃO E AMBIENTE: o lugar e a paisagem na percepção dos estudantes do Ensino Fundamental da comunidade de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (Tefé-AM)**”, traz ao debate a Fenomenologia novamente. A pesquisa, ainda em andamento, está sendo realizada no município de Tefé – AM, na comunidade de várzea de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, localizada na Margem Direita do rio Solimões. Os alunos das Comunidades veem a educação como de fundamental importância para os tornarem agentes transformadores da sociedade e, a partir do ensino, estes entendem que podem ajudar seus pais, familiares e a própria comunidade na construção de uma perspectiva mais justa socialmente em relação ao futuro. O objetivo do presente artigo é compreender o lugar e a paisagem na percepção ambiental dos estudantes do Ensino Fundamental, a partir do método da Fenomenologia e das categorias Percepção Ambiental, Paisagem e Lugar.

Fecha o livro, a partir da perspectiva do ensino de Geografia, a importante pesquisa realizada por Cabral. Com o título “**O ENSINO INCLUSIVO DE GEOGRAFIA NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL MAIOR NO MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-MIRI**”. A pesquisa aborda o ensino de geografia para portadores de necessidades educacionais especiais no município de Igarapé-Miri/PA, te, para tanto, busca analisar como o trabalho docente, estar sendo oferecido aos alunos especiais. A autora relata as metodologias utilizadas pelos professores de geografia, visando facilitar o processo ensino aprendizagem dos educandos, assim como, enfatizar a relação da educação geográfica com educação inclusiva. Buscando, com isso descrever história de discentes inclusivos e registrar as dificuldades por eles vividas para que de alguma maneira pensar, no desenvolvimento de metodologias que venham ajudar no contexto educativo. Assim, o trabalho visa analisar e descrever a educação inclusiva no campo geográfico no município de Igarapé-Miri/PA, nas escolas de ensino fundamental maior do município, enfatizando, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Aristóteles Emiliano de Castro, escola que atende os alunos portadores de necessidades especiais no referido município.

*Professor Marcel Ribeiro Padinha, Geógrafo*

Mestre em Geografia Humana,  
Doutorando UNESP/Presidente Prudente



# Artigos

# OS GRANDES PROJETOS NA AMAZÔNIA E A NEGAÇÃO DO DIREITO GERAL DA PERSONALIDADE E DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA: O (CONTRA) EXEMPLO DE BELO MONTE.

Andréa da S. B. Padinha  
Marcel R. Padinha

## Resumo

O referido artigo trata da proteção da pessoa humana no que concerne aos direitos de personalidade, diante dos pressupostos ligados ao princípio da dignidade humana. Diante disso é importante ressaltar que o presente trabalho busca analisar através de fatos concretos a violação dos direitos, ligados à integridade moral das pessoas que foram atingidas pela construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte no Estado do Pará, mostrando assim, o quanto está sendo negligenciado, ou negado, o direito à pessoa humana. E por fim, pretende-se com este trabalho demonstrar o quanto a dignidade humana está relacionada à proteção dos direitos de personalidade. A pesquisa que possibilitou a elaboração deste trabalho deu-se a partir do levantamento bibliográfico e documental.

Palavras-chave: Dignidade Humana; Direitos de Personalidade; integridade moral; Violação de Direitos; Amazônia; Belo Monte.

## INTRODUÇÃO

A Amazônia brasileira, ao longo dos últimos 50 anos vem passando por transformações intensas. O número de cidades, o quantitativo populacional e a degradação do meio ambiente, a partir da prática de desmatamento e queimadas, expressam um crescimento conturbado desta região do Brasil. Como fruto deste processo de ocupação territorial acelerado, tivemos a multiplicação de casos ligados aos conflitos sociais, casos estes que caminham, dentro de um determinado modelo de desenvolvimento (ou seria desenvolvimentismo?), de mãos dadas com a implantação de Grandes Projetos extrativo-industrial, agropecuários e minero-metalúrgicos voltados para o atendimento da demanda do mercado nacional e, principalmente, internacional.

Estudiosos da Amazônia, como a geógrafa Bertha Becker, por exemplo, afirmam existir um modelo exógeno e endógeno para a região desde o período colonial da história brasileira que, embora tenha se atualizado em alguns aspectos em relação ao passado, se mantém no concernente a sua característica fundamental, qual seja, a de preparar o território, por meio da exploração de seus recursos naturais e de sua força de trabalho (seja esta da região ou importada) para a exploração em ritmo acelerado dos recursos potenciais, do solo, dos rios, e da floresta por parte de agentes econômicos externos ou possuidores de interesses externos a região. Em resumo, o Estado brasileiro e o grande capital que atuam na Amazônia, desde os anos 50 do século XX pelo menos, a enxergam como um grande baú, não só do Brasil, mas do mundo, destinado ao saque de seu conteúdo (de suas riquezas, humanas inclusive). Conteúdo esse expresso por sua biodiversidade e sua sociodiversidade.

O presente artigo pretende tratar deste panorama de conflitos de natureza “socioambiental”, buscando demonstrar que, atrelado a um ritmo de crescimento e ocupação intensivos da porção norte



do país, existe todo um histórico de negação de direitos sociais básicos a humanidade. Almeja-se mostrar aqui, que a infraestrutura (estradas, portos, ferroviários) e o financiamento dos Grandes Projetos na Amazônia, frutos em boa parte dos investimentos do Estado Brasileiro, foram feitos em desacordo com os princípios que buscam a valorização/valoração da dignidade da pessoa humana. Para tanto, a partir da metodologia civil-constitucional, pretende-se debater, a partir de alguns exemplos-casos, situações de total desrespeito e negligência ou mesmo, negação, no que se refere à garantia dos direitos fundamentais, em especial aos direitos da personalidade.

A Teoria Geral do Direito da Personalidade afirma que não se pode individualizar a proteção da personalidade, e nem condicionar a proteção da pessoa a direitos previamente tipificados. A partir da admissão de uma cláusula geral busca-se garantir a proteção da personalidade, nas mais diversas situações em que há risco à dignidade da pessoa humana. Esta ação fez (e faz) com que haja maior efetividade na proteção da pessoa. Em nosso país, a cláusula geral que permite a proteção da pessoa em todas as situações necessárias é o princípio da Dignidade Humana. Este, além de ser um valor fundamental pleiteado durante anos de luta e adquirido na constituição de 1988, compreende a extensão de todos os direitos necessários para o desenvolvimento da personalidade.

O objeto da pesquisa é um Grande Projeto, de viés desenvolvimentista, que está sendo construído desde o ano de 2011 no Estado do Pará, a Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Obra marcada por muitas polêmicas, acadêmicas e jurídicas inclusive, e que, por isso será analisada aqui. A questão norteadora do artigo é: *os Grandes Projetos, tocados pelo Estado brasileiro e pelo grande capital na Amazônia, desrespeitam ou mesmo desconsideram a dignidade da pessoa humana?*

A análise de um conjunto de casos sobre Belo Monte, e a atenção à constituição e ao ordenamento jurídico do Brasil, irá nos ajudar a responder e, ao mesmo tempo, pensar sobre esta questão.

## **2 – DIREITOS HUMANOS, DIREITOS FUNDAMENTAIS, DIREITOS DA PERSONALIDADE**

Por mais incrível que possa parecer, as discussões e preocupações sobre os direitos da pessoa humana são relativamente recentes. Estão ligados ao contexto de grande comoção universal e estaremcimento global provocado, aos olhos do mundo, pela Segunda Grande Guerra. O extermínio de milhões de pessoas e a destruição de dezenas de cidades e das condições econômicas de muitos países no mundo levou a humanidade a debater e pensar rumos novos e de valor universal, no que tange a temática da defesa e garantia dos direitos da pessoa humana. Os direitos humanos, como expressão da criação de direitos básicos e universais se consolidam neste momento da história dos homens no mundo.

Devemos entender por Direitos Fundamentais os direitos humanos que foram reconhecidos por determinada ordem jurídica positiva. Trata-se, portanto de um conceito de abrangência mais restrita do que o Direitos Humanos, tendo em vista que a noção de direitos do ser humano possui em seu cerne o conjunto de direitos ideais que resultam da própria condição humana, e que por isso foram reconhecidos internacionalmente, devendo ser o parâmetro para o qual as demais espécies de documentos normativos devem se guiar.

É importante ressaltar que no entendimento dos operadores do Direito, os direitos humanos são direitos válidos para todos os povos e em todos os tempos, enquanto que os direitos fundamentais seriam garantidos e limitados espaço-temporalmente. Faz-se importante esclarecer ainda, que muitos dos direitos fundamentais são direitos da personalidade, mas nem todos os direitos fundamentais são direitos de personalidade, já que destes últimos devem ser excluídos os de matiz político e aqueles direitos a prestações, por não serem relacionados com a dimensão existencial da subjetividade humana.

Fato é que, há uma consolidação do que seja os Direitos Humanos no mundo no pós-Segunda Guerra. Consolidam-se estes a tal ponto de, nos países e, a partir de seus respectivos ordenamentos jurídicos, serem sistematizados normativas acerca do que seria o fundamental ao ser humano. O desafio aqui foi manter a autonomia dos Estados-nações em relação a sua governança dentro dos domínios territoriais de cada país, mas, ao mesmo tempo, manter uma universalidade mínima de garantia

dos direitos às sociedades, independente de seus “endereços no globo”. Esta linha reflexiva levou o Estado brasileiro, a pensar e garantir, constitucionalmente inclusive, os direitos fundamentais dos cidadãos que moram no País.

A intervenção direta do Estado nas relações de direito privado não corresponde à sobreposição do direito público em relação ao direito civil, como defendem e temem alguns. Ao contrário, a perspectiva de interpretação civil-constitucional permite que sejam reconstruídos os institutos de direito civil, muitos deles defasados no que concerne a leitura/interpretação da realidade contemporânea e, por isso mesmo, relegados ao esquecimento e à ineficácia, tornando-os compatíveis com as demandas sociais e econômicas da sociedade atual.

Podemos afirmar, portanto, que, conceitos metajurídicos antes negados ou proibidos ao cientista do direito de linha positivista acabaram por forjar uma instância que pudesse conferir legitimidade teórica a um sistema jurídico. Sendo assim, não é fruto do acaso a generalização da proteção internacional dos direitos humanos e sua garantia a partir da Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948. Documento este de envergadura político-ideológica suficientemente abrangente para repercutir sobre os postulados do Direito Privado, inclusive.

Portanto, não há de se falar em separação das duas concepções (a constitucional e a civil) e sim, de integração. Quando tratamos dos Direitos da Personalidade, tratamos dos direitos objetivos e subjetivos da pessoa humana, assegurados para que esta possa defender tudo o que lhe próprio, com exceção de seu patrimônio. Direitos que podem ser pleiteados tanto por meio do Direito Constitucional quanto por meio do Direito Civil. A defesa da sua honra, da sua imagem, de seu nome, é característica de direitos da personalidade, mas, é também um preceito constitucional, tendo em vista que a lei só existe por que existe o homem, o homem enquanto um ser social por excelência. E que, portanto deve ter resguardado perante os demais homens sua dignidade humana, sua personalidade, sua integridade.

Toda vez que a integridade de alguém é ferida ou atingida, está sendo ferido o Direito da personalidade. A integridade de uma pessoa se manifesta de maneira multidimensional, por exemplo: por integridade física devemos entender a defesa e garantia do direito à vida; por integridade moral devemos entender a defesa e garantia do direito à honra, ao seu nome; por integridade intelectual, devemos entender a defesa e garantia do direito de uma pessoa a sua livre produção artística, científica e literária, em síntese a defesa de sua livre expressão intelectual. Por meio de sua personalidade jurídica, deve o ser humano buscar a garantia de seus direitos.

O estudo do direito da Personalidade é recente no ordenamento jurídico. Começou a ser sistematizada a partir da Segunda Guerra Mundial como vimos alhures. A partir deste evento, os operadores do direito passaram a se atentar para o “ser” em relação ao “ter”. Mais importante do que assegurar o direito sobre o que a pessoa tem, é assegurar os direitos sobre o que a pessoa é. Os direitos da personalidade estão diretamente ligados à defesa da dignidade da pessoa humana. O principal objetivo das leis é defender o que o ser humano é, o foco passa a ser a defesa da dignidade da pessoa humana. Portanto, em nosso entendimento, a dignidade da pessoa humana deve ser tratada como cláusula geral que garante os direitos da personalidade.

Importante dizer que o Código Civil de 1916 não tratava sobre os direitos da personalidade. Somente a partir do código de 2002 é que este tema foi contemplado no Código Civil. Como se trata de uma discussão nova, os direitos da personalidade não são objeto de consenso. Há, por exemplo, juristas e operadores do direito que defendem que os direitos da personalidade são inatos, e como tais, independem de um ordenamento jurídico dado, em virtude de serem direitos anteriores ao estabelecimento de ordenamentos jurídicos. Este é o posicionamento dos *Jus naturalistas*, Maria Helena Diniz dentre outros, por exemplo. Todavia, para o *positivistas*, Miguel Reale dentre outros, o direito da personalidade só existem porque existem normas jurídicas, porque existem leis e dispositivos legais expressos que garantem isso em uma dada sociedade. Ou seja, onde não existir algo estabelecido como norma, os direitos da personalidade não podem ser garantidos. Mas, quais seriam as características dos direitos de personalidade?

Estes devem ser ilimitados, devem ser vitalícios. Devem concomitantemente ser indisponí-

veis. Exceto quando for do interesse do próprio sujeito o tonar, por algum motivo e por determinado tempo, disponível. Ainda sobre os direitos da personalidade, entende-se que estes se extinguem quando a pessoa morre. Porque estando morta, uma pessoa perde sua personalidade jurídica. Os direitos da personalidade são ainda imprescritíveis, irrenunciáveis e vitalícios. E por fim, os direitos da personalidade são inespiciáveis, ou seja, os direitos da personalidade não podem ser expropriados do sujeito, sendo ainda absolutos, são absolutos porque impõe a toda a coletividade, inclusive ao próprio sujeito, o direito de decidir sobre alguns aspectos relacionados à sua existência física, sua integridade física, moral e intelectual<sup>1</sup>.

Pois bem, pautados nestes preceitos teóricos (porém normativos), passemos agora a apresentação de casos (possíveis de serem) violadores do princípio da dignidade da pessoa humana e, por conseguinte, dos direitos fundamentais e de personalidade cometidos ao longo destes anos, pelo Consórcio Norte Energia, grupo econômico e empresarial responsável pela obra e também, pelo governo brasileiro, o único financiador da obra, por meio do BNDES, junto às pessoas que moram ao entorno da obra e que, portanto, são vítimas de seus impactos. É importante ressaltar que Belo Monte é tida como sendo uma obra estratégica para o país, e apresenta-se como a principal obra de engenharia do governo brasileiro na atualidade, movimentando um montante até o ano de 2016, um montante de 33 Bilhões de reais.

## 2.1 – A OBRA DE BELO MONTE COMO UM ATAQUE AOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA: O CASO DO SEU OTÁVIO E DE SUA FAMÍLIA.

Otávio das Chagas é representante da população (e da porção) ribeirinha do rio Xingu. Assim como muitos outros ribeirinhos teve que deixar sua casa, tendo em vista esta, está localizada em área a ser inundado, em virtude do barramento do rio Xingu, como uma das etapas necessárias da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. O fluxo do rio precisa ser interrompido para que assim possa ser feita de maneira tranquila toda logística de engenharia da obra. O problema é que, quando se barra um rio que possui populações que precisam deste, que o utilizam cotidianamente para tudo inclusive (sustento, imaginário e lazer), se barra concomitantemente vidas. E este processo dar-se no caminho contrário ao que se reconhece como sendo o princípio da dignidade humana.

Seu Otávio, 61 anos, pescador desde sempre, é um dos milhares de atingidos pelas obras da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte no estado do Pará, empreendimento em construção em plena Amazônia brasileira. Otávio foi forçado a deixar seu antigo lar, a beira do rio, já que seu antigo lar, o seu lar (onde estavam suas histórias, suas lembranças da criação de seus filhos, em síntese, onde estavam suas referências de vida social), se faz localizado na área diretamente afetada pela obra. Seu Otávio não tinha escolha, deveria sair, em nome do “progresso”. Carregando esposa e filhos, mudou-se para Altamira. Analfabeto e pai de filhos analfabetos, foi obrigado a assinar, sem saber o que estava assinando, uma espécie de “contrato” que versava sobre sua morte existencial.

“Otávio das Chagas tornou-se um não ser. A hidrelétrica de Belo Monte o reduziu a um pescador sem rio, um pescador que não pesca, um pescador sem remos e sem canoa. A ilha do amazônico Xingu, no Pará, onde cresceu, amou Maria e teve nove filhos não existe mais.

<sup>1</sup> (...) os direitos da personalidade consistem no direito subjetivo da pessoa de defender o que lhe é próprio, ou seja, sua identidade, honra e liberdade, dentre outros, visando a exigir um comportamento negativo dos outros (*excludendi alios*) na medida em que protegem bens inerentes, essenciais à plena existência do ser humano. Fica evidente, portanto, que o processo de assimilação da tutela da personalidade pelos sistemas jurídicos não começou no direito privado. Os direitos da personalidade têm sua origem no espaço do direito público, na categoria de direitos fundamentais individuais, inicialmente atribuídos aos indivíduos contra o Estado, a fim de preservá-los contra o uso abusivo do poder. Estamos falando de direitos subjetivos de caráter privado, que protegem a identidade e a subjetividade do SER homem, ou seja, não resguardam o que a pessoa tem, mas o que a pessoa é. São direitos assegurados legal e constitucionalmente (art. 5.º, da CF/88), sob o fundamento do princípio da dignidade da pessoa humana (art. 1.º, inciso III).



Entre ele e o peixe não há mais nada”.

“Há algo de violento naquilo que se escreve sobre os que não se leem em papéis, naqueles que até o nome é escrito por outros. Recuso por enquanto aquela porta. Peço ao pescador que já não pesca que se documente em seus próprios termos. Otávio então busca marcas que não são letras. Seu pai está sepultado numa ilha que também já foi engolida pela usina, o corpo do pai jaz sob o paredão de concreto. Otávio descobre que a geografia inteira de sua vida sumiu, que seus mortos já não têm lugar. E que toda a enormidade do que perdeu foi calculada em R\$ 12 mil. Aos 61 anos, ele agora só tem memória. E as chagas do nome já não consegue curar”. (trechos da matéria feita pela jornalista do jornal EL PAÍS, Eliane Brun, 15/02/2015).

A Idenização que seu Otávio recebeu, por sua casa, seu lote, seu local de sobrevivência e, com a qual deveria sustentar seus nove filhos foi quantificada pela empresa responsável pela obra em 12 mil reais. Seu Otávio é vítima de um violento atentando a sua dignidade, a sua integridade e é uma prova concreta de que o modelo de desenvolvimento, pautado em megas construções na Amazônia é um modelo falido, desde há muito, em seus aspectos materiais e morais. Foi ferido, junto com sua esposa e filhos, de maneira profunda em sua honra.

“(…) Passei fome enquanto não achava esse trabalho. Cheguei a passar um dia e uma noite sem nada, sem um prato. Sabe como é maldade? Pra mim é maldade. Nós tudo com fome. Sem nada. Porque lá todo dia nós dormia de barriga cheia. Todo dia nós almoçava, jantava, merendava. Nós tinha a nossa brincadeira, a nossa alegria. Fumo expulso de lá e no dia em que eu não arrumo nada pra comprar janta aqui, passamo fome [...]”. (trecho da entrevista de Francisco, filho de seu Otávio, concedida a jornalista do jornal EL PAÍS, Eliane Brun, 15/02/2015).

Estamos com este caso querendo chamar a atenção para a gravidade e dureza do momento de “remoção” das famílias de suas moradias e o deslocamento destas para outros locais. Queremos ressaltar o quanto agressivo é este processo, e como este se enquadra como um causador de danos por excelência à dignidade e integridade das pessoas, ferindo, portanto seus direitos. Guardemos, por instante este relatos alusivos à história de seu Otávio e de sua família, e passemos a outro caso-exemplo emblemático dos atingidos por Belo Monte e que tem suas vidas completamente transformadas (e transtornadas) por este modelo de desenvolvimento econômico e de construção de nossa matriz energética nacional.

## 2.2 – A INGRATA “RECOMPENSA” DE ANTONIA MELO

Antônia Melo é uma das milhares de pessoas atingidas (da porção terrestre, área urbana) por Belo Monte. Hoje com 67 anos de idade, vive a mais de 60 anos na cidade de Altamira no Pará. É uma histórica militante dos direitos humanos e dedica sua vida à causa dos mais necessitados. Foi a primeira conselheira tutelar de Altamira, Conselho Tutelar este que ela lutou para conseguir implantar na cidade de Altamira, cidade marcada por altos índices de exploração sexual de crianças e adolescentes, é do movimento de mulheres em uma região marcada por índices alarmantes em relação à violência contra mulheres, além de ser coordenadora do Movimento Xingu Vivo para sempre, o movimento de bandeira socioambiental de posições mais críticas ao Projeto de Belo Monte.

Antônia Melo, teve que sair de sua casa, assim como muitas e muitas outras famílias. Teve que sair contra sua vontade, assim como muitas e muitas famílias impactadas pela obra da Usina. E terá que aprender a viver, terá que reviver a partir das cinzas de sua antiga vida, transformada, sepultada, por ordens outras, contra sua vontade assim como muitas e muitas outras famílias que sofreram danos à dignidade e integridade.

Antonia Melo foi encurralada. Por seis meses o tempo da sua vida esteve marcado pelo som das máquinas botando abaixo a vizinhança da Sete de Setembro, o nome da

rua só mais uma ironia. Ela estava ali, sitiada, testemunhando o mundo que ajudou a construir ser violado e convertido num cenário de Faixa de Gaza. Ela, seus filhos, seus netos. E o barulho da destruição avançando, cercando, soterrando também as conversas, fincando seus braços robóticos nas palavras, matando frases inteiras. Um dia chegou em casa e descobriu os escombros do muro dos fundos, derrubado junto com um pedaço da floresta que tinha como quintal. Num calor que pode beirar os 40 graus, já não havia energia elétrica suficiente para ligar a geladeira. Antonia foi sendo asfixiada aos poucos, menos ar a cada dia. (trecho da matéria feita pela jornalista do jornal EL PAÍS, Eliane Brun, 14/09/2015).

Antônia Melo, como é conhecida na cidade de Altamira e região, que deveria ter sido reconhecida por suas ações e feitos, em prol dos mais pobres e “desprovidos” de direitos foi mais uma subjugada aos impactos de Belo Monte. Resistiu, até o último instante, em sair de sua casa. Mais a força econômica dos que fazem a Amazônia a partir da destruição de sua paisagem e de suas vidas foi mais forte. Os mais fortes aqui são, a empresa Norte Energia e o próprio Governo Brasileiro.

“Dinheiro nenhum paga uma casa. Primeiro, porque eu não estava vendendo minha casa, não coloquei nela nenhuma placa de venda. Eu nunca pensei em sair daqui, de jeito nenhum. Aqui é o lugar que eu escolhi pra morar, criei os meus filhos. A maioria deles nasceu aqui, cresceu aqui. Hoje tenho os netos que nasceram aqui e já estão crescendo aqui. Então, indenização nenhuma paga a casa de uma pessoa”.

“Eu estou perdendo a minha casa, estou perdendo o rio, perdendo tudo. Essa perda, assim, é de uma vida que era, que tinha um objetivo, que tinha um sonho, que tinha um projeto. Eu não me sinto bem quando eu vou ao rio, vejo o que está acontecendo, as ilhas derrubadas. Não. A minha casa é tudo isso. Era. O rio livre. As ilhas lindas, verdes. Pra mim, é tudo ligado. É uma tristeza só”. (trechos da entrevista de Antonia Melo concedida a jornalista do jornal EL PAÍS, Eliane Brun, 14/09/2015).

Cabe, não obstante, a partir da apresentação dos exemplos-casos de Otávio e Antônia um questionamento: é o caso de falarmos em danos ao direito de personalidade dessas pessoas?

### 2.3 – A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E O DIREITO GERAL DA PERSONALIDADE: ESTABELECEndo LAÇOS ENTRE TEORIA E EXEMPLOS PRÁTICOS.

A resposta à pergunta feita acima, é objeto de interpretações divergentes na ciência jurídica. Por exemplo, a Teoria do Direito Geral da Personalidade não trata de maneira conceitual o que seja(m) direitos da personalidade, assim como, não há uma discussão dentro deste prisma analítico, sobre quais são (ou seriam) suas características. Sua defesa centra-se na discussão da definição/apontamento de quais são (ou seriam) os direitos da personalidade.

Já para os adeptos da Doutrina pluralista, a discussão e o entendimento acerca da proteção da pessoa humana deve ser condicionada. De onde aparece a discussão sobre a tipificação dos direitos da personalidade. A partir desta tipificação, há uma restrição da proteção conferida ao ser humano pelo ordenamento jurídico, pois “com o desenvolvimento social, as disposições legais não esgotam todo o conteúdo da tutela da personalidade humana, surgindo aspectos que não encontram proteção nas normas legais existentes” (BELTRÃO, 2005, p. 54).

Buscando a superação deste impasse, através da garantia de uma maior proteção à pessoa, é construída a Teoria Atomista do direito da personalidade. Esta doutrina, surge na Alemanha após a segunda guerra mundial. As terríveis ações praticadas pelos nazistas fizeram com que a personalidade reclamasse uma proteção que transcendesse aqueles direitos tipificados pelo BGB (Código Civil Alemão). “Isso se deu porque o nazismo chegou ao poder pelas vias legais e depois da sua queda fez-se mister adotar ‘uma teoria do direito comprometida com valores, e não apenas com interesses ou conceitos (NEVES, 2002, p. 7)’”.

A vantagem da adoção desta linha teórica é a abertura de sua aplicação propiciada a partir da utilização de um conceito indeterminado, conferindo assim a proteção da personalidade na totalidade de seus aspectos, conhecidos e regulamentados, e dos que ainda irão surgir conforme o transcurso da sociedade. Ou seja,

“nenhuma previsão especial poderia ser exaustiva porque deixa de fora algumas manifestações e exigências da pessoa que, em razão do progresso da sociedade, exigem uma consideração positiva” e assim, uma vez considerada a personalidade humana como um interesse juridicamente protegido e relevante para o ordenamento, a responsabilidade civil se estende também a todas as violações dos comportamentos subjetivos nos quais pode se realizar a pessoa. (PERLINGIERI, 2008a, p. 766)”.

Somando-se a esse entendimento e, conforme a reflexão de Szaniawski tem-se que,

“(…) o princípio da dignidade, sendo um princípio fundamental diretor, segundo o qual deve ser lido e interpretado todo o ordenamento jurídico brasileiro, constitui-se na cláusula geral de proteção da personalidade, uma vez ser a pessoa natural o primeiro e último destinatário da ordem jurídica. O constituinte brasileiro optou por construir um sistema de tutela da personalidade, alicerçando um direito geral da personalidade pátrio a partir do princípio da dignidade da pessoa humana e de alguns outros princípios constitucionais fundamentais, espalhados em diversos Títulos, que garantem o livre desenvolvimento da personalidade humana” (2005, p. 137)

### **3 – A AMAZÔNIA, O PROGRESSO E A DESCONSIDERAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS**

Muitos estudiosos da Amazônia defendem que esta (ao longo de sua história) serve como grande fonte de matérias-primas e energia para várias porções do Brasil e do planeta. Há ainda os que defendem ser a Amazônia um espaço estratégico para a ação do Estado que, busca viabilizar benfeitorias no território para garantir assim a livre ação do Capital, seja este nacional ou internacional. Dentro deste prisma, a construção de grandes empreendimentos na Amazônia, incluindo-se aí a construção de grandes Usinas Hidrelétricas, apresenta-se como exemplo de viabilização do território, a “malha programada” de que fala a geógrafa Bertha Becker (2001), para a atuação na região de grandes grupos empresariais. Em relação à construção de Hidrelétricas nos rios da Amazônia, a bacia do Xingu era a que ainda se mantinha preservada. O que foi alterado devido à construção de Belo Monte.

A ideia de barrar o rio Xingu não é recente. Data da década de 1970, quando o projeto da Usina de Belo Monte, anteriormente chamada Kararaô, foi programada como sendo um dos seis barramentos previstos no estudo de inventário hidrelétrico do rio Xingu, feito pelo próprio governo brasileiro à época. Em que pese o projeto original sofrer profundas transformações, pois onde antes se falava de seis hidrelétricas passou-se a falar de uma, trata-se ainda de uma obra de grande escala de impactos, visto que Belo Monte será a terceira maior hidrelétrica no mundo, a maior brasileira, com obras de escavação de terras e de rochas em volume superior ao do Canal do Panamá, em meio à floresta amazônica.

O desenvolvimento predatório não trouxe desenvolvimento aos povos da floresta – ou trouxe um mínimo diante das perdas. Ele começou a ser implantado na época da ditadura militar – nos anos 70. Passados mais de 30 anos, já é possível medir o resultado desse modelo aqui no Pará, o *locus* privilegiado. O estado é o campeão em trabalho escravo e em mortes de trabalhadores do campo no Brasil. Estes são os resultados de uma política de desenvolvimento que não leva em consideração os povos da floresta. Ao contrário, nega a sua existência. (trecho da Entrevista do Procurador da República Felício Pontes a jornalista do EL PAÍS, Eliane Brun, 12/10/2011).

O projeto da Usina de Belo Monte fora instalado na Volta Grande do Xingu, área com acentuado desnível topográfico, abrangendo terras indígenas, comunidades camponesas e ribei-

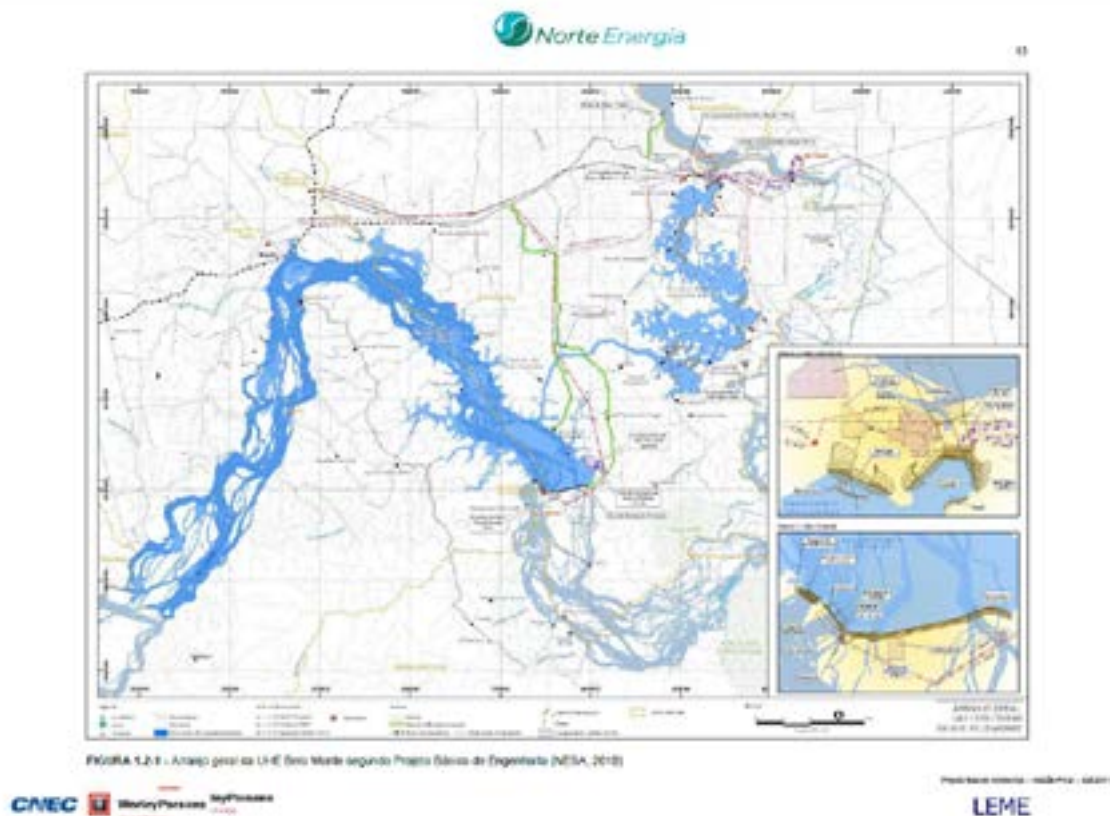


rinhas. Longe de se constituir em um vazio demográfico, portanto. Falar em políticas de desenvolvimento na Amazônia é falar de impactos a vida de um conjunto significativo de pessoas que tem sua dignidade ferida. Entende-se, entretanto, que o problema não é o desenvolvimento em si, mas a concepção de desenvolvimento que está sendo praticada. Como forma de melhor ilustrar isso, podemos afirmar que existem duas visões acerca do que seja o desenvolvimento: uma a tradicional e outra moderna.

A visão tradicional é aquela na qual o desenvolvimento é tido como um processo econômico em si, onde as tomadas de decisão acerca de sua execução são focadas na elaboração e na construção de políticas e projetos que produzem crescimento econômico e “autonomia” internacional para o país, da forma mais eficiente possível.

Enquanto que a visão moderna do desenvolvimento seria aquela que considera o desenvolvimento como processo integrado, estruturado em torno das dimensões sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais (BRADLOW, 2000-2001, p. 1534). Essas diferenças remetem, na verdade, à diferenciação entre um modelo que busca o desenvolvimentismo e outro que busca o desenvolvimento real, ou seja, um que busca o crescimento e acumulação de riquezas a qualquer custo, e outro de caráter mais plural que visa à distribuição das riquezas, oportunizando metas de solidariedade social e sustentabilidade ambiental.

Imagem 1: A Volta Grande do Xingu e a localização da cidade de Altamira-Pará



Fonte: NORTE ENERGIA S.A. Cidade de Altamira-PA

Até hoje, o desenvolvimento a qualquer custo é o caminho preferido pelo governo brasileiro e por grandes grupos econômicos no que concerne a sua atuação sobre a Amazônia. E, é claro, que esta prática desencadeia muitas violações aos direitos da pessoa humana e conseqüentemente aos direitos da personalidade, segundo a linha interpretativa que estamos a defender no presente trabalho. Vejamos...

### 3.1 - DIREITOS CIVIS E DIREITOS HUMANOS: COMO PODE A CIÊNCIA JURÍDICA SEPARAR GÊMEOS SIAMESES?

Após a Segunda Guerra Mundial, como fruto dos horrores causados à dignidade humana por este evento, tomou-se consciência da importância dos direitos da personalidade para o mundo jurídico, resguardando-os na Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) de 1948, na Convenção Europeia de 1950 e no Pacto Internacional das Nações Unidas (Diniz, Maria Helena. *Curso...*, vol I, p. 118). É, por conseguinte, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos que, efetivamente, os direitos da personalidade passam a ter relevo (LOTUFO. Código civil comentado, p. 48).

Com a aceleração do desenvolvimento tecnológico – pós-guerra – ou seja, com a tensão causada pelo desenvolvimento, o homem passa a reivindicar um espaço seu, ou melhor, um direito que contemple a especificidade de sua personalidade. Isso não ocorre com uma retomada de concepção individualista ou liberal, mas com a exaltação de uma visão personalista e ética de formação e desenvolvimento do ordenamento jurídico (CAPELO DE SOUSA. *O direito geral de personalidade*). Os direitos da personalidade tutelam a integridade do ser humano. Há, para análise da proteção da personalidade uma tripartição da personalidade nas respectivas: a) *integridade física*, compreendendo: vida, alimentos, próprio corpo (vivo ou morto), corpo alheio e partes separadas do corpo; b) *integridade intelectual*, compreendendo: liberdade de pensamento, autoria científica, literária e artística e, por fim; c) *integridade moral*, compreendendo: honra, segredo profissional, segredo doméstico, direito de autor, identidade familiar, pessoal e social. (VIERA, 2014 )

Porém, este rol de direitos de personalidade é unicamente exemplificativo. Tendo em vista que, quando o tema é a personalidade humana, não cabe falar de *taxatividade* ou *esgotamento* de direitos. É imperativo não se limitar os direitos de personalidade, posto que seja o mínimo para que se tenha a existência digna de um ser humano. Ensina-nos NELSON ROSENVALD que,

(...) em apressada análise, o intérprete poderia acreditar que o legislador constituinte abraçou a teoria pluralista dos direitos da personalidade com explícita limitação de proteção apenas àqueles valores consagrados como direitos fundamentais. Nenhuma previsão normativa, todavia, contrai ambição exaustiva nessa discussão. As exigências do ser humano não serão condicionadas a tipos rígidos, pois elas assumem dignidade superior (ROSENVALD *apud* VIERA 2014. *Dignidade humana e boa-fé no código civil*).

Conclui-se, a partir do aqui posto e defendido, que a satisfação de tais reivindicações, não está atrelada ao aumento do número dos direitos especiais da personalidade, mas sim, a consagração de um direito Geral de personalidade. O que, de certa forma se apresenta como normativa, é *uma cláusula geral de proteção ao ser humano*, aos seus direitos mais essenciais. O direito geral de personalidade, a partir deste prisma, pode ser empregado para a concepção desta cláusula geral de tutela da pessoa, servindo de ferramenta apropriada para a concretização do princípio da dignidade humana, conforme o proposto em (GARCIA. *O direito geral de personalidade no sistema jurídico brasileiro*).

Assim, o *direito geral de personalidade* encontra, no direito brasileiro, reconhecimento, não só no princípio da dignidade da pessoa humana (art. 1º), mas com muito vigor, ainda, no art. 12 do CC que traça uma tutela geral aos direitos de personalidade. Isto porque a aferição objetiva da tutela geral do art. 12 do CC depende da inserção e junção de outros dispositivos de lei (tais como: o solidarismo constitucional do art. 3º, I da CF), que resultarão na subsunção do fato concreto em dispositivo de efetiva proteção da personalidade do indivíduo.

Tal direito geral de personalidade, assim, é consectário lógico e inabalável do direito humano a existência digna. Parece-nos que a proteção da dignidade humana por uma cláusula geral de direitos da personalidade acomoda de maneira mais confortável a finalidade de proteção extrapatrimonial do homem, da sua dignidade. Consideram-se, como da personalidade, os direitos reconhecidos à pessoa humana tomada em si mesma e em suas projeções

na sociedade, previstos no ordenamento jurídico exatamente para a defesa de valores inatos do homem. Há uma série aberta de relações e os direitos da personalidade não podem ser vistos como taxativos, mas sim de maneira aberta. Além disso, o ser humano tem valor unitário e a cisão feita para o estudo, para fins didáticos da matéria, não prejudica esta unicidade. (PERLINGIERI. *La personalità umana nell'ordinamento giuridico*). (VIERA 2014)

A partir do até aqui apresentado, voltemos a falar sobre o objeto de estudo deste artigo, a Usina de Belo Monte. A Hidrelétrica de Belo Monte, é a maior obra em construção no país. Está sendo construída ao longo do Rio Xingu no sudoeste do Estado do Pará, em plena Amazônia brasileira. Seus inventários iniciaram-se em meados dos anos 1970, e depois de idas e vindas envolvendo questões socioambientais polêmicas (que nunca foram resolvidas de maneira consensual), após 30 anos foi resgatada pelo Estado Brasileiro e alçada a condição de obra estratégica número 01 para país. Mas... Em que local se constrói Belo Monte?

Esta obra localiza-se em uma unidade regional chamada de “Transamazônica e Xingu”, tida até antes de Belo Monte como sendo um dos complexos mais conservados em termos de biodiversidade do planeta. Além de suas milhares de espécies animais e vegetais endêmicas há nesta região, uma diversidade enorme de povos indígenas, alguns sequer contatados ainda, além de sítios arqueológicos não explorados pela ciência até os dias atuais.

O quantitativo demográfico da unidade regional está em torno de 400 mil pessoas. Este número esconde uma diversidade de vida social presente na região, marcada pela presença e convívio, nem sempre pacífico, entre caboclos ribeirinhos, povos indígenas, camponeses, fazendeiros pecuaristas, madeireiros e os habitantes de centros urbanos de pequeno e médio porte. Não bastasse o até aqui afirmado, a região é historicamente reconhecida como sendo de forte atuação de movimentos sociais, originados da situação de penúria provocada pela abertura da Transamazônica. Estes organizados e incentivados pela igreja católica, de uma linha de inspiração teológica libertária, a Teologia da Libertação. Para muitos, esta corrente agregaria aspectos ligados à filosofia cristã à princípios políticos de cunho socialistas.

Somam-se a isso a forte presença de grandes pecuaristas na área, a ação de madeireiros ilegais, presentes na região desde meados dos anos 1970, quando da abertura de grandes eixos rodoviários na região norte do país, buscando “integrar a região para não entregá-la a cobiça internacional” conforme a ideologia difundida pelos militares à época e buscando assegurar “terra para homens sem terra”, ajudando a resolver assim, as mazelas sociais relacionadas à concentração da posse das propriedades fundiárias nas regiões nordeste, sudeste e sul do país. O resultado desse processo todos sabemos: apesar da efetiva ocupação desta porção do território brasileiro, houve a multiplicação das mazelas sociais.

O projeto percorre trajetória histórica polêmica, com inúmeras questões implicadas. É o caso da discussão sobre as maneiras pelas quais a hidrelétrica se insere no âmbito do crescimento da Amazônia; como são tomadas as decisões; os procedimentos de consulta aos povos indígenas afetados; a finalidade do uso da energia produzida; dúvidas com relação à sua viabilidade econômica, entre outras variáveis que colocam o empreendimento no foco de acalorados debates. (FRANCO; FEITOSA 2013)

Não é nosso intento aqui tratar sobre todos estes acontecimentos e debater seus desdobramentos. A intenção a partir desta apresentação sucinta é de apenas demonstrar a complexidade da área escolhida pelo governo brasileiro para ser o local de implantação de um Grande Projeto de infraestrutura, qual seja a Hidrelétrica de Belo Monte, obra que até o presente custou aos cofres públicos 33 bilhões de reais, sendo que seus custos socioambientais segundo muitos, impagáveis, não foram e/ou são computados. A complexidade da região se expressa, dentre outros elementos já citados, pela prática histórica de assassinato de lideranças dos movimentos sociais nesta porção do estado do Pará. Belo monte reforçou o ataque aos militantes da Transamazônica e Xingu.

Quando do início de sua construção, no município de Vitória do Xingu no Pará, a população da cidade que abriga toda a logística para obra, qual seja, Altamira, era de 85 mil habitantes. Após (somente) dois anos de início da obra, a população de Altamira já era de 145 mil habitantes. Por ser a



cidade melhor dotada de infraestrutura e serviços, escolheu-se Altamira para ser o centro operacional da obra. Isso fez com que esse centro urbano vivesse os principais problemas relacionados à construção da principal obra do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, do governo brasileiro.

Problemas relacionados ao aumento da violência urbana e rural, aliciamento de menores, ocupações de espaços urbanos ociosos (especulação imobiliária), de acidentes de trânsito, de casos de depressão, de casos de violência contra a mulher etc, se fizeram presentes de maneira permanentemente na cidade e região. Um atentado violento, e de uma magnitude gigantesca, à honra das pessoas, provocando feridas profundas ao direito da personalidade das pessoas atingidas diretamente pelos efeitos impactantes desta obra. Entende-se aqui que a aferição dos direitos de personalidade e das medidas para sua tutela, deve ser feita em cada relação jurídica.

Os direitos da personalidade não podem, de maneira alguma, constituir um rol taxativo, pois são direitos que o homem possui, apenas pela sua condição humana. O ponto de convergência que motiva a presente digressão pode, agora, ser delimitado de maneira um pouco mais confortável. Ora, avulta, à evidência, que os direitos da personalidade possuem uma intrínseca ligação com o princípio da dignidade da pessoa humana. É de se notar que, em verdade, a temática da dignidade da pessoa humana, donde são extraídos, em observação legal, os direitos de personalidade, possui estreita e profícua ligação com os direitos humanos e com o Estado Democrático. *O valor da pessoa humana* é traduzido juridicamente pelo princípio constitucional fundamental da dignidade da pessoa humana, assegurando o mínimo respeito ao ser humano dotado de igual dignidade, sendo esse, como já denotado, inclusive, um *princípio explícito* dentro de nosso ordenamento. (VIERA, 2014)

A partir do levantamento na internet, junto a diversos *sites* que produzem notícias sobre Altamira e os efeitos de Belo Monte, passamos agora a apresentar alguns dados referentes à situação de Altamira e região, diretamente relacionados à implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Tais como: o aumento nos casos de violência urbana, contra a mulher, contra crianças e adolescente e, a ilegalidade do projeto conforme a fala dos procuradores federais que acompanham de perto os casos gerados em virtude de Belo Monte. Dados esses que em nossa perspectiva violam a dignidade humana em vários aspectos e fere, em especial, a integridade moral dessas pessoas, sua honra.

O princípio fundamental da dignidade da pessoa humana, positivado, funciona como cláusula aberta e respalda, desta feita, o surgimento de novos direitos não expressos na Constituição de 1988, como por exemplo: os direitos humanos, constitucionalizados por via da dignidade da pessoa humana. Os direitos humanos devem ser considerados como a concretização histórica do princípio da dignidade da pessoa humana, que como dito, encontra-se positivado, hoje, na Constituição Federal **O elo entre o princípio fundamental da dignidade da pessoa humana, os direitos humanos e os direitos de personalidade é um vínculo inquebrantável. Por tal motivo, inclusive, mesmo havendo dissonância doutrinária, alguns doutrinadores denotam que os direitos humanos e os direitos de personalidade são os mesmos.** Os direitos da personalidade são essenciais à pessoa humana para que se possa estabelecer o tratamento justo e igualitário entre as pessoas. Referidos direitos tutelam a integridade e a dignidade da pessoa humana, desse modo, compreendem a essencialidade do ser, conformando uma noção de mínimo existencial. Em resumo, pelo valor maior que representam, ou seja: a dignidade da pessoa humana, temos, por inexorável, o elo entre os direitos humanos e os direitos da personalidade. (VIERA 2014) (grifo nosso)

É a partir desta percepção de que direitos humanos e direitos da personalidade possuem vínculo inquebrantável que passaremos a advogar que há em Belo Monte, danos gravíssimos a integridade das pessoas, relegando estas a uma vida nova que em nada guarda relação com sua vida antiga, dotando-as de estranheza em relação a suas vidas atuais. As transformações promovidas no cotidiano das pessoas que vivem na cidade de Altamira promoveram mudanças, mudanças pra pior na vida das pessoas. Ilustremos os casos.

## 4 – DOS DANOS À DIGNIDADE E À INTEGRIDADE DAS PESSOAS ATINGIDAS

### 4.1 – DOS CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA MULHER

A partir de informações coletadas junto ao Movimento Xingu Vivo para Sempre (2014), Organização Não Governamental que atua denunciando as mazelas geradas pelo empreendimento Belo Monte, multiplicaram-se os casos de violência endêmica e, estes tem vitimado principalmente as moradoras da cidade: *“De um lado, há a violência sobre as mulheres que têm sido obrigadas a abandonar suas casas e terras, que não receberam as indenizações devidas, que foram transferidas para os reassentamentos da Norte Energia onde as casas já estão se desfazendo, onde não há nenhuma estrutura de saúde, educação, transporte ou possibilidade de trabalho. E há o aumento de casos de assassinato de mulheres, estupro, aliciamento de meninas, prostituição, violência doméstica, drogas e outras”*.

Segundo dados levantados junto a “Delegacia da Mulher” de Altamira, para o ano de 2014 foram contabilizados 548 notificações de crimes contra a mulher na cidade. Desse total, 353 foram ameaças, 108 casos lesão corporal, e sete estupros de mulheres adultas e 14 de menores vulneráveis. E, para o ano de 2015, já foram notificados dois estupros, 15 casos de lesão corporal, 32 casos de ameaças e 67 boletins de ocorrências para os demais tipos de violência.

### 4.2 – DOS CASOS DE VIOLÊNCIA URBANA

Segundo dados da prefeitura de Altamira, a cidade possui hoje (2015) uma população em torno de 150 a 160 mil pessoas. E, para o ano de 2014, a cidade registrou em média sete assassinatos por mês. Altamira tem uma média de 57 homicídios por 100 mil habitantes, segundo os dados repassados pela Polícia Civil. É importante ressaltar que o índice classificado como “não epidêmico” pela Organização Mundial da Saúde (OMS) é de 10 casos por 100 mil habitantes.

Entre 2011 e 2014, o número de assassinatos saltou de 48 para 86 casos, enquanto a população cresceu de 100 mil para cerca de 150 mil habitantes, segundo estimativas da prefeitura da cidade. No mês mais violento em Belém, a capital paraense, com população em torno de um milhão e meio de habitantes, para o ano de 2014, registrou 380 ocorrências envolvendo furtos e assaltos por dia. Já Altamira, com população 10 vezes menor, registrou a metade desse número de ocorrências. Não bastasse o quadro alarmante demonstrado pelos números ligados a violência urbana, outro índice que preocupa a sociedade de Altamira e região são os relacionados ao trânsito. O número de acidentes de trânsito na cidade saltou de 456 (2011) para 1.169 (2014), um aumento de 144% nos últimos quatro anos.

### 4.3 – DOS CASOS DE REMANEJAMENTO DAS FAMÍLIAS

Em virtude da construção da obra, e como fruto do barramento do rio Xingu, milhares de famílias, cerca de 25 mil, estão sendo obrigadas a deixar suas antigas casas nas áreas de planície aluvial (áreas sujeitas a regimes de enchente e vazante natural do rio) na cidade de Altamira e, se deslocar para as moradias (em loteamentos) feitos pela empresa Norte Energia. O ritmo acelerado das máquinas que promovem a destruição das antigas moradias das pessoas tem arrastado experiências e lembranças e acumulado injustiças entre os escombros das casas demolidas. A área do bairro do açaiçal, um dos bairros mais antigos e populosos de Altamira, deve ser transformada em um projeto de “requalificação urbana”, segundo chama a empresa. Uma área de lazer e recreação com praça e outros equipamentos será construídas onde antes existia intensa vida social.

Para os movimentos sociais que atuam na cidade, atrelado a essa política de remanejamento das famílias atingidas pelo lago da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, encontra-se em curso um violento processo de limpeza social, expulsando “os indesejados” de Altamira das áreas centrais para

lugares cada vez mais distantes e para os reassentamentos da Norte Energia. Muitas dessas áreas não têm transporte público e a locomoção depende de taxis e moto-taxis, que cobram entre 20 e 30 reais de acordo com o destino. Muitos dizem que os “pobres” da cidade só voltarão a frequentar as áreas da orla em datas como natal e réveillon.

Imagem de parte do Bairro do açazal Altamira. Remanejamento das famílias e destruição das antigas casas.  
Foto: Sabrina Nascimento, 2015.



#### 4.4 – “DOS CASOS OMISSOS”: A OMISSÃO DO ESTADO

A cidade de Altamira que atravessa o pior momento de sua história, não tem Defensoria Pública Federal<sup>2</sup>, a Defensoria Pública do Estado foi extinta em 2014 e outras instituições como a FUNAI e o ICMBio sofrem com a falta de infraestrutura, pessoal e aparelhamento. No que concerne à situação de crianças e adolescente vale a pena relatar o descaso vivido pelo Conselho Tutela de Altamira. Para este, já houve casos em que durante 5 (cinco) meses o Conselho Tutelar ficou sem água. O lugar que recebe crianças em estado de vulnerabilidade é muito mal iluminado e suas paredes sofrem com infiltrações. A cozinha, como todo o restante do prédio carece de reparos para ser usado se forma digna por pessoas em situação de vulnerabilidade social comprovada.

Neste prédio totalmente deteriorado atuam cinco conselheiras que, para o ano de 2014, atenderam 2.030 casos de situações de risco envolvendo crianças e adolescentes de Altamira. Casos como: abandono de pais, maus tratos são a maioria. A cidade que viveu um aumento populacional expressivo, em um curto espaço de tempo (para o ano de 2010 a população da cidade era de 85 mil pessoas, já para ano de 2014 está era de 150 mil) não recebeu nenhum reforço no Conselho Tutelar, seja em infraestrutura ou previsão orçamentária para contratação de equipe, para atender pais e mães que abandonaram seus filhos para ir trabalhar e as ocorrências decorrentes disso, segundo as informações levantadas pelo Instituto Sócio Ambiental de Altamira – ISA (2014).

Segundo informações do Instituto Sócio Ambiental – ISA, as conselheiras que atuam na cidade não tem sequer um telefone fixo que faça ligações para celular ou um celular para realizar chamadas de urgência ou caso necessite acionar a polícia para conter a violência contra menores. Enquanto isso, o Ministério da Justiça publica portarias semestrais que autorizam o uso da Força Nacional para assegurar a continuidade de Belo Monte. O Governo Federal investe pesado na segurança do empreendimento enquanto outros setores seguem entregues ao total descaso.

Segundo informações levantadas junto ao *site* da revista ISTO É, as “Autoridades policiais, lideranças de movimentos sociais e moradores apontam o fluxo populacional gerado pela obra, iniciada em

<sup>2</sup> Altamira voltou a ter, no ano de 2015, Defensoria Pública graças à pressão dos Movimentos Sociais e da Prelazia do Xingu.

junho passado (2011), como um dos fatores responsáveis pelo aumento de alguns dos índices de violência nos 11 municípios atingidos diretamente pela hidrelétrica. Tráfico de drogas, estupros, ameaças, porte ilegal de arma, flagrantes e lesões corporais são crimes que registraram elevação considerável nas estatísticas policiais”. Belo Monte parece o local onde a dignidade da pessoa humana foi jogada ao relento.

Corroborando as informações apresentadas acima, a fala do defensor público federal Francisco Nóbrega, chefe do Grupo de Trabalho Indígena da Defensoria Pública da União, quando de sua passagem por Altamira.

“(…) O Governo Federal é o verdadeiro responsável pelas injustiças observadas em Belo Monte. Não há clareza quanto aos papéis de cada sujeito: o governo é ao mesmo tempo contratante e principal interessado na obra; é importante acionista da empresa ganhadora da licitação, mas também comanda o órgão licenciador, IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), assim como detém o poder de punir/fiscalizar a empresa quanto ao cumprimento das normas e condicionantes por ele próprio fixadas. Tanto o Ibama quanto a Funai (Fundação Nacional do Índio) não atuam com independência técnica. Seus pareceres não têm refletido nas decisões políticas tomadas e, neste cenário, o Poder Judiciário também foi engolido pelo jogo político. Lamentavelmente, percebe-se, em especial na questão do reassentamento das famílias forçadamente removidas de suas casas, a total e completa ausência do Estado, com exceção do Ministério Público Federal. A liberdade dada ao empreendedor para interpretar o PBA (Plano Básico Ambiental) e para decidir quais famílias receberão casa, indenização, carta de crédito ou aluguel social, por exemplo, revela a transferência para a empresa da responsabilidade pela garantia do direito à moradia. O governo está distante do processo, seu único interesse é o cumprimento rápido dessa condicionante, é evitar o atraso no ligamento das turbinas, postura reforçada com as crises hídrica e de energia.” (EL PAÍS, Eliane Brun, 15/02/2015)

A partir do que foi apresentado ou, de tudo o que foi apresentado, entendemos que não há como separar os direitos humanos dos direitos da personalidade, tendo em vista terem estes “vínculos inquebrantáveis”. Vínculos estes que os grandes projetos na Amazônia parecem desconsiderar e, Belo Monte, é a expressão do “holocausto das populações tradicionais de Altamira”, tendo em vista os danos gravíssimos causados à integridade das pessoas, relegando a estas outra vida (o melhor seria falar em sobrevividas?) que em nada guarda relação com sua vida pretérita. As transformações promovidas no cotidiano das pessoas que vivem na cidade de Altamira promoveram mudanças tão profundas nas vidas dessas pessoas que, faz-se urgente repensar os modelos de desenvolvimento, baseados em grandes obras, posto que estas grandes obras, são grandes em impactos socioambientais também.

## 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se neste trabalho levantar algumas reflexões e dar alguns direcionamentos. As reflexões ficam a cargo da maneira de como o governo brasileiro vem, historicamente, tocando projetos de grande envergadura técnica na Amazônia. Uma região que é hoje, estratégica para o país, do ponto de vista da realização de projetos ligados à captação/geração de energia a partir dos rios como forma de abastecer as cidades brasileiras, mas, em especial, atender a grandes complexos industriais instalados na Amazônia e que são de natureza eletrointensiva. A extração mineral, a produção da celulose, a indústria do cimento, a agroindústria da soja e a indústria do alumínio são os maiores beneficiados da energia proveniente das grandes hidrelétricas construídas na Amazônia. Demonstrou-se aqui, tratar-se esta escolha de modelo energético e de concepção de desenvolvimento, muito agressiva ao meio ambiente e as sociedades que vivem na região.

Para tanto, sob o prisma interpretativo civil-constitucional, apontamos várias situações, exemplos claros, de negligenciamento do princípio constitucional que garante a defesa da dignidade da pessoa humana e, por conseguinte, que ferem o direito de personalidade. Como dos casos que envolvem o senhor Otávio e a senhora Antonia Melo aqui relatados. Não era o intuito do trabalho, apontar de maneira taxativa e tipificada, soluções jurídicas normativas, mas sim, levantar questões de nature-



za mais aberta sobre a ampliação e renovação, a partir do princípio da dignidade humana, dos direitos de personalidade, que também é o direito à cidade, à vida, ao território. A ideia que defendemos aqui, é que, para caos como estes, dos grandes projetos (Belo Monte), marcados por transformações muito intensas e agressivas a vida das pessoas, ações estas promovedoras de agressões físicas e psíquicas graves, devem receber maior atenção do sistema jurídico do país.

Ou seja, juristas e operadores do direito de maneira geral, devem pensar mecanismo normativos que visem garantir de fato e de direito a integridade das pessoas. Empresas como a Norte Energia e o próprio poder executivo do país devem ser responsabilizados civil e criminalmente pelos agravos cometidos a vida e ao modo de vida de pessoas, e grupo de pessoas, que sofrem os ônus destas políticas que contrariam substantivamente o tal “desenvolvimento em cadeia” tão propalado e alardeado pelo estado e pelo grande capital. É preciso que a justiça e o poder judiciário deste país, cumpram com seu objetivo primevo e maior, a garantia dos direitos da pessoa humana.

## REFERÊNCIAS

- BARROSO, Luís Roberto. Fundamentos teóricos e filosóficos do novo direito constitucional brasileiro. In: GRAU, Eros Roberto; CUNHA, Sérgio Sérvulo da. **Estudos de direito constitucional em homenagem a José Afonso da Silva**. São Paulo: Malheiros.
- BELTRÃO, Silvio Romero. **Direitos da personalidade**: de acordo com o novo código civil. São Paulo: Atlas, 2005.
- BRESCIANI, Maria Stella M. **Londres e Paris no século XIX**: o espetáculo da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BRUGGER, Winfried; LEAL, Mônica Clarissa Henning. **Os direitos fundamentais nas modernas constituições: Análise comparativa entre as constituições alemã, norte-americana e brasileira**. In: **Revista do Direito**/ Universidade de Santa Cruz do Sul, Departamento de Direito. – N. 28 – julho/dezembro de 2007.
- CUPIS, Adriano de. **Os direitos da personalidade**. Lisboa: Livraria Moraes, 1961.
- DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Brasileiro, V.1: **teoria geral do direito civil**. 20ª. Ed.rev. aum. São Paulo: Saraiva, 2003.
- DONEDA, Danilo. Os direitos da personalidade no código civil. In: TEPEDINO, Gustavo (org.). **A parte geral do novo código civil**: estudos na perspectiva civil-constitucional. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.
- ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora em Inglaterra**. Porto: Afrontamento, 1975.
- FRANCO, Fernanda; FEITOSA, Maria Luiza. **Desenvolvimento e direitos humanos. Marcas de Inconstitucionalidade no processo Belo Monte**. São Paulo.2013.
- FACHIN, Luiz Edson; RUZYK, C. E. Pianovski. Direitos fundamentais, dignidade da pessoa humana e o novo código civil: uma análise crítica. In: Sarlet, Ingo Wolfgang (org.). **Constituição, direitos fundamentais e direito privado**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.
- GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de Direito Civil (abrangendo o código de 1916 e o Novo Código Civil)**. 3ª ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2003. v. 1.
- GARCIA, Enéas Costa. **Direito geral da personalidade no sistema jurídico brasileiro**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2007.
- GOMES, Orlando. **Introdução ao direito civil**. Rio de Janeiro: Forense, 1974.
- HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos: uma história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- KANT, Immanuel. Fundamentação da metafísica dos costumes. Os pensadores. Tradução MORAES, Maria Celina Bodin. O Conceito da dignidade humana: substrato axiológico e conteúdo normativo. In: Sarlet, Ingo Wolfgang (org). **Constituição, Direitos Fundamentais e Direito Privado**. 2a ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado 2006.

LIMA, Clara Maria Lindoso e. **A tutela dos direitos da personalidade por meio da aplicabilidade direta do princípio da dignidade da pessoa humana nas relações de direito privado**. 159 f. Dissertação (Mestre. Área de concentração em Direito Privado) - Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

LORENZETTI, Ricardo Luis. **Fundamentos do direito privado**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.

MENDONÇA, Rafael. **Crítica ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana: arriscar o impossível**. 2006. 148 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Jurídica) – Faculdade de Direito, Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2006. Disponível em: [https://www6.univali.br/tede/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=317](https://www6.univali.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=317). Acesso em: 20 Nov. 2009.

MORAES, Maria C. B. O conceito da dignidade humana: substrato axiológico e conteúdo normativo. In: Sarlet, Ingo Wolfgang (org.). **Constituição, direitos fundamentais e direito privado**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

\_\_\_\_\_. **Danos à pessoa humana: uma leitura civil-constitucional dos danos morais**. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

NANNI, Giovanni Ettore. A evolução do direito civil obrigacional: a concepção do direito civil constitucional e a transição da autonomia da vontade para a autonomia privada. In: Lotufo, Renan (coord.). **Cadernos de direito civil constitucional**, vol. 2. Curitiba: Juruá, 2001.

NEVES, Gustavo K. M. Os princípios entre a teoria geral do direito e o direito civil constitucional. In: RAMOS, Carmem L. S. (org.). **Diálogos sobre direito civil**. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

NORTE ENERGIA. **Projeto Básico Ambiental**. Versão Final, 2011.

PERLINGIERE, Pietro. **O direito civil na legalidade constitucional**. Rio de Janeiro: Renovar, 2008a.

\_\_\_\_\_. A doutrina do direito civil na legalidade constitucional. In: TEPEDINO, Gustavo (org.). **Direito civil contemporâneo: novos problemas à luz da legalidade constitucional**. São Paulo: Atlas, 2008b.

ROSENVALD, Nelson. **Dignidade humana e boa-fé no código civil**. São Paulo: Saraiva, 2005.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

SARLET, I. W. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 4a ed., revista atualizada. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

SARMENTO, Daniel. **Direitos fundamentais e relações privadas**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

\_\_\_\_\_. O neoconstitucionalismo no Brasil: riscos e possibilidades. In: LEITE, George Salomão; SARLET, Ingo Wolfgang (coordenadores). **Direitos fundamentais e estado constitucional: estudos em homenagem a J. J. Canotilho**. São Paulo: Revista dos Tribunais; Coimbra (PT): Coimbra, 2009.

SILVA, Edson Ferreira da. **Direito à intimidade**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2003.

SOUZA, Rabindranath V. A. Capelo de. **O direito geral de personalidade**. Coimbra: Coimbra, 1995.

SZANIAWSKI, Elimar. **Direitos de personalidade e sua tutela**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

VIEIRA, Fábio. **Direitos da Personalidade e o respeito à Dignidade da Pessoa Humana**. Disponível em: <http://fabiovieirafigueiredo.jusbrasil.com.br/artigos/112094444/direitos-da-personalidade-e-o-respeito-a-dignidade-da-pessoa-humana>>. Acesso 10 de Setembro de 2015.

TEPEDINO, Gustavo. **Temas de direito civil**. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

Movimento Xingu Vivo para Sempre. “**Mulheres saem às ruas contra a violência de Belo Monte**”. Disponível em <http://www.xinguvivo.org.br/2015/03/08/violencia-endemica-de-belo-monte-e-denunciada-em-protesto-de-mulheres/>>. Acesso em 20 de agosto de 2015.

Terra sem males. “**Belo Monte e a Violência Contra as Mulheres em Altamira**”. Disponível em: <http://www.terrasemmale.com.br/belo-monte-e-a-violencia-contra-as-mulheres-em-altamira-pa/>> Acesso em 21 de agosto de 2015.

Instituto Sócio ambiental. “**Belo Monte: os filhos da barragem**”. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/belo-monte-a-violencia-na-compensacao>> Acesso 20 de agosto de 2015.

Movimento Xingu Vivo para Sempre. “**Mulheres saem às ruas contra a violência de Belo Monte**”. Disponível em <<http://www.xinguvivo.org.br/2015/03/08/violencia-endemica-de-belo-monte-e-denunciada-em-protesto-de-mulheres/>> Acesso em 20 de agosto de 2015.

Terra sem males. “**Belo Monte e a Violência Contra as Mulheres em Altamira**”. Disponível em: <<http://www.terrasemmale.com.br/belo-monte-e-a-violencia-contra-as-mulheres-em-altamira-pa/>> Acesso em 21 de agosto de 2015.

COSTA, Flávio. “**A violência que veio com a usina**”. Disponível em: <[http://www.istoe.com.br/reportagens/paginar/183241\\_A+VIOLENCIA+QUE+VEIO+COM+A+USINA/](http://www.istoe.com.br/reportagens/paginar/183241_A+VIOLENCIA+QUE+VEIO+COM+A+USINA/)> Acesso 18 de agosto de 2015.

SAKAMOTO, Leonardo. “**sobre Belo Monte e violência na Terra do Meio**”. Disponível em: <<http://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2012/03/13/sobre-belo-monte-e-a-violencia-na-terra-no-meio/>>. Acesso 18 de agosto de 2015.

BRUM, Eliane. “O pescador sem rio e sem letras”. Jornal El País. Disponível em: [http://brasil.elpais.com/brasil/2015/02/16/opinion/1424088764\\_226305.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/02/16/opinion/1424088764_226305.html)>. Acesso 20 de agosto de 2015.

BRUM, Eliane. “**O dia que a casa foi expulsa de casa**”. Jornal El País. Disponível em: [http://brasil.elpais.com/brasil/2015/02/16/opinion/1424088764\\_226305.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/02/16/opinion/1424088764_226305.html)>. Acesso 20 de agosto de 2015.

BRUM, Eliane. “**Belo Monte: a Anatomia de um etnocídio**”. Disponível em: <<http://desacontecimentos.com/desacontecimentos/belo-monte-a-anatomia-de-um-etnocidio-2/>>. Acesso em 13 de agosto de 2015.

PLETI, Ricardo Padovini; MOREIRA, Rodrigo Pereira. Direito geral da personalidade e o princípio da dignidade da pessoa humana: perspectiva civil-constitucional. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 16, n.2854, 25 abr. 2011. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/18968/o-direito-geral-da-personalidade-e-o-principio-da-dignidade-da-pessoa-humana-estudo-na-perspectiva-civil-constitucional/2>>. Acesso em: 21 set. 2016.







# SÃO JOSÉ DE MACAPÁ: VILA PLANEJADA E INVERSA NO PROCESSO DE PRODUÇÃO DAS FRONTEIRAS DA AMAZÔNIA SETENTRIONAL COLONIAL

Marcelus Clei da Silva Buraslan<sup>1</sup>

Romário Valente Santos<sup>2</sup>

## Resumo

Este trabalho apresenta uma discussão teórica sobre o planejamento urbano associado ao contexto de defesa dos limites de fronteira na Amazônia setentrional colonial – Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751) – com ênfase na fundação da Vila de São José de Macapá (1758), como suporte para a construção da Fortaleza de São José de Macapá (1764-1782). O objetivo central deste trabalho é demonstrar que o planejamento institucional e urbano da fundação da vila de São José de Macapá não seguiu a mesma lógica de militarização evidenciada pela fundação das vilas do litoral sul e norte do Brasil, como no caso do Rio de Janeiro (RJ), São Luiz (MA) e Belém (PA). Enquanto essas vilas surgiram a partir da fundação das suas fortificações, na vila de Macapá o processo se deu de forma inverso. A vila deu origem ao forte, que foi construído para impor os limites de fronteira, na época, ameaçados por intrusos estrangeiros. O método histórico-dialético foi norteador para todo o trabalho. A abordagem de pesquisa pela qual se optou foi a qualitativa e como instrumentos para a coleta de dados, vislumbrou-se inicialmente a análise documental de registros históricos oficiais e em referências bibliográficas e mapas a cerca de seu tema gerador.

Palavras-chave: Fronteira; planejamento urbano; militarização; Amazônia.

## Abstract

This paper presents a theoretical discussion of urban planning associated with the context of defending the border limits in colonial northern Amazon – State of the Grand-Para and Maranhão (1751) – with emphasis on the founding of the town of San José de Macapá (1758), as support for the construction of the Fortress of São José de Macapá (1764-1782). The central objective of this work is to demonstrate that the institutional and urban planning of the foundation of the town of Saint Joseph of Macapá did not follow the same logic of militarization evidenced by the foundation of the southern coastal towns and northern Brazil, as in the case of Rio de Janeiro (RJ), São Luiz (MA) and Belém (PA). While these villages arose from the foundation of its fortifications in Macapá village the process happened in reverse order. The village gave rise to strong, which was built to enforce the border limits, at the time, threatened by foreign intruders. The historical and dialectical method has been guiding for all the work. The research approach in which we chose was the qualitative and as tools for data collection, is envisioned initially documentary analysis of official historical records and references and maps about its generating theme.

Keywords: Border; urban planning; militarization; Amazon.

## 1. INTRODUÇÃO

A cidade de Macapá, atual capital do Estado do Amapá, fundada em 04 de fevereiro de 1758 na margem esquerda da foz do rio Amazonas, foi desenhada em um contexto de disputas e desavenças entre as potências europeias que assediavam a Amazônia no século décimo oitavo.

<sup>1</sup> Mestrando no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Macapá, AP – Brasil. E-mail: marcelusburaslan@gmail.com.

<sup>2</sup> Mestre em Desenvolvimento Regional pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGMDR), Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Macapá, AP – Brasil, E-mail: romario\_geo@yahoo.com.br

Nessa época, a situação portuguesa também não era das melhores em suas colônias, haja vista que as *commodities* coloniais já não satisfaziam a necessidade econômica e, ao mesmo tempo, as próprias terras coloniais estavam ameaçadas por invasores intrusos que objetivam não só conquistar, mas fixar núcleos de povoadamentos nessas regiões.

Este artigo pretende oferecer subsídios para se pensar na fundação da vila de São José de Macapá como suporte do planejamento militar para ocupação e defesa da região amazônica no século XVIII, na sua parte setentrional, que iria viabilizar a construção de uma fortaleza como marco de limite da fronteira da embocadura do rio Amazonas.

A abordagem de pesquisa pela qual se optou é qualitativa, já que, para se trabalhar com um objeto de estudo alicerçado em contextos sócio históricos específicos, é imprescindível ir à busca de uma compreensão aprofundada do mesmo do que de quantificações, embora as últimas possam emergir naturalmente dos dados coletados. Como instrumentos para a coleta de dados, vislumbrou-se inicialmente a análise documental de registros históricos oficiais em referências bibliográficas e mapas a cerca de seu tema gerador.

Considerando a complexidade dos fatos e tendo como propósito norteador deste trabalho a vila de São José Macapá como vila planejada e militarizada no desenho das fronteiras da Amazônia no século XVIII, é primordial entender o planejamento e a urbanização não só como um processo de anseio político, social e econômico de um estado ou de uma sociedade, mas também como um fenômeno de interesse político-militar de defesa e de soberania nacional.

Desse modo, a vila de São José de Macapá serviu aos interesses metropolitanos como alicerce para o processo de militarização como instrumento de defesa dos limites de fronteira da Amazônia colonial, ameaçada pelo assédio e interesse estrangeiro.

Para alcançar o objetivo que nos propomos, começaremos por revisar o processo de disputas territoriais no Brasil colonial (primeiro item), passando pelo período pombalino e a fundação da vila de São José de Macapá (segundo item), e pela consideração do planejamento da fundação da vila de Macapá (terceiro item), terminando com os resultados e discussão (quarto item) e pelas considerações finais.

## **2. O PROCESSO DE DISPUTAS TERRITORIAIS NO BRASIL COLONIAL**

Durante o erguimento do Império colonial português na América, muitos países europeus reagiram às excessivas aquisições territoriais dos povos ibéricos em vários continentes. O Tratado de Tordesilhas (1494) não era considerado válido por nações como Inglaterra, França e Holanda, que se dispuseram, por meio de ações bélicas e diplomáticas, a ferir seus fundamentos e a tentar povoar as terras americanas, asiáticas e africanas controladas por Portugal e Espanha. Assim, a América Portuguesa, desde as primeiras décadas do século XVI, enfrentou a constante ameaça estrangeira. Destacam-se, nesse sentido, as invasões francesas, inglesas e as holandesas na região. (TAVARES, 2008).

Nesse sentido se fez necessário um extremo esforço português para a defesa de suas possessões territoriais na sua parte de Tordesilhas, o que provocou o intenso processo de construção de fortificações e fundação de vilas na colônia como reação natural às constantes investidas militares estrangeiras ameaçadoras ao domínio luso na região colonial.

A seguir, três casos exemplares desse processo de disputas territoriais no Brasil desencadearam a ordem de ocupação: A França Antártica e o Rio de Janeiro; A França Equinocial e São Luiz do Maranhão e o Forte do Presépio e a Feliz Lusitânia (Belém/PA) onde primeiramente, ocorreu a fundação de fortes e, posteriormente, a fundação de vilas. (TAVARES, 2008).

### **2.1 A FRANÇA ANTÁRTICA E O RIO DE JANEIRO**

Nos últimos anos do século XV e no início do século XVI, a presença francesa na costa do

Brasil era intensa (BICALHO, 2008). A contestação ao Tratado de Tordesilhas vinha acompanhada de um sólido comércio de pau-brasil, praticado por meio do escambo com os indígenas, que se relacionavam muito bem com os franceses. Na medida em que essa presença estrangeira se mostrava incômoda, o Império Português se dispôs a promover a ocupação territorial, utilizando, para isso, o sistema de capitânicas hereditárias (TAVARES, 2009). Apesar do empenho luso de impedir a entrada de outros países na região, os franceses acabaram por fundar uma comunidade na região da Baía de Guanabara no ano de 1555. Era a chamada França Antártica (BICALHO, 2008).

A fundação dessa colônia se associou aos conflitos religiosos ocorridos na França no início do século XVI. Apesar de ser um país profundamente católico, a França assistia a um considerável avanço da religião protestante. A atuação dos seguidores do calvinismo, conhecidos na França por huguenotes, atingia todos os grupos sociais, chegando, inclusive, a influenciar alguns setores da estrutura governamental do país (TAVARES, 2009). Esse cenário ficava ainda mais complexo na medida em que o protestantismo representava uma ameaça ao princípio do direito divino dos reis, já que este se orientava pelos fundamentos do catolicismo, demarcando, inclusive, a aliança entre a monarquia francesa e a Igreja Católica. O auge desses atritos na França ocorreu em 24 de agosto de 1572, na famosa noite de São Bartolomeu, quando trinta mil protestantes foram massacrados após uma fracassada tentativa de pacificação na relação das duas religiões por meio do casamento entre a princesa católica Margot de Valois e o príncipe protestante Henrique de Navarra (SAMESHIMA, 2004).

Um dos reflexos desses atritos religiosos foi a opção de um grupo de calvinistas em migrar para as áreas americanas com objetivo de professar a fé protestante e fugir dos conflitos religiosos que se intensificavam na França, grupo sob liderança do almirante Coligny, contando com o apoio do capitão Nicolas Durand de Villegagnon. A opção pela América Portuguesa se fundamentou no contato dos franceses com a região, devido ao comércio do pau-brasil nos primeiros anos de colonização. Soma-se a isso a falta de vigilância da Coroa lusitana em suas colônias, diferentemente dos espanhóis, que temiam ataques estrangeiros nas regiões de exploração da prata (BONNICHON, 1975).

Chegando em 1555 no atual território do Rio de Janeiro, os franceses se fixaram em duas ilhas da Baía de Guanabara. Lá empreenderam um intenso comércio de trocas com os índios tupinambás, que forneciam madeiras, alimentos e índios inimigos que eram comercializados como escravos (TAVARES, 2009).

A reação portuguesa começa de fato quando o governador geral do Brasil, Mem de Sá, nomeou seu sobrinho Estácio de Sá como capitão-mor na colônia e, a partir de então, foi fundado o forte de São Sebastião do Rio de Janeiro (1565) que deu origem a vila do Rio de Janeiro (SAMESHIMA, 2004).

A cidade do Rio de Janeiro, como algumas cidades do litoral brasileiro, fora fundada a partir de sua fortificação e não como o processo inverso e obedeceu ao contexto de defesa do litoral brasileiro contra o assédio estrangeiro.

## 2.2 A FRANÇA EQUINOCIAL E SÃO LUIZ DO MARANHÃO

No caso de São Luís do Maranhão, sua fundação também foi voltada para o processo de defesa do litoral brasileiro, embora em um contexto em que o estado português estava sob domínio espanhol pela União das Coroas Ibéricas (1580-1640) (CARDOSO, 2011). Na ocasião, os franceses, mais uma vez, se impuseram e invadiram a região (1612). O objetivo era fundar uma vila que garantisse a criação de uma estrutura para a invasão do vice-reino do Peru, principal região fornecedora dos metais preciosos da Espanha na América. (TAVARES, 2008).

O esforço francês ficou a cargo de Daniel de La Toche que fundou a cidade de São Luiz do Maranhão em homenagem ao importante monarca francês do século XVI, Luiz XIII. A nova empreitada, no entanto, teve curta duração, já que a reação luso-espanhola acabou por expulsar os franceses da região, em 1615, três anos depois do início da ocupação. Por conseguinte, São Luiz do Maranhão é mais um exemplo de cidade litorânea que foi fundada a partir do processo de fortificação.

## 2.3 O FORTE DO PRESÉPIO E A FELIZ LUSITÂNIA (BELÉM/PA)

Após a expulsão dos franceses da região de São Luiz do Maranhão, os portugueses foram autorizados a partir em missão mais ao interior da colônia para consolidar os domínios luso-espanhóis na região amazônica.

A fundação do Forte do Presépio (1615) foi o marco inicial do processo de colonização da região amazônica no século XVII. Como refere Reis (1984, p. 217),

A política portuguesa, visando o exercício de sua soberania no mundo físico-político, imerso que estava criando, firmou-se com a ereção de pequenas fortificações, que representavam o poder militar português e asseguravam o exercício de sua soberania com maior segurança. O fortim do Presépio construído em 1615 por Francisco Caldeira Castelo Branco e origem do núcleo urbano que é hoje a cidade de Belém, foi o início dessa política de fortificações.

Para Tavares (2008), o processo de disputas territoriais na embocadura do rio Amazonas era intenso pela política de invasões holandesas, inglesas e francesas que objetivavam, além do domínio das terras, o extrativismo das drogas do sertão. Nesse sentido, a fundação da vila de Feliz Lusitânia (Belém do Pará), assim como o Rio de Janeiro e São Luiz do Maranhão, se deu a partir da necessidade de defesa das terras portuguesas contra as invasões estrangeiras, seguindo a ordem da construção das fortificações, em primeiro plano, e a seguir a povoação das vilas como processo de ocupação natural.

A preocupação com o assédio estrangeiro era tão grande que, por ordem da União Ibérica, no reinado de Felipe IV, foi criada a Capitania do Cabo Norte (1637), primeira delimitação política e geográfica do atual Estado do Amapá, na época com uma pequena alteração na faixa de fronteira sul (SANTOS, 1998).

Figura 1 – Capitania do Cabo Norte (1637).



Fonte: Adaptada de Santos (1998, p. 8).

## 3. O PERÍODO POMBALINO E A FUNDAÇÃO DA VILA DE SÃO JOSÉ DE MACAPÁ

Na percepção de Vilhena (1984), o governo de D. José I (1750-1777) e a sua prática reformista estavam sob forte influência do Iluminismo, no sentido de as Colônias estarem sempre dispostas a atender as necessidades da Metrópole, firmando, assim, cada vez mais, a lógica pactualista de exploração e monopolização dos recursos coloniais em favor dos interesses metropolitanos.

Para Santos (1984), o Iluminismo português, diferentemente do francês, estava em favor do Rei e do Estado, e isso, de certa forma, provoca uma estagnação no sistema educacional em Portugal deixando-o em atraso em relação às demais potências europeias. A insistência no modelo Neo-mercantilista acaba por intensificar os investimentos no processo de exploração colonial como atenuante de uma relação direta de dependência (Metrópole X Colônia).

Segundo Camilo (2009), a escolha de Pombal como ministro do estado português, seria muito prudente pelo fato do mesmo ter suas bases de formação na Inglaterra e na França, o que lhe daria



o espírito transformador e necessário para perceber e solucionar a crise que atravessara Portugal naquele momento. Maxwell (1996) também aponta o ministro de D. José I como *Déspota Esclarecido*, condição necessária para a transformação do absolutismo português como ferramenta essencial para a revitalização da economia metropolitana.

De fato, o Marques de Pombal foi norteador para a compreensão das transformações políticas e econômicas na metrópole e, ao mesmo tempo, no Brasil, quando da aplicabilidade das medidas pombalinas, em particular, na Amazônia, provocaram numerosas mudanças na colônia.

Camilo (2009) aponta a relação direta entre o governo de Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-1759), irmão de Pombal, no estado do Grão-Pará e Maranhão e o planejamento da fundação da vila de São José de Macapá. O planejamento foi de fundamental importância para a aceção da militarização como modelo de defesa dos limites de fronteira da Amazônia ameaçada por intrusos (CASTRO, 1999). Por isso, a necessidade das visitas do irmão de Pombal no povoado de Macapá (1751) e as cartas do rei D. José dando autorização à elevação de Macapá à condição de vila aos moldes das vilas pombalinas setecentistas com planejamento militar como instrumento de defesa do patrimônio luso.

Este contexto se tornou favorável à fundação da vila de Macapá, que, de fato, era prudente pela necessidade de defesa do espaço lusitano na América do Sul como mecanismo propulsor da economia metropolitana. A estratégia associada à militarização como elemento fundamental para a demarcação dos limites da fronteira, para, em seguida, promover a exploração. Não teria como explorar o espaço, caso não fosse garantida a propriedade de Portugal (CASTRO, 1999).

### 3.1 O PLANEJAMENTO DA FUNDAÇÃO DA VILA DE SÃO JOSÉ DE MACAPÁ (1751-1758)

Para Ravena (1999), o governador geral do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751), dando satisfações ao Conselho Ultramarino referia-se àquele espaço como um lugar de boas terras e maus vizinhos. Ele estava se referindo às terras localizadas ao espaço amapaense, aos padres de ordens religiosas e intrusos que ocupavam a região. Na ocasião (1751), já havia planejamento militar para a fundação da vila de São José de Macapá.

Para Castro (1999), o contexto em que se encontrava o estado português, naquele momento não era dos melhores. Havia uma crise econômica anunciada pela insistência ao modelo monopolista de colonização que se arrastava por mais de dois séculos. No entanto, o século décimo oitavo não estava muito a favor da manutenção do modelo neo-mercantilista sustentado pelos lusos, nos tempos em que os investimentos de alguns países europeus estavam voltados para o processo de industrialização.

A coroa lusitana, por não está inserida no contexto industrial, só teria uma única saída, insistir no seu projeto colonizador monopolista apostando as suas forças no processo de exploração das *commodities* coloniais (MAXWELL, 1999). Para isso o estado português deveria inicialmente se preocupar em combater os interesses de intrusos estrangeiros, que ameaçavam o domínio das possessões territoriais lusas na América.

Segundo Camilo (2009), o Marques de Pombal, ministro e déspota esclarecido, ao enviar e nomear seu legítimo irmão como governador geral do estado do Grao-Pará e Maranhão (1751), tratou de organizar os negócios na colônia e promover as bases de militarização e povoamento das regiões ameaçadas.

Para Ravena (1999), os principais ingredientes dessa alquimia de conquista e povoamento lusitano ultramarino estavam no planejamento e no imprevisto. Este último foi perceptível desde a chegada dos primeiros 432 açorianos (1751) para a fundação da Vila de Macapá. A falta de dinheiro para os transportes e para a alimentação dessa gente em Belém se fez como exemplo claro de improvisação. Nesse sentido, a vila de São José de Macapá estava sendo preparada para ser fundada e obedecer à lógica comportamental do processo de militarização – fortificações – capazes de oferecer segurança às possessões territoriais portuguesas na Amazônia colonial (CAMILO, 2009).

Para Castro (1999), as origens do povoado de Macapá estão associadas ao contexto das disputas territoriais na Amazônia colonial. A própria história do estado do Amapá está totalmente voltada

para o processo da militarização, seja no caráter ofensivo, quando se lutou no Amapá contra os invasores intrusos, seja no defensivo, quando as fortificações, povoações e vilas foram fundadas com o objetivo de garantir a posse das terras à coroa lusitana. Assim, os indícios da ocupação do povoado de Macapá estão relacionados ao século XVII, em reação às invasões e fundação de fortificações inglesas e holandesas na região do atual estado Amapá.

A seguir, apresenta-se um breve histórico dos vestígios documentais, das fortificações que foram fundadas na região do Estado do Amapá.

Quadro 1: Fortificações construídas no Amapá entre os séculos XVII e XVIII.

FORTIFICAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	ORIGEM	ANO
Forte do Torrego I, Torego, Foherégo, Tauregue, Maracapu	Construído na margem esquerda do rio Amazonas, na confluência do Rio Anue-rapucu, em frente à ilha de Santana.	Inglesa	1612
Casa Forte do Rio Felipe	Nas proximidades da cidade de Macapá	Inglesa	1620
Forte do Torrego II, Torego, Foherégo, Tauregue, Maracapu	Construído na Margem esquerda do rio Amazonas, na confluência do Rio Anue-rapucu, em frente à ilha de Santana.	Inglesa	1629
Forte North, Pattacue ou forte do Rio Felipe	Construído nas proximidades da cidade de Macapá	Inglesa	1629
Forte de Cumaú	Construído no rio Matapi, em sua margem esquerda.	Inglesa	1632
Forte Maricary ou Maiacaré	Construído na embocadura do Rio Maricary, nas proximidades da foz do rio Araguari.	Holandesa	1633
Casas Fortes do Rio Araguari, forte do Rio Araguari ou Forte do Rio Bataboute	Construído na confluência do rio Araguari com o rio Maricary	Portuguesa	1687
Forte de Santo Antônio de Macapá ou de Cumaú	Construída há duas léguas (18 km) da praça de Macapá e duzentas braças (440 m) da Boca do Rio Matapi	Portuguesa	1688
Casa forte da Ilha de Santana	Construída na ilha de Santana	Portuguesa	1729
Forte de São José de Macapá I	Construído na vila de São José de Macapá	Portuguesa	1761
Fortaleza de São José de Macapá	Atualmente localizada na cidade de Macapá	Portuguesa	1764 a 1782

Fonte: Adaptado de Castro (1999, p. 130-193).

Pelos indícios das construções de todas as fortificações citadas anteriormente, houve uma intensa disputa territorial na região do atual estado do Amapá por ingleses, holandeses e portugueses. O processo de ocupação foi de militarização e defesa e as estratégias para a fundação da vila de São José de Macapá foram planejadas para atender a lógica de repulsa aos intrusos, e para isso o estado português deveria contar com a ação militar de fortificações que pudesse evitar a ocupação estrangeira (CAMILO, 2009).

Analisando as informações do Quadro 1, percebe-se que no Amapá foram construídas onze fortificações, sendo cinco inglesas, cinco portuguesas e uma holandesa, o que nos revela as intensas disputas e assédio estrangeiro nas terras do Cabo Norte. Neste sentido, o plano de ação militar, que levou à fundação da Vila de Macapá, começou a ser pensado pela Coroa Portuguesa a partir da necessidade de transição estratégica-militar da construção e abandono de duas, das principais, fortificações citadas no quadro 1. (CASTRO, 1999).

O Forte de Santo Antônio de Macapá (1688), fundado como reação à construção do Forte de Cumaú (1632), que, pela sua posição geográfica, não satisfazia a necessidade de defesa, por estar muito escondido no rio Matapi e sem visão para o rio Amazonas, foi abandonado e suas tropas e armamentos transferidos para um novo ponto, a Casa Forte da Ilha de Santana (1729), que possuía uma posição mais adequada ao controle das embarcações no rio Amazonas.

Neste mesmo ano (1729), o governador Antônio Marreiros (1728-1732) ordenou a retirada da força que ali estava, apesar de ter boa localização, propondo a sua mudança para outro lugar mais sadio e com melhores condições para a conservação dos soldados (CASTRO, 1999). Desse modo, um destacamento militar enviado pelo governador do estado do Pará, João Abreu de Castelo Branco, em 1738, alojado na falésia onde hoje está situada a Fortaleza de São José de Macapá deu o início à ocupação do Povoado de Macapá (VIDAL, 1983).

### 3.1 O PLANEJAMENTO MILITAR E URBANIZAÇÃO

Segundo Camilo (2009), a partir da segunda metade do século décimo oitavo, no governo de D. José I (1750-1777), o ministro do estado português, Sebastião José de Carvalho e Melo – o Marquês de Pombal – nomeou seu irmão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, como governador geral do recém-criado estado do Grão-Pará e Maranhão (1751). Mendonça Furtado, assim que assumiu tal cargo, recebeu instruções régias públicas e secretas ordenadas pelo rei D. José I para examinar as condições de segurança do território amazônico:

Fareis o exame possível onde puderdes chegar, e encarregareis o governador do Maranhão, que no seu distrito, faça a mesma diligência para examinar as fortalezas e repará-las, quanto for possível, como também, para o estabelecimento de outras, sendo necessárias; dando-me conta de tudo que for a este respeito, achardes sobre essa matéria, em especial sobre a fortaleza que em 8 de março de 1749, se me propôs ser precisa na costa de Macapá, examinando logo qual ela deve ser, de que força, e os meios que mais fácil e prontamente se pode aplicar a esta obra. (CAMILO, 2009, p. 46).

A fortaleza citada por D. José I era a Fortaleza de Macapá, já planejada em 1749, anterior à fundação da própria vila de Macapá, ainda no reinado de D. João V. A preocupação do rei estava associada ao contexto das fortificações fundadas anteriormente na região amapaense.

Ainda em 1751, Mendonça Furtado, havia ordenado a vinda de açorianos para dar início ao processo de ocupação no povoado de Macapá, com intenções nítidas de elevação deste povoado à condição de vila. Entre os anos de 1751 e 1764 esteve evidente o processo de planejamento urbano da vila de São José de Macapá com base no processo de militarização da Amazônia.

Para Castro (1999), a sociedade colonial amapaense desde cedo fora militarizada, mais especificamente, o próprio estado do Amapá (na época, dentro do estado do Grão-Pará e Maranhão) surgiu como uma proposta do resultado bélico, que circundava a região pelas ofensivas invasões estrangeiras. Reconhecida a necessidade de defesa da região por parte da coroa portuguesa, as intenções iniciais de ocupação se voltaram para o povoamento e construção de um presídio militar nas proximidades do forte de Santo Antônio na embocadura do rio Matapi, construído em 1688.

Para Delson (2013), o projeto inicial da vila de São José de Macapá acompanha o modelo pombalino de reconstrução de Lisboa (1755). A planta da vila de São José de Macapá (Figura 2), desenhada pelo capitão engenheiro Gaspar João Gronfeld, mostra uma vila com duas praças, onde a única função de uma delas – praça de São João – seria conter um pelourinho, que, de praxe, toda vila erguida deveria ter e a outra – praça de São Sebastião – seria a praça da matriz como centro político administrativo, contendo a câmara municipal, a casa do cirurgião e um açougue.

Figura 2 – Planta da vila de São José de Macapá (1761)<sup>3</sup>.

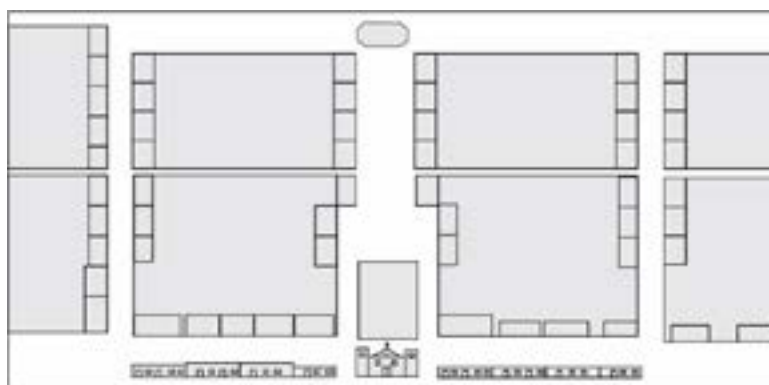


Fonte: REIS, Nestor Goulart (2000). *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. Figura 309.

Segundo Delson (2013), a figura 3 revela a disposição das casas e ruas da vila de São José de Macapá. Nela, é possível perceber uma escala que permite calcular cada unidade residencial. Com base nessa planta cada tem uma fachada de mais ou menos 33 pés (10 metros ou 5,5 braças) e um comprimento de cerca de 18 pés (5,5m) com espaço interno de três compartimentos com um vestíbulo estreito.

As casas eram pegadas umas as outras com paredes comuns para minimizar os custos, com as suas ruas em malha de plano ortogonal, que se cruzam de forma perpendicular, largas e sem becos (CASTRO, 1999). Estrategicamente planejada para fugas em caso de ataques de intrusos estrangeiros, pela sua simetria e harmonia de perspectiva, características das cidades e vilas do século décimo oitavo no período pombalino (1750-1777).

Figura 3 – São José de Macapá detalhe das disposições das habitações e das ruas, 1759.



Fonte: Adaptada do arquivo histórico do Exército, série norte, série Pará, loc. 11.01.2231.

<sup>3</sup> Planta da Villa de S. Jozé do Macapá tirada por Ordem do Ill.mo e Ex.mo Sñr. Manoel Bernardo de Mello de Castro Gov.or e Capp.am General do Estado do Para & c. em o Anno de 1761 pello Capitão Eng.ro Gaspar João de Gronfeld.



A figura 4 apresenta o plano concluído de uma fortificação próxima da vila de São José de Macapá – a Fortaleza de São José Macapá – que teria sido planejada muito antes da própria fundação da vila pela constante ameaça de invasões e pela necessidade de substituir a fortificação de Santo Antônio na embocadura do rio Matapi. Esta fortaleza estaria inserida no planejamento de militarização da Amazônia setecentista e teria como suporte para a sua construção a própria vila de São José de Macapá, fundada justamente para tal finalidade (CAMILO, 2009).

Um detalhamento importante é a área alagada na esplanada da fortaleza que separa a fortificação da vila e deixa a população na condição de isolamento que, com o passar dos anos, foi aterrada pelo governo do Território Federal do Amapá (1943-1988) e ocupada pela população da própria Vila. A área alagada vista nesta figura 4, hoje faz parte do complexo turístico do entorno da fortificação onde se encontra um parque, uma área campal e o Mercado Central<sup>4</sup>.

Figura 4 – Desenho da Vila de Macapá e da Fortaleza de São José<sup>5</sup>



Fonte: Arquivo Histórico do Exército, autor Henrique Antônio Gallucio, 1764, série Pará, n. 11.01.2227.

## 5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os apontamentos realizados nesse trabalho indicam um olhar diferente sobre a fundação da vila de São José de Macapá a partir do planejamento militar de defesa do patrimônio luso, ameaçado no século XVIII por intrusos estrangeiros que não aceitavam a demarcação limítrofe de Tordesilhas e investiam suas forças na dominação e posse das terras da Amazônia setecentista.

O planejamento da vila de Macapá, apresentado nas figuras 2, 3 e 4 pelas plantas do engenheiro João Gronfeld e publicado nos arquivos do Exército brasileiro, revela que o processo de fundação da vila de Macapá (1758) foi anterior à construção da Fortaleza de São José. Isso demonstra que a fundação da vila seria planejada para receber a fortificação como instrumento de defesa das terras lusas na Amazônia.

A partir da figura 1, podemos perceber as intenções estrategistas dos portugueses em relação ao ordenamento urbano da vila de Macapá, a partir de sua uniformidade com ruas largas e perpendiculares dentro do projeto ortogonal das cidades setecentistas que facilitaria as fugas da população em caso de ataque inimigo. Mesmo assim, a vila de São José de Macapá representava o exemplo ideal do bom gosto em urbanismo. Simetria e harmonia de perspectiva eram sinônimos de beleza para a mentalidade da época.

Para Camilo (2009), a fundação de São José de Macapá como vila estrategicamente planejada era de extrema necessidade pelo momento nevrálgico e de instabilidade que se impunha à região pela iminente ameaça e assédio estrangeiro no espaço amazônico. Neste encaixe, Castro (1999) defende

<sup>4</sup> Mercado Central de Macapá: construído no governo de Janary Nunes (1943-1956)

<sup>5</sup> ‘Planta de uma fortificação regular, fácil e resumida para se defender com huma limitada guranição aplicada ao terreno mais vantajoso da Praça de S. Jozé do Macapá, e projetada em execução das Ordens do Ill.mo, e Ex.mo SÑR Fernando da Costa de atayde Teyve do Coelho de E S.M. FID.ma Seu governador, e capitão general do estado do Pará, Maranhão, e Piauy/Pelo Capitão Engenheiro Henrique Antonio Gallucio... MDCCLXIV’.

a militarização como elemento motivador das fundações das vilas na Amazônia setecentista, em especial no estado do Amapá, a fundação da Vila de São José de Macapá como defesa dos limites lusos na Amazônia.

Na visão de Ravena (1999) e Maxwell (2003), o espaço amapaense era de boas terras e maus vizinhos, referindo-se às terras ocupadas por padres de ordens religiosas, perseguidas por Mendonça Furtado e ao assédio estrangeiro de franceses, holandeses e ingleses. Daí a necessidade imediata de ocupação definitiva pelos portugueses, o que justifica a fundação da vila de Macapá, estrategicamente pensada como defesa dos limites das fronteiras do cabo Norte, principalmente como base para a fundação da Fortaleza de São José de Macapá.

Como contra ponto à visão de Ravena (1999), Ribeiro (1998) alega que as cidades setecentistas portuguesas não inovaram em seu processo de planejamento e muito menos adotaram um novo modelo urbanístico no governo de pombal associado ao processo de militarização nem em Portugal e menos ainda no Brasil.

Ainda na análise de Ribeiro (1998), Maxwell (2003) também se equivoca quando afirma que a reconstrução de Lisboa, após a devastação do terremoto de 1755, é considerada um modelo de planejamento urbano do Iluminismo. Isso seria um engano devido a Lisboa pombalina ter sido a última das cidades antigas carregando ainda a marca barroca.

Outro ponto é a postura de cada eixo ortogonal, cada praça simétrica, cada plano racional de distribuição de espaço e seus implementos urbanos, como água e esgotos, colocar-se, indiscriminadamente, uma etiqueta de iluminismo e de século XVIII, sem se levar em consideração que muitas dessas experiências pertencem a arraigadas tradições do passado, tanto do passado longínquo, como o das cidades romanas.

O ponto da discussão, de fato, não é se as cidades pombalinas são originais ou não no seu caráter iluminista, e sim a sua verdadeira função dentro do aspecto do planejamento à serventia da militarização como instrumento de defesa das possessões de terras portuguesas ameaçadas na Amazônia colonial.

O marquês de Pombal, usando ou não a originalidade das suas cidades embrionárias iluministas, autorizou a fundação da vila de São José de Macapá, a partir de um planejamento militar em favor da defesa dos limites de fronteira do Brasil na sua repartição setentrional como elemento propulsor da economia metropolitana em detrimento da exploração de sua mais rica e ameaçada colônia.

Podemos perceber, igualmente, que a fundação da vila de Macapá foi inversa ao contexto de fundação das vilas do resto do Brasil colonial. Macapá (1758) foi planejada e fundada antes da construção da Fortaleza de São José (1764-1782), enquanto a maioria das vilas fundadas no litoral brasileiro o foram a partir da construção de suas fortificações.

No levantamento bibliográfico realizado para esta pesquisa foi possível perceber que as vilas do Rio de Janeiro (1565), São Luiz do Maranhão (1612) e de Belém do Pará (1616) foram originadas como um processo natural de ocupação do espaço territorial nas proximidades de suas fortificações. O processo de ocupação do litoral do Brasil colonial se deu também como reação às invasões estrangeiras. Desse modo, as fortificações deram origem às vilas.

No caso de Macapá, o processo foi contrário: primeiro a vila foi fundada e depois a sua fortificação. Isso se explica pelo próprio contexto de militarização da Amazônia no século XVIII, que permitiu à metrópole portuguesa perceber a necessidade de defesa das suas possessões territoriais, que, naquele momento, estavam seriamente ameaçadas por intrusos. Macapá, como vila inversa a esse contexto, serviria como base de uma das principais fortificações da Amazônia e deveria ser planejada anteriormente à sua fundação, para atender tal necessidade.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar em planejamento militar para a fundação de uma vila na Amazônia no século XVIII, *a priori*, não parece ser coerente, no entanto, a vila de São José de Macapá tem peculiaridades e especi-

ficidades por ela estar no epicentro de uma disputa por espaços estratégicos na América que traçariam novos limites fronteiriços no cenário cosmopolita.

A posição geográfica da vila de Macapá fora de profunda relevância política pela sua posição na embocadura do rio Amazonas e fundamentalmente importante para o desfecho de disputas territoriais que problematizavam as relações internacionais na Amazônia colonial. De fato, as ações de planejamento militar para a fundação da vila de Macapá foram pensadas pela pungente política pombalina aplicada ao estado do Grão-Pará e Maranhão (1751) por Mendonça Furtado como medidas espoliativas ligadas diretamente à crise econômica que assolava a metrópole portuguesa no século XVIII.

Cabe salientar que todo o esforço militar feito pelo estado português para a consolidação dos domínios do espaço amazônico não seria tão eficiente caso não fosse de tanta sorte a fundação da vila planejada na embocadura do rio Amazonas como marco embrionário da maior fortificação da América latina (Vila de Macapá e a Fortaleza de São José).

## FONTES

1. Arquivo Público do Pará

LOC. N. 11.01.2227.

LOC. N. 11.01.2231.

## REFERÊNCIAS

BICALHO, Maria Fernanda B. A França Antártica, o curso, a conquista e a “luterana peçonha”. **História**, v.27, n.1, 2008.

BONNICHON, P. Ferrez, G. “A França Antártica”. In *Historia Naval Brasileira*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação geral da Marinha, v. 1, 1975, p 403-471.

CAMILO, Janaína. **Homens e pedras no desenho das fronteiras**: a construção da Fortaleza de São José de Macapá (1764-1782). Brasília, DF: Senado Federal, Conselho Editorial, 2009.

CARDOSO, Alírio. **A conquista do Maranhão e as disputas atlânticas na geopolítica da União Ibérica (1596-1626)**. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 31, n. 61, p. 317-338, 2011.

CASTRO, Adler Homero de. O Fecho do Império: História das Fortificações do Cabo Norte ao Amapá Hoje. In: GOMES, Flávio dos Santos. **Nas terras do Cabo Norte**: Fronteiras, Colonização e Escravidão na Guiana brasileira, Seculos XVIII-XIX. Belém: UFPA, 1999.

DELSON, Roberta Marx. **Novas vilas para o Brasil Colônia**: Planejamento espacial e social no século XVIII. Arquitetura e engajamento. São Paulo, 2013.

FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

GOMES, Flávio dos Santos. **Nas terras do Cabo Norte**: Fronteiras, Colonização e Escravidão na Guiana brasileira, Seculos XVIII-XIX. Belém: 1999.

GOMES, Flávio dos Santos; QUEIROZ, Jonas Marçal de & COELHO, Mauro César (orgs.). **Relatos de Fronteira**: fontes para a história da Amazônia. Século XVIII e XIX. Belém: UFPA, 1999.

MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal**: paradoxo do Iluminismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. **Pombal e a nacionalização da economia lusa-brasileira**. Ensaios tropicais. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

RAVENA, Ravena. Maus vizinhos e boas terras: ideias e experiências no povoamento do Cabo Norte – Sec. XVIII In: GOMES, Flávio dos Santos. **Nas terras do Cabo Norte**: Fronteiras, Colonização e Escravidão na Guiana brasileira, Seculos XVIII-XIX. Belém: UFPA 1999.

- REIS, Nestor Goulart. Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial. **Revista Oceanos**, n 41, 2000.
- RIBEIRO, Nelson Pôrto. **A entrada real enquanto festa barroca e a Lisboa Pombalina**. ANPUH – XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – João Pessoa, 2003.
- SANTOS, Fernando Rodrigues dos. **História do Amapá**. 4ª edição – Macapá: Editora Valcan, 1998.
- SANTOS, Maria Helena Carvalho dos. **Pombal Revisitado**. Volume I. Editorial Estampa, 1984.
- SAMESHIMA, Maria Carolina Akemi. As cartas da França Antártica. **Revista Intellectus**, v. II, 2004.
- TAVARES, Maria Goretti da Costa. Revista. A formação territorial do espaço paraense: dos fortes à criação de municípios. **Acta Geográfica**, ANO II, n°3, p.59-83. jan./jun. de 2008.
- TAVARES, Luís Fabiano de Freitas. **Da Guanabara ao Sena: Relatos e cartas sobre a França Antártica nas Guerras de religião**. Niterói, 2009. 214 f. Dissertação (Mestrado em História)– Programa de Pós-Graduação em História – PPGH, Universidade Federal Fluminense, 2009.
- VIDAL, Estácio. **História do Amapá**. Imprensa Oficial do Amapá, 1983.



# A (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA RMM: AS DINÂMICAS IMOBILIÁRIAS COMO EXPRESSÃO DA NOVA REALIDADE METROPOLITANA EM IRANDUBA-AM<sup>1</sup>

Eduardo Henrique Freitas Braga<sup>2</sup>

Isaque dos Santos Sousa<sup>3</sup>

Susane Patrícia Melo de Lima<sup>4</sup>

A Rodovia AM-070 – ou Rodovia Manoel Urbano – foi construída no contexto dos planos de integração e desenvolvimento da Amazônia, nos idos de 1960, quando o desenvolvimento extensivo do capitalismo chega à Amazônia. Neste contexto, a dinâmica de apropriação do espaço está direta ou indiretamente relacionada à circulação viária, sendo definida e direcionada pelas estradas principais ou vicinais. A mudança do modal de transporte transforma o espaço e acaba por criar novos significados e funções a este espaço. Passando do fluvial para o rodoviário, a integração da capital amazonense com o município de Iranduba, Manacapuru e Novo Airão se torna mais rápida e intensa, modificando o espaço em questão. O mercado imobiliário, produto e produtor da valorização da terra, é um dos principais elementos dessa dinâmica urbano-metropolitana. Na Região Metropolitana de Manaus/RMM esta condição tem se manifestado intensamente ao longo da Rodovia Manuel Urbano, estrada que liga Manaus aos municípios de Iranduba, Manacapuru e Novo Airão – ou a “borda-sul” (que também compreende o Careiro da Várzea, porém a este o acesso é apenas fluvial). Esta dinâmica imobiliária também se estende, em alguns pontos, em estradas secundárias, como a AM-452 (Carlos Braga) e nos ramais, como o do Paricatuba e do Açutuba (Ramal da Serra Baixa).

A AM-070 passa por transformações rápidas e isoladas do resto do território amazonense – uma dinâmica imobiliária e de apropriação do solo que foram preparadas por investimentos estatais, como a construção da Ponte Rio Negro, a Cidade Universitária e a duplicação da estrada (Figura 01) e privados, como os empreendimentos imobiliários, e que agora se confundem, tornando a rodovia um alvo do “desenvolvimento” da região, ou melhor, da reprodução do capital. Os processos que ocorrem a partir de 2007 no recorte do trabalho ocorrem por marcos históricos (ações estatais) no estado do Amazonas. Estas ações são recentes, porém as dinâmicas espaciais que se produziram e ainda se produzem nela, acontecem de forma tão rápida quanto sua institucionalização, estabelecida no ano de 2007 (ano também do início da construção da Ponte Rio Negro), por meio da Lei Complementar 052/2007.

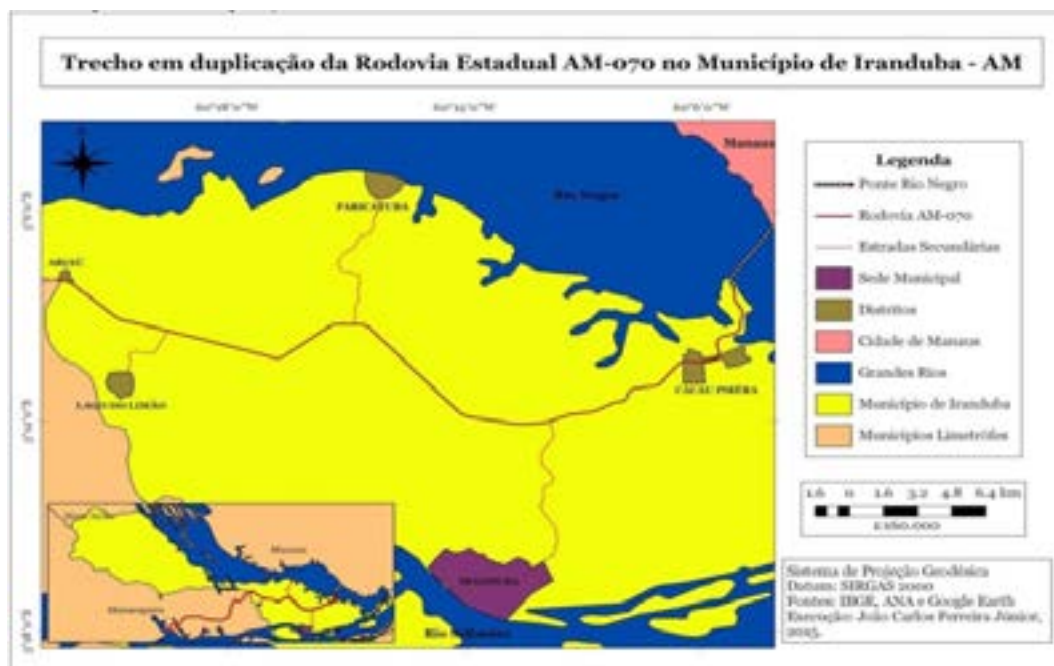
<sup>1</sup> Trabalho desenvolvido pelo Núcleo de Pesquisas Urbana e Regional/NPUR, na pesquisa maior intitulada: Região Metropolitana de Manaus: as transformações socioespaciais na borda sul (2007-2014), orientado pelo professor Isaque dos Santos Sousa, no âmbito do edital MCTI/CNPq/MEC/CAPES No 22/2014.

<sup>2</sup> Graduando do curso de Licenciatura em Geografia – UEA – Universidade do Estado do Amazonas, pesquisador PAIC/FAPEAM/NPUR/CNPq. E-mail: eduardohfreitasbraga@gmail.com

<sup>3</sup> Professor Doutor da Universidade do Estado do Amazonas/UEA, do Colegiado de Geografia, na Escola Normal Superior/ENS, pesquisador do Núcleo de Pesquisas Urbana e Regional/NPUR. E-mail: isaque13@gmail.com

<sup>4</sup> Professora Mestre da Universidade do Estado do Amazonas/UEA, do Colegiado de Geografia, na Escola Normal Superior/ENS. Pesquisadora do Núcleo de Pesquisas Urbana e Regional/NPUR. Co-orientadora. E-mail: susipatricia@gmail.com

Figura 01 – Mapa da área de estudo: AM-070 (Manoel Urbano).



Fontes: IBGE, ANA e Google Earth. Organização: Ferreira Júnior (2015).

Ocorreu simultaneamente à institucionalização da RMM (2007), o início da construção da Ponte Rio Negro (no mesmo ano), o principal fator responsável pelo processo de metropolização da Borda-Sul desta. Iranduba e Manacapuru expressam este processo de reestruturação de forma mais acentuada que outros municípios da RMM pelo fato do primeiro ser limítrofe à capital e estar diretamente ligado a ela pela Ponte Rio Negro, e o segundo por ser uma cidade que teve sua dinâmica alterada pela implantação do Gasoduto Coari-Manaus, e também por ter seu modal transformado pela criação da Ponte. Pode-se, portanto, estabelecer dentro do recorte espacial proposto, dois marcos históricos (ou ações indutoras) para a produção deste espaço:

- Institucionalização da Região Metropolitana de Manaus (RMM);
- Construção da Ponte Rio Negro.

Estabelece-se 2007 como um ano fundamental no desdobramento dessas dinâmicas, mesmo sem a Ponte Rio Negro estar concluída, pois a partir disto, aconteceram processos espaciais de antecipação, onde por meio das especulações imobiliárias, faz com que o Iranduba experimente, nos últimos 10 anos, a supervalorização do uso e ocupação da terra pelo mercado imobiliário. Visto a facilidade de acesso que a Ponte Rio Negro trouxe para o município, antes mesmo de sua inauguração, o capital e o Estado iniciaram o investimento e a valorização da estrada Manoel Urbano. Caracterizou-se uma antecipação espacial na rodovia, definida por Corrêa (2012) como

[...] uma prática que se pode ser definida pela localização de uma atividade em um dado local antes que condições favoráveis tenham sido satisfeitas. Trata-se da antecipação à criação de uma oferta significativa de matérias-primas ou de um mercado consumidor de dimensão igual ou superior ao limiar considerado satisfatório para a implantação da atividade (CORRÊA, 2012, p. 39).

Convém registrar que a hierarquização do espaço através da concentração industrial propiciou uma expansão urbanização espalhada na RMM, criando novos pontos de valorização em municípios vizinhos à capital antes mesmo da construção da Ponte. A valorização econômica da região ainda é centralizada, mas agora começa a se espalhar pela mesma, e a necessidade de expansão a outros territórios configura uma expansão das atividades econômicas. As mudanças ocorridas na cidade de Iran-

duba podem ser entendidas, dentre outras razões, em virtude da instabilidade jurídica a qual sofreu o município. Vários gestores foram presos acusados de corrupção, fraudes em licitações e desvios de verbas públicas, inclusive o prefeito<sup>5</sup> Xinaik Silva Medeiros, o que pode acarretar na falta de investimentos e arrecadação, devido à essa situação. Além do setor imobiliário, o Estado e a Prefeitura têm realizado obras na cidade frequentemente, devido ao aumento populacional e crescente economia na região, com o objetivo de valorizá-la cada vez mais (Figura 02).

Figura 02 – Obra de reestruturação da Avenida Amazonas, em Iranduba.



Foto: Eduardo Braga, dez. 2014.

Inerentes a essas novas práticas espaciais ligadas ao mercado imobiliário, que já fazem parte da realidade da RMM, tem-se a metropolização como característica destas transformações recentes. A metropolização na RMM, não ocorre como uma etapa do desenvolvimento urbano, que sucede a urbanização - processos estes que são de naturezas diferentes. A metropolização pode ocorrer como etapa seguinte à urbanização, mas não pode ser considerada restritamente assim porque pode vir de acordo com os fluxos e as dinâmicas que vão sendo criadas. Na RMM, a metropolização ocorre simultaneamente à urbanização. Áreas rurais, que nem sequer abrigaram condições e características urbanas, agora estão inseridas nessa nova realidade metropolitana.

## DAS REFLEXÕES TEÓRICO-CONCEITUAIS: A QUESTÃO METODOLÓGICA

Metodologicamente, a pesquisa utiliza-se do método crítico-histórico-dialético para sua realização, onde de acordo com Sposito (2004, 2010), [...] o sujeito se constrói e se transforma, construindo e transformando, ao mesmo tempo, o objeto, que construído (fruto do trabalho humano) influencia as ações do sujeito. Recorre, especialmente, a compreensão da realidade estudada, analisando a materialidade do mundo e seu movimento. Sendo o espaço historicamente produzido, este é simultaneamente reflexo e condicionante das ações humanas – um produto social. Essa concepção, trazida para a ciência geográfica, pode ser exemplificada pela relação homem ou sociedade (sujeito) e espaço (objeto): os homens produzem historicamente o espaço, fazendo dele um reflexo das ações humanas; contudo, enquanto produto social, o espaço condiciona a práxis dos homens, sendo, portanto, reflexo e condicionante. Assim sendo, o espaço é social, interessando ao geógrafo as diferentes e desiguais produções do espaço que são colocadas em baila pelos variados agentes sociais (hegemônicos ou não).

<sup>5</sup> Disponível em: <<http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2015/11/prefeito-de-iranduba-no-am-e-presos-em-operacao-contra-desvio-de-verbas.html>>. Acesso em 08 jan 2016.

O texto fundamenta-se nas leituras e compreensões de autores como Lencioni (2006), Corrêa (1989), Moraes (1987), Lefebvre (1999), Carlos (2008), dentre outros. Para o desenvolvimento da pesquisa realizaram-se visitas a campo, leituras diversas e as pertinentes discussões com o grupo de pesquisa, além de levantamentos de dados pertinentes às discussões. Posteriormente, foi realizada a análise e a interpretação destes dados e dos registros de campo.

## DINÂMICAS IMOBILIÁRIAS E METROPOLIZAÇÃO NA AM-070: RESSIGNIFICAÇÃO DO ESPAÇO

A valorização do espaço, por meio de ações e decisões dos agentes produtores deste, dá-se em dimensões espaciais e temporais particulares na Amazônia Ocidental – mais precisamente na RMM. Moraes e Costa (1987), ao discutirem a valorização do espaço, ressaltam que

A circularidade dos investimentos capitalistas centrada na reprodução do capital determina um processo ininterrupto de **fixação de valor ao solo**, não mais aquele do tipo “extensivo” no passado, mas aquele associado a uma aglomeração intensiva de valor num mesmo lugar. (MORAES; COSTA, 1987, p. 170).

Isso se manifesta e é representativo no recorte espacial por meio do acúmulo de investimentos nas proximidades, como ilustra a figura 03 a seguir:

Figura 03 – A Valorização do solo por meio de investimentos estatais.



Fonte: Portal Amazônia, 2012.

O estímulo ao consumo, inerente à sociedade capitalista contemporânea, utiliza-se neste contexto, do solo urbano – agregando-lhe valor de uso, valor de troca e valor de signo. Vende-se, acima de condomínios e/ou residenciais e suas características estruturais e arquitetônicas, a ideia de unicidade, perspectivas econômicas e as vantagens locacionais do imóvel. O signo, na venda e na publicidade e propaganda de um imóvel faz parte de uma lógica de consumo que na rodovia Manoel Urbano alia-se aos aspectos naturais e ao discurso ideológico do longe-perto em relação à metrópole manauara, como afirma Lima (2014):

O ‘longe-perto’ é definido por Lima (2014) como sendo [...] um discurso que de um lado sustenta as vantagens de estar longe dos problemas da metrópole, da grande cidade, como poluição, engarrafamentos, polifonia, violência, em suas variadas formas, próximo à natureza, etc, e ao mesmo tempo que sustenta a vantagem da proximidade em relação a esta



metrópole no que se refere aos benefícios do trabalho, do consumo, do lazer, dentre outras vantagens. Trata-se de um paradoxo, pois do ponto de vista topográfico a distância é a mesma, mas ideologicamente o discurso muda para ampliar ou diminuir a distância em relação à metrópole, dependendo do que se quer enfatizar na hora da venda.” (LIMA, 2014, p. 196-197)

Tendo sido feitas estas reflexões, a borda-sul da RMM se revela como principal recorte de mudanças socioespaciais e de valorização do solo em esfera regional e estadual, atualmente. A concentração de Manaus em relação aos outros municípios da RMM causa o processo inverso, de descentralização, proporcionando novos investimentos para produção e reprodução do capital (CORRÊA, 1989). Historicamente, Manaus é o *locus* de aglomeração populacional, econômica, social e cultural do estado, podendo estender sua influência até mesmo à Região Norte do Brasil (ao abrigar as migrações históricas da economia gomífera no fim e no início do século XIX e advinda da implantação das indústrias nos anos 1960). A criação da Zona Franca de Manaus foi o principal ato condicionador dessa expressão de centralidades em todos seus aspectos. Daí, tem-se Manaus como única metrópole da Amazônia Ocidental. Consequência dessa intensa concentração em nível regional, a periferização é um processo que acontece concomitante à essa recente dinâmica de produção do espaço que atinge além da borda-sul. A tabela 01 ilustra tal processo.

Tabela 01 – Evolução da População Urbana na RMM (1991-2020).

CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO URBANA NOS MUNICÍPIOS DA RMM (1991-2020)					
MUNICÍPIOS	1991	2000	2010	2020	1991-2020 (%)
CAREIRO DA VÁRZEA	707	806	1.000	1.241	75,5%
IRANDUBA	6.403	9.940	28.928	84.188	1.214%
ITACOATIARA	37.380	46.465	58.175	72.836	95%
MANACAPURU	36.019	47.662	60.178	75.981	111%
MANAUS	1.006.585	1.396.768	1.793.416	2.302.702	128%
NOVO AIRÃO	5.980	6.984	9.490	12.895	115,7%
PRESIDENTE FIGUEIREDO	3.232	8.407	12.999	20.099	522%
RIO PRETO DA EVA	2.343	6.232	12.244	24.056	927%

Fonte de dados primários: IBGE. Cálculo: SEPLAN/DEPI (2010). Org.: BRAGA (2016).

As cidades de Iranduba, Presidente Figueiredo e Rio Preto da Eva apresentam os maiores percentuais de crescimento urbano no período referido de 20 anos (1991-2010), sendo esses de 351,8%, 302,1% e 422,6% respectivamente, enquanto a capital Manaus aparece com 78,1% de crescimento de sua população urbana. Iranduba apresenta ainda um maior aumento entre os anos de 2000 a 2010

(191%), o que pode ser demonstrado como resposta aos processos de institucionalização da Região Metropolitana, construção da ponte (e intensificação dos fluxos e relações com a capital) e, por conseguinte, mudança nos modais de transporte no acesso à cidade.

Contextualizando este processo com a RMM, percebe um direcionamento da expansão urbana na região, ditadas por áreas de interesse do capital, principalmente imobiliário. Às aglomerações agora se fazendo nos municípios limítrofes à capital amazonense, tem-se que pensar como sendo lugares de expansão do urbano e locus de transformação tanto da RMM quanto do estado. Agora, ocorrem simultaneamente os processos de urbanização e metropolização do espaço, produzindo “arranjos urbano-regionais”. Sendo, assim, como discute (Moura (2009), estes arranjos

[...] caracterizam-se como uma etapa avançada do processo de metropolização, com expansão das aglomerações principais e constituição de morfologias dispersas, porém articuladas, em um processo que inclui periferação, suburbanização, periurbanização, cada caso com suas especificidades. Compõem redes de centros articulados em sistemas urbanos, com extensões territoriais macrorregionais, que funcionam em um modelo celular em rede, na perspectiva da economia de arquipélago, porém sem perder, na essência de suas articulações, o padrão de relações centro-periferia.” (MOURA, 2009, p. 222).

Juntamente à vontade política de sua institucionalização, a Ponte Rio Negro surge na RMM como uma quebra da descontinuidade espacial (o próprio rio) entre a capital e os municípios vizinhos a ela. Esta dinâmica de produção de um novo espaço (urbano), propiciada pelo Estado, age como um elemento condicionante à metropolização, incitando uma nova realidade na borda-sul de Manaus, ao estimular uma intensificação dos fluxos econômicos e migratórios entre a capital e as cidades de Iranduba e Manacapuru. Realidade essa, que uma vez posta, cria bases para a metropolização pela interferência dos agentes produtores do espaço. A (re)estruturação do espaço na *hinterland* de Manaus acontece de maneira seletiva, tanto espacial quanto ideologicamente. As ações do Estado e do Capital (imobiliário), forças motoras deste processo, agem como indutoras do processo de metropolização ao ocupar as margens da AM-070, “ignorando” a cidade, sede do município (área urbana de Iranduba), o Cacau-Pirêra (distrito do município de Iranduba, localizado nas proximidades de Manaus) e o município de Careiro da Várzea. Há, acima de condições pré-dispostas, vontade política de *ser metropolitano*.

Nesses lugares (Iranduba e Cacau-Pirêra), o mercado imobiliário é feito também não por grandes empreendedores, mas sim por moradores, habitantes dos lugares, porém por motivos diferentes. Iranduba e Cacau-Pirêra sofrem juntamente os processos de valorização e desvalorização do uso da terra, respectivamente. O primeiro por ser diretamente ligado pela Ponte Rio Negro. O segundo, apesar de também possuir tal característica, situa-se fora desse eixo “Margem Direita-Manaus”, pois a obra reduziu a utilização das lanchas<sup>6</sup>, pelo fato da facilidade do acesso via rodovia. Estas ações são recentes, porém as dinâmicas espaciais que se produziram e ainda se produzem nela, acontecem de forma tão rápida quanto sua institucionalização, estabelecida no ano de 2007 (ano também do início da construção da Ponte Rio Negro), por meio da Lei Complementar 052/2007.

A venda de terrenos envolve proprietários fundiários, agentes imobiliários, pequenos proprietários de terra e até mesmo moradores, que ao observarem a valorização de seus terrenos, vislumbram alguma oportunidade de ganho, de renda da terra. A produção urbana no espaço analisado vem ocorrendo há aproximadamente 09 anos, com a construção da Ponte Rio Negro. A expansão do mercado imobiliário trouxe à borda-sul da RMM novas dinâmicas espaciais – supervalorizando a terra. Sposito

<sup>6</sup> Apesar disso, Lima (2014) enfatiza tal situação dos modais de transporte afirmando que “Após a inauguração da Ponte, o distrito perdeu a unção estratégica de porto das balsas, mas atualmente, no período das enchentes, ainda constitui um porto de onde partem e chegam as lanchas voadeiras que levam e trazem pessoas vindas da metrópole. Inclusive, para quem quer ir diretamente ao centro de Manaus, pegar uma lancha em Cacau-Pirêra é mais próximo que ir pela ponte. De fato, o serviço de transporte no distrito de Cacau-Pirêra não desapareceu completamente. Ele continua com as lanchas.” (LIMA, 2014, p. 208)

(1991) afirma que a produção imobiliária consiste na expressão da reprodução do capital aplicado em sua construção, tendo como condição o acesso a uma fração do território (terreno). Essa reprodução se faz presente no contexto estudado pois Manaus e suas características urbano-metropolitanas estão sendo expandidas a outros espaços, ultrapassando limites territoriais. A criação de novas espacialidades (e especialidades, no sentido de lhe serem atribuídas novas funções e finalidades) no entorno da rodovia é resultado de uma face metropolitana que surge na região em razão de agentes imobiliários que usam esse meio como uma oferta com alta demanda já garantida, haja visto crescimento do setor imobiliário no município de Iranduba.

Foi visto, ao analisar previamente os classificados de jornais (um dos recursos utilizados para acompanhamento e sistematização dos preços de imóveis nessa região), que os valores de terrenos de tamanho e localização similares aumentam consideravelmente de valor conforme a situação da Ponte (2008 em construção e 2013 já inaugurada), como demonstram a figura 04 a seguir, evidenciando o processo de antecipação espacial também por pequenos proprietários de terra:

Figura 04 – Anúncio de terreno no Cacau-Pirêra, área que não foi alcançada pelas dinâmicas imobiliárias que ocorrem com mais frequência na AM-070 e na cidade de Iranduba.



Fonte: Jornal A Crítica, fevereiro de 2009

A criação de novas espacialidades no entorno da rodovia é resultado de uma face metropolitana que vem surgindo na região, em razão e agentes imobiliários que usa desse meio uma oferta com alta demanda já garantida. Essa demanda é explicada pelas vantagens que esses locais oferecem (super explorados em suas propagandas [Figura 05 e 06]), que ao mesmo tempo oferecem distância e aproximação com a metrópole manauara - a já mencionada ideologia do *longe-perto*.

Figura 05 – Propaganda das imobiliárias ao longo da Estrada Manoel Urbano.



Foto: Eduardo Braga, 2015

Figura 06 – A ideologia do “longe-perto” no marketing imobiliário.



Fonte: Nova Bairros Planejados, 2015

Além das imobiliárias, outros comércios e serviços têm se implantado na região, a fim de receber a intensificação do fluxo que se criou através da Ponte e a estrada. Um mercado imobiliário maior, induzido e espacializado na Borda-Sul, não chega e não produz igualmente os espaços, apesar de territorialmente próximos, assim como acontece no distrito de Cacau-Pirêra e na própria cidade de Iranduba – mas sim se estabelece na estrada, principal local de reprodução do capital no contexto destes processos.

## A DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO MERCADO IMOBILIÁRIO NA AM-070

A já citada seletividade do processo de metropolização na borda sul da RMM produz desigualmente os espaços, e, de certa forma, obedecem a lógicas de mercado e até mesmo características naturais (como a ausência dos empreendimentos em áreas de várzea). A seguir, tem-se uma tabela, com o levantamento feito em campo dos empreendimentos localizadas na AM-070 e seus ramais, assim como na rodovia Caros Braga.

Tabela 02 – Empreendimentos imobiliários “pós-Ponte” (em tempo e espaço).

EMPREENHIMENTO	TIPO	EMPRESA RESPONSÁVEL	LOCALIZAÇÃO
Nova Manaus	Loteamento	NOVA Bairros Planejados	AM-070 (Km 08)
L'Acqua Residenza	Loteamento	Aliança Incorporadora	AM-070 (Km 03)
Nova Amazonas I	Loteamento	NOVA Bairros Planejados	AM-452 (Km 02)



EMPREENHIMENTO	TIPO	EMPRESA RESPONSÁVEL	LOCALIZAÇÃO
Nova Amazonas II	Loteamento	NOVA Bairros Planejados	AM-452 (Km 2,5)
Terramazônia	Loteamento	Constrói Imobiliária	AM-070 (Km 06)
Manoel Urbano	Loteamento	SP Construtora	AM-070 (Km 08)
Maria Zeneide	Loteamento	NV Construtora	(Estrada da Cidade Universitária)
Bella Vista	Apartamentos	NV Construtora	AM-070 (Km 09)
Passeio das Águas	Loteamento	Platinum Construções	AM-070 (Km 09)
Jardins da Universidade	Loteamento	XL Incorporadora	AM-070 (Km 14)
Ecoville	Loteamento	Obelisco	AM-070 (Km 08)
Recanto das Águas	Loteamento	Amora Imóveis	AM-070 (Km 29)
Residencial Amazonas	Loteamento	Constrói Imobiliária	AM-452 (Km 02)
Residencial Amazonas II	Loteamento	Constrói Imobiliária	AM-452 (Km 04)
Monções de Açutuba	Loteamento	Constrói Imobiliária	Estrada do Açutuba (Km 02)
Condomínio Amazonas	Loteamento	Constrói Imobiliária	AM-452 (Km 01)
Villa Bela	Apartamentos	NV Construtora	AM-070 (Km 02)
Açutuba Park (Morada & Praia)	Loteamento	Açutubapark	Serra Baixa (Km 10)
Real Village Açutuba	Loteamento	*Orandir Rabelo* (Inc)	Serra Baixa (Km 01)
Vitória Régia	Loteamento	Expansão e Marketing	AM-070 (Km 13)
Chácaras de Açutuba	Loteamento	-	Estrada do Paricatuba
Portal das Oliveiras	Loteamento	-	Estrada do Paricatuba

Organização: BRAGA, E. H. F., 2016

Essas mudanças se espacializam, de certa forma, até a sede de Iranduba, onde apesar de também ser no âmbito do mercado imobiliário, é de menor escala e de menor força do que as ocorrentes na estrada. Há que se lembrar também, que além da Rodovia Manoel Urbano, percebe-se a ação destes empreendimentos na rodovia Carlos Braga (AM-452), que dá acesso direto à cidade de Iranduba e em alguns ramais da primeira, como o Serra Baixa, como pode ser observado na figura 07 abaixo:

Figura 07 – Distribuição espacial dos empreendimentos imobiliários em Iranduba



Elaboração: BRAGA, E. H. F., 2016

Na análise da imagem, percebe-se a seletividade do processo de metropolização, ao longo da AM-070, que agora reproduz socioespacialmente as feições metropolitanas da cidade manauara. A valorização do espaço, através das práticas espaciais e das ações do capital privado combinado com o Estado, é agora uma realidade em evidência na RMM. Através do setor imobiliário o eixo da Borda-Sul agora experimenta significados únicos no estado. A multiplicidade dos papéis dos agentes produtores traz, consigo, ferramentas de transformação do espaço que estabelecem novas dinâmicas e influenciam e/ou modificam a vida urbana em face de novas características metropolitanas. Outro processo, a autosegregação, é presente na estrada através da materialização e estabelecimento de um mercado imobiliário crescente, tanto pelo número de empreendimentos quanto pela sua localização, fora dos limites territoriais de Manaus. Por fim, também identifica-se, no tempo e no espaço, a transformação socioespacial da paisagem na Manoel Urbano, agora com um novo conteúdo (imobiliário, comercial e de serviços).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mercado imobiliário, induzido e materializado na Borda-Sul, não produz igualmente os espaços, apesar de territorialmente próximos, assim como acontece no distrito de Cacau-Pirêra e na própria cidade de Iranduba – mas se estabelece na estrada, principal local de reprodução do capital no contexto do processo analisado. As reconfigurações no espaço urbano das cidades vizinhas à capital (não se restringindo a Iranduba) produzem novas espacialidades e significações através dos momentos de produção desse espaço, agora urbano-metropolitano, levando a refletir acerca dos desdobramentos destes processos espaciais e como estes se põem na RMM e no próprio estado do Amazonas.

Assiste-se a reprodução capitalista do espaço (urbano e regional) com a replicação das iniquidades socioespaciais; o que significa que os argumentos utilizados no discurso difundido pelo Estado, e ecoado pela imprensa, de que construção da ponte Rio Negro ou mesmo a criação da RMM são ações para estimular o desenvolvimento regional na realidade representam e alimentam o crescimento econômico para alguns dos agentes produtores do espaço – sobretudo, os detentores dos meios de produção – que estão ligados aos agentes financeiros e proprietários fundiários. A maioria da população continua desprovida dos serviços e equipamentos urbanos. Os benefícios não são para estes. Convém ressaltar que não se tratam de questões específicas da RMM, mas ao que tange a outras RM's, pode-se considerar uma reincidência, visto não se poder considerar como uma novidade. Assim, tem-se que são processos que se reproduzem. Todavia a intensidade do processo que aqui ocorre se expressa como a novidade, visto que outrora, já se materializavam as ações do capital, porém com menores proporções. Há que se considerar que outras dinâmicas podem vir à tona nos limites territoriais da RMM, pois estas são inerentes às práticas espaciais, precisamente quando estas se evidenciam em fase inicial, ou seja, com processos recentes. Assim, é plausível reiterar que novas dinâmicas expressam a nova realidade metropolitana. A título de exemplo, as novas relações que ocorrem no rural com a inserção desta nova realidade metropolitana que requer compreensão.

## REFERÊNCIAS

- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re)produção do espaço urbano**. 1ª reimpr. Edusp. São Paulo, 2008.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1989.
- \_\_\_\_\_. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, I. E. de GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R.L. (org.) **Geografia: Conceitos e Temas**. 15ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2012.
- LEFEBVRE, Henri. **A revolução Urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- LENCIONI, Sandra. Reconhecendo MetrÓpole: território e sociedade. In: SILVA, Catia Antonia da; FREIRE, Désirée Guichard; OLIVEIRA, Floriano José Godinho de. (Orgs.). **MetrÓpole: governo, sociedade, sociedade e território**. Rio de Janeiro: DP&A: FAPERJ, 2006.
- LIMA, Marcos Castro de. **Quando o amanhã vem ontem: a institucionalização da Região Metropolitana de Manaus e a indução ao processo de metropolização do espaço na Amazônia Ocidental**. Tese de doutorado. São Paulo: USP, 2014.
- MORAES, Antônio Carlos Robert de; COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Crítica: A Valorização do Espaço**. São Paulo: Editora Hucitec, 1987.
- MOURA, Rosa. **Arranjos urbano-regionais no Brasil: uma análise com foco em Curitiba** / Rosa Moura. - Curitiba, 2009. 242 p.
- SPOSITO, E. S. A questão do método e a crítica do pensamento geográfico. In: CASTRO, I. E. ; MIRANDA, M. ; EGLER, C. A. **Redescobrimo o Brasil: 500 anos depois**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: FAPERJ, 2010. p. 347-359.
- \_\_\_\_\_. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- SPOSITO, M. E. B. **O chão arranha o céu: a lógica da (re)produção monopolista da cidade**. (1991). Tese de Doutorado (Doutorado em Geografia), Universidade de São Paulo, 1991.







# O PAPEL DA PRELAZIA DO XINGU NA CONSTITUIÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E NA FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS NO TERRITÓRIO DA TRANSAMAZÔNICA-PA

Juliete Miranda Alves<sup>1</sup>

Ramonildes Alves Gomes<sup>2</sup>

## Resumo

Procuramos mostrar neste artigo as condições históricas em que emergem os movimentos sociais na Transamazônica-PA e, no interior delas, as lideranças políticas. É no contexto de abandono do Estado brasileiro ao Projeto de Colonização Dirigida que despontam vários movimentos sociais e sindicatos de classe, buscando, ao mesmo tempo, direitos básicos como saúde, educação e transporte, e o reconhecimento por serem moradores de um espaço construído com muita luta. Ademais, nosso objetivo principal é demonstrar o papel exercido pela Igreja Católica através da Prelazia do Xingu na constituição dos movimentos sociais na Transamazônica e na formação das lideranças. Compreendemos, neste artigo que a adesão e o engajamento dessas lideranças e sua formação inicial, são fundados nos momentos de reuniões, mobilizações, reivindicações e reconhecimento da Transamazônica como território de pertencimento.

Palavras-chave: Lideranças; movimentos sociais; trajetórias.

## 1. INTRODUÇÃO

A Transamazônica e o Xingu consistem em uma área formada por dez municípios: Altamira, Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu. Em 2003, constituiu-se através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) como um território. Contudo, no decorrer deste artigo, mostraremos que a construção deste “território” também faz parte de um momento importante da luta dos movimentos sociais pelo reconhecimento de um espaço de ação política na Transamazônica. Possui área de aproximadamente 8 mil km<sup>2</sup>, localizando-se na Mesorregião Sudoeste do Estado do Pará, no eixo da Rodovia Transamazônica (BR- 230) e baixo Xingu. A população total é de aproximadamente 328 mil habitantes (IBGE, 2010). O mapa a seguir (figura 01) identifica estes municípios.

Altamira é o município mais importante da Transamazônica e Xingu. A maior parte dos municípios formadores do território se emancipou administrativamente na metade da década de 1980, combinando este momento com a efervescência dos movimentos sociais; a criação de uma organização formada por agricultores, professores e comerciantes, intitulada Movimento Pela Sobrevivência na Transamazônica (MPST), e a retomada do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Altamira em 1988.

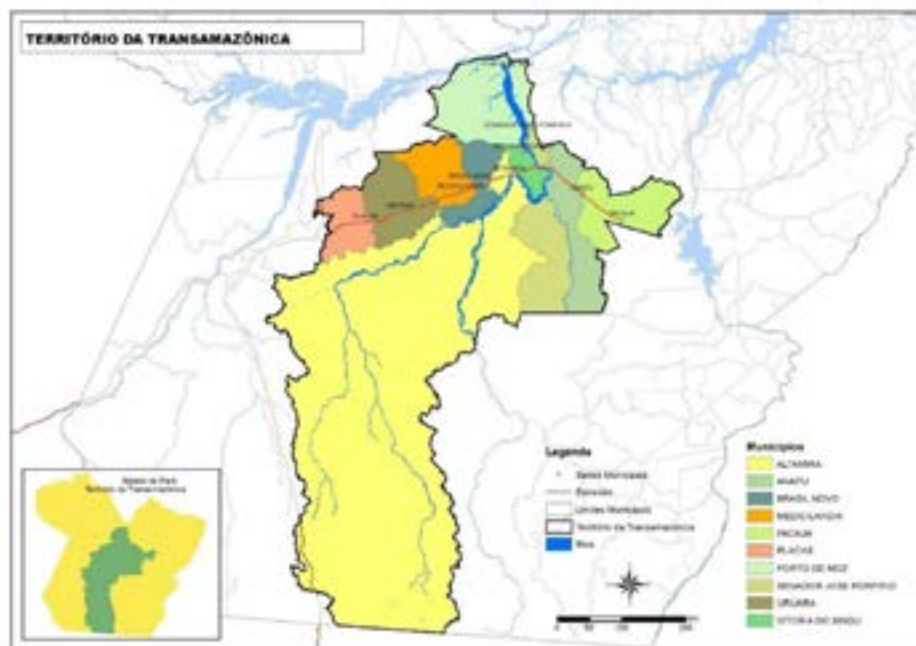
Este território está diretamente relacionado à construção do movimento social na Transamazônica organizado dentro da dinâmica da Igreja Católica, mas precisamente nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), em congressos de jovens e eventos de catequese. Nos debates travados nesses encontros, o tom do discurso e a bandeira de luta empunhada eram **em defesa da reforma agrária, contra a violência e em prol da saúde para todos, bem como a conscientização da importância das organizações dos mais pobres**. As mobilizações, retomadas de sindicatos, discussões sobre direitos humanos e a reivindicação por maior participação na discussão e elaboração de projetos para a Transamazônica não estavam desvinculadas do discurso de valorização e reconhecimento dos pro-

<sup>1</sup> Doutora em Ciências Sociais, Pesquisadora da FAO/ONU. E-mail: Juliete110@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Doutora em Sociologia, professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (UFPA). E-mail: rmildes@hotmail.com

blemas globais, aliadas às especificidades do território e à criação de condições particulares através de projetos de desenvolvimento sustentável, tais como agroindústrias familiares e cooperativismo.

Figura 01 – Mapa da localização dos municípios do território da Transamazônica e Xingu.



Fonte: PDRS Xingu 2010 - Elaboração SEIR/GEOPARÁ.

Este território está diretamente relacionado à construção do movimento social na Transamazônica organizado dentro da dinâmica da Igreja Católica, mas precisamente nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), em congressos de jovens e eventos de catequese. Nos debates travados nesses encontros, o tom do discurso e a bandeira de luta empunhada eram **em defesa da reforma agrária, contra a violência e em prol da saúde para todos, bem como a conscientização da importância das organizações dos mais pobres**. As mobilizações, retomadas de sindicatos, discussões sobre direitos humanos e a reivindicação por maior participação na discussão e elaboração de projetos para a Transamazônica não estavam desvinculadas do discurso de valorização e reconhecimento dos problemas globais, aliadas às especificidades do território e à criação de condições particulares através de projetos de desenvolvimento sustentável, tais como agroindústrias familiares e cooperativismo.

As reuniões e discussões eram animadas em grande parte por padres e freiras da Prelazia do Xingu. A Prelazia do Xingu é a maior circunscrição eclesiástica em extensão geográfica do Pará, compreendendo uma extensão de 342.548 km<sup>2</sup>. Atualmente, reúne 15 municípios (Placas, Uruará, Medicilândia, Brasil Novo, Altamira, Vitória do Xingu, Anapu, Senador José Porfírio, Porto de Moz, Gurupá, Cumaru do Norte, Ourilândia do Norte, São Felix, Tucumã, Bannach) e 17 paróquias (áreas pastorais). Neste trabalho, somam 25 padres, 6 irmãos Lassalistas, 40 freiras e aproximadamente 100 leigos atuando em 758 Comunidades Eclesiais de Base. Foi elevada à condição de Prelazia pelo Papa Pio XI, em 16 de agosto de 1934. Atualmente, seu bispo é Dom Erwin Krautler, nomeado, em 1980, pelo Papa João Paulo II. Dom Erwin atua há mais de 50 anos em comunidade rurais e indígenas na Amazônia.

A Prelazia do Xingu mobilizava nas vicinais os agricultores e professores. Esses últimos atuavam nas áreas rurais em escolas multisseriadas (ainda existentes nos dias atuais). Chamamos de vicinais as estradas construídas inicialmente saindo da Transamazônica e, no projeto original, com até 10 km, onde ficavam os lotes de 100 ha para o agricultor trabalhar. São conhecidas na Transamazônica como “travessões”.

As grandes distâncias entre uma vicinal e outra, foram padronizadas pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), colocando os agricultores em lotes separados mais de 5km uns dos

outros. Contudo, isto não foi um empecilho à participação e a formação sindical. Nas reuniões em vicinais, formaram-se muitas lideranças, iniciando suas carreiras de militantes nesses espaços de debates.

Neste cenário, procuramos mostrar como objetivo principal deste artigo, o papel da Prelazia do Xingu, nesse território, e sua importância na mobilização dos agricultores<sup>3</sup> e formação das lideranças. Sua influência há mais de 70 anos junto às muitas comunidades e à organização da população rural, urbana e povos indígenas, assim como seu envolvimento com as questões ambientais, transformou-a em um importante espaço de ativismo e constituição de lideranças. Neste contexto de lutas e reivindicações como veremos no decorrer do artigo, conta-se também com outras instituições importantes como a Corrente Sindical Lavradores Unidos (CSLU), movimento de oposição sindical que havia assumido a direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) em Santarém em 1979, e em muito influenciou a organização dos agricultores migrantes. A CSLU serviu como instrumento pedagógico dos trabalhadores rurais na conquista da direção dos Sindicatos rurais no Oeste paraense. Contudo, neste artigo, centralizaremos a análise no papel da Prelazia do Xingu neste processo de mobilização, organização e formação dos movimentos sociais e lideranças.

Compreendemos como lideranças, aqueles que agem e falam em nome de um grupo. O ato da delegação consistiria na personificação do grupo como tal, pois, através da pessoa do líder, o conjunto de indivíduos antes disperso, passa a configurar um corpo social. Para Bourdieu (1998), a liderança está diretamente relacionada ao poder simbólico que, segundo este autor, só pode “[...] ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 1998, p. 7-8).

O artigo está estruturado da seguinte forma. No primeiro momento identificaremos a colonização e a abertura da fronteira amazônica a partir de 1970, com a constituição dos movimentos sociais articulados a um discurso regionalizado em defesa da Transamazônica e a mobilização dos colonos por setores da igreja católica. No segundo momento a cidade de Altamira como polo agregador destas mobilizações. E no terceiro momento a emergência de novos atores sociais na Transamazônica.

Finalmente, neste artigo destacamos algumas entrevistas realizadas com lideranças na intenção de mostrar como a sua formação e aprendizado se dá nos espaços de lutas e constituição dos movimentos sociais na Transamazônica e Xingu.

## 2. A EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGROPECUÁRIA PARA A AMAZÔNIA

A rodovia Transamazônica (BR-230) foi inaugurada no dia 27 de agosto de 1972 e representou uma parte do processo mais amplo de investimentos em malha viária, à qual se somaram outras rodovias: a Cuiabá-Santarém (BR-163), Manaus-Porto Velho (BR-319), Perimetral Norte (que deveria ligar Macapá a Manaus, mas nunca foi concluída) e, mais tarde, a pavimentação da Belém-Brasília (BR-010) e do Pará-Maranhão (BR-316). As estradas representavam um suporte para os projetos de colonização, coordenados pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). O Plano de Colonização foi lançado em 1970, durante o governo do presidente Emílio Garrastazu Médici, intitulado como Plano de Integração Nacional (PIN), com o objetivo de elaborar projetos de colonização com a construção de estradas atravessando a Amazônia no sentido Leste-Oeste e Norte-Sul.

Para o regime militar, a Amazônia representava um espaço geopolítico importante, embora, segundo os militares, desprovida de organização social e habitada por um povo nômade e sem lei. O governo militar esperava consolidar a colonização das terras no Norte brasileiro, ligando por estradas o Norte ao Nordeste do país. As formas de ocupação previam também a instalação de grandes empresas minerais de exploração de ferro, cassiterita, ouro e empresas

<sup>3</sup> Na Transamazônica e Xingu os agricultores são também reconhecidos como *colono* e até hoje é utilizado pelo INCRA para denominar as pessoas que vieram pelo Programa de Colonização Dirigida. Os movimentos sociais e os próprios assentados também se denominam “colonos”. Portanto, o uso desta expressão neste artigo está em consonância com esta denominação conferida principalmente pelos movimentos sociais.

agropecuárias para a instalação da pecuária. A ideia de ocupação é uma marca dos projetos e empreendimentos na Amazônia. O que está por trás é uma concepção preconceituosa e alicerçada em uma visão de que a região apresenta um vazio demográfico e os “poucos” moradores são “atrasados”. Esta foi (e permanece ainda nos dias atuais) a marca das ocupações na Amazônia, ocorridas principalmente nos anos 1970 e 1980, com os programas desenvolvimentistas: a expansão da fronteira agropecuária, a constituição de polos minerais e siderúrgicos, a exploração madeireira, a construção de hidrelétricas e a construção de ferrovias. Todos estes projetos carregavam fortemente uma concepção de modernidade, sugerida por Latour (1994), segundo a qual a natureza e a sociedade são tratadas separadamente.

No regime militar, recaía sobre os humanos a explicação do atraso de uma população acomodada à fartura dos rios e florestas. Ela precisava, portanto ser inserida na modernização, através de programas e projetos. A natureza precisava ser moldada para a entrada destes empreendimentos. O modo de vida dos índios, seringueiros, pescadores e ribeirinhos representava um “entrave” a esta concepção de modernidade.

As populações locais, especialmente as indígenas, sofreram um impacto em suas formas de viver e de organizar-se. Um exemplo do desastre ecológico gerado pela construção da estrada ocorreu no trecho que hoje liga as cidades de Altamira a Itaituba, no Estado do Pará. A estrada passou a poucos quilômetros de uma das grandes aldeias onde vários subgrupos Arara se reuniam no período de estiagem. A estrada cortou plantações, trilhas e acampamentos de caça tradicionalmente utilizados pelos índios. Esta relação assimétrica entre grupos sociais com interesses tão distintos partia do pressuposto de que a natureza precisava ser dominada e a sociedade era culpada de não fazê-lo.

Sugerindo uma antropologia simétrica, Latour (1994) defende que, além de a concepção de “erro e de verdade” serem consideradas dicotomicamente no plano da ciência, também a “natureza e a sociedade” são tratadas separadamente. Para este autor, elas estão sob um mesmo plano, já que também não haveria entre elas diferença em espécie. Não há, de antemão, o mundo das coisas em si, de um lado, e o mundo dos homens entre si, de outro, pois natureza e sociedade são, ambas, efeitos de redes heterogêneas. Isto não quer dizer que suas redes sejam compostas pelos mesmos elementos, mas que podem ser descritas da mesma maneira, tratadas sob os mesmos termos. O princípio de simetria generalizada significa partir da necessária explicação simultânea da natureza e da sociedade, sem recair exclusivamente sobre a sociedade todo o peso da explicação e da culpa. O social é uma rede heterogênea, constituída não apenas de humanos, mas também de não-humanos, de modo que ambos devem ser igualmente considerados.

A interpretação feita pelos militares divulgava a ideia da ocupação necessária e de responsabilidade dos humanos, para dominar uma natureza indomável de “terras sem homens para homens sem terra”. Para reforçar esta concepção, não bastava a força física ou a violência, foi também necessário convencer os outros. Transformar o modo de vida de populações tradicionais em atraso e empecilhos à modernidade. Significava também deslocar seres humanos e criar dispositivos de convencimento para justificar o extermínio de grupos indígenas e a expulsão de ribeirinhos.

Nos projetos de colonização para a implantação de hidrelétricas, de polos siderúrgicos e minerais, o investimento e a propaganda se revestiram como símbolos de atração da modernidade e de integração social, afirmando nas “entrelinhas” que as populações tradicionais faziam parte também da natureza a ser subsumida. Estes símbolos também contribuíram como instrumentos eficazes de comunicação e dominação.

A estrada foi traçada saindo da Paraíba. Depois, passaria pelo Maranhão, Tocantins, Pará, Amazonas e chegaria até Boqueirão da Esperança, na fronteira do Acre com o Peru. A intenção projetada inicialmente era ligar todo o país e chegar aos portos do oceano pacífico, num percurso de 8.100 quilômetros. O objetivo inicial do governo era instalar, ao longo da Transamazônica, dez mil famílias até 1974, assentando principalmente famílias nordestinas pobres, com um “suporte” de famílias oriundas do Sul do Brasil, presumidamente consideradas pela tradição agrícola e recursos tecnológicos apropriados para “ensinar” agricultores do Nordeste com pouca ou nenhuma experiência no trato



com a terra. A pretensão era transferir a tecnologia das famílias oriundas do Sul para os nordestinos que intencionavam fazer à vida no Norte.

O INCRA foi o órgão encarregado de implantar, ao longo da rodovia, três Projetos Integrados de Colonização (PIC): Marabá, Altamira e Itaituba. O módulo de cada lote de terra era de 100 ha. Entre 1970 e 1984, segundo dados do INCRA, foram implantados 64 projetos de colonização oficial (dirigidos pelo INCRA), com apoio de cestas básicas, sementes, instrumentos de trabalho e moradia. Foram assentadas 85.503 famílias, dentre as quais 65.435 na Amazônia (ALMEIDA, 1993).

Com o arrefecimento dos projetos de assentamento na Transamazônica, outra forma de colonização se impôs em um movimento conhecido como ocupação espontânea (INCRA, 1984). Nesta nova forma não dirigida, intensificaram-se os fluxos migratórios de camponeses à procura de terras. Nesse contexto, a ocupação em nada era espontânea, pois o fluxo de pessoas que veio para ocupar as terras chegou ou através de parentes e amigos, ou por meio de diferentes informações ou propagandas do governo.

Nessas novas formas de ocupação, “a maioria dispensou os serviços do INCRA e das colonizadoras e ocupou livremente as terras devolutas do Oeste do Maranhão, Norte de Goiás e Sudeste do Pará” (HÉBETTE, 1999, p. 390). Mantiveram inicialmente a demarcação de 100 ha do INCRA, mas organizaram outras formas de convivência, trazendo parentes e vizinhos de suas terras de origem, tecendo novos valores e novas formas de comunidade, não exclusivamente baseadas na ordenação territorial, mas nas relações de parentesco e de vizinhança (HÉBETTE, 1999).

Este faraônico projeto do governo militar acabou não saindo integralmente do papel. Somente um trecho da estrada, ligando Aguianópolis (TO) a Lábrea (AM), foi construído e, mesmo assim, o tráfego fluiu apenas durante uma época do ano. Hoje, a Transamazônica tem aproximadamente 2.500 quilômetros de extensão, pouco mais de um quarto do previsto.

Muitas famílias foram praticamente abandonadas à própria sorte, não somente pelo isolamento, mas também pela ausência de médicos, de hospitais, de assistência técnica, bem como em virtude de que escassas vias de penetração nos lotes foram abertas. A partir de 1973, o governo militar deu outra orientação à colonização, investindo na instalação de grandes fazendas, estimulada pela política de incentivos fiscais.

A ideia de fracasso da Transamazônica pelo governo militar e da colonização baseada na pequena propriedade foi substituída pelos megaprojetos (MARTINS, 1997). Um exemplo desses projetos foi o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA). Criado em 1974, conjugava a construção de uma infraestrutura com a concessão de subsídios para empresas privadas. Foram projetados 15 polos no Pará, um deles em Altamira. O mais conhecido desses megaprojetos foi o Programa Grande Carajás, que cobria uma área de 900 mil km<sup>2</sup>, correspondendo a um décimo do território brasileiro, e que é cortada pelos rios Xingu, Tocantins e Araguaia, englobando terras do Sudeste do Pará, Norte de Tocantins e Sudoeste do Maranhão. Além de assegurar o fornecimento de energia elétrica (com o início de operação da hidrelétrica de Tucuruí em 1984) e transporte ferroviário. O Estado também concedeu incentivos fiscais. O crédito governamental fomentou a destruição da floresta e elevou o preço da terra. A modalidade de apropriação da terra definiu-se pela presença de novos atores: empresários e fazendeiros, contrários à lógica da pequena produção.

Os projetos desenvolvimentistas para a Amazônia foram todos direcionados à exploração dos seus recursos naturais por intermédio de empresas ou valendo-se de mão de obra para isso. O Programa de Colonização implementado pelo INCRA se utilizou da mão de obra humana. Atuou em duas linhas, o Projeto Integrado de Colonização (PIC- Altamira) e o Projeto Fundiário de Altamira. Ambos desapropriaram as terras do Polígono de Altamira e incluíram o município entre as zonas de Segurança Nacional. As consequências destes projetos podem ser percebidas na intensa migração do campo para a cidade, priorizando os grandes empreendimentos privados nos setores voltados para a exportação de madeira, pecuária e mineração.

## 1.2 A MOBILIZAÇÃO DOS COLONOS POR SETORES DA IGREJA CATÓLICA NA TRANSAMAZÔNICA

O engajamento de setores da Igreja Católica através de religiosos ligados à Teologia da Libertação foi importante no processo de mobilização dos colonos na Transamazônica, ainda mais porque não havia uma estrutura sindical na área.

A Teologia da Libertação tem como pressuposto fundamental a opção pelos “pobres” como principais beneficiários das ações da Igreja - e também como agentes da transformação. Surge a partir da Conferência dos Bispos da América Latina e do Caribe realizada em Medellín, em 1968, e se fortalece com o encontro de Puebla, 11 anos depois. Segundo a orientação ideológica dos religiosos ligados a esta corrente, a mudança social e a criação de uma sociedade justa e inclusiva fazem parte das responsabilidades cristãs. Os religiosos tinham a missão de catalisar este processo.

Os padres e freiras da Prelazia do Xingu, fundamentados na Teologia da Libertação animaram e mobilizaram os colonos no interior de suas vicinais. Nesse processo de discussão se inseria a importância da organização como saída para as reivindicações de direitos básicos: saúde, educação, estradas, etc. Ampliando este debate estava à formação e retomada de sindicatos de trabalhadores rurais na Transamazônica.

O sindicato de Altamira, até a sua retomada, em 1988, era dominado por grupos contrários à organização de trabalhadores rurais. Em pleno regime militar, os sindicatos agiam como extensões de instituições assistencialistas, realizando cadastro para aposentadorias, marcando consultas para agricultores etc. Sindicatos “pelegos”, como disse um padre entrevistado. Aliás, para Almeida (1990), a Amazônia, se comparada ao Nordeste, apresentava uma fragilidade quanto à organização sindical: enquanto, no Nordeste, havia 678 sindicatos de trabalhadores rurais, no Norte, não chegavam a 170 na década de 1980.

Na ação sindical no Nordeste, diferentemente da Amazônia, havia uma aproximação de setores da Igreja Católica, na extensão da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) com a organização sindical. Esta aproximação vinha se definindo desde meados da década de 1950, com as ligas camponesas, e se desdobrou no encontro do Concílio Vaticano II, convocado pelo Papa João XXIII, em 1959, e depois, em 1963. Nestas conferências, havia uma discussão em curso no interior da Igreja Católica e para cuja temática se voltou esta Conferência, atenta à realidade dos locais onde atuava a Igreja Católica. Estar mais próximo da realidade significava ficar a par dos problemas do povo, incluindo conflitos de toda ordem.

No âmbito destas novas práticas eclesiais, estava a maior autonomia dos padres e bispos em suas paróquias ou áreas de atuação. Em 1962, a CNBB lançou o Plano de Emergência para a Igreja no Brasil, em que defendia explicitamente a importância das organizações sindicais no campo. Esta posição diferenciava-se daquela do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que via na organização dos camponeses meramente uma estratégia a ser fortalecida com os protagonistas principais das mudanças na estrutura social, que seria a classe operária. Esta visão marxista ortodoxa afastou este partido dos sindicatos rurais e a Igreja cada vez mais se fortalece no papel de mediadora. O trabalho de base da Igreja procurava assegurar uma ação direcionada para a conscientização dos grupos vulneráveis, como camponeses e índios na Amazônia, e sobre sua organização, com ações de uma educação sindical e a criação ou retomada dos Sindicatos.

O endosso à importância sindical aconteceu em 1963, na Convenção Nacional de Trabalhadores Rurais, ocorrida em Natal-RN. Este encontro foi promovido pela União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) e pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Contando com o incentivo do Arcebispo Dom Eugênio Sales, o objetivo deste encontro era discutir a formação de uma Confederação de Trabalhadores Rurais. Em 1964, foi criada a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), coordenada pela ULTAB e vinculada ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Deslocando a ação de padres e bispos para o campo, impulsionou-se o exercício de uma ação mediadora da Igreja Católica no campo.

O regime militar, instaurado em março de 1964, interrompeu as atividades dos partidos de esquerda, relegando à clandestinidade muitos militantes e os partidos de orientação comunista. Pelo fato de tais partidos estarem na clandestinidade, a Igreja pôde estender sua atuação para o campo sem outras orientações ideológicas. Na segunda metade da década de 1960, as entidades confessionais intensificaram o trabalho de base nas áreas rurais, tornando-se, assim, intermediários políticos entre os camponeses e o Estado.

Na Amazônia, em um contexto de abertura de fronteira, havia fragilidade sindical e uma grande mobilidade humana, analisada anteriormente, por conta das migrações e da proeminência de “posseiros” (sendo esta uma denominação muito usada na literatura sociológica nos anos 1980 até 1990) compreendendo diferentes segmentos sociais, cuja forma de ocupação da terra se diferenciava da ação fundiária oficial, baseada nos assentamentos de colonos nos lotes dos projetos de colonização oficial. Por outro lado, na Amazônia, os poderes locais estavam representados por seringalistas, donos de castanhais e babaçuais, proprietários de fazendas de gado, donos de garimpo e lideranças locais atreladas a estes poderes locais. O estoque de terras disponíveis, disputadas por estes grupos, aliado à atuação de posseiros, gerou inúmeros conflitos pela terra. Este fator fortaleceu mais ainda a mediação da Igreja nestas áreas. As Prelazias redefiniram sua ação missionária, voltando-se principalmente para a organização dos posseiros, índios e pescadores.

Na Transamazônica, em entrevista com o bispo do Xingu, Dom Erwin Krautler, ele afirma que, em suas viagens antes de ser nomeado bispo, ele fazia muitas incursões no Baixo Xingu. e “as pessoas se admiravam com um padre tão novo enfrentando longas e cansativas viagens”. As pessoas não estavam acostumadas a ver uma autoridade da Igreja em seus locais de moradia. Para o bispo, “não se podia dirigir uma Prelazia tão grande somente ficando na sua sede, neste caso, em Altamira” (ENTREVISTA, maio de 2013). A própria direção discutida desde o final dos anos 1950 pela Igreja Católica pregava a aproximação de estar mais próximo do povo, de organizá-lo, principalmente os grupos mais vulneráveis: camponeses, índios e pescadores.

Nesse contexto, podemos compreender, além da atuação dos religiosos que desenvolviam ações na Amazônia, a mobilização dos colonos e migrantes para ações de protagonismo na retomada do Plano de Colonização Dirigida do INCRA, pois a ausência de continuação destes programas privava os migrantes de assistência técnica, de apoio à produção e moradia. De fato, o Estado, na década de 1980, concedia benefícios às grandes empresas e aos latifundiários, abandonando os pequenos agricultores.

Neste cenário, na Transamazônica, a cidade de Altamira representava um importante ponto de confluência dos colonos e migrantes para reuniões que ocorriam geralmente na sede da Prelazia do Xingu.

### **3. A IMPORTÂNCIA DE ALTAMIRA COMO ESPAÇO AGREGADORA TRANSAMAZÔNICA**

Trazemos o foco para o município de Altamira pela importância que a cidade teve tanto na chegada de migrantes, mas, principalmente, pela referência como local central das reuniões e das grandes mobilizações promovidas pela Igreja Católica. Foi lá que se deu a retomada do Sindicato de Altamira e a organização de vários movimentos sociais em que despontaram várias lideranças. Igualmente importante para a organização dos movimentos sociais foi a criação do movimento organizado também pela Igreja Católica, o Movimento Pela Sobrevivência na Transamazônica (MPST), fundado em 1993. Sua importância está na efetivação de lutas organizadas e direcionadas para formar ou retomar sindicatos, em ser um movimento aglutinador de diversos segmentos: professores, agricultores, mulheres.

É importante frisar que, por meio da Prelazia do Xingu, a presença da Igreja Católica se fazia notar na região antes mesmo da abertura da rodovia Transamazônica. A escola de formação de professores de Altamira, o Lassale, desempenhou um papel importante: além da formação escolar formal, colaborou com a organização política de setores como os agricultores e os professores. Além

de Altamira, o Lassale tinha uma sede em Uruará, antes de ele ser erigido à categoria de município. Os irmãos Lassalistas organizavam muitas formações em Altamira, atraindo vários agricultores e professores de vicinais.

Para apresentar melhor este cenário, situaremos a cidade de Altamira e sua importância estratégica para a formação do território da Transamazônica e dos movimentos sociais.

Altamira teve origem nas missões dos Jesuítas da Companhia de Jesus, na primeira metade do século XVIII, quando ainda integrava o gigantesco município de Souzel. Através da excursão do Jesuíta Roque de Hunderfund, integrando uma missão catequética destinada aos índios que habitavam toda a região, dentre os quais, Xipaia e Curuaia. Tem-se, nesse momento, o primeiro registro histórico de colonização praticada nesse território, sendo a missão fundada às margens do Igarapé Panelas. As primeiras bases de Altamira como vila estabeleceram-se às margens deste rio, em 1897. A floresta densa ocupava toda a extensão terrestre. Em 1880, iniciou também o povoamento da região entre os igarapés Ambé e Panelas, o que posteriormente fomentaria a criação do município de Altamira, em 6 de novembro de 1911, pela Lei Estadual n.1.234.

O escoamento de toda a produção de Altamira: madeira, castanha do Pará, seringa, peles de animais, transporte de mercadorias, era realizado pela estrada de Vitória (atual município de Vitória do Xingu). Lá chegando, seguia de barco até Belém. A cidade serviu de entreposto comercial e de troca, principalmente na década de 1940, durante a Segunda Guerra Mundial. Neste período, a cidade recebeu mais uma vez um contingente humano formado principalmente por nordestinos que foram estimulados pelo governo, com a demanda crescente por borracha no mercado internacional, para trabalhar nos seringais como “soldados da borracha”. Estes homens e mulheres chegavam à cidade e de lá seguiam para a floresta com a finalidade de extrair e fornecer o látex para os patrões, donos de extensos seringais. A relação de trabalho gerava uma extrema dependência e exploração destes soldados pelos patrões.

Desde sua fundação como município, Altamira passou por várias fragmentações territoriais. Em 1955, houve uma primeira tentativa de desmembramento do seu território para constituir o município de São Felix do Xingu e Souzel. Em 1961, através da Lei n. 2.460, de 29 de dezembro, foi desmembrada para criar o município de Souzel, que passou a se chamar Senador José Porfírio. Altamira teve novamente seu território modificado em 1988, com a Lei n. 5.435, de 5 de maio, criando o município de Medicilândia. Neste mesmo ano, surgiram os municípios de Uruará e Ruropólis. Em 1991, seu território foi novamente desmembrado, juntamente com parte dos territórios de Medicilândia e Porto de Moz, formando o município de Brasil Novo. Neste ano, outros municípios se emanciparam, como Placas e Vitória do Xingu.

Atualmente, dos 10 municípios que compõem o território da Transamazônica e Xingu (Altamira, Vitória do Xingu, Senador José Porfírio, Pacajá, Anapu, Porto de Moz, Brasil Novo, Medicilândia, Uruará e Placas), nove possuem forte relação com o município de Altamira. Estas cidades, criadas, em grande parte, na metade da década de 1980, surgiram também no momento de efervescência do movimento social na região, com a retomada do Sindicato de Altamira, em 1988, a criação do Movimento Pela Sobrevivência na Transamazônica (MPST), em 1991, e outras formas organizativas abrigadas principalmente em Altamira, tornando esta cidade um espaço importante de decisões e discussões sobre os rumos da população moradora da Transamazônica.

Até a década de 1970, a agricultura em Altamira exercia um papel econômico secundário. A atividade principal, base da economia, era o extrativismo, especialmente a coleta do látex e da castanha, depois vinha a caça aos animais silvestres e a garimpagem. Com os Projetos de colonização e os assentamentos implantados, intensificou-se o comércio. A cidade passou a ter agências bancárias, hospitais, aeroporto, correios, além de crescimento demográfico e comercial. Transformou-se em cidade polo, dando suporte a vários municípios em setores diversos, como saúde, educação, agricultura e comércio. Se, antes da colonização, o Rio Xingu tinha um papel relevante para a trafegabilidade das pessoas, a construção da estrada dinamizou o comércio local e cada vez mais se tornava ponto de encontros importantes. Altamira serviu de ponto de referência para as futuras lideranças se reunirem,



num primeiro momento organizado pela Prelazia do Xingu. A cidade representa, portanto, um espaço agregador e de mobilização dos movimentos sociais. Estas mobilizações reivindicaram suas demandas perante diferentes setores do Estado por meio de estratégias distintas, como passeatas, caravanas à Brasília etc. Todas estas formas de articulação levaram à consolidação dos movimentos sociais e à emergência de novos atores.

### 3.3 A EMERGÊNCIA DE NOVOS ATORES SOCIAIS NA TRANSAMAZÔNICA: OS MOVIMENTOS SOCIAIS E O PAPEL DA PRELAZIA DO XINGU

A Igreja Católica, através da Prelazia do Xingu, na Transamazônica, desenvolveu com os movimentos sociais um compromisso contínuo e, com isso, vínculos foram construídos de acordo com as lutas travadas. Neste trajeto, a Prelazia do Xingu tem um papel fundamental na constituição dos movimentos sociais e na formação das lideranças. Assim, nossa análise compreende dois momentos distintos de lutas na Transamazônica.

O primeiro momento foi caracterizado por indivíduos imersos em problemas de infraestrutura, ausência de estradas, hospitais e assistência técnica. Este período compreende meados da década de 1970 até metade da década de 1980. O segundo momento, caracterizado pela formação dos movimentos sociais e pelo reconhecimento dos indivíduos como moradores da Transamazônica, culminou com a constituição de um espaço de pertencimento, que é o território. Este período compreende a metade da década de 1980 e toda a década de 1990. Esta separação por datas não é linear. Mas constitui-se em formas de lutas diferenciadas

Sobre este primeiro momento, podemos destacar a produção de um documento encaminhado ao Conselho Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) no ano de 1973, o qual relatava o abandono dos migrantes pelo projeto de colonização da Transamazônica. Este documento foi produzido pela Pastoral da Igreja do Xingu. Segundo Souza (2006), o relatório abrangia, na época, a zona colonizada entre os km 20 e 230 do trecho da rodovia entre Altamira e Itaituba. Muitas situações foram abordadas; entre elas, a moradia precária dos colonos, a inexistência de postos ou hospitais, a ausência de escolas, saneamento, transporte e o isolamento das famílias.

Ao longo da estrada Transamazônica, surgiram várias comunidades, muitas inspiradas pelas formas de organização direcionadas pela Prelazia do Xingu priorizando os laços de vizinhança. A ideia estava em uma concepção de comunidade que deixava de ser o local de moradia e de produção para também ser o espaço da construção de laços de solidariedade e de vínculos que se constituíam entre os colonos e a Igreja.

A insuficiência do Estado em dar conta das desigualdades sociais, com menos de cinco anos depois de implantado o Projeto de Colonização Dirigido na Transamazônica, saltou aos “olhos” de todos os colonos. As obras de construção de escolas, postos médicos, saneamento, estradas vicinais etc. foram interrompidas. As famílias, que deveriam receber seus lotes em três semanas, passavam até vários meses nos precários alojamentos do INCRA. Aquelas famílias assentadas nos lotes não contavam com a estrutura planejada das agrovilas, descritas anteriormente. Os colonos – e, com o tempo, também os não colonos – encaminhavam ao INCRA um amplo conjunto de problemas, como pragas nas lavouras, chuvas, mosquitos, falta de escolas, saúde precária, violência. Com o desmonte do INCRA na metade da década de 1970, a população perdeu a instância à qual recorrer. A reação era a organização, estimulada, por sua vez, pela Igreja Católica através da Prelazia do Xingu.

Ainda podemos destacar, em 1975, apoiadas pela Prelazia do Xingu, mobilizações de colonos e indígenas contrários à Eletronorte e à projeção da construção de várias barragens: de Kararaô (atual Belo Monte), Babaquara, Jarina, Ipixuna e Kikraimoro, seguindo os inventários do potencial energético do rio Xingu. Somente em 1980 a empresa iniciou os estudos sobre o complexo hidrelétrico de Altamira, formado por duas usinas; a de Kararaô e a de Babaquara. Estas usinas, juntas, inundariam 8 mil km<sup>2</sup> de terras. Várias mobilizações articuladas pela Prelazia do Xingu, formadas por produtores rurais, povos indígenas e segmentos urbanos, contestavam os resultados destas políticas. Aliadas às pressões de forças políticas in-

ternacionais, movidas pelos movimentos ambientalistas, tais manifestações de descontentamento acabaram levando as agências financiadoras internacionais a reverem os critérios de financiamento adotados para as grandes obras de energia hidráulica na Amazônia. A avaliação das agências incidia sobre os possíveis impactos do empreendimento sobre o meio ambiente e as populações afetadas.

As formas de lógica que preside estas formas de solidariedade se baseiam por parte da Prelazia do Xingu, em perceber que a mudança na Transamazônica não surgirá do cálculo ou da coerção, mas, sobretudo, da crença compartilhada em princípios morais de solidariedade e união. A dimensão da crença aqui é importante, pois, apesar da sua incerteza e imprevisibilidade, ela é essencial para a ação e o estabelecimento da confiança e da luta possível somente se os indivíduos estiverem unidos.

No segundo momento, identificamos como marco importante para a formação dos movimentos sociais o I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, em fevereiro de 1988, em Altamira. Naquele encontro, a índia Kaiapó Tuira passou o facão no rosto do então representante da Eletronorte, em um gesto simbólico de advertência e indignação ao projeto de barragem. O projeto, antes intitulado Kararaô (*grito de guerra*, em Kaiapó), mudou o nome para Belo Monte. O evento foi encerrado com o lançamento da Campanha Nacional em Defesa dos Povos da Floresta Amazônica, exigindo a revisão dos projetos de desenvolvimento na região. Uma das exigências foi a de que o Banco Mundial - BIRD retirasse qualquer apoio financeiro a novas usinas na Amazônia. Compreende-se que este evento em Altamira foi também “[...] significativo ao contribuir para materializar alterações na correlação de forças políticas locais, quer seja por meio de uma rearticulação das forças ou por meio do reconhecimento de mobilizações (ou movimentos)” (CASTRO; ALONSO, 2005, p. 174).

A valorização da Transamazônica passava pela organização dos “mais pobres”: agricultores, migrantes, professores, e era estimulada pela luta e pela criação de espaços simbólicos de resistência. Nas reuniões ocorridas nas vicinais, o discurso procurava instituir o “nós” como efeito contrário à individualização dos interesses. As reuniões não eram simples momentos de agregação de pessoas; eram espaços simbólicos onde cada um tinha algo a dar e a receber dos outros. A singularidade destas reuniões estava na solidariedade necessária para manter-se em situações adversas.

Ademais, o que mais impulsionava e estimulava nessas reuniões não era somente o discurso da desigualdade, as reivindicações a serem feitas ao Estado e como superá-las, mas, simbolicamente, estabelecia-se um compromisso através do vínculo que se queria perene e na missão fundamental de “trazer mais companheiros para a luta” como retribuição e continuação da luta. Segundo uma das lideranças entrevistadas, “não era só o interesse em conseguir algumas coisas (bens materiais), mas principalmente aumentar a nossa força, trazendo mais gente” (LIDERANÇA, julho de 2012).

Dentre as práticas da Prelazia do Xingu, estava a formação de lideranças. Nesse interim, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) tiveram um papel importante. As CEBs fazem parte de um sistema cultural composto por uma série de símbolos (cartilhas com histórias de colonos, com vitórias e sacrifícios e, como recompensa final, a tranquilidade de viver da própria terra), além dos inúmeros cursos ofertados sobre conjuntura política para agricultores etc. Em conjunto, estes elementos forneciam uma sintonia entre as lutas reivindicatórias e o reconhecimento com os ideais das CEBs.

A religião, na Transamazônica, fornece os elementos iniciais necessários para impulsionar as mobilizações, principalmente de agricultores. Nesse caso, as demandas deixam de estar centradas na infraestrutura negada pelo Estado e se revigoram na luta também pelo reconhecimento do espaço de vida. A Transamazônica será vista pela ótica do lugar de viver. Deixa de ser somente “a rodovia” e passa a ser o território.

Nesse processo de organização de movimentos sociais, cada vez mais tornava-se relevante a valorização da identidade da Transamazônica como território de pertencimento, ultrapassando, portanto, a representação de fronteira através de um marco físico.

A ideia de território como pertencimento reivindica a igualdade, ao passo que respeita as diferenças. A igualdade faz referência ao direito à saúde, educação, transporte, melhoria das estra-

das, reforma agrária. A identidade territorial é construída neste contexto de lutas, mas também pelos vínculos nem sempre pacíficos constituídos entre grupos residentes na área: agricultores, indígenas e pescadores. Contudo, tais conflitos assumiam também formas de pertencimento e havia lugar para todos. Estes debates foram muitas vezes fomentadas através de oficinas, palestras, eventos e workshops promovidos pela Prelazia do Xingu.

A ação dos agentes pastorais procurava estabelecer com grupos indígenas e, principalmente, com agricultores formas de organização, as quais se baseavam em assumir os sindicatos de trabalhadores rurais naquela conjuntura atrelados ao Estado, como o Sindicato de Altamira, e com os índios fortalecendo o Conselho Indigenista Missionário (CIMI). No estímulo às formas associativas propostas pela Prelazia do Xingu, ganhavam destaque a voluntariedade e a solidariedade como expressões políticas e organizadas. Esta era a resposta dos “pobres”: a organização destes setores em sindicatos, em mobilizações que extrapolavam o local e se dirigiam à Brasília em vários ônibus com demandas preparadas em grandes reuniões. Os valores principais que traziam mais adesões não eram as vantagens materiais, mas a solidariedade, só que, desta vez, organizada em associações de moradores de vicinais, professores, agricultores.

Nesse aspecto, a retomada dos sindicatos, de base assistencialista, tornava-se um dos mecanismos de luta importantes para a reivindicação de políticas sociais para a região. Este movimento visava a fortalecer comunidades, sindicatos, divulgar a importância de formas organizativas para reivindicar direitos básicos, como moradia, saúde, educação e terra para todos. Este cenário de lutas e a garantia de direitos não estão dissociados nacionalmente da formação de um campo democrático formado por movimentos populares e pluriclassistas, como de mulheres, negros e ecológicos. Para Gohn (2007), na década de 1980, o novo campo democrático formado por diferentes movimentos sociais “[...] desenvolveu uma cultura política de mobilização e de pressão direta, como prática principal para viabilizar o encaminhamento das demandas que compunham suas agendas” (GOHN, 2007, p. 52).

Nos movimentos da Transamazônica, as lideranças surgiram principalmente das organizações sindicais. O mais importante foi a retomada do Sindicato de Altamira, em 1988. Mas também há, neste período e na década seguinte, uma concepção de comunidade que extrapola a organização interna de um grupo e passa a ser incorporada como força popular, capaz de participar efetivamente do exercício do poder. Culminando com o período de redemocratização do Brasil, o mote articulação, mobilização e participação torna-se carro chefe dos movimentos sociais. Com todos estes avanços de novos espaços de participação e reivindicação de cidadania, os movimentos sociais na Transamazônica se ressentem do isolamento e do não reconhecimento de sua área.

Na década de 1990, a luta também se identifica pela sobrevivência da Transamazônica, na formação de recursos humanos e projetos de sustentação econômica para o território.

Neste período, há uma profusão de organizações não governamentais, embaladas também pela discussão da ECO 92, em que se fortaleceram os acordos e parcerias, as possibilidades de recursos e financiamentos internacionais, bem como a necessidade de profissionalização dos movimentos sociais (LANDIM, 1998) para gerenciar e administrar os recursos financeiros. Há um reconhecimento dos problemas globais, mas se ressalta a importância de resolver as especificidades, de criar condições particulares através de projetos de desenvolvimento sustentável. A reivindicação de igualdade não está separada do reconhecimento das especificidades regionais.

O discurso dos movimentos sociais se caracteriza por uma base regionalista e de reconhecimento. Regionalista porque é de “defesa da nossa região, de respeito àqueles que vieram para cá, mas também, e ainda, pedíamos o retorno do Projeto de Colonização” (LIDERANÇA, maio de 2013). As demandas por igualdade vão além dos investimentos em infraestrutura para as estradas, assentamentos rurais, mais escolas e saúde e políticas para a agricultura familiar. São demandas também pelo reconhecimento de suas especificidades e de seu território. Neste discurso, o não reconhecimento é uma injustiça, pois deprecia as formas culturais e econômicas de viver de grupos que se estabeleceram mesmo com as adversidades de adaptação e políticas que enfrentaram. As narrativas de lideranças abaixo traduzem bem esta forma de injustiça.

Quando cheguei em Altamira, fui para o arraial do Zé Pezinho, no KM 23 de Altamira. Meu sonho acabou ali, pois tinham mais de 200 famílias esperando para serem “jogadas” em um lote. Era desumano. Meu sonho terminou de morrer quando cheguei no lote que me deram em 1976, hoje município de Medicilândia. Não tinha nada, nem escola, nem postinho de saúde, e ainda enfrentávamos pium, que picava a gente e dava febre, além da malária. Peguei 17 vezes malária e tudo era longe. Nossas reclamações de nada valiam, pois sempre nos diziam que estávamos melhor que antes. Muitos colonos foram embora. Aquilo não era vida, não tínhamos direito a nada. Fiquei, mas sofri muito (LIDERANÇA, junho de 2012).

Quando cheguei aqui na Transamazônica, antes de ganhar meu lote em Brasil Novo, o INCRA me disse que eu ia aprender a produzir na terra, que era pra eu esquecer como eu vivia antes, que era para eu pensar como fazendeiro, não mais como lavrador. Me senti fraco, pois cheguei aqui com 28 anos e minha vida toda tinha vivido no Ceará de forma errada. Senti que a pobreza era culpa minha. E achei isso por muito tempo, até entrar no sindicato (LIDERANÇA, 2013).

O que mais se destacava nos colonos era a baixa autoestima. Além da falta de escolaridade e da pobreza, muitos achavam seu modo de vida atrasado, eram incentivados a serem fazendeiros e produzir em larga escala. O modo de vida dos índios era desprezado, dos pescadores eram atrasados e dos colonos considerados “rudes”. O trabalho de valorização foi anterior ao de conscientização (PADRE, maio de 2013).

As entrevistas acima revelam que a valorização foi construída através das lutas. Estas não eram marcadas somente pela reivindicação de melhorias, mas de reconhecimento do seu modo de vida. O passado de pobreza, antes ocultado, era agora valorizado como aprendizado, destacado como luta e vitória. Na década de 1990, o discurso de reconhecimento repercutiu na criação, apoiada pela Prelazia do Xingu, de um movimento que articula diferentes atores militantes e sindicatos. O Movimento pela Sobrevivência na Transamazônica foi fundado em 1991 e, logo após, em 1992, transformou-se em Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu (MDTX).

O MDTX representava a expressão formalizada das propostas reivindicatórias, articuladoras e propositivas de diferentes movimentos sociais: sindicatos de professores, sindicatos rurais, cooperativas e associações. Comportava-se como entidade mediadora para propor e executar projetos que visassem à melhoria das condições de vida dos moradores da Transamazônica, articuladas com uma visão do desenvolvimento sustentável da região. Em 1994, este movimento novamente se transformou em uma Fundação: a Fundação Viver, Preservar e Produzir. Atualmente, a FVPP tem 113 organizações filiadas nos municípios da Transamazônica e Xingu, e em 12 municípios do Sudeste paraense. Exerce um papel importante na mobilização de recursos financeiros para projetos, através de parcerias com organismos governamentais e não governamentais nacionais e internacionais. Tais parcerias mobilizam e implementam políticas na área da educação do campo, assistência técnica e crédito agrícola. Sua atuação está mais dirigida para as populações rurais da Transamazônica e Xingu.

Outro marco importante para a constituição dos movimentos sociais foi a fundação, em 1991, do Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Altamira do Campo e da Cidade. Este movimento foi estimulado também pela Igreja Católica. O Movimento de Mulheres organizou a formação dos Conselhos Tutelares logo nos primeiros anos de vigência do Estatuto da Criança e do Adolescente e, em seguida, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Através deste movimento, foram implantados em Altamira os Conselhos de Saúde.

O Movimento de Mulheres ganhou mais visibilidade, denunciando e reivindicando a apuração de responsabilidades das crianças emasculadas em Altamira e colaborando na criação do Comitê em Defesa da Vida das Crianças Altamirenses, fundado em 1993. Outra organização com a participação do Movimento de Mulheres foi significativo para a formação de lideranças: o Mutirão pela Cidadania, constituído de diferentes movimentos sociais que atuavam na Transamazônica reivindicando melhorias no saneamento, infraestrutura, mais postos de saúde para as cidades, mais escolas para a cidade e área rural. No Mutirão pela Cidadania, estavam o Movimento de Mulheres, MPST, Sindicato dos



Professores do Estado do Pará (SINTEPP), Comitê em Defesa da Vida das Crianças Altamirenses e a Prelazia do Xingu.

Em todas estas mobilizações, vão se constituindo redes de movimentos sociais e se destacando lideranças que assumem as negociações diante das instituições, que influenciam as decisões tomadas, que organizam passeatas, mobilizações até Belém ou Brasília. A ação coletiva dos militantes de movimentos sociais vai além de suas motivações dadas somente por uma orientação econômica. Vejamos a narrativa abaixo:

Quando vi, eu já estava organizando várias mobilizações. Ora! Não podia mais voltar para o Espírito Santo, minha família, toda estava morando em Medicilândia, que nem era município. Não havia saída, tínhamos que resistir para sobreviver. Quando descobri que juntos éramos mais fortes, não deu pra outra, passava dias e noites participando de reuniões, mobilizações para ir até Brasília, reclamar do abandono da Transamazônica. Meu lote ficou meio de lado, deixei de vender muita pimenta do reino e cacau. Mas valeu a pena (LIDERANÇA, maio de 2013).

Assim, os movimentos estavam ligados pela solidariedade do cotidiano comum. Reivindicavam direitos, aliados ao reconhecimento de sua região de pertença. Todavia, por ser uma área marcada por intensas migrações, a reivindicação de políticas públicas para a agricultura familiar, por demarcações de terras e assentamentos rurais diferenciados marcou este território e foi bandeira de luta nos Gritos da Terra Brasil<sup>4</sup> (1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2001, 2002).

A educação foi também uma bandeira de luta caminhando em paralelo à luta pela terra. Já nas comunidades formadas nas vicinais, havia muitos professores sem formação de qualquer graduação, mas com escolaridade acima da maioria dos colonos. Tornar-se professor nessa situação era quase automático. A Prelazia colaborava, promovendo pequenos cursos de capacitação através dos Irmãos Lassalistas. Estes tinham uma boa formação em diferentes áreas: Filosofia, Educação, Sociologia. Quando os professores não iam a Altamira em suas férias ou em cursos organizados em poucos dias, os irmãos Lassalistas iam até a vicinal. Nessas reuniões pedagógicas, o tema da organização dos professores era um dos pontos de pauta.

Lembro como hoje, os irmãos Lassalistas conversando com os professores das vicinais de Altamira sobre a importância de nos organizarmos. Mas eles falavam em Sindicato de categoria de professores, diziam que nossa luta por educação precisa ser compreendida como bandeira essencial para o desenvolvimento da Transamazônica. Já falavam que precisávamos reivindicar à Universidade Federal do Pará para trazer cursos para Altamira (LIDERANÇA, maio de 2013).

A narrativa mostra que, se a luta pela terra era o mote central de reivindicação, a educação caminhava *pari passu*. Quando, nos primeiros aglomerados urbanos da Transamazônica, foram criadas dentro do planejamento original como agrovilas, as escolas funcionavam dentro das Igrejas. A organização dos professores, incentivada pela Igreja Católica, construía a ideia de um órgão da própria categoria, cuja bandeira fosse capacitação e profissionalização dos professores, reconhecimento dos professores nas vicinais, demanda de cursos de Licenciatura em nível de 3º grau em períodos de férias escolares.

Os movimentos sociais como o MPST e depois o MDTX, além do Movimento de Mulheres, estimularam essas reivindicações. Foram várias passeatas de professores e agricultores às Secretarias Municipais de Educação.

<sup>4</sup> O Grito da Terra Brasil é a principal ação de massa do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR). É promovido pela CONTAG, Federações dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGs) e pelos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs). Reúne, anualmente, na capital federal, milhares de pessoas de todo o país, entre lideranças, agricultores/as familiares, assalariados/as rurais, assentados/as e acampados/as da reforma agrária, dentre outros que apoiam as bandeiras de luta da população rural (CONTAG, 2014).

Em 1988, uma dessas passeatas, organizadas pela Prelazia do Xingu, reuniu mais de 300 pessoas, entre agricultores e professores de vicinais, na frente da Secretaria de Educação, em prol da construção e regularização das escolas.

Em 1990, foi realizado um Seminário Regional, também conhecido como “Debate de Altamira”, que teve como tema “O futuro do projeto de colonização – Transamazônica 20 anos depois”. O foco do debate eram os problemas da Transamazônica, acompanhados de uma proposta alternativa dos movimentos sociais da região. No seminário, foram apresentados dados que apontavam que havia apenas nove médicos na Transamazônica para uma população de 200 mil habitantes, num raio de 1.000 km de distância. Mais de 70% da população adulta era analfabeta ou semialfabetizada. Havia 2.840 km de estradas vicinais habitadas sem conservação; nenhum dos municípios, com exceção de Altamira e, mesmo assim, de forma precária dispunha de energia elétrica; pessoas morriam no fundo das vicinais por falta de assistência médica. A sistematização desses dados contou com a participação de representantes de comunidades, categorias profissionais, grupos de jovens, mulheres, estudantes, autoridades políticas das diversas esferas do poder (ligadas à educação, saúde, agricultura, energia, transporte e infraestrutura de modo geral).

Órgãos financiadores e lideranças nacionais, como José Rainha, do Movimento dos Sem Terra (MST), Jair Meneguelli, da Central Única dos Trabalhadores (CUT), e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) participaram deste seminário. Do debate, resultaram indicações de políticas públicas para diversos setores, apresentadas como reivindicação aos diferentes níveis de governo (Federal, Estadual e Municipal). Foram formadas quatro comissões com a missão de fazer acontecer, em 1991, uma grande ação de alcance nacional e internacional, através da utilização dos meios de comunicação de massa (emissoras de rádio, redes de televisão, jornais e revistas). Devia-se informar sobre a existência do Projeto de Colonização da Transamazônica, denunciar a situação de abandono em que ela se encontrava e apontar propostas de solução para o seu desenvolvimento. Também fazia parte da estratégia buscar apoio de sindicatos urbanos, organizações não governamentais e universidades.

Em 1992, o MDTX, juntamente com vários professores da Transamazônica, foram à Universidade Federal do Pará (UFPA) e à Universidade do Estado do Pará (UEPA) entregar um documento com mais de 1.000 assinaturas pedindo cursos de extensão e graduação nas áreas de Licenciatura. Essas demandas foram também incorporadas nos Gritos da Terra Brasil de 1995 e 1996. Em 1994, a UFPA se instala em Altamira, onde antes funcionava um Campus da Universidade de Viçosa, que apoiava alunos do Projeto Rondon. Os primeiros cursos de Pedagogia e Letras funcionaram em períodos de férias escolares. Em maior número de alunos, estavam os professores de municípios da Transamazônica. Em 1997, a UEPA inicia seus cursos, alojada nos prédios da UFPA, com Enfermagem e Licenciatura em Ciências Naturais.

Em 1995, foi inaugurada a primeira sub-sede do SINTEPP em Altamira, que se estendeu, nos anos seguintes, para os municípios de Brasil Novo, Medicilândia, Uruará, Vitória do Xingu, Senador José Porfírio, Pacajá e, por último, em Anapu. Em 1997, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI) foi inaugurada na Transamazônica, com sede no MDTX.

Em todos esses encontros, as lideranças iam se projetando, construindo redes de pessoas que as apoiariam em decisões futuras, como a formação de Sindicatos Rurais e sindicatos de Professores em outros municípios que se emanciparam administrativamente: Medicilândia, Uruará, Placas, Brasil Novo. Culminando com o fortalecimento dos movimentos sociais e suas entidades de classe.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A constituição dos movimentos sociais na Transamazônica e Xingu se dão em um contexto de múltiplas redes complementares, compostas de pessoas e entidades, destacando-se a Prelazia do Xingu, como instituição que assegura inicialmente a mobilização e organização de agricultores e professores nas longínquas vicinais, assegurando inicialmente a adesão e o engajamento das lideranças

através de um processo de formação que incluía desde as reuniões nas vicinais, até as mobilizações para retomada dos sindicatos.

Atualmente o território da Transamazônica e Xingu passa por transformações visíveis nas cidades como consequência da construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte e cujos impactos nos municípios de Altamira, Anapu, Brasil Novo, Gurupá, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu são visíveis, pois se trata de locais que contam com floresta de terra firme e floresta de várzea e cidades nas quais vivem mais de 300 mil pessoas. Estes dados servem também para mostrar como os impactos da construção da barragem são evidentes na cidade de Altamira, permanecendo como o local de chegada de pessoas, de circulação de bens e mercadorias, local das instituições governamentais e financeiras.

Para termos uma ideia do impacto desta barragem e seus efeitos, que atingirão direta e indiretamente, segundo dados do Instituto Socioambiental (ISA, 2011), várias áreas indígenas na bacia do Xingu, serão diretamente atingidas 28 etnias (12 em Mato Grosso e 16 no Pará) em 29 terras indígenas. Duas outras terras indígenas serão diretamente afetadas pela diminuição da vazão do rio: Paquiçamba e Arara na Volta Grande. A área indígena Juruna, do km 17 da Rodovia PA-415, será afetada pelo aumento da trafegabilidade na estrada.

Neste contexto, os movimentos sociais se dividem entre a oposição radical ao projeto, inclusive ao financiamento de demandas para os movimentos sociais e por grupos e lideranças, defendendo um discurso de usar o financiamento em dinheiro que, segundo algumas lideranças, “é público” para ampliar a capacidade de infraestrutura e de atendimento de suas entidades. Liderando a oposição está o Movimento Xingu Vivo Para Sempre, originado também no interior das CEBs e da Prelazia do Xingu. Sem entrar no mérito desta discussão, nesses novos tempos de barragem, outros desafios se apresentam para os movimentos sociais no território da Transamazônica e Xingu, em como enfrentar os impactos deste empreendimento, reatualizando o seu repertório de lutas com as ideias de valores, justiça, equidade e reconhecimento.

## REFERÊNCIAS

- ALONSO, Sara; CASTRO, Edna. Processo de transformação e representações do rural-urbano em Altamira. In: CARDOSO, Ana Cláudia (Org.). **O rural e o urbano na Amazônia: Diferentes olhares em perspectivas**. Belém: EDUFPA, 2006.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. O intransitivo da transição: O Estado, os conflitos agrários e a violência na Amazônia (1965-1988). In: OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). **Projeto Calha Norte: militares, índios e fronteiras**. Antropologia e Indigenismo, n. 1. Rio de Janeiro: PETI, Museu Nacional, 1993.
- ALVES, Juliete M. **Relatório de Estágio de campo I**. Faculdade de Engenharia Agrônômica: UFPA, 2006.
- \_\_\_\_\_. **Relatório de Estágio de Campo I**. Faculdade de Engenharia Agrônômica: UFPA, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. **Poder simbólico**. Lisboa: Ediel, 1998.
- GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. São Paulo: Cortez, 2007.
- HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, T. T. (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2004.
- HÉBETTE, Jean. **O cerco está se fechando**. Belém: Vozes, 1999.
- \_\_\_\_\_. Os movimentos sociais na Transamazônica. In: **CAT: Dez anos de atuação**. Belém: EDUFPA, 2003.
- INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Especial Belo Monte: Cronologia Histórica**. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/pt-br/search/node/Especial%20Belo%20Monte>>. Acesso em: 17 set. 2011.

LACERDA, P. O “**caso dos meninos emasculados de Altamira**”: polícia, justiça e movimento social. 2012. 344f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://teses2.ufrj.br/72/teses/784602.pdf>>. Acesso em: 9 dez. 2013.

\_\_\_\_\_. Movimentos sociais na Amazônia: articulações possíveis entre gênero, religião e Estado. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas**, Belém, v. 8, n. 1, p. 153-168, jan./abr. 2013.

LANDIM, Leilah. Experiência militante: história das assim chamadas ONGs. In: LANDIM, L. et al. (Orgs.). **Ações em sociedade: militância, caridade, assistência, etc.** Rio de Janeiro: NAU Editora, 1998.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano.** São Paulo: Cortez, 1997.

SOUZA, A. P. S. **O desenvolvimento socioambiental na Transamazônica: a trajetória de um discurso e muitas vozes.** 2005. 140 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Centro Agropecuário, Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.



# EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM UMA CIDADE HISTÓRICA NA AMAZÔNIA: A EXPERIÊNCIA DOS ROTEIROS GEO-TURÍSTICOS NA CIDADE DE CAMETÁ-PA

José Carlos da Silva Cordovil<sup>1</sup>

Valbeci Alves Cabral<sup>2</sup>

Rafael Williams Farias Mendes<sup>3</sup>

Jefson Jhony Tavares Farias<sup>4</sup>

Karolina Guimarães dos Santos<sup>5</sup>

Janilson Cruz do Carmo<sup>6</sup>

Adriane Souza da Silva<sup>7</sup>

Luiz Henrique Nascimento Pereira<sup>8</sup>

## Resumo

O presente trabalho traz a experiência de uma prática extensionista, relacionada à concepção de turismo alternativo, como estratégia de valorização da memória sócioespacial em uma cidade histórica na Amazônia, sendo destacada a cidade de Cametá no Estado do Pará, exemplo de uma realidade espacial ribeirinha. Nesse sentido, tendo como foco a implementação das atividades de extensão promovidas pelo Projeto “Roteiros Geo-turísticos na cidade de Cametá”, da Faculdade de Geografia do Campus Universitário do Tocantins/Cametá, o trabalho se remete às ações referentes ao projeto, procurando destacar suas contribuições. Através dos roteiros realizados os alunos integrantes do projeto e os participantes dos roteiros tem oportunidade de conhecer sobre a formação histórica e territorial da cidade de Cametá, possibilitando do mesmo modo uma reflexão sobre as transformações mais recentes na organização espacial local, especialmente no centro histórico da cidade.

Palavras-chave: Memória; Amazônia; roteiro geo-turístico.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho é um relato das experiências do Projeto de Extensão “Roteiros Geo-turísticos na cidade de Cametá-PA”, cidade histórica, que está localizada na Mesorregião nordeste do

<sup>1</sup> Docente do curso Licenciatura em Geografia do Campus de Cametá/UFPA. E-mail: jccordovil@ufpa.br

<sup>2</sup> Discente do curso de Licenciatura em Geografia do Campus de Cametá/UFPA. E-mail: walbecy-alves22@hotmail.com

<sup>3</sup> Discente do curso de Licenciatura em Geografia do Campus de Cametá/UFPA. E-mail: rafaelwfm@hotmail.com

<sup>4</sup> Discente do curso de Licenciatura em Geografia do Campus de Cametá/UFPA. E-mail: jefsonjhonyfarias@yahoo.com.br

<sup>5</sup> Discente do curso de Licenciatura em Geografia do Campus de Cametá/UFPA. E-mail: karolguimaraesgeo@gmail.com

<sup>6</sup> Discente do curso de Licenciatura em Geografia do Campus de Cametá/UFPA. E-mail: janilsoncruz40@gmail.com

<sup>7</sup> Discente do curso de Licenciatura em Geografia do Campus de Cametá/UFPA. E-mail: adriane.souza.11@hotmail.com

<sup>8</sup> Discente do curso de Licenciatura em Geografia do Campus de Cametá/UFPA. E-mail: luizhenrique.np@hotmail.com

Estado do Pará (figura 1), sendo representante de uma realidade na Amazônia caracterizada pelo processo de formação espacial dendrítico (CORREA 1987), ou padrão de organização espacial rio-várzea-floresta (GONÇALVES, 2002).

Através das ações vinculadas ao Projeto de Extensão Universitária almeja-se estimular práticas turísticas alternativas e destacar a importância do resgate da memória sócioespacial local, pois Cametá, como uma cidade histórica, está inserida no processo de ocupação e formação do espaço regional amazônico. Onde destacam-se o processo de colonização a partir do século XVII com a instalação dos fortes militares, missões e aldeamentos religiosos, as atividades econômicas (exploração das drogas do sertão, agricultura da cana de açúcar), além de outros aspectos histórico-geográficos, como a Cabanagem, o apogeu e decadência da borracha e o processo de “modernização regional” (BECKER, 2006).

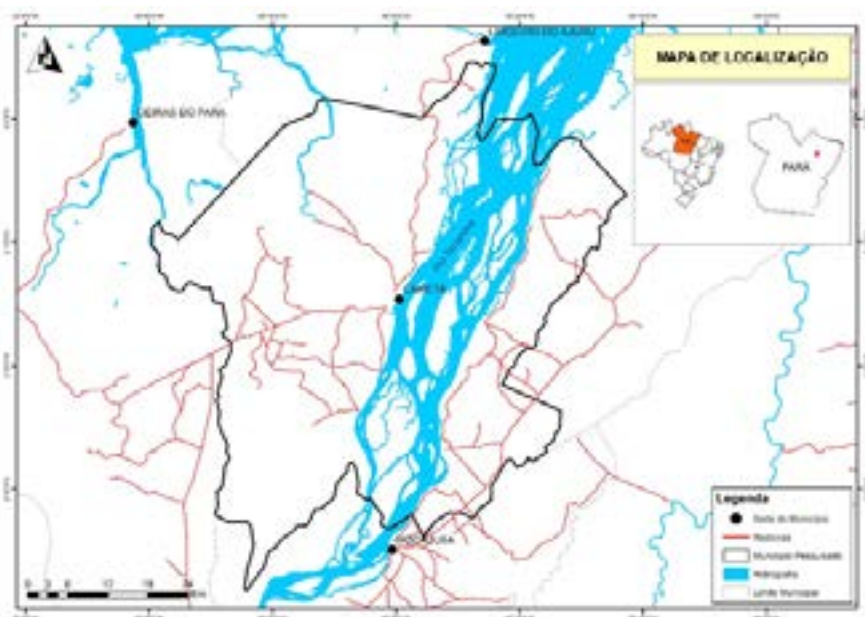
Assim, buscando articular ações de pesquisa, ensino e extensão, evidencia-se que o projeto pode ser um instrumento de valorização da memória sócioespacial em Cametá através da educação patrimonial, pois os roteiros realizados são utilizados como ferramenta para o conhecimento e disseminação da história e geografia local.

## O PROJETO “ROTEIROS GEO-TURÍSTICOS NA CIDADE DE CAMETÁ”

O Projeto “Roteiros Geo-turísticos na cidade de Cametá-PA” foi inspirado na experiência do Projeto de Extensão, realizado em Belém, sob a Coordenação da professora Dra. Maria Goretti da Costa Tavares. Através do Grupo de Pesquisa em Geografia do Turismo-GGEOTUR, da Universidade Federal do Pará, são desenvolvidas ações de pesquisa, ensino e extensão. Assim, pela inexistência de ações voltadas para práticas do turismo que valorizem o patrimônio material, histórico e cultural (TAVARES, 2010), o Grupo de Pesquisa implementou o Projeto de Extensão “Roteiros Geo-turísticos: conhecendo o centro histórico de Belém”.

Atualmente, com a contribuição de seus colaboradores, as ações desse projeto se expandiram, atuando como um programa, do qual fazem parte vários projetos, que passaram a incluir outras cidades do Estado do Pará como Marabá, Bragança, Santarém e Cametá, tendo como meta aproveitar do potencial histórico, cultural e patrimonial dessas cidades. Os roteiros são denominados de geo-turísticos porque valorizam o potencial histórico, cultural e patrimonial, ou seja, a memória sócioespacial dos lugares através de um turismo alternativo, pois não precisam de uma grande infraestrutura para se desenvolver (CRUZ 2003).

Figura 1 – Mapa de Localização. O Município de Cametá pertence à Mesorregião do Nordeste Paraense e à Microrregião de Cametá (Fonte: FERREIRA, 2016).



Nestes termos, verificou-se que a cidade de Cametá por ser uma cidade histórica, destacando-se entre as cidades mais antigas do Estado do Pará e da Amazônia, poderia ser considerada como uma realidade propícia para a implementação dos roteiros geo-turísticos, especialmente pela existência do patrimônio material, histórico e cultural. Assim, o projeto passou a ser desenvolvido com o apoio do Grupo de Pesquisa em Geografia do Turismo-GGEOTUR (figura 2).

Figura 2 – Convite do Roteiro Geo-turístico realizado em 2015 na cidade de Cametá.



A cidade de Cametá é declarada Patrimônio Histórico Nacional pela Lei 7537, processo que faz parte da construção do projeto de “Cidade Patrimônio” atrelado às ações das oligarquias locais (COELHO, 2012). Porém, existe um contraste entre o título adquirido e a realidade do patrimônio histórico-cultural existente, pois verifica-se o descaso do poder público e da própria sociedade local.

Assim, o Projeto de Extensão “Roteiros Geo-turísticos na cidade de Cametá”<sup>9</sup> possui um viés educacional e atua na tentativa de mudar a realidade de desconhecimento da população local, sobre sua história e seu patrimônio. Para isso, conta com a colaboração de bolsistas do Ensino Médio, do Centro de Formação Profissional de Cametá- SENAI e da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Pará, além de discentes voluntários do curso de Licenciatura em Geografia do Campus Universitário do Tocantins/Cametá-UFA, viabilizando a turistas e a sociedade local práticas de educação patrimonial, onde se destaca a importância de preservar e valorizar a memória socioespacial.

## METODOLOGIA

As ações do Projeto de Extensão em Cametá tiveram início em 2014, sendo implementado a partir da metodologia do projeto já realizado em Belém, seguindo as etapas de pesquisa bibliográfica e documental, formatação e realização dos roteiros. Assim, primeiramente, buscou-se fazer o levantamento bibliográfico (CHIZZOTI, 2006) abordando a relação entre o turismo e Geografia, do levantamento de dados para a compreensão da formação histórico-territorial da Amazônia e, por conseguinte de Cametá.

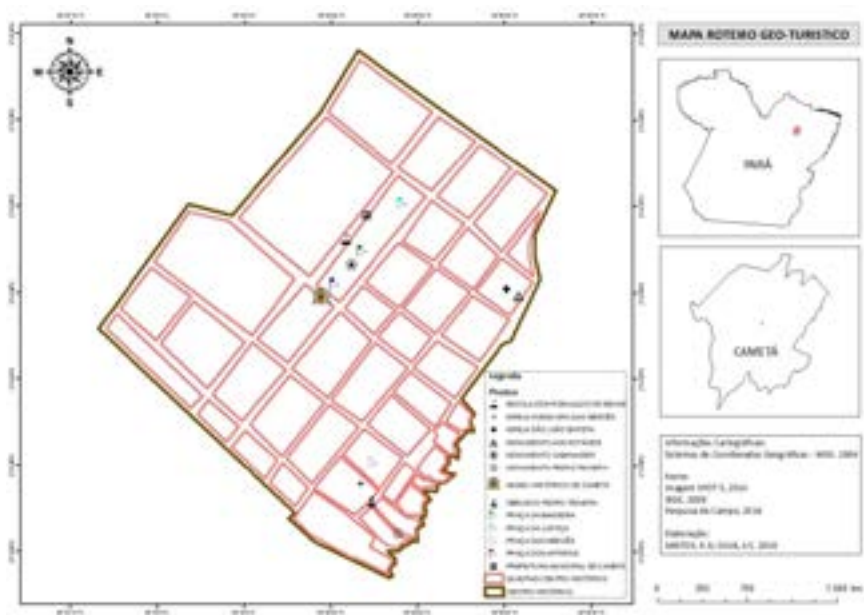
Em seguida, na fase do trabalho de campo, foram realizadas entrevistas semiestruturadas (MAY, 2004), com o intuito de coletar dados que complementassem as informações já adquiridas com o levantamento bibliográfico e documental. Foram, entrevistados pesquisadores e escritores locais, moradores do centro histórico, representantes de Associações ligadas ao turismo e instituições públicas.

<sup>9</sup> O Projeto “Roteiro Geo-turísticos na cidade de Cametá” está cadastrado desde 2014 no Campus Universitário do Tocantins/Cametá como Projeto de Extensão da Faculdade de Geografia. Do mesmo modo, o projeto concorreu e foi contemplado nos Editais da Pró-Reitoria de Extensão da UFA-PROEX, Nº 01/2015 e Nº 01/2016, contando assim desde de março de 2015 com 1 bolsista PROEX.

Utilizamos também o registro fotográfico e o geoprocessamento para espacialização dos monumentos, edificações e praças existentes no centro histórico da cidade e elaboração do mapa do roteiro (figura 3), no intuito de codificar e decodificar a leitura da paisagem, que pode ser feita a partir de objetos impressos (MIRANDA 2008), representativos da cultura local, de grupos sociais hegemônicos atuantes e influentes em distintos períodos da história.

A partir das etapas descritas desde 2014 foram iniciadas as ações que culminaram com implementação dos roteiros<sup>10</sup>, sendo estes realizados em datas comemorativas, como o aniversário da cidade e em períodos de eventos culturais e turísticos, a exemplo do Carnaval e a Festividade de São João Batista (Padroeiro da cidade). Nos roteiros realizados o público que participa inclui visitantes e turistas e comunidade local, principalmente universitários e alunos do Ensino Fundamental e Médio.

Figura 3 – Mapa de localização dos pontos e locais percorridos no Centro Histórico da cidade de Cameté (Fonte: SANTOS; SILVA, 2016).



## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nas cidades históricas da Amazônia, como exemplo a cidade de Cameté, vislumbra-se a possibilidade de fomentar práticas que visem a destacar o patrimônio (material e imaterial) existente. Assim, através do Projeto de Extensão Universitária “Roteiros Geo-turísticos na cidade de Cameté”, são implementadas ações de educação patrimonial, onde os alunos integrantes do projeto e os participantes dos roteiros conhecem a história, o patrimônio arquitetônico e a geografia da cidade, além disso, ressalta a importância de iniciativas, por parte do poder público, para a valorização desse patrimônio, como destacado pelo historiador e ex-diretor do Museu Histórico de Cameté, Alexandre Pantoja:

Os trabalhos de implantação do roteiro Geo-turístico [...] são fundamentais, quando se ver no caso de Cameté um município que as suas políticas públicas de cultura inexistem ou não avançam nesse sentido de potencializar o seu patrimônio turístico, patrimônio cultural, patrimônio material e transformar isso em produto turístico para que possa ser comercializado para que ele possa atrair e gerar lucro e desenvolvimento social para o município, quando ações que surgem assim, por conta de iniciativa pública, Universitárias, por museus, são sempre muito bem vindas, porque a partir do momento que se cria esse produto o Estado passa a ter um interesse passa a investir nele, vê que ele tem potencial, passa a colaborar, passa a investir (Diretor do Museu Histórico de Cameté, fev./2015).

<sup>10</sup> A partir das etapas definidas inicialmente foram realizados vários roteiros testes com o objetivo de identificar os melhores locais de parada e treinamento das falas dos alunos bolsistas e voluntários integrantes do Projeto de Extensão.



Um dos aspectos relevantes dos roteiros é a valorização da memória socioespacial local. Contudo, antes de fazer a abordagem direta sobre Cametá, primeiramente é ressaltado o contexto da ocupação da Amazônia e as disputas geopolíticas pelo território entre os europeus a partir do século XVII (com destaque para os franceses, holandeses, espanhóis e portugueses). Nesse sentido, são enfatizadas as estratégias de ocupação como a extração das drogas do sertão, a implantação da agricultura da cana de açúcar e engenhos e o papel das missões e aldeamentos religiosos, que foram primordiais para a ocupação e formação territorial (PRADO JR. 2012).

É dentro desse contexto que se insere a abordagem sobre Cametá, onde são evidenciadas as expedições e entradas utilizadas como estratégia de conhecimento e ocupação territorial. Nestes termos, uma das expedições relacionadas com a formação de Cametá foi a do conquistador Daniel de La Touche em 1613, que saindo de São Luiz no Maranhão, fez o primeiro contato com os índios da região. Na sua incursão pela Foz do Amazonas, fugindo dos portugueses, entrou pelo Rio Tocantins, chegando à Aldeia dos índios Camutás. A expedição de La Touche serviu de base geográfica para a de Francisco Caldeira de Castelo Branco, que saiu do Maranhão a 25 de dezembro de 1615 para fundar a cidade de Belém em 12 de janeiro de 1616 (MIRANDA 2008).

É nesse momento do roteiro que se aborda a origem do nome da cidade de Cametá. “Caá” quer dizer “mato” e “Mutá” é uma espécie de jirau com a escada talhada em forma de dente no próprio tronco da árvore, que se refere à tribo dos índios Camutás descendentes dos tupinambás que habitavam a região. Os índios Camutás construíam suas palhoças em cima das árvores mais altas como forma de se proteger de possíveis ataques de animais e como recurso estratégico para avistar o rio e a floresta mais distante no horizonte, característica cultural que os diferenciava de outras tribos (TAMER 1998).

É destacada, também, a expedição de Pedro Teixeira e os monumentos construídos em algumas cidades históricas da Amazônia, que retratam a importância dessa expedição para a ocupação do território em função da disputa entre Portugal e Espanha. A principal entrada do século XVII foi a de Pedro Teixeira, pelo rio Amazonas. Motivado pela chegada a Belém, por via fluvial, de espanhóis saídos de Quito, Pedro Teixeira organizou a expedição em 1637 objetivando definir a rota Pará-Peru. Subindo o Amazonas e o Solimões, tomou posse para Portugal simbolicamente das terras até o rio Napo, o que evidentemente ultrapassava muito o meridiano de Tordesilhas (WEHLING; WEHLING, 1999). De acordo com Tamer (1998), essa expedição passou por Cametá, onde arregimentou cerca de 1.000 índios flecheiros e embarcações e partiu em 28 de outubro de 1637 para empreender a grande façanha de conquistar toda a vasta Amazônia que duplicou o tamanho do Brasil. Assim, na parte inicial do roteiro, são destacados o “Monumentos a Pedro Teixeira” (figura 4) e o monumento do “Tricentenário da Expedição de Pedro Teixeira”.

Figura 4 – Iniciando o percurso do roteiro um dos aspectos retratados é a existência em Cametá dos Monumentos à Pedro Teixeira, que ressaltam a importância histórica da expedição realizada no século XVII, que contribuiu para garantir a posse à Coroa portuguesa das terras amazônicas em meio ao contexto da União Ibérica. (Fonte: Francidalva Nogueira. Maio/2015).



Ainda na parte inicial do roteiro é enfatizado o papel das missões religiosas. Assim, no caso de Cametá,

Frei Cristóvão de São José desempenhou um decisivo papel na formação do primeiro núcleo de povoamento em 1620, que já contava com a “igrejinha de palha” e chamava-se Vila de Santa Cruz dos Camutás e que mais tarde em 24 de dezembro de 1635 resultaria na fundação da Vila Viçosa de Santa Cruz de Cametá (TAMER, 1998).

Esses fatos relacionados à Cametá caracterizam-na como uma cidade histórica de formação colonial na Amazônia. Além disso, é uma cidade ribeirinha, pois faz parte de um contexto sóciogeográfico específico dos primeiros núcleos urbanos da região, de urbanização tradicional (BECKER, 2006), marcada pela importância do rio no seu processo de formação.

As cidades ribeirinhas, dessa forma, têm fortes enraizamentos, fortes ligações socioeconômicas e culturais com a escala geográfica local e regional; enraizamentos estes que traduzem estreita relação com o rio, não simplesmente pela localização absoluta, devido ao fato de estarem à beira do rio, mas, e principalmente, por apresentarem uma interação funcional com esse elemento natural. São exemplos disso, a circulação fluvial, de subsistência material (fonte de recursos alimentares, uso doméstico etc.), a utilização lúdica (uso do rio para o lazer) e simbólica (a importância do rio no imaginário sociocultural) (TRINDADE JR, 2005, p.6).

Desse modo, é uma cidade ribeirinha pelas relações e interações da sociedade com o rio e floresta. Nestas cidades são marcantes algumas formas espaciais, como as igrejas, que compõem juntamente com as embarcações, portos e trapiches e feiras elementos de sua paisagem (SILVA e MALHEIRO, 2006) (figura 5).

Figura 5 – Diariamente diversas embarcações aportam na cidade de Cametá evidenciando a relação com as vilas e localidades ribeirinhas e com outros municípios. (Fonte: José Carlos Cordovil, Maio/2014).



Nestes termos, dentro do percurso do roteiro, um dos temas enfatizados é a presença das igrejas, edificações históricas, que retratam seu papel no processo de colonização da região. É destacada dentre outras a Catedral de São João Batista, construída em 1755, que possui traços de Antônio Landi, arquiteto que teve grande participação nos projetos e construções arquitetônicas e urbanísticas no Brasil Colonial.

Buscando enfatizar as mudanças e permanências verificadas no centro histórico, especialmente na orla da cidade, são destacadas também as edificações históricas, que retratam um período específico, o traçado urbanístico das ruas, as praças, consideradas como marcas portuguesas na paisagem amazônica (MIRANDA, 2008). Do mesmo modo, é ressaltado, nesta parte do roteiro, o fenômeno da erosão que ocorre em Cametá. Assim, são abordadas as questões técnicas e lendárias ligadas às suas causas, além das principais medidas já realizadas pelo poder público para tentar conter os efeitos desse fenômeno geológico (figura 6).

Figura 6 – Um dos pontos do percurso do roteiro é a orla da cidade, onde são destacados tanto a presença das edificações históricas como o fenômeno da erosão. (Fonte: Rodrigo Meireles, Agosto/2015).



Ainda na orla da cidade é ressaltada a inauguração do chamado “Porto Real”<sup>11</sup>, construído ainda no período do império e que teria esse nome porque seria inaugurado com a presença de Dom Pedro II a convite de Dom Romualdo de Seixas, influente religioso da época, que era cametaense e participou da coroação do imperador.

Dom Romualdo de Seixas, Dom Romualdo Coelho, Gentil Bittencourt, dentre outros fazem parte dos chamados “Notáveis”, personagens que se destacaram no cenário político, econômico, religioso e artístico do Pará. Tanto que para ressaltar a figura desses “Ilustres Cametaenses” foi construído o “Monumento aos Notáveis” (figura 7), expressando a força desses que representavam as oligarquias locais.

Cametá é um município que tem uma das histórias mais ricas do Pará, não só pela tempo de fundação, mas pela quantidade de pessoas nascidas em Cametá que galgaram espaço da política, dentro da religião, dentro das ciências, tanto que um dos nomes pelo qual a cidade é conhecida, é, a terra dos notáveis, que de fato é uma cidade que deve e tem ainda inúmeras pessoas que contribuíram com o surgimento do progresso do estado do Pará e do Brasil como um todo e das mais variadas formas, Cametá depois da fundação prosperou o próprio nome quando ela foi fundada foi de Vila Viçosa de Santa Cruz de Camutá, um local viçoso [...]. (Diretor do Museu Histórico de Cametá, fev./ 2015).

<sup>11</sup> No Porto Real foi construído uma escadaria com degraus de mármore italiano e tinha o intuito de receber a visita do Imperador, o que acabou não se concretizando. Em seu lugar o Conde D’Eu visitou a cidade e representou o imperador na inauguração do porto. Atualmente pouca coisa restou do porto, que em função da erosão está submerso.



Figura 7 – Monumento aos Notáveis”. Construído para evidenciar personagens que se destacaram no contexto econômico, político e religioso no Pará. (Fonte: Francidalva Nogueira, 2014).



A última parte do roteiro ocorre na Praça da Cultura, um conjunto de praças, que incluem: a Praça da Justiça, a Praça da Bandeira e a Praça Jardim dos Artistas. A Praça da Cultura, junto com outras praças existentes no centro histórico de Cametá, indica traços das intervenções urbanísticas do Marquês de Pombal (ARAÚJO, 2008).

A praça, usada como matriz geradora do desenho e identificada com o centro da cidade, estabelece uma referência simbólica inequívoca, de contornos arquetípicos, de identificação do “centro do mundo” [...] balizando com os atributos do poder, a carga simbólica do espaço central. Os contornos da praça marcados pelos edifícios mais representativos (a igreja, a câmara, a cadeia e o palácio dos governadores), assumem o papel de envolventes do símbolo que o espaço-praça significa, e ao mesmo tempo incorporam eles próprios o referencial simbólico das instituições que representam (a religião e o Estado) (ARAÚJO, 1998, p.6).

Assim, no caso de Cametá, a “Igreja de São Joao Batista”, “O Monumento aos Notáveis”, as residências de representantes das oligarquias locais (“Residência dos Peres”, “Residência dos Furta-do”, “Residência dos Moreira”), o “Grupo Escolar Dom Romualdo de Seixas” (herança do período da Borracha), o “Museu histórico de Cametá” e o “Paço Municipal Coronel Heitor Mendonça”, que funcionava como “Casa de Cadeia e Câmara” (atual Prefeitura), são elementos marcantes que se destacam, pois ficam no entorno das praças localizadas no centro histórico.

Na última parte do roteiro é evidenciado também o “Monumento de resistência à Cabanagem” (figura 8), o simbolismo construído através da figura de uma sumaumeira e o discurso da “Cidade Invicta”<sup>12</sup>.

A cabanagem foi um movimento popular e claro insatisfeito com o governo português, eles cabanos foram formando um grupo e começaram a invadir casas, explorar moças, roubar, etc. Então, eles foram em muitos municípios e aconteceu isso, não pelos cabanos que lutaram por uma coisa sadia, mas pelos cabanos que aproveitaram como até hoje acontece nesses grandes movimentos, onde tem aquelas turmas de malandros que vão para outro fim. Cametá resistiu a essa invasão dos cabanos, daí que sobressaiu o nome de Padre Prudêncio José das Mercês Tavares, que teria feito a proteção e dessas proteções de madeira e uma dessas estacas floresceu e transformou-se na Sumaumeira que veio a cair na década de 50 (Escritor Cametaense, fev./2014).

<sup>12</sup> A cidade de Cametá foi a única a não ser tomada pelo movimento cabano, que chegou mesmo a invadir a capital Belém e tomar o poder no período do império.



Figura 8 – “Monumento de Resistência à Cabanagem”. Na última parte do roteiro um dos temas retratados é a Cabanagem e o porquê da cidade de Cametá ficar conhecida como “Cidade Invicta”. (Fonte: Rodrigo Meireles, Agosto/2015).



Entretanto, apresenta-se, também, as diferentes versões existentes em relação aos fatos retratados no roteiro, pois um dos objetivos do projeto é estimular a reflexão e criticidade. Além disso, a partir das intervenções dos participantes são acrescentadas novas informações o que impulsiona novas pesquisas dentro do projeto, contribuindo no processo de produção do conhecimento sobre a história e geografia de Cametá.

## CONCLUSÃO

Considerando desde o início da ocupação da região amazônica, passando pelo apogeu durante o período da borracha, até o período caracterizado pela “modernização regional” com a instalação das rodovias e grandes empreendimentos econômicos na região, Cametá possui relevante destaque histórico, que se manifesta através dos monumentos, praças, edificações e tradições culturais.

Nestes termos, a partir da relação entre pesquisa, ensino e extensão, o projeto “Roteiros Geoturísticos na cidade de Cametá”, apresenta-se como possibilidade de promover a valorização de sua história, permitindo aos participantes conhecer o contexto sóciogeográfico em que se deu a formação do território, da economia e da sociedade, sendo um importante prática turística alternativa na perspectiva de atender não somente aos turistas como também à comunidade local.

Portanto, a realização do projeto com a implementação dos roteiros torna-se uma atividade de grande relevância como ação estimuladora de ressignificação da memória social, histórica e geográfica de Cametá. Além disso, chama a atenção sobre a questão da preservação do patrimônio material e imaterial existente (monumentos e edificações históricas e tradições culturais). Destaca-se, também, como aspecto relevante do projeto, a participação dos discentes do curso de Geografia, que têm a oportunidade de iniciação na pesquisa. Estes, são influenciados a fazer correlações com temas presentes em disciplinas do desenho curricular do curso, tais como: Geografia do Brasil, Geografia da Amazônia e Geografia do Pará, aprimorando seus conhecimentos e auxiliando em sua futura carreira docente.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, R. M. de. **As cidades da Amazônia no século XVIII**: Belém, Macapá e Mazagão, Porto, FAUP, 1998.
- BECKER, B. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamound, 2006.
- CHIZZOTTI, **Pesquisa em ciências sociais**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

- COELHO, R. do S. de S. **Patrimônio Cultural Cametaense**. Um estudo sobre o Patrimônio Cultural de Cametá e sua Importância no Contexto Escolar do Município. Coleção Novo Tempo Cabano vol. XI, Cametá, Pará, 2012.
- CORRÊA, R. L. A periodização da rede urbana da Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, n. 3, jul/set. 1987.
- CRUZ, R. C. A. **Introdução à Geografia do turismo**. -2. Ed. São Paulo: Roca, 2003.
- GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2002.
- MAY, T. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- MIRANDA E. **Cametá: marcas da presença portuguesa na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2008.
- OLIVEIRA, J. A. Urbanização da Amazônia: novas integrações e velhas exclusões. In: OLIVEIRA, J. A.; GUIDOTTI, H. (Orgs). **A igreja arma sua tenda na Amazônia**. Manaus: EDUA, 2000.
- PRADO JR., C. **História econômica do Brasil**. 43.ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- SILVA, M. A. P.; MALHEIRO, B. C. A face ribeirinha da orla fluvial de Belém: espaços de (sobre) vivência na diferença. In: TRINDADE JR, S. T. C.; SILVA, M. A. P. **Belém: a cidade e rio na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2006.
- TAMER, V. **Chão cametaense**. 2. ed. Belém, 1998.
- TAVARES, M. G. da C. **Projeto de Extensão: Roteiros Geo-turísticos: conhecendo o centro histórico de Belém na Amazônia**. Faculdade de Geografia – Universidade Federal do Pará, 2010.
- TRINDADE JR, S. C. T.; SANTOS, M. D.; RAVENA, N. A cidade e o rio: espaço e tempo na orla fluvial de Belém. In: TRINDADE JR, S. T. C.; SILVA, M. A. P. **Belém: a cidade e rio na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2005.
- WEHLING, A.; WEHLING, M. J. M. **Formação do Brasil Colonial**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

# EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO CURSO DE GEOGRAFIA: UMA ABORDAGEM SOBRE O PROJETO “ROTEIRO GEO-TURÍSTICO” NA FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS ALUNOS DE GEOGRAFIA NO CAMPUS DE CAMETÁ

Karolina Guimarães dos Santos<sup>1</sup>

José Carlos da Silva Cordovil<sup>2</sup>

## Resumo

O presente trabalho tem como temática principal a formação e extensão universitária, tendo como objetivo analisar a formação acadêmica voltada aos alunos do Curso de Licenciatura em Geografia no Campus Universitário de Cametá, através de ações extensionistas. Dessa maneira, o trabalho dá ênfase ao Projeto de Extensão “Roteiros Geo-turísticos na cidade de Cametá”, que além de trabalhar ações voltadas para a valorização do potencial turístico local, busca articular ações de ensino, pesquisa e extensão através da participação dos alunos nas atividades do projeto. A pesquisa é realizada na Universidade Federal do Pará no Campus de Cametá, tendo como alvo os discentes participantes e os não participantes do projeto. Através do levantamento e análise bibliográfica e documental é abordada a temática da formação acadêmica, além da importância das ações extensionistas no âmbito da universidade, além disso, é utilizada a técnica de entrevistas semiestruturadas e aplicação de questionários, com os alunos e coordenadores do projeto. A pesquisa ainda se encontra em andamento, contudo, destacamos que a participação dos alunos no projeto é importante pela possibilidade de inserção nas atividades de pesquisa, além da oportunidade de aplicação dos conhecimentos e práticas relativas ao processo de formação dos licenciandos.

Palavras-chave: Formação; extensão; roteiro geo-turístico.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho é desenvolvido com intuito de analisar as contribuições da extensão universitária na formação acadêmica dos alunos, abordando especificamente as ações do projeto “Roteiros Geo-turísticos na cidade de Cametá”, projeto de extensão universitária realizado na Faculdade de Geografia do Campus de Cametá. Ressaltasse que a pesquisa está em andamento e por isso apresentaremos, neste texto, especialmente as primeiras discussões sobre o tema e as ações relativas ao projeto.

A proposta da pesquisa surgiu com a implementação do Projeto de Extensão “Roteiros Geo-turísticos na cidade de Cametá-PA<sup>3</sup>” no Campus de Cametá desde de 2014. Na abordagem sobre o projeto destaca-se a discussão sobre as políticas de extensão universitária e a formação acadêmica, buscando compreender de que forma o projeto contribui para formação dos alunos do curso de Licenciatura em Geografia, que integram o referido projeto.

<sup>1</sup> Discente do curso de Licenciatura em Geografia do Campus de Cametá/UFPA. E-mail: karolguimaraesgeo@gmail.com

<sup>2</sup> Docente do curso Licenciatura em Geografia do Campus de Cametá/UFPA. E-mail: jccordovil@ufpa.br

<sup>3</sup> O Projeto “Roteiros Geo-turísticos na cidade de Cametá” está cadastrado desde 2014 no Campus Universitário do Tocantins como Projeto de Extensão da Faculdade de Geografia. Do mesmo modo, o projeto concorreu e foi contemplado nos Editais da Pró-Reitoria de Extensão da UFPA- PROEX, Nº 01/2015 e Nº 01/2016, contando assim 1 bolsista PROEX. Ainda fazem parte do projeto 9 alunos do curso de Licenciatura em Geografia, que atuam como voluntários, além de 3 alunos do Ensino Médio do Centro Integrado de Formação Profissional de Cametá/SENAI.

Ao se analisar a relevância do extensionismo para formação dos licenciados verificasse que os estudos sobre a docência ganham cada vez mais espaço no campo educacional. Isso se deve ao interesse dos educadores em problematizar as questões, que envolvem os diversos aspectos da profissão. Dessa maneira, a formação inicial deveria considerar os saberes práticos e a vivência dos professores, bem como as concepções dos futuros educadores sobre o ensino, mas isso de fato pouco acontece, ocasionado lacunas no currículo das licenciaturas, pois se tem uma formação descontextualizada da realidade profissional (MALERBA, REJOWSKI, 2014).

Assim, apesar de ser um tema de grande relevância, como dito anteriormente, as pesquisas desenvolvidas nesse campo são escassas voltando-se, na maioria das vezes, à análise das práticas docentes desenvolvidas dentro do espaço escolar, deixando em segundo plano a formação dos profissionais da educação no espaço das universidades.

Portanto, levando em consideração esses aspectos torna-se importante a realização de discussões voltadas à temática da formação universitária, como objetivado por este trabalho, pois busca-se compreender o processo de formação dos discentes do curso de Geografia, verificando de que maneira as ações de extensão universitária podem auxiliar os discentes na sua formação profissional.

## **OBJETIVOS**

### **OBJETIVO GERAL**

Analisar a importância da extensão universitária no curso de Geografia no Campus de Cametá, na constituição do processo educativo, cultural e científico, com ênfase nas ações e contribuições do projeto extensionista “Roteiros Geo-Turísticos na cidade de Cametá”.

### **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

Analisar o papel da extensão universitária na formação docente em Geografia.

Verificar as contribuições do projeto “Roteiros Geo-Turísticos na cidade de Cametá” para os alunos participantes, no que se refere à articulação entre ensino e pesquisa e extensão, que integra o currículo de Geografia.

Divulgar as ações realizadas pelo projeto “Roteiros Geo-turísticos na cidade de Cametá” realizado na Faculdade de Geografia.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa está sendo desenvolvida na Universidade Federal do Pará no Campus de Cametá. Entre as etapas definidas para o alcance dos objetivos propostos destacam-se: a coleta de dados por meio da pesquisa bibliográfica e documental, a aplicação de questionários e as entrevistas semiestruturadas (CHIZZOTTI, 2006; MARCONI; LAKATOS, 2010).

No primeiro momento realizamos o levantamento bibliográfico sobre a questão da formação docente e a extensão universitária, além do levantamento e análise de documentos, relacionados às atividades extensionistas no âmbito da universidade, consubstanciados em legislações, projetos e relatórios de atividades de extensão.

Na segunda etapa será realizada a aplicação de questionários e entrevistas buscando verificar as contribuições do projeto de extensão no processo de formação acadêmica dos discentes do curso de Geografia do Campus de Cametá. Além disso, serão feitas entrevistas semiestruturadas com objetivo de obter informações sobre o tema investigado. Assim, serão selecionados grupos para realização das perguntas, sendo o público alvo os discentes de geografia participantes e não-participantes do proje-



to, buscando fazer um comparativo entre os dois grupos em relação as contribuições do projeto. Do mesmo modo, utilizamos, para este trabalho, o registro fotográfico de alguns dos roteiros já realizados na cidade.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

### A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E A FORMAÇÃO DOCENTE

Os estudos e pesquisas sobre a docência adquirem cada vez mais importância para a educação. Nesse sentido, considerando especificamente as discussões sobre formação inicial, elas ganham expressão nos anos 80, onde se debate sobre a formação dos educadores a partir das práticas pedagógicas, e sobre as concepções sobre o papel do professor. A visão mais crítica dos professores como um mero reprodutor de conhecimento, estimulou os educadores a realizarem pesquisas voltadas para o âmbito das escolas, onde se evidencia lacunas no processo de formação desses profissionais, e passou-se a problematizar a formação dos cursos de Licenciaturas, principalmente no que diz respeito à teoria e prática (PIMENTA 1997; SEVERINO 2012).

Essa problematização sobre a formação docente ocorre em um contexto brasileiro de democratização do poder, onde as Universidades passam a ter maior autonomia referente aos aspectos políticos e científicos para desenvolver a pesquisa e o ensino, buscando compreender e discutir as questões sociais tornando-se assim um agente de transformação social. Nesse sentido, ao se discutir as licenciaturas é importante salientar o papel da extensão nesse processo formativo, pois são propostas como um meio de aproximar a Universidade da comunidade, realizando pesquisas levando em consideração os saberes dessa comunidade, e assim diminuindo as desigualdades sociais (JAZINE, 2004).

Nestes termos, a importância da extensão universitária para a formação acadêmica está nas experiências que elas possibilitam para os discentes, já que permitem uma interação deles com as realidades sociais que os rodeiam, onde colocam em prática os conhecimentos do âmbito acadêmico, tendo uma aproximação com o espaço profissional onde vão atuar como futuros educadores e pesquisadores. Além disso, possibilita interlocução de saberes entre os alunos e comunidade, levando-os a ter uma formação mais contextualizada, pois não se particulariza apenas os conhecimentos acadêmicos, o que possibilita a formação de novos saberes.

Nesse sentido, Pimenta (1997), discute a formação inicial dos professores a partir da construção de sua identidade profissional e dos saberes da docência, ressaltando que as expectativas dessa formação, não se restringem a capacitação para a prática da docência desses sujeitos, mas que também forme ou colabore no seu processo de formação.

Esse processo formativo se realizaria em conjunto com a prática, pois por meio dela que se desenvolveriam os saberes docentes que articulem os conhecimentos da teoria da educação e da didática, importantes para a compreensão da realidade social e do ensino afim de que, por meio da própria atividade os acadêmicos possam “constituírem e transformarem os seus *saberes-fazeres docentes*, num processo contínuo de construção de suas identidades como professores” (PIMENTA 1997, p. 6).

Dessa forma, para uma formação contextualizada e de qualidade se faz necessária a articulação entre teoria e prática, tendo como finalidade perceber as realidades histórico-sociais existentes no âmbito dos espaços de formação, para se construir saberes docentes condizentes com essas realidades, e assim buscar uma formação integral, que estimule a autonomia dos discentes em sua formação como cidadãos.

Promover um processo de formação em conjunto com as realidades do meio profissional através da interação teoria e prática, possibilita aos alunos perceber as condições histórico-sociais a que estão imersos, permitindo a construção ou reelaboração de conhecimentos por meio sua prática. Desse modo, na Geografia é importante analisar o Currículo da Licenciatura, pois antes se tinha um

currículo dissociado das práticas sociais, criando assim uma cisão entre teoria e prática, e uma dicotomia entre a Universidade e a Escola, já que, essa formação acontecia desvinculada da realidade profissional dos futuros professores. Então, a questão está na forma que se articulariam os saberes geográficos com as realidades desse âmbito escolar, para que as práticas estejam voltadas para desenvolver a criticidade e cidadania dos alunos. (CAVALCANTI, 2008).

Cavalcanti (2011) considera o “lugar do aluno” para a formação em Geografia, pois ao longo de sua formação esses alunos produziram espacialidades, que resultariam em uma nova percepção do mundo, “novas perspectivas de se relacionar com o mundo, nas diferentes escalas de análise”. Ou seja, o lugar seria considerado tanto em uma escala de análise geográfica, como em escalas das vivências do próprio aluno, pois é a partir da análise do espaço vivido que os futuros professores, conseguem entender e compreender o mundo. Ainda para a autora o lugar seria um mediador entre “os sujeitos e a realidade no processo de conhecimento e intervenção nessa própria realidade” (CAVALCANTI 2011, p. 12).

Portanto, ao se falar dessa formação há a necessidade de se compreender o espaço em que os discentes dos cursos de licenciatura em Geografia vão atuar, pois um dos principais desafios dos futuros professores é superar uma educação estática que se reproduz nas escolas. Essa questão não pode ser deixada de lado ao se analisar a formação inicial porque atua na construção dos conhecimentos indispensáveis para a formação docente. É nesta direção que converge nossa proposta de pesquisa, verificando como a participação em atividades de extensão universitária pode contribuir para a formação dos alunos do curso de Geografia do Campus de Cametá.

## O PROJETO “ROTEIROS GEO-TURÍSTICOS NA CIDADE DE CAMETÁ”

O Projeto “Roteiros Geo-turísticos na cidade de Cametá-PA” foi inspirado na experiência do Projeto de Extensão realizado em Belém, desde 2011, sob a Coordenação da professora Dra. Maria Goretti da Costa Tavares. Atualmente, com a contribuição de seus colaboradores, as ações do projeto se expandiram incluindo outras municípios e cidades do Estado do Pará como Marabá, Bragança, Santarém e Cametá (figura 1), tendo como meta aproveitar do potencial histórico, cultural e patrimonial dessas cidades. Nestes termos, considerando a inexistência de ações voltadas para práticas de valorização do patrimônio, o projeto passou a ser implementado em Cametá, integrando as ações do Grupo de Pesquisas em Geografia do Turismo da UFPA-GGEOTUR<sup>4</sup>.

Mas, por que roteiro Geo-turístico? Porque os roteiros pretendem valorizar o potencial histórico, cultural, patrimonial e, por conseguinte, a memória sócioespacial dos lugares (TAVARES, 2010) através de um turismo alternativo que não precisa de uma grande infraestrutura para se desenvolver (CRUZ 2003).

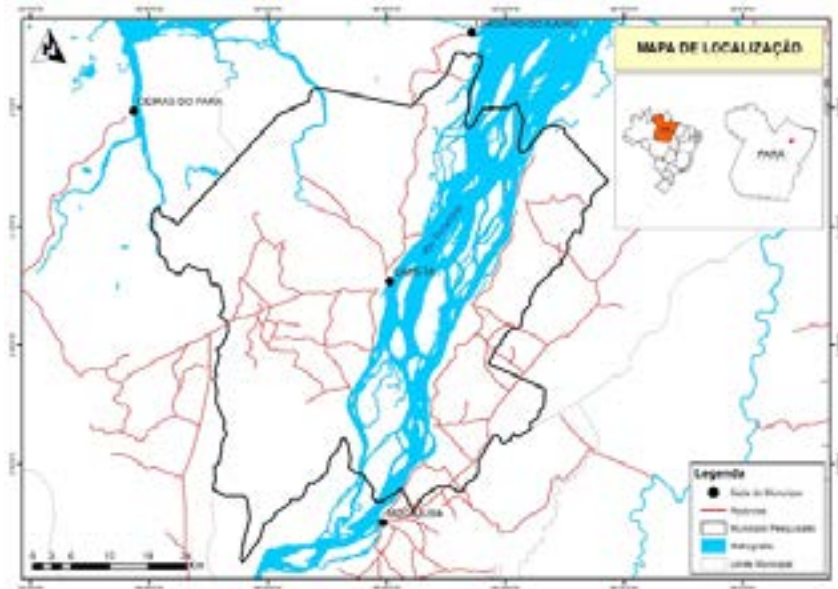
Cametá é um espaço propenso para a implementação dos roteiros geo-turísticos (CORDOVIL, 2014), pois é caracterizado como um lugar turístico, designação dada a lugares que já foram apropriados pela prática do turismo, ou lugares que tem uma forte caracterização para esta prática social, pois possui potencialidades (patrimônio material e imaterial) que podem diversificar a oferta turística local (CRUZ, 2003).

As ações do projeto em Cametá tiveram início em 2014. Foi implementado a partir da metodologia do projeto já realizado em Belém, seguindo as etapas de pesquisa bibliográfica e documental, formatação e realização dos roteiros. Assim, foi realizada pesquisa bibliográfica e documental para abordagem sobre a relação entre o turismo e Geografia e compreensão da formação

<sup>4</sup> Através do Grupo de Pesquisas em Geografia do Turismo- GGEOTUR são desenvolvidas ações de pesquisa, ensino e extensão. Entre uma das ações implementadas pelo GGEOTUR está o Projeto de Extensão “Roteiros Geo-turísticos: conhecendo o centro histórico de Belém”. Desse modo, a realização do projeto é resultado das ações desenvolvidas pelo Grupo de Pesquisa, onde foi verificada a inexistência de ações voltadas para práticas do turismo que valorizem o patrimônio material, histórico e cultural dos lugares, onde os roteiros permitem a cidadãos comuns a entender o seu papel no espaço.

histórico-territorial da Amazônia e por conseguinte da formação territorial e urbana de Cametá (POMPEU, 2002). Além disso, no caso do projeto desenvolvido em Cametá, procurou-se enfatizar seu potencial sociogeográfico como representante de uma cidade ribeirinha nos termos de oliveira (2000) e Trindade Jr.(2002).

Figura 1 – Mapa de Localização de Cametá. O Município de Cametá pertence à Mesorregião do Nordeste Paraense e à Microrregião de Cametá (Fonte: FERREIRA, 2016).



Na fase do trabalho de campo foram realizadas atividades buscando enriquecer ainda mais as informações obtidas sobre Cametá. Como através das entrevistas semiestruturadas utilizadas com o intuito de coletar dados que complementassem as informações já adquiridas com o levantamento bibliográfico e documental. Além disso, nesta fase também foi realizado registro fotográfico das edificações e monumentos, assim como a marcação de pontos no GPS (figura 2) para elaboração do mapa do roteiro.

A partir das etapas descritas desde 2014 foram implementados roteiros, que são realizados em datas comemorativas, a exemplo do aniversário da cidade em 24 de dezembro (figura 3), ou em períodos de eventos culturais e turísticos como o Carnaval e a Festividade de São João Batista (padroeiro da cidade).

Figura 2 – Marcação dos pontos de GPS para a produção do Mapa do percurso do roteiro. (Foto: Rodrigo Meireles, março, 2014).



Os roteiros realizados são destinados não somente aos visitantes e turistas, mas principalmente à população local, incluindo alunos universitários, alunos do Ensino Fundamental e Médio e comunidade em geral (figuras 4 e 5). Assim, a maior parte do público que participa dos roteiros são pessoas que vivem na cidade de Cameté, por isso, o projeto possui um viés de educação patrimonial, onde se destaca a importância de preservar e valorizar a memória sócioespacial local, ou seja, a história, geografia e contida no patrimônio material e imaterial da cidade.

Figura 3 – Convite do Roteiro Geo-turístico realizado em 2014 no aniversário da cidade.



Figura 4 – Roteiro realizado com os alunos do curso de Licenciatura em Geografia do IFPA (Foto: Rodrigo Meireles, agosto de 2015).



Figura 5 – Roteiro realizado com os alunos da Escola Municipal de Ensino Fundamental Santa Terezinha. (Foto: Rodrigo Meireles, maio de 2016).





Destacamos por último a participação dos discentes do curso de Geografia, que têm a oportunidade de iniciação nas atividades de extensão como etapas necessárias da formação profissional, através da articulação entre a teoria e a prática, possibilitando a aplicação dos conhecimentos e práticas relativas ao processo de formação do licenciando.

Portanto, o projeto “Roteiros Geo-turísticos na cidade de Cametá” busca, também, articular ações fundamentadas nos princípios da formação universitária (o ensino, a pesquisa e a extensão) através da participação dos alunos nas atividades do projeto, como característica de uma formação contextualizada, permitindo aos alunos vivenciarem outras realidades fora do ambiente da universidade.

## CONCLUSÃO

O projeto “Roteiros Geo-turísticos na cidade de Cametá” está pautado na prática turística alternativa na perspectiva de atender não somente aos turistas como também à comunidade local, pois permitiu aos participantes conhecer o contexto sóciogeográfico em que se deu a formação do território, a economia e a sociedade, atuando através de viés de educação patrimonial.

Do mesmo modo, destaca-se a relevância do projeto pela participação dos discentes do curso de Licenciatura em Geografia do Campus de Cametá, que tem a oportunidade de iniciação à pesquisa e às atividades de extensão essas entendidas como um dos elementos importantes no processo de formação, já que, contribuem tanto na formação inicial dos alunos, como ao longo de sua atuação profissional, permitindo, assim, abordar questões relacionadas à dinâmica sócioespacial local e, ao mesmo tempo, dando suporte para os conhecimentos que são adquiridos durante o curso, ou seja, as atividades de extensão são centradas na problematização a partir dos conteúdos das disciplinas do curso.

Nesse sentido, os discentes participantes do projeto desde as primeiras etapas do são instigados a fazer correlações com as temáticas abordadas durante o curso de Licenciatura, aprimorando, assim, seus conhecimentos, auxiliando em sua futura trajetória como docente.

## REFERÊNCIAS

CAVALGANTI, L. de S. Formação inicial e continuada em geografia: trabalho pedagógico, metodologias e (re) construção do conhecimento. In: ZANATTA, Beatriz Aparecida, SOUZA, Vanilton Camilo (orgs.) **Formação de professores: reflexões sobre o atual cenário sobre o ensino de geografia**. Goiânia-GO: Vieira/NEPEG 2008, p. 85-102.

\_\_\_\_\_. **O lugar como espacialidade na formação do professor de geografia: breves considerações sobre práticas curriculares**. Rev. Bras. Educ. Geog., Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 01-18, jul./dez., 2011.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências sociais**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CORDOVIL, J. C. da S. **Projeto de Extensão: roteiros geo-turísticos na cidade de Cametá-Pa**. Faculdade de Geografia – Universidade Federal do Pará, 2014.

CRUZ, R. C. A. **Introdução à Geografia do turismo**. -2. Ed. São Paulo: Roca, 2003.

JEZINE, E. As práticas Curriculares e a Extensão Universitária. Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. **Anais...** II Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, Belo Horizonte. 2004. Disponível em: [www.ufmg.br/congrent/Gestao/Gestao12.pdf](http://www.ufmg.br/congrent/Gestao/Gestao12.pdf). Acesso em: 18 mar. 2016.

MALERBA, R. C.; REJOWSKI, M. Extensão Universitária em Turismo: a atuação das instituições públicas de educação superior do Brasil. **Revista Turismo em Análise**, vol. 25, n 1, abril 2013. P. 231-258.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, J. A. Urbanização da Amazônia: novas integrações e velhas exclusões. In: OLIVEIRA, J. A.; GUIDOTTI, H. (Orgs). **A igreja arma sua tenda na Amazônia**. Manaus: EDUA, 2000.

PIMENTA, Selma Garrido. **Formação de professores: saberes da docência e identidade do professor.** Rev. Nuan-ces, vol. 3, setembro de 1997, p. 5-14.

POMPEU, D. **Evolução territorial urbana do município de Cametá.** (Coleção Novo Tempo Cabano). Cametá, 2002.

SEVERINO, Antônio Joaquin; **Formação docente: desafio para as licenciaturas** Rev. Espaço Plural: ano 13, n. 26, jan/jun., 2012. p. 30-44.

TAVARES, M. G. da C. **Projeto de Extensão: roteiros geo-turísticos: conhecendo o centro histórico de Belém na Amazônia.** Faculdade de Geografia – Universidade Federal do Pará, 2010.

TRINDADE JR. S. C. **Imagem e representações da cidade ribeirinha na Amazônia: uma leitura a partir de suas orlas fluviais.** HUMANITAS, v. 18, n. 2, 2002.

# A CIDADE NO ENSINO DA GEOGRAFIA A PARTIR DA MÚSICA

Eluana Carvalho da Silva<sup>1</sup>

Amélia Regina Batista Nogueira<sup>2</sup>

## Resumo

O texto é resultado de uma experiência em sala de aula na disciplina de Geografia, realizada na Escola Estadual Cecília Ferreira da Silva- Manaus-Am, com alunos do segundo ano do ensino médio. Tivemos como objetivo, compreender com os discentes, como a cidade é representada na música: “Cidadão” do cantor e compositor - Zé Ramalho. As reflexões sobre as leituras e interpretações musicais e a participação dos alunos fez com que acreditássemos na potencialidade da música como ferramenta de ensino contextualizada com o espaço de vivência que é a cidade.

Palavras-Chave: Cidade; música; ensino; espaço.

## Abstract

The text is the result of an experiment in the classroom in geography course, held at the State School Cecilia Ferreira da Silva-Manaus-Am, with the second year of middle school students. Our objective was to understand with the students, as the city is represented in music: “Citizen” of the singer and composer - Ze Ramalho. The reflections on the readings and musical performances and student participation has made us believe in the music potentiality as contextualized teaching tool with the experiences of space that is the city.

Keywords: City; music; education; space.

## 1. INTRODUÇÃO

Grande parte do conteúdo de cidade em Geografia, a partir dos livros didáticos, são trabalhados tendo como exemplo: as grandes cidades – as metrópoles brasileiras, os grandes centros urbanos do mundo e as chamadas cidades globais. Em contraste ao que é representado em livros didáticos, usamos a música como recurso de ensino, acreditando que podíamos estudar o tema cidade com os alunos, por meio da música “Cidadão” de Zé Ramalho, pois esta representa objetos do espaço geográfico e a vivência do ser humano enquanto sujeito pertencente a esse espaço, deixando simplesmente de representar a cidade como espaço de diferenças e de contradições, passando a compreender enquanto espaço geográfico formado e moldado às necessidades humanas. Nosso objetivo se pautou em compreender com os discentes, como a cidade é representada na música de Zé Ramalho, “Cidadão”, tendo em vista não somente a representação do espaço geográfico - cidade- na divisão norte e sul, imposto pelo sistema capitalista, e conseqüentemente reproduzido em livros didáticos, mas começamos, neste projeto, por entender com os alunos a evolução espacial e histórica das cidades através de pesquisas bibliográficas e musicografias identificando em trechos da música: Cidadão de Zé Remalho, o homem enquanto sujeito ativo no espaço que é a cidade. A proposta metodológica inicial foi uma revisão bibliográfica e musicografia com produção de mapas mentais feitos em sala pelos alunos, tendo como base que o tema explicado e a música trabalhada, usamos também de análises de obras acerca da temática discutida, assim como diagnosticamos em um primeiro contato, que os alunos não tem o gosto musical direcionado para uma única categoria, percebeu-se que gostam de músicas de diferentes gêneros, principalmente de rock, rap, sertanejo, forró, pagode, entre outras. São extremamente

<sup>1</sup> Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFAM <Eluana\_carvalho@hotmail.com>

<sup>2</sup> Profa. Dra. do Departamento de Pós-Graduação em Geografia, orientadora do referido trabalho. <ab.nogueira@uol.com.br>

sentimentais e tem na música uma forma de abstrair sua realidade. Alguns deles percebem nela uma arte e um veículo de informação. Também identificou-se que nesta escola não se usava a música como recurso didático, a partir disso procuramos trabalhar com o tema: A cidade enquanto espaço geográfico, procurando na música trabalhada em sala elementos que representavam a ação do homem, enquanto sujeito ativo na construção desse espaço. A partir dos resultados, com o trabalho de mapas mentais, foi perceptível a visão do aluno quanto aos elementos geográficos que compõe a paisagem.

## **2. DINÂMICA E EVOLUÇÃO DAS CIDADES NO ENSINO DA GEOGRAFIA**

Existem diversas possibilidades para trabalhar o conceito de Cidade. Ao situar-se na evolução histórica, pode-se considerar a visão dos antigos gregos ao falar da polis como a representação do público e da política. No período medieval, a cidade era, acima de tudo, sinônimo de segurança e fortaleza interior, frente aos desafios do exterior. Para Santos (1988) a cidade é um elemento impulsionador do desenvolvimento e aperfeiçoamento das técnicas. Diga-se, então, que é a cidade lugar de ebulição permanente.

No Renascimento, a Cidade é o descobrimento dos espaços geométricos; na Modernidade, a materialização do progresso e projetos utópicos. Por sua vez, na contemporaneidade, surge a importância de pensar a cidade em suas múltiplas dimensões, pois se pode compreendê-la como discurso; como um lugar de encontro de distintas áreas de conhecimento, já que a cidade não é só um espaço que possui história, mas também se encontra relacionada à arquitetura, ao urbanismo, à sociologia, ao desenho, à etnografia. Como resultado desses apontamentos, é impossível esperar então que a noção de cidade seja estática e acabada, Cavalcanti destaca que:

A cidade, assim, é uma expressão da complexidade e da diversidade da experiência humana. As cidades, em suas configurações, são arranjos produzidos para que seus habitantes – diferentes grupos, diferentes culturas, diferentes condições sociais – possam praticar a vida em comum, compartilhando, nesses arranjos, desejos, necessidades, problemas cotidianos. Elas se formam na e pela diversidade dos grupos que nelas vivem. Elas são o espaço da vida coletiva, pública. São, em si mesmas, um espaço público. (CAVALCANTI, 2008, p.149).

Desta maneira, ensinar o assunto cidade seria contribuir na formação do estudante, com a transferência de múltiplos conhecimentos, como cidadão, que seja capaz de conhecer as diferenças no espaço geográfico.

Legalmente, no Brasil, as cidades são definidas pelos perímetros urbanos das sedes municipais, e os territórios e populações considerados urbanizados incluem os perímetros das vilas, sedes dos distritos municipais. Entretanto, as áreas urbanizadas englobam amplas regiões circunvizinhas às cidades cujo espaço urbano integrado se estende sobre territórios limítrofes e distantes em um processo expansivo iniciado no século XIX e acentuado de forma irreversível no século XX. Por outro lado, as cidades, ou o espaço político e sociocultural formado a partir delas, vêm se tornando os centros da organização da sociedade e da economia. Segundo Monte-mór (2011) na escala mundial, poucas cidades organizam e comandam grandes blocos de interesses e reordenam o espaço econômico global; nas escalas local, regional e nacional, as cidades definem as formas de organização da população e a localização das atividades econômicas, referenciam identidades sociais e definem as formas várias de constituição comunitária.

## **3. O ENSINO DA GEOGRAFIA E DA CIDADE ATRAVÉS DA MÚSICA**

A dinamicidade da formação e crescimento das cidades brasileiras torna os estudos e análises geográficas acerca da cidade bastante complexo e necessário. Ao nível do ensino básico, esta complexidade também está presente quando se objetiva que os alunos compreendam o espaço urbano na multiplicidade de suas representações, significações e conceituações, organização e funcionalidade. Preocupadas com essa discussão no ensino básico é que procurou-se pensar em diversos recursos que



levariam a uma melhor compreensão pelos estudantes, nesta complexidade que é a cidade. Entendemos que a utilização da música enquanto uma linguagem aplicada ao ensino de Geografia pode, além de tornar os temas das aulas mais atrativos para os alunos, oferecer aos educandos um instrumento de análise complementar aos “tradicionalistas” textos, tabelas, mapas e gráficos, ampliando a percepção racional do educando quanto à interpretação e até mesmo a representação do espaço urbano.

Acreditamos ainda que a utilização da música, em sala de aula, nos estudos geográficos urbanos, tem por finalidade, pois, oportunizar aos alunos, por meio de uma linguagem alternativa, uma compreensão mais ampla em relação a este espaço no tocante à formação, o crescimento das cidades, a dinâmica dos espaços urbanos e a urbanização recente em nosso país. Assim, explorar os significados expressos nas canções constitui-se uma forma de interpretar nossa sociedade em suas mensagens, ideologias e materializações espaciais.

Castrogiovanni argumenta que a ciência não é um ser pensante, quem pensa somos nós os profissionais, no caso, os profissionais geógrafos. Assim, cabe a nós, na escola, quebrar as verdades absolutas e buscar o novo. Cada professor/cientista deve realizar um movimento de construção do conhecimento buscando reconhecer-se, situar-se, problematizar-se. (2007, p. 40).

A justificativa da utilização da música nas aulas de geografia também se explica por ser o espaço geográfico e o lugar, cheios de vida, de sensações, de cultura. As músicas representam, pois, uma forma de percepção do homem em relação ao seu espaço. Kaercher aponta que os lugares não são apenas espaços físicos, mensuráveis, pois, como nada acontece fora do espaço, os lugares carregam uma carga simbólica e psicológica intrínsecas. (2004, p. 80). Castrogiovanni destaca que o espaço geográfico, que continua sendo o objeto da geografia, deve ser entendido como o conjunto indissociável de sistemas de objetos e ações no qual estão presentes as práticas sociais dos diferentes grupos que nele interagem, produzem, sonham, lutam, desejam, vivem e o (re)constroem. (2007, p. 43), sendo portanto o espaço caracterizado também pelo simbolismo, pela vivência cotidiana das pessoas, a música pode, pois, representar uma forma de expressão e de análise deste espaço, que nesse projeto delimitamos por ser a cidade.

A Geografia constitui-se uma ciência social e, ao ser estudada, deve considerar o aluno e a sociedade em que vive. Não pode ser descontextualizada da realidade do aluno, muito menos de difícil compreensão. Ela não pode ser feita apenas de descrições de lugares distantes e/ou de fragmentos do espaço. Neste sentido, nossa compreensão sobre a Geografia escolar é aquela em que:

(...) o aluno se perceba como participante do espaço que estuda, onde fenômenos que ali ocorrem são resultados da vida e do trabalho dos homens e estão inseridos num processo de desenvolvimento (...). O aluno deve estar dentro daquilo que está estudando e não fora, deslocado e ausente daquele espaço, como é a geografia que ainda é muito ensinada na escola: uma geografia que trata o homem como um fato a mais na paisagem, e não como um ser social e histórico (CALLAI, 2001, p.58).

Ao realizar uma pesquisa sobre o ensino de Geografia, Landim Neto e Barbosa (2010, p. 177) apontam as causas que justificam o desânimo de professores e alunos no trabalho com a disciplina:

- (1) os professores, em sua maioria, não têm a habilitação em Licenciatura em Geografia;
- (2) os professores utilizam apenas a aula expositiva como metodologia para trabalhar com essa matéria de ensino, por isso as aulas são monótonas, enfadonhas, o que acaba gerando indisciplina;
- (3) os professores utilizam o livro didático como único recurso para preparar as aulas;
- (4) os alunos são desmotivados, pois são sempre submetidos às mesmas aulas;
- (5) a formação inicial desses professores é desqualificada, pois estes desconhecem outras maneiras de trabalhar a Geografia de forma mais criativa;
- (6) há falta de formação continuada para melhorar a prática de ensino;
- (7) não há participação da família no acompanhamento do aluno, deixando para a escola toda a responsabilidade de educar.

Diante desse quadro o que fazer? É importante que o professor tenha em mente sua capacidade mediante a transmissão de assuntos que permitam ao aluno um pensar crítico, em que no processo de construção coletiva do ensino e aprendizagem entre professores e alunos, deve-se reconhecer o pro-

fessor como um agente mediador. O professor pode e deve fornecer contribuições propositivas para a resolução dos problemas relatados, Luckesi (2010, p.28) afirma que a “prática educacional não poderá ser, de forma alguma, uma prática burocrática (ou profissional-burocrata). Ela tem que ser uma ação comprometida ideológica e afetivamente. Não se pode fazer educação sem paixão”.

#### 4. MÚSICA PERCEPÇÃO E REPRESENTAÇÃO GRÁFICA A PARTIR DE MAPAS MENTAIS

O mapa mental surge como importante ferramenta metodológica, sendo este um construto multidimensional, assume um caráter diagnóstico, avaliativo e lúdico, a fim de tornar o ensino de Geografia mais significativo para o educando.

Cabe destacar que o surgimento dos mapas mentais estão relacionados aos movimentos de renovação da ciência geográfica, sendo a Geografia Humanista e da Percepção as abordagens que lançam as bases teórico-metodológicas para a elaboração de tais estudos, visto que valoriza o ser humano quanto produtor de cultura capaz de atribuir valores e significados aos objetos apreendidos. Segundo Rocha, o mapa mental seria:

(...) um signo, é linguagem que transmite uma mensagem, através de uma forma verbal e/ou gráfica. Num mapa mental seu autor registra, via de regra, os elementos do espaço que mais lhe dizem alguma coisa, com as quais mais se identifica, ou elementos dos quais mais faz uso no seu dia-a-dia ou, ainda aqueles elementos que mais lhe chama a atenção por serem exóticos, ou por seu valor histórico, ou porque tem uma relação de afetividade (ROCHA, 2007, p. 161).

Já para Yves André (1989, citado por Nogueira, 2009), um dos principais estudiosos que trará as discussões das representações mentais para o ensino de Geografia:

As cartas mentais são as representações do real e são elaboradas por um processo no qual se relacionam percepções próprias: visuais, auditivas, olfativas, as lembranças, as coisas conscientes ou inconscientes, ou pertencer a um grupo, social, cultural: assim, mediante e seguida de filtros, nasce uma reconstrução: a carta mental (ANDRÉ, 1989, apud NOGUEIRA, 2009, p. 127).

Percebe-se então que a subjetividade é considerada fundamental para a construção dos mapas mentais, relevando as experiências através dos sentidos e vivências do indivíduo.

##### 4.1 A CIDADE NA PERCEPÇÃO DOS ALUNOS

O projeto foi realizado na escola estadual Cecília Ferreira da Silva – Manaus / Am com alunos do segundo ano do Ensino Médio. O assunto sobre cidade foi exposto em sala, em forma de slide, como tema usamos: A cidade e os elementos que compõe a paisagem pela ação humana. Após a explicação do assunto, usamos a música “cidadão” do Cantor Zé Ramalho, entendendo que a mesma representa de forma simples os elementos construídos pelo homem que fazem parte da cidade. Abaixo se encontra a música trabalhada.

**Música:** Cidadão

**Cantor:** Zé Ramalho

**Compositor:** Lúcio Barbosa

Tá vendo aquele edificio moço?

Duas pra ir, duas pra voltar

Ajudei a levantar

Hoje depois dele pronto

Foi um tempo de aflição

olho pra cima e fico tonto

Eram quatro condução

Mas me chega um cidadão

e me diz desconfiado, tu tá aí admirado  
ou tá querendo roubar?  
Meu domingo tá perdido  
vou pra casa entristecido  
Dá vontade de beber  
E pra aumentar o meu tédio  
eu nem posso olhar pro prédio  
que eu ajudei a fazer  
Tá vendo aquele colégio moço?  
Eu também trabalhei lá  
Lá eu quase me arrebento  
Pus a massa fiz cimento  
Ajudei a rebocar  
Minha filha inocente  
vem pra mim toda contente  
Pai vou me matricular  
Mas me diz um cidadão  
Criança de pé no chão  
aqui não pode estudar  
Esta dor doeu mais forte  
por que que eu deixei o norte  
eu me pus a me dizer  
Lá a seca castigava mas o pouco que eu  
Plantava tinha direito a comer

Tá vendo aquela igreja moço?  
Onde o padre diz amém  
Pus o sino e o badalo  
Enchi minha mão de calo  
Lá eu trabalhei também  
Lá sim valeu a pena  
Tem quermesse, tem novena  
e o padre me deixa entrar  
Foi lá que Cristo me disse  
Rapaz deixe de tolice  
não se deixe amedrontar  
Fui eu quem criou a terra  
enchi o rio fiz a serra  
Não deixei nada faltar  
Hoje o homem criou asas  
e na maioria das casas  
Eu também não posso entrar  
Fui eu quem criou a terra  
enchi o rio fiz a serra  
Não deixei nada faltar  
Hoje o homem criou asas  
e na maioria das casas  
Eu também não posso entrar.

Esta música permite a compreensão dos elementos construídos pelo homem e que fazem parte da paisagem, assim como através dessa é possível que o professor trabalhe na sala o tema: migração e desigualdades sociais, pois ao longo do seu trecho musical apresentasse um personagem que sai do Norte e Migra para o Sudeste em busca de melhores condições de vida.

Após a escuta da canção proposta os alunos, ao total trinta e cinco, realizaram a produção de mapas mentais, ou seja, segundo Yves André (1989) os mapas mentais que o mesmo classifica como: cartas mentais, são as representações do real e são elaboradas por um processo no qual se relacionam percepções próprias: visuais, auditivas, olfativas, as lembranças, as coisas conscientes ou inconscientes.

Selecionamos algumas destas (mapas mentais) como forma de explicar o entendimento dos alunos.

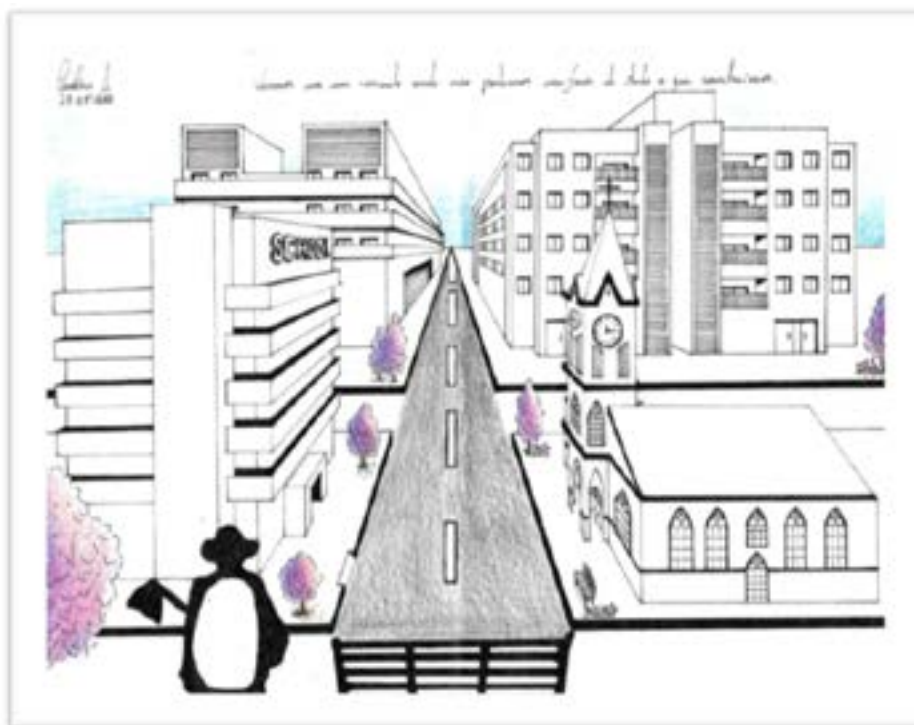
Mapa Mental 01



Fonte: Autora - Aluna (A)

Neste mapa a aluna (A) representa de forma clara todos os elementos citados na música, como o edifício, o bar, a escola e a igreja, é interessante como mesmo sem o uso de medições a aluna expressa a divisão desses elementos de maneira ordenada no espaço, conhecido como a Cidade.

Mapa Mental 02



Fonte: Autora - Aluna (B)



No mapa 02 a aluna (B) representa uma cidade milimetricamente organizada, é interessante que sua percepção é vista como: “A cidade do outro” através de um espaço totalmente organizado as mais exigentes vontades humanas, observa-se que o trabalho com música em sala instiga a imaginação dos alunos. A aluna (B) que produziu este mapa mental, concluiu seu trabalho com uma frase que deixa muito a pensar, a mesma escreveu: *Vivemos em um mundo onde não podemos usufruir de tudo que construímos*. Se trocássemos a palavra construímos por produzimos ou criamos, estaríamos nada mais que pensado que realmente vivemos em um espaço classificado como cidade, onde para sobreviver em meio a tanta desigualdade precisamos vender nossa mão de obra, que nem sempre é suficiente para compramos tudo que desejamos numa sociedade consumista, ou melhor “globalizada”. Outro ponto que poderia ser destacado no Mapa Mental é a imagem do homem com uma ferramenta, preste a transformar o espaço, ou como representado pela música, o construído e o humanizado (casas, edifícios e escolas).

### Mapa Mental 03



Fonte: Autora - Aluno ( C )

Este terceiro Mapa Mental, representado pelo aluno ( C ) mostra dois espaços. Não podemos deixar de considerar, que o mesmo capitou na canção trabalhada o exato momento que o eu lírico narrava a saída do Campo para a Cidade, ou melhor, do Norte Para o Sudeste. O aluno fez questão de separar o espaço rural do espaço urbano, a própria leveza das cores representa um espaço rural com muito verde, enquanto a cidade seria no ponto de vista do aluno ( C ) um espaço mais pesado com indústrias, moradias e muita poluição.

Dos trabalhos produzidos em sala, cada aluno mostrou de forma rica e detalhada o seu entendimento sobre cidade, e principalmente quais elementos construídos pelo trabalho humano, fazem parte do espaço urbano. É interessante que mesmo sendo a mesma explicação pra todos e a mesma música, os mapas mentais se diferenciaram, quando levado em consideração os elementos do espaço e a organização desse espaço.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trabalhar com o tema cidade no Ensino da Geografia a partir da Música, nos proporcionou levar aos alunos do segundo ano do ensino médio da escola Estadual Cecília Ferreira da Silva – Manaus, uma maneira nova de aprender sobre a cidade e os elementos que compõe a paisagem pela ação humana, considerando que este espaço não é ingênuo nem sem interesses, mas que existem relações econômicas, políticas e socioculturais que configuram a cidade, relações das quais os estudantes são participantes. Ao longo do desenvolvimento do projeto ficamos maravilhadas com o poder da música em sala, uma ferramenta de ensino de fácil acesso e que pode enriquecer as aulas de geografia. Após a explicação sobre o tema: cidade, e conseqüentemente a escuta musical (Música: Cidadão do Cantor Zé Ramalho), os alunos projetaram em mapas mentais os elementos que compõe a cidade, cada aluno de acordo com sua percepção representou em seu mapa, os diferentes elementos que modelam o espaço humanizado. Assim, a cidade além de ser um ambiente de vivência e de construções de acordo com as necessidades humanas, é um espaço que se revela pela percepção de emoções e sentimentos dados pelo viver urbano e pela expressão de utopias, de esperanças, de desejos e medos, individuais ou coletivos que rondam esse espaço.

Portanto entendemos que a música é a melhor forma de perceber o espaço urbano, ou melhor, a cidade, pois facilita ao aluno a compreensão dos conceitos geográficos principalmente de maneira subjetiva, fazendo com que cada um analise tanto a parte textual quanto a melodia e o ritmo, tirando suas próprias conclusões isto é; a sua particularidade, além disso observasse que a música contextualizada com o ensino de geografia pode ser um recurso com a capacidade de induzir o discente a percepção, concentração, criatividade e aproximação com a realidade social.

Como professores se pararmos para refletir, chagaremos ao consenso da que a atual modernidade nos obriga a usar novos recursos com o objetivo de despertar em sala o interesse do aluno pelas aulas de geografia, ou seja, ter a música como um recurso é inserir o discente no processo de construção do saber, pois segundo Tuan (2012, p.25) para muitas pessoas a música é uma experiência emocional mais forte do que olhar quadros ou cenários, em parte talvez por que não podemos fechar nossos ouvidos como podemos fechar nossos olhos.

## REFERÊNCIAS

- CARLOS. Ana Fani. **A cidade. O Homem e a Cidade. A cidade e o Cidadão – De quem é o solo urbano.** São Paulo. Contexto, 2003.
- CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos. **Para entender a necessidade de práticas prazerosas no ensino de geografia na pós-modernidade.** In: REGO, Nelson et ali. (Orgs). **Geografia: práticas pedagógicas para o ensino médio.** Porto Alegre: Artmed, 2007, p. 35-47
- CALLAI, Helena Copetti. **O ensino de Geografia: recortes espaciais para análise.** In: CASTROGIOVANNI, Antônio C. et al (orgs). **Geografia em sala de aula: práticas e reflexões.** 3ª ed. Porto Alegre: UFRGS/AGB, 2001. p. 57-63.
- CAVALCANTI, L. **A geografia escolar e a cidade:** Ensaio sobre o ensino de geografia para ávida urbana cotidiana. Campinas: Papirus Editora, 2008.
- CORREIA, Marcos Antonio - **Representação e Ensino, A Música nas Aulas de Geografia: Emoção e Razão nas Representações Geográficas,** DISSERTAÇÃO DE MESTRADO, Curitiba, 2009. FAFI de União da Vitória-PR.
- FILHO, Luiz Lopes Diniz. **História e Geografia-** Fundamentos epistemológicos da geografia. Curitiba: Ibpx, 2009.
- KAERCHER, Nestor André. **Ler e escrever a geografia para dizer a sua palavra e construir o seu espaço.** In: NEVES, Iara C. Bitencourt. et ali (Orgs). **Ler e escrever: compromisso de todas as áreas.** 6. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 73-85.

- LANDIM NETO, F.O.L.N & BARBOSA, M.E.S. O Ensino de Geografia na Educação Básica: Uma análise da Relação entre a Formação do Docente e sua Atuação na Geografia Escolar. Geosaberes, Fortaleza v.1 n° 2, p. 160-179, dez 2010.
- LUCKESI, Cipriano, Carlos. **O papel da didática na formação do educador**. In: CANDAU, Vera, Maria (org). A didática em questão. 30° Ed – Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2010.
- OLIVEIRA, Marlene Macário de. A Geografia Escolar: reflexões sobre o processo didático-pedagógico do ensino. **Revista Aluno Expressões Geográficas. Florianópolis–SC**, n. 02, p. 10-24, 2006.
- MONTE-MÓR, Roberto Luís. O que é o urbano, no mundo contemporâneo. **Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD**, n. 111, p. 09-18, 2011.
- NOGUEIRA, Amélia Regina Batista. **Mapa mental: Recurso didático para o estudo do lugar**. In: PONTUSCHKA, Nídia Nacib; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino (orgs.). Geografia em Perspectiva. São Paulo: Contexto, 2009. p. 125-131.
- ROCHA, Lurdes Bertol. Mapa mental: **Forma de comunicação espacial**. In: TRINDADE, Gilmar Alves; CHIAPETTI, Rita Jaqueline Nogueira (orgs.). Discutindo Geografia: Doze razões para se (re)pensar a formação do professor. Ilhéus: Editus, 2007. p. 159-175.
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, v. 4, 1988.
- TUAN, Yi Fu. **Topofilia**: Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Tradução: Livia de Oliveira Londrina: Eduel 2012 p. 324
- ZÉ RAMALHO. Cidadão. Lúcio Barbosa [Compositor]. In: \_\_\_\_\_. **7 vezes**. Rio de Janeiro: Warner Music, 2008. 1CD. Faixa 10. Letra disponível em: <<http://www.sombom.com.br/cidadao>> Acesso em 01 de Julho de 2016.







# AS RELAÇÕES CIDADE-CAMPO NA CIDADE DE ALTAMIRA-PA: TRANSFORMAÇÕES A PARTIR DA FEIRA DA BRASÍLIA

Rovaine Ribeiro<sup>1</sup>

Josefa da Silva Lima<sup>2</sup>

## Resumo

A urbanização na Amazônia produziu em diferentes períodos diversos padrões de urbanização. Nesse sentido, essas diferentes formas do processo de urbanização, na região e na cidade de Altamira foram conformadas, ao longo do tempo, por distintos elementos e agentes, que marcaram sua forma, sua função, sua estrutura e seus processos. Assim, voltamos nosso olhar para a maneira como, no caso da cidade de Altamira-PA, essa formação socioespacial da região, foi ao longo do tempo, produzindo diferentes formas-conteúdo em sua dimensão urbano-regional, visto que, a mesma foi em diversos momentos sendo configurada a partir de relações e práticas espaciais delineadas por diferentes sujeitos, que por sua vez, deixaram suas “marcas” no espaço, combinando elementos simbólico-materiais, que deram origem a diferentes cidades, a partir de suas redes territoriais materializadas ao longo do tempo, por fixos e fluxos no espaço urbano de Altamira. Neste sentido, objetiva-se compreender em que medida as relações cidade-campo em Altamira tiveram seu conteúdo alterado, visto que, em princípio, os diferentes sujeitos, em diferentes momentos do processo de urbanização, contribuíram para a produção de diferentes conteúdos da cidade. Desta maneira a requalificação urbana é um dos elementos que contribuiu para a mudança na relação campo-cidade através da “Feira da Brasília” em Altamira. O primeiro momento da pesquisa baseou-se na construção de embasamento teórico-metodológico para a interpretação da problemática estabelecida. No segundo momento foram realizados levantamentos documentais voltados para o entendimento inicial da produção do espaço urbano em Altamira desde sua gênese ainda no período colonial. Em outro momento foram desenvolvidas algumas atividades de campo, coleta de pontos georreferenciados para a elaboração de um mapa da Feira da Brasília e principais usos e atividades, bem como registros iconográficos com o objetivo de realizar as primeiras observações. A partir deste primeiro momento da pesquisa, pode-se observar que a Feira da Brasília que até 2014 estava localizada no Bairro Aparecida e que até este período era em uma rua, em que os feirantes interditavam e ali colocavam suas barracas, suas mesas para então comercializar seus produtos, dos mais diversos possíveis, dentre os quais se destacavam as frutas, as verduras e as hortaliças, bem como alimentação, produtos secos e molhados, carnes, perfumaria e até mesmo confecções. Mas, nos últimos anos com a construção do empreendimento Hidrelétrico de Belo Monte, a gestão municipal passou a realizar um reordenamento deste espaço com o deslocamento da feira para outro lugar, com o discurso de que a aquela feira na rua deixava a cidade mais feia e suja. Entretanto essa mudança foi feita sem a consulta e discussão junto aos trabalhadores da feira e sem levar em conta o custo que esses feirantes teriam para que pudessem levar seus produtos para o novo espaço que a prefeitura disponibilizou para eles, e também sem considerar que esses trabalhadores teriam prejuízos em suas vendas, já que o espaço anterior dos feirantes era no centro da cidade e de fácil acesso aos seus clientes, assim como as relações de proximidade que estes tinham tanto com o espaço, quanto com outros trabalhadores e clientes de longa data. Hoje a feira continua no bairro Brasília, mas mais afastada do centro da cidade, o espaço também é amplo, e mais seguro, mas foi um espaço que foi projetado para uma determinada quantidade de comerciantes, privando pequenos produtores que tem suas produções e que traziam diretamente para a feira aos domingos. A feira era a céu aberto, e então quem quisesse vender trazia sua banca/barraca e sua mercadoria e poderia comercializá-la ali, pagando uma taxa. Este processo de reestruturação/requalificação urbana é um dos elementos que contribuem para a compreensão da mudança na relação campo-cidade, na cidade de Altamira e na particularidade da Feira da Brasília.

Palavras-chave: Relações campo-cidade; reestruturação urbana; Altamira-PA.

<sup>1</sup> Professora da Faculdade de Geografia – UFPA/Campus Altamira.

<sup>2</sup> Graduanda do curso de Licenciatura em Geografia – UFPA/Campus Altamira, Voluntária de IC/ PIBIC-UFPA.

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa busca compreender, a partir do contexto das transformações urbano-regionais na Amazônia de modo geral, e na cidade de Altamira em particular, em que medida as relações cidade-campo tiveram seu conteúdo alterado, visto que, em princípio, os diferentes sujeitos, em diferentes momentos do processo de urbanização, contribuíram para a produção de diferentes conteúdos da cidade. Desta maneira a requalificação urbana é um dos elementos que contribuiu para a mudança na relação campo-cidade, assim tomamos como referência empírica de análise o espaço da “Feira da Brasília” em Altamira, que, na sua singularidade, revela os novos/velhos conteúdos socioespaciais desta diversidade de sujeitos e processos que compõem a urbanização regional.

Desse modo, a Feira do Produtor, no Bairro Brasília, revela-se a partir do olhar dos diferentes sujeitos que produzem esse espaço, olhar este que se demonstra, nesta perspectiva, através de questionários, entrevistas e observação de campo. Assim, esse primeiro aspecto do espaço de acordo com os sujeitos demonstra-se pelo apontamento de características positivas e negativas, considerando-se que, a reprodução social desses sujeitos a partir da comercialização de seus produtos e da vivência cotidiana, eram realizadas num espaço aberto (feira de rua) no mesmo bairro, realizada apenas aos domingos, anteriormente chamada/conhecida como “Feira da Brasília”. Porém, a partir da reestruturação urbana da cidade, desencadeada pelo empreendimento hidrelétrico de Belo Monte, este espaço em particular, e a cidade de modo mais geral, sofreram intervenções urbanas, e especialmente no caso da Feira da Brasília, ela foi desativada como feira aberta (realizada na rua), e os feirantes/produtores foram deslocados para outro espaço no mesmo bairro, entretanto com adequação a um espaço mais ordenado, hoje a Feira do Produtor, espaço construído pela prefeitura municipal, com distribuição de espaços de comercialização para feirantes do antigo espaço da Feira da Brasília. Contudo, cabe ressaltar que esse reordenamento do espaço da Feira, tem demonstrado que o conteúdo simbólico para os diferentes sujeitos desse espaço, tem sido transformado de modo a não permitir sua apreensão cotidiana, tal como anteriormente se construía na vivência do espaço anterior.

Assim, esta pesquisa, ainda em andamento, em princípio, busca enfatizar informações de caráter quantitativo e qualitativo, buscando compreender, a partir da análise da relação estabelecida entre o processo de urbanização da cidade de Altamira, quais são os elementos teórico-metodológicos que permitem analisar esses processos. Diante do exposto pode-se dizer que o desenvolvimento da pesquisa realizou-se e realiza-se compreendendo as seguintes fases distintas.

A primeira fase teve como preocupação central estabelecer um ajustamento teórico com vista à interpretação da problemática construída. Assim, foi estabelecido um levantamento bibliográfico de cunho teórico e outro referente à produção acadêmica sobre o processo de produção do espaço e urbanização, de modo geral e, em particular, sobre esses processos no Estado do Pará, e mais especificamente na cidade de Altamira, na porção de sua orla fluvial. Num segundo momento, foram realizados trabalhos de campo com vistas a coletar dados quantitativos e qualitativos no espaço da feira, a partir de entrevistas e questionários com os diversos sujeitos que produzem esse espaço, no sentido de compreender os elementos simbólico-materiais destes com a cidade a partir de suas vivências cotidianas.

As informações levantadas (levantamento bibliográfico, entrevistas e questionários) foram analisadas teoricamente a luz do método materialista, histórico e dialético, bem como da teoria da produção social do espaço, das categorias espaço, paisagem e território, e dos conceitos de espaço concebido, percebido e vivido, buscando compreender a relação entre o referencial teórico metodológico e a orla fluvial de Altamira, tomada como referência empírica nesta pesquisa.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

A feira livre da Brasília tem um significado simbólico-material para os feirantes e os demais sujeitos que produziam esse espaço, para muitos, a partir do processo de mudança para o novo espaço – a feira do Produtor –, essa simbologia se perdeu, visto que esse novo espaço descaracterizou a compreensão desses sujeitos do que é uma feira livre, para eles, o simples fato de ter uma boa estrutura, de estar coberta e prote-

ger os feirantes do sol e da chuva não significa ser uma feira livre, no contexto atual a percepção está mais associada a um “**mercadão**”, pois além de estar mais distante do centro da cidade, distancia-se também do fluxo dos clientes que anteriormente frequentavam a Feira de rua. Alguns feirantes que trabalhavam há muito tempo na feira livre não receberam um espaço para trabalhar na Feira do Produtor, o que para muitos foi um choque do ponto de vista das relações de sobrevivência cotidianas, quanto do ponto de vista da renda de comercialização dos diferentes produtos, pois segundo alguns dos relatos, muitos receberam um espaço na feira do produtor sem nunca ter produzido e nem comercializado nada na feira livre, mas o simples fato de ter parentes vereadores/ “peixadas” (segundo os feirantes) eles conseguiram um box no local e vendiam para aqueles que não receberam nenhum, mesmo estando na feira livre há muitos anos, razão esta, que se apresenta com indignação na fala de alguns entrevistados, pois segundo eles “não é assim que deveria funcionar”, esses são alguns dos fatores que desmobiliza do ponto de vista da organização social dos feirantes, bem como é motivo de irritação e revolta.

Por outro lado, a intervenção realizada pela prefeitura municipal, para os feirantes é um bom local quanto ao aspecto da infraestrutura, com uma boa estrutura e segurança, entretanto, tal intervenção, segundo o olhar desses sujeitos, refere-se também ao caráter modernizador da gestão municipal, a partir da nova dinâmica econômica desencadeada pelo empreendimento de Belo Monte. Segundo algumas entrevistas, esse espaço foi organizado para que se tenha uma cidade visivelmente mais “organizada”, que por sua vez, não considerou que essa nova organização iria afetar a vida desses sujeitos que ali trabalham, tanto social, econômica, quanto afetivamente. Os feirantes se sentem preocupados quanto à renda, pois depois que a feira foi removida da rua, e realocada neste novo espaço, a renda deles caiu muito em relação à comercialização no espaço anterior, muitos estão tendo prejuízos trabalhando neste novo espaço que é mais distante do centro da cidade e do fluxo de pessoas. Eles citam problemas como, diminuição da renda, da relação de proximidade que se tinha com os demais colegas de trabalho na antiga feira, e a distância, que foi um dos maiores fatores informados nas entrevistas.

No processo de realocação da Feira na rua para o espaço ordenado, alguns dos feirantes foram informados de que teriam que sair da rua e ir para o novo espaço projetado para eles, contudo, esse procedimento não abarcou todos feirantes da antiga área, estes se viram na obrigação de sair da feira e ir em busca de outro modo de sobrevivência ou a ter que alugar ou pagar cerca de R\$ 4.000,00 para poder conseguir um box na feira do produtor, valor este que antes, na feira livre não era necessário, tinham apenas que pagar de cinco a vinte reais para a segurança das barracas e para limpeza da rua no fim da feira, conforme apontado por diversos entrevistados.

Carta de Localização FEIRA DA BRASÍLIA E ATUALMENTE FEIRA DO PRODUTOR-Setembro/  
2016-Wellington Alvarez



Na carta de localização da FEIRA DA BRASÍLIA e que hoje foi denominada de FEIRA DO PRODUTOR, pode-se observar a distância do antigo espaço para o novo. Para os feirantes este espaço não é considerado como uma feira livre, para eles é um mercado, porque “mundo afora tem feiras livres e em Altamira isso não é observado mais”, e segundo eles, a feira é uma característica da cidade construída ao longo dos anos. Essa alteração de relação entre o feirante e seus clientes, não apenas comercial, mas também de afetividade, foi um complicador muito grande para o qual a gestão municipal não se atentou ao propor esta mudança. Nesse sentido, essa requalificação urbana no espaço da feira, contribuiu também para a mudança na relação campo cidade, em sua forma e sua função.

Figura 1: Feira do Produtor no Bairro Brasília.



Fonte: Josefa Lima. Setembro de 2016.

Para o SENAES As Feiras Livres constituem um de espaço de comercialização que foge ao esquema usual de distribuição dos outros programas comerciais – como supermercados, sacolões e mercados: seu caráter é temporário e sua estrutura possibilita grande capacidade de adaptação a diversas situações. As Feiras ocupam espaços urbanos com diferentes características (mesmo que por um curto período de tempo), podendo atender tanto às demandas de consumo locais como metropolitanas. Daí o seu potencial em atender tanto ao pequeno comerciante, que não tem a oportunidade de adquirir um ponto comercial dentro desses outros programas comerciais, como a um público específico que busca alternativas de consumo (SENAES, 2006).

“Em todo canto tem feira livre, você vai em Belém tem feira livre, você vai no comércio em Fortaleza tem feira livre, você vai em Manaus tem feira livre todo dia, só aqui que muda, que não pode ter uma feira livre.” E.1

Segundo o entrevistado “1” a Feira da Brasília é de suma importância para os feirantes, é de lá que eles tiram sua renda, onde se divertem, onde tiram o estresse do dia a dia. Por isso, para esses a feira livre é importante, a feira tem um significado pessoal na vida dessas pessoas, e é a feira que descaracteriza o tipo de comercialização deles das vendas de supermercado e de outros espaços, a feira proporciona relações diversas para essas pessoas, não apenas de troca, mas também, relações simbólico-materiais, de afetividade que fazem parte de sua vivência cotidiana nesses espaços.

É neste sentido que Lefebvre (1999) chama atenção para a ideia de que é através dos diferentes usos e dos diferentes agentes, é através de suas práticas espaciais diárias que constituem diferentes territorialidades que formam o conteúdo urbano, que contém peculiaridades, que se mostram a partir de uma das dimensões que definem a produção do espaço, aquela do vivido, que é representado primordialmente pela espontaneidade, pela ‘diferença’ e não necessariamente pelo valor de troca (LEFEBVRE, 1999).



Figura 2: Feira Hortifrutigranjeiro.



Fonte: Josefa Lima. Setembro de 2016.

Observando as atividades no setor interno da Feira do Produtor, nota-se que os feirantes têm uma divisão de uso do espaço a partir das diferentes atividades e dos diferentes sujeitos, destacando o espaço daqueles que são produtores rurais e ao mesmo tempo comercializam seus produtos na feira, o espaço dos açougueiros e peixeiros, o espaço da venda de produtos importados, calçados e roupas, o espaço de alimentação, e ainda há a comercialização de produtos diversos por ambulantes com carrinho de mão de produtos de toda sorte.

A imagem anterior caracteriza o “lado dos atravessadores”, porque é o lado dos feirantes que revendem mercadorias. Mas uma característica da feira em parte, é de pessoas que revendem as mercadorias que compram de terceiros, que são trazidas de ramais, travessões (áreas rurais do município de Altamira e de municípios do entorno como Vitória do Xingu, Brasil Novo e Medicilândia) e também de outros estados (Pernambuco e Ceará). No entanto para os feirantes esta divisão neste novo espaço não foi interessante nem viável. Este espaço foi pensado de três formas pela gestão atual. A primeira parte da feira, (a de cima) foi pensada para os produtores, a segunda parte (a do meio) está como praça de alimentação, açougue, peixaria e confecções, e a terceira parte (a de baixo) como a de hortifrutigranjeiro. Segundo os feirantes isto descaracteriza a feira e a troca relações que os feirantes tinham em comercializar, o que é possível observar no relato do Entrevistado 2.

“Minha renda diminuiu muito, minha banca antes era bem localizada, ficava do lado da venda de peixe, e onde tem peixe, tem clientes que ia comprar o peixe já aproveitava e comprava algum cosmético, alguma Tupperware, então era muito bom, minha renda era boa demais e hoje não” E.1

Para esta feirante a distribuição das bancas na FEIRA DO PRODUTOR foi um fator que pesou na melhoria de renda dos feirantes, porque antes os feirantes já tinham seus pontos certos e estavam sempre próximos de amigos e de vizinhos que comercializavam produtos diferentes, diversificados dos deles para que não houvesse uma concorrência de público e todos saíssem ganhando nas vendas.

Dessa maneira, o que se tem demonstrado ao longo da pesquisa até aqui realizada, é que a intervenção no espaço da antiga Feira da Brasília (feira livre), hoje Feira do Produtor, reflete não apenas a mudança do espaço físico da feira, mas especialmente uma mudança nos conteúdos simbólico-materiais e afetivos nas vivências e sobrevivências dos diversos sujeitos que produzem este espaço.

## CONSIDERAÇÕES

A feira livre na sua particularidade em Altamira contribui para a compreensão do processo de reestruturação/requalificação urbana e da mudança na relação campo-cidade, tendo em vista que, as mudanças na cidade são reflexos do contexto mais geral da política territorial mais recente voltada para a região a partir do fomento do empreendimento da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, que direcionou para a cidade um conjunto de transformações socioespaciais, tanto da forma, quanto do conteúdo, e na particularidade da relação cidade-campo ainda, refere-se ao fato de que alguns produtores rurais que usavam o espaço da feira livre para a comercialização de seus produtos terem também sua dinâmica cotidiana atingida mais localmente por este processo, pois trata-se não apenas de uma mudança de espaço, mas também de uma mudança nas relações cotidianas e de suas vivências simbólico-materiais a partir da feira.

## REFERÊNCIAS

- CORRÊA, Roberto Lobato. “A periodização da rede urbana na Amazônia”. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.
- \_\_\_\_\_. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra**. 9ª edição. São Paulo: Contexto, 2010.
- \_\_\_\_\_. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. São Paulo: Vozes, 2012.
- OLIVEIRA, José Aldemir. Espacialidades urbanas como urbanização da sociedade: as cidades e os rios na Amazônia brasileira. In: OLIVEIRA, M. P.; COELHO, M. C. N.; CORRÊA, A. M. **O Brasil, a América Latina e o mundo: espacialidades contemporâneas (II)**. Rio de Janeiro, 2008.
- RIBEIRO, Miguel Ângelo. A rede urbana amazônica: da rede dendrítica à configuração de uma rede urbana complexa. In: SPOSITO, M. E. B. **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente (SP): UNESP, 2001.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2002. (Coleção Milton Santos; 1).
- \_\_\_\_\_. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2005. (Coleção Milton Santos; 6).
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão e WHITACKER, Arthur Magon (orgs.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- SENAES. Feiras de Economia Solidária - Programa Nacional 2006. Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES, Instituto Marista de Solidariedade, Fórum Brasileiro de Economia Solidária e Fundação Banco do Brasil. 2006
- TRINDADE JUNIOR, Saint Clair Cordeiro. Cidades na floresta: os grandes objetos como expressões do meio técnico-científico-informacional no espaço amazônico. **Revista do IEB**. N.51, 2010, set./mar. p.113-137.

# O ENSINO DE GEOGRAFIA: ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS PARA SE TRABALHAR COM O TEMA “A NOVA ORDEM MUNDIAL”

Benedito Fernando Farias Cardoso<sup>1</sup>

Lucivaldo Teles Viana<sup>2</sup>

Marcel Ribeiro Padinha<sup>3</sup>

## Resumo

O processo de ensino e aprendizagem no Brasil vem passando por várias transformações. Em se tratando do ensino de geografia, ciência que nas últimas décadas tem vivido diversas reformulações não é diferente. Há um esforço dos especialistas no sentido de resgatar o interesse do alunado pela disciplina. Apesar dos discursos teóricos e das orientações dos novos Planos Curriculares Nacionais apontarem para o ensino de uma geografia dentro de uma perspectiva crítica nas escolas brasileiras, na prática o que se percebe é o uso de metodologias retrógradas que não estimulam o raciocínio crítico dos estudantes, isso acaba por refletir no acentuado desinteresse por parte dos educandos, que consideram a geografia uma disciplina cansativa e desinteressante. Nos anos 1970, Lacoste já se preocupava com o direcionamento tomado pelo ensino da geografia nas escolas e universidades. Posto isto, é preciso buscar novas formas de se ensinar geografia, com métodos capazes de resgatar o interesse e atenção dos alunos. Diante deste contexto, buscou-se desenvolver um artigo com objetivo de apresentar estratégias metodológicas para se trabalhar com o tema “A Nova Ordem Mundial” nas aulas de geografia. Para tanto adotamos autores que discutem o ensino de geografia dentro de uma perspectiva renovada, tais como: Cavalcante (1998); Costa e Porto-Gonçalves (2006); Vesentini (2004); et al. Neste sentido acreditamos que o presente artigo poderá contribuir para o ensino e aprendizagem da geografia, uma vez que as metodologias apresentadas auxiliarão os professores da educação básica do município de Cametá-Pa na elaboração de suas aulas. Tornando-as mais dinâmicas e proveitosas, de modo que os alunos possam compreender o real sentido do tema “A Nova Ordem Mundial” e como as transformações ocorridas no mundo podem influenciar o seu dia a dia.

Palavras-chave: Ensino de Geografia; metodologia; nova ordem mundial.

## 1. INTRODUÇÃO

O ensino de geografia no Brasil tem ao longo dos tempos passado por reformulações, no entanto, ainda se evidencia na maioria das escolas metodologias retrógradas que não estimulam o raciocínio crítico dos estudantes, isso se reflete no acentuado desinteresse por parte dos educandos para com essa disciplina. Ainda nas décadas de 70 e 80 do século XX, o geógrafo Ives Lacoste já se preocupava com a forma como geografia vinha sendo trabalhada nas escolas e nas universidades, pois para este, a metodologia baseada na memorização de conteúdos acabava por ocultar o verdadeiro papel da geografia a transformando em uma disciplina tediosa, simplória e enfadonha.

Cientes dessa realidade que também se faz presente no município de Cametá/PA, centro localizado no nordeste do Estado do Pará, Amazônia brasileira, elaborou-se este artigo com o objetivo

<sup>1</sup> Discente do curso de Geografia da Universidade Federal do Pará, campus Cametá. E-mail: nandofcardoso@gmail.com

<sup>2</sup> Discente do curso de Geografia da Universidade Federal do Pará, campus Cametá. E-mail: lucivaldotelesviana@gmail.com

<sup>3</sup> Docente, mestre em Geografia Humana, do curso de Geografia da Universidade Federal do Pará, campus Cametá. E-mail: mpadilha@ufpa.br

de apresentar algumas propostas metodológicas de ensino da geografia, tem por fim tornar as aulas dessa disciplina mais dinâmicas e atrativas aos alunos. Para efetivar a presente proposta, elegeu-se o tema “A Nova Ordem Mundial”, pois se considera de grande relevância para a compreensão do atual cenário geopolítico mundial.

Inicia-se por um breve panorama do processo histórico de formação da geografia, descrevendo os principais pontos que marcaram a caminhada desta ciência até se constituir como disciplina escolar, para em seguida discutir o ensino de geografia no contexto atual, destacando as metodologias trabalhadas nas escolas brasileiras e mais especificamente na Escola Estadual de Ensino Médio Júlia Passarinho, localizada no município de Cametá/PA, onde foi realizada pesquisa *in locu* para o levantamento de informações sobre o ensino e aprendizagem de geografia nos tempos atuais.

Posteriormente apresentaremos duas propostas de ensino da geografia sobre o tema “A Nova Ordem Mundial ou Multipolaridade”, com o intuito de facilitar o ensino e aprendizagem do referido tema, através de dinâmicas que possibilitem a interatividade e o raciocínio crítico dos alunos.

## **2. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO PROCESSO DE FORMAÇÃO DA GEOGRAFIA**

Considerando o processo histórico de constituição da geografia, podemos afirmar que esta ciência se instituiu primeiramente como disciplina escolar e, em seguida passa por um processo de amadurecendo até se estabelecer como ciência. Como disciplina escolar a geografia trabalhada pelos Europeus tinha uma finalidade, que era de desenvolver cidadãos por meio da disseminação do nacionalismo patriótico, conforme assinala (CAVALCANTE, 1998).

Percebe-se que a geografia como disciplina escolar foi utilizada como estratégia de uma pequena classe da sociedade Europeia (burguesia), seu objetivo era justamente o de difundir valores nacionais, com o intuito de propagar os valores da classe burguesa. Assim a geografia foi se estabelecendo, inicialmente seus preceitos se pautavam em um conhecimento puramente descritivo, advindo de relatos de viagens, de descrição de paisagens, de relatos estatísticos, de documentos, etc.

Os gregos são reconhecidos pela história como os primeiros a difundirem os conhecimentos geográficos. Estes por sua vez se expandiram conforme as necessidades e os anseios da sociedade, que nesse momento vivenciava o processo de expansão capitalista, ou seja, de grandes transformações, segundo a qual essas mudanças se constituíram como o alicerce para o amadurecimento e fortalecimento do conhecimento geográfico, conforme apontam os autores (KOZEL; FILIZOLA, 1996).

Dois autores destacam-se nesse processo de sistematização do conhecimento geográfico, são eles K. Ritter e A. Humboldt, sendo este último, considerado por muitos estudiosos como o pai da Geografia Moderna. Vale destacar que durante seu processo de construção, a geografia passou por diversas correntes de pensamento geográfico (tradicional, quantitativa, humanística e crítica), que eram pensadas e elaboradas conforme o interesse e a realidade de cada época. Feito este breve histórico, passamos agora a apresentar como a Geografia e o Ensino de Geografia, se constroem nos tempos de hoje.

## **3. O ENSINO DA GEOGRAFIA NO CONTEXTO ATUAL**

Apesar dos discursos atuais defenderem o ensino direcionado a geografia crítica de fato, ainda observa-se os traços do ensino tradicional, aquele pelo qual, a memorização é a principal ferramenta de “aprendizagem”, tornando as aulas cansativas e desestimulando o interesse do educando pela geografia.

Nas escolas do município de Cametá/PA, a realidade não é diferente, quando se interroga os alunos da educação básica sobre o ensino da Geografia a maior parte deles demonstra desinteresse para com esta disciplina. No entanto, não cabe aqui se aprofundar em quais seriam as razões que explicariam este quadro e muito menos apontar culpados, pois este não é nosso objetivo. Pretendemos



sim com este trabalho, propor estratégias para se trabalhar A Nova Ordem Mundial no ensino médio de forma mais dinâmica, fornecendo meios que possam subsidiar o trabalho do professor, bem como facilitar o entendimento do aluno.

Sabemos que grande parte das escolas públicas em nosso país atende professores, funcionários, alunos e a comunidade, em prédios antigos e mal conservados, isso acaba dificultando o trabalho de todos na escola, pois o espaço físico deve ser propício para o desenvolvimento das atividades em qualquer que seja a área de atuação do profissional. Sobre este ponto, Vesentini (2004, p.235) ressalta que:

A realidade vigente nas escolas Brasileiras em geral- existe raríssimas exceções- é extremamente precária. Além dos problemas de baixos salários dos professores, do elevado número de aulas por semana que eles são obrigados a cumprir e do excesso de alunos por sala, devemos acrescentar ainda a generalizada falta de equipamentos: ausência quase total de vídeos, computadores. Projetores em geral (principalmente os multimídia), mapas, maquetes, laboratórios e algumas vezes de até um simples quadro de giz.

Ou seja, o encaminhamento de um processo de ensino e aprendizagem mais inovador e prazeroso aos alunos não pode ser colado somente nas costas dos profissionais da educação. Faltam a estes vários recursos materiais e técnicos para que exerçam suas atividades de maneira a explorar todas as potencialidades dadas por sua realidade imediata. É algo, portanto, maior e mais complexo que precisa de um cuidado e atenção por parte do Estado Brasileiro em suas diferentes escalas, para se consolidar enquanto uma prática de ensino inovadora e prazerosa de fato perante o alunado.

#### **4. DO APONTADO PELA PESQUISA DE CAMPO**

Por meio de entrevistas com professores de Geografia que atuam na Escola Estadual Júlia Passarinho (Cametá/PA), foi possível constatar as dificuldades que esses profissionais enfrentam. Essas dificuldades estão atreladas a uma série de fatores: como falta de recursos materiais para realizar atividades específicas; extensa carga horária; falta de apoio pedagógico por parte da escola dentre outros. Devido a isso, os professores se sentem cansados, desmotivados e incapazes de desenvolver um bom trabalho.

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas diariamente pelos professores no país, é possível tornar as aulas mais interessantes. Mas para que isso aconteça é preciso buscar novas metodologias capazes de estimular a criatividade nos alunos, fazendo com que estes participem da aula e assim possam compreender a geografia como uma disciplina capaz de possibilitar uma consciência espacial (CAVALCANTE, 1998). Cientes disso propõem-se algumas estratégias metodológicas para facilitar tanto o trabalho do professor como a compreensão do aluno.

Lopes (2012) diz que o educador é um mediador, pois ao levantar materiais para as aulas, ele acaba proporcionando aos alunos a apropriação das riquezas culturais e científica que se faz presente em nossa sociedade. Contribuindo dessa forma, para o desenvolvimento de uma educação comprometida com o futuro.

Outro ponto importante que cabe destacar são as maneiras pelas quais são repassados os conteúdos de geografia, pois se presenciou que os professores da referida escola de Cametá, ainda ministram suas aulas atreladas ao livro didático. Isso se torna um problema, pois os conteúdos, assim como os exemplos expostos nos livros didáticos não condizem com nossa realidade amazônica, que por sua vez é de uma dinamicidade extremamente importante. No entanto, isso não é levado em consideração, na medida em que a construção e elaboração dos livros didáticos trazem na sua maioria uma realidade bem diferente da nossa.

Portanto, diante desta realidade, é salutar o desenvolvimento de um trabalho que, se concretize não somente a partir de críticas, mas também de sugestões, estratégias e reflexões na busca pela melhoria da educação em nosso Município e modestamente em nosso país. Para concretizar nossa proposta metodológica, que é o principal objetivo deste ensaio, elegemos o tema a nova ordem mundial.

## 5. ASPECTOS GERAIS SOBRE A NOVA ORDEM MUNDIAL: CONTEXTUALIZANDO O TEMA

Trabalhar o tema “a nova ordem mundial em geografia” não é tarefa simples, justamente pela abrangência e dinamicidade que o conteúdo representa. Assim, apresentam-se aqui algumas estratégias de como o professor pode abordar este conteúdo em sala de aula. Iniciaremos com uma abordagem bem objetiva sobre a nova ordem mundial, para que tenhamos uma visão geral do assunto a ser trabalhado.

Para compreendermos como surge a nova ordem mundial é preciso retroceder ao período da Guerra fria, uma vez que este período foi marcado pela disputa política, ideológica, econômica e indiretamente militar entre as duas superpotências que emergiram da Segunda Guerra Mundial, Estados Unidos e União Soviética.

A Guerra Fria ou mundo bipolar como alguns autores classificam se estendeu de 1945 a 1989, neste período o mundo foi dividido em dois polos de poder, um sob influência capitalista que tinha como principal representante os Estados Unidos e o outro sob influência socialista tendo a União Soviética como principal líder. Durante esse período o mundo ficou apreensivo, pois tinha receio de que ocorresse um conflito armado entre as duas potências mundiais da época, Estados Unidos x União Soviética, o que poderia levar a uma possível guerra nuclear, já que ambos a cada momento buscavam expandir o número de aliados, bem como aumentar seus arsenais bélicos.

Com o fim da Guerra Fria (1989) e a fragmentação da União Soviética (1991) o mundo passa a vivenciar uma nova ordem, não mais baseada na supremacia de dois polos de poder, mas sim em uma multipolaridade. Embora os Estados Unidos ainda seja a principal potência no cenário mundial, na nova ordem estabelecida se verifica a emergência de novas potências como o Japão a China e também a União Europeia.

Se por um lado na ordem bipolar da Guerra fria os estados nacionais detinham a supremacia geopolítica no cenário mundial, por outro na nova ordem ocorre à emergência de novos agentes<sup>4</sup> que passam a dividir esse controle com os estados. Pode-se citar o papel das multinacionais, dos blocos regionais e também das ONGs, como novos atores da nova ordem estabelecida no pós – Guerra Fria. Isso se deve principalmente ao avanço do processo de globalização possibilitado pelos novos meios de comunicação e de transporte, bem como pela abertura dos países ao capital internacional, o que possibilitou a expansão das transnacionais até para países ex-socialistas.

As novas tecnologias também exerceram influência sobre a perda de poder dos Estados. O geógrafo Milton Santos chama a atenção para o fato de que os objetos técnicos que cada vez mais povoam nosso espaço cotidiano são, como todo objeto técnico, “objetos impregnados de intencionalidade”, e não podemos entender esse nosso espaço que se configura no mundo a não ser como “um sistema de objetos e um sistema de ações” (SANTOS (1996) apud. HAESBAERT; PORTO-GONÇALVES, 2006. p.55).

Ou seja, qualquer interpretação que se faça sobre o planeta, deve levar em consideração a força dos sistemas de objetos e o entendimento das lógicas que comandam este sistema de objetos. A ação, ou as ações que incidem sobre todas as nações do mundo devem ser pensadas como resultado de ordens vindas de diferentes regiões do planeta e da construção de uma materialidade em termos de objetos cada vez mais artificiais e inteligentes. Ao mesmo tempo em que são cada vez mais externas aos lugares essas ordens (ações) e esses objetos. O que impõe a necessidade de ler este mundo com bastante cautela e poder de síntese.

<sup>4</sup> Neste trabalho faz-se a opção por trabalhar com o conceito/noção de agente por entender que “a ação é o próprio do homem. Só o homem tem ação, porque só ele tem objetivo, finalidade. A natureza não tem ação porque ela é cega, não tem futuro. As ações humanas não se restringem aos indivíduos, incluindo, também, as empresas, as instituições. Mas os propósitos relativos às ações são realizados por meio dos indivíduos, conforme assinala B. Hindess.

As ações resultam de necessidades, naturais ou criadas. Essas necessidades: materiais, imateriais, econômicas, sociais, culturais, morais, afetivas, é que conduzem os homens a agir e levam a funções. Essas funções, de uma forma ou de outra, vão desembocar nos objetos. Realizadas através de formas sociais, elas próprias conduzem à criação e ao uso de objetos, formas geográficas” (SANTOS, 2006, p. 53).

## 6. PRIMEIRA PROPOSTA METODOLÓGICA: O ENSINO DA GEOGRAFIA ATRAVÉS DE SEMINÁRIO

Como já mencionado, esse trabalho é fruto de inquietações sobre a maneira como a geografia vem sendo ensinada nas escolas brasileiras, e mais particularmente no município de Cametá/PA. Compreendemos que o seminário é uma importante ferramenta que pode ser utilizada como recurso metodológico nas aulas de geografia, pois possibilita a interatividade, a criatividade e o trabalho coletivo. Essa atividade poderá se desenvolvida pelo professor em turmas de 1º, 2º e 3º ano do Ensino Médio.

Para apresentar essa proposta elegeu-se como tema a “Globalização”. O tempo previsto para realização dessa proposta será de duas aulas (em dias diferentes). Na Primeira aula deve-se pedir para os alunos formarem equipes de cinco a sete integrantes e em seguida o professor deve dividir os temas que serão pesquisados. Nessa atividade o professor pedirá para as equipes pesquisarem sobre marcas globalizadas que se fazem presente em seu cotidiano. O professor poderá dividir os temas da seguinte maneira:

Quadro 1: primeira proposta metodológica

1ª EQUIPE	Marcas de produtos de higiene e limpeza
2ª EQUIPE	Marcas de Produtos alimentícios
3ª EQUIPE	Marcas de eletrodomésticos e eletroeletrônicos
4ª EQUIPE	Marcas de veículos
5ª EQUIPE	Marcas de bebidas
6ª EQUIPE	Marcas de roupas e calçados

Para realizar essa tarefa os alunos precisarão de cartolina ou papel quarenta quilos, cola branca, canetinha ou pincel atômico. De posse dos rótulos das marcas e dos materiais citados os alunos devem montar cartazes com o rótulo ou fotografia das mesmas, colocando as seguintes informações: a) nome do produto; b) nome do inventor do produto; c) nome da empresa que o produz; d) país de origem; e) o motivo que levou a equipe a selecionar esse produto.

Na aula seguinte as equipes deverão apresentar o resultado da pesquisa em forma de seminário. Cabe ao professor mediar à socialização dos resultados dos trabalhos elaborados pelas equipes, abrindo espaço para eventuais perguntas dos colegas. Bem como poderá contribuir com as apresentações das equipes, através do acréscimo de informações sobre a temática abordada pelas mesmas ou tirando eventuais dúvidas. Vale ressaltar que é importante deixar os alunos bem à vontade garantindo o silêncio e a atenção da turma.

No final das apresentações o professor deve explicar sobre como processo de globalização se intensificou a partir do final da Guerra fria, destacando que cada vez mais tem se tornado comum à presença de produtos globalizados em nosso cotidiano, já que uma das principais características da mundialização da economia é a padronização do consumo. E como esse processo tem se refletido na formação de padrões de comportamento que estimulam o consumo desenfreado, impulsionados principalmente pelos meios de comunicação. O professor poderá solicitar também a elaboração de resumo, em equipe, das apresentações.

Por meio dessa atividade é possível levar os alunos a construir gradativamente seus próprios conceitos/concepção sobre a globalização. Isso torna o assunto mais interessante para eles, bem como possibilita uma melhor compreensão sobre a temática, uma vez que não são apresentados conceitos prontos.

## 7. SEGUNDA PROPOSTA METODOLÓGICA: O ENSINO DE GEOGRAFIA ATRAVÉS DE DINÂMICA EM CLASSE

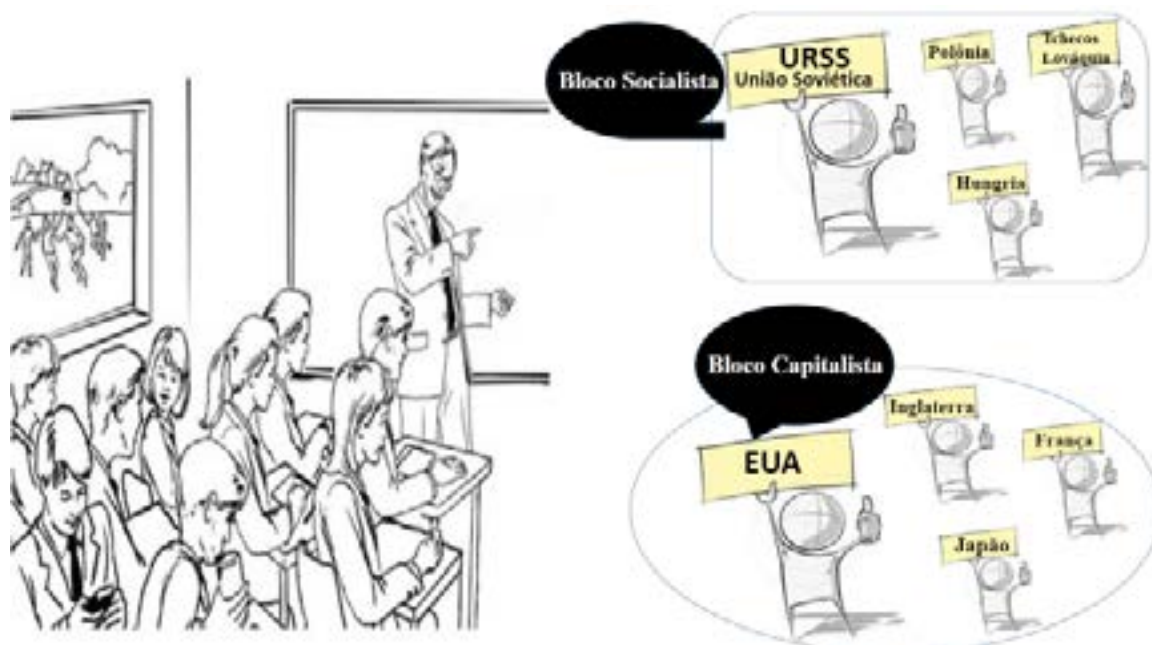
Aqui apresenta-se outra proposta de ensino da geografia por meio de dinâmica em sala de aula, o tema eleito para a proposta foi “a passagem da Ordem Bipolar para a Multipolar”. Esta atividade poderá ser desenvolvida com alunos do 2º e 3º ano do Ensino Médio.

Antes de realizar a dinâmica o professor deve fazer uma breve contextualização histórica do período que antecedeu a nova ordem mundial, destacando que no período da guerra fria o mundo ficou dividido em dois polos de poder, e que com o fim da bipolaridade e a dissolução União Soviética, começa a emergir no cenário mundial uma nova ordem onde é possível evidenciar a presença de múltiplos atores como as multinacionais, os mercados regionais, as ONGs, assim como surgem novas potencias como Japão e China.

Para realizar esta atividade serão necessários os seguintes materiais: quatro folhas de cartolina, dois pinceis atômicos de cores diferentes e uma tesoura. Os materiais devem ser providenciados antes da aula para que não comprometa o tempo de apresentação. Para desenvolver essa dinâmica serão necessárias duas aulas seguidas, de 45 minutos cada.

Primeiramente, deve-se cortar uma das cartolinas ao meio, nas partes obtidas devemos escrever bloco capitalista em uma e bloco socialista na outra. As outras três cartolinas serão recortadas em várias partes, assim poderemos escrever os nomes de alguns países participantes desses blocos, bem como multinacionais, mercados regionais, ONGs, etc. Pois a dinâmica abordará as duas ordens estabelecidas no cenário internacional: a bipolar e multipolar.

A dinâmica ocorrerá da seguinte maneira, primeiramente será mostrada a ordem bipolar ou Guerra fria, para isso o professor formará dois grupos de alunos de forma que, de um lado fiquem os alunos que representam o bloco dos países capitalistas tendo a sua frente os Estados Unidos (Ex: USA, Inglaterra, Itália, Japão) e de outro os que representam alguns países socialistas tendo à sua frente a União Soviética (ex: URSS, Polônia, Tchecoslováquia, Hungria). Conforme podemos visualizar na imagem abaixo.



Organizado por: CARDOSO, B. F.F; VIANA, L.T<sup>5</sup>  
<https://www.google.com.br/search?q=desenho+alunos+em+aula>

<sup>5</sup> Benedito Fernando Farias Cardoso e Lucivaldo Teles Viana, discentes do curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Pará, Campus Cametá.

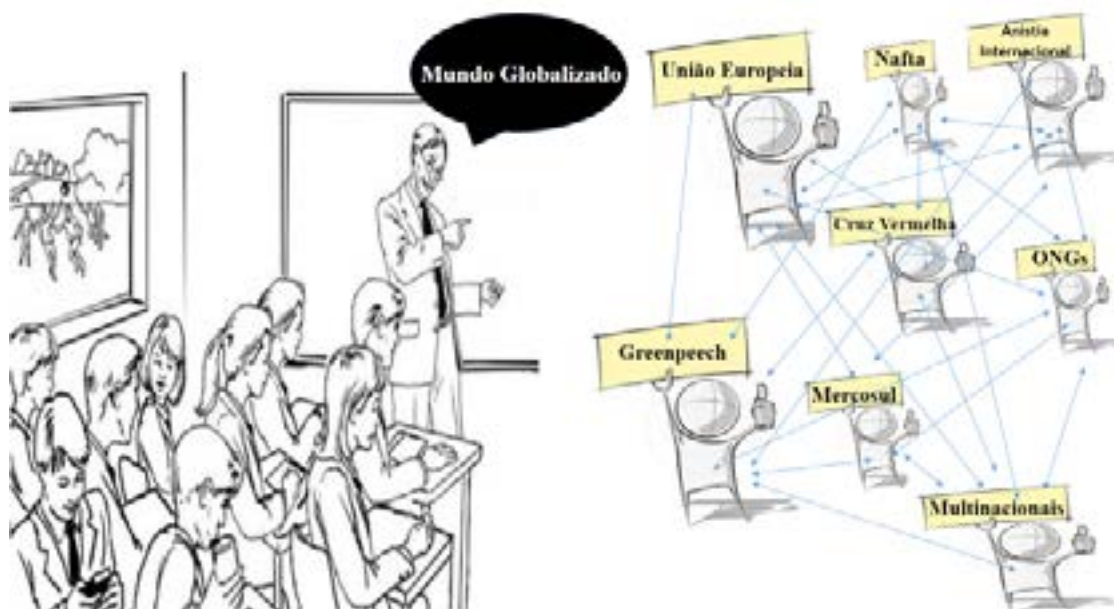


Em seguida o professor deverá fazer um breve comentário surgimento da bipolaridade (Guerra Fria), destacando os fatores que contribuíram para esse processo. Deve-se ressaltar que essa disputa foi marcada pelo embate ideológico, político, econômico e indiretamente militar, já que não houve um embate direto com uso de armas entre as duas grandes potências EUA x URSS. É possível, através da dinâmica, exemplificar a forma pela qual os dois blocos se organizavam e tentavam expandir suas ideologias em todas as esferas da sociedade (no cinema, na arte, no esporte e etc.).

O professor também deve mostrar para os alunos que apesar de sua denominação, a guerra fria teve seus momentos de tensão, e que ainda nos dias de hoje existem resquícios deste período, como por exemplo: a guerra civil em Angola, o bloqueio dos Estados Unidos a Cuba (que somente no ano passado, 2015, começa a haver uma reaproximação desses países), a divisão da Coreia, entre outros.

Finalmente o professor deve comparar a sala de aula ao cenário mundial, destacando que a intenção de formar dois grupos, foi para exemplificar de forma prática como o mundo ficou dividido no período da Guerra fria e como isso vai se alterar com o fim da bipolaridade e a fragmentação da União Soviética.

Feito isso o professor pede novamente para alguns alunos ficarem de pé no meio da sala, em seguida distribui as placas contendo os seguintes nomes: Estados Unidos, União Europeia, Japão, blocos econômicos, Transnacionais e ONGs. Como podemos ver na imagem abaixo.



Organizado por: CARDOSO, B. F.F; VIANA, L.T<sup>6</sup>  
<https://www.google.com.br/search?q=desenho+alunos+em+aula>

Após isso, deve-se explicar para a turma que com o fim da guerra fria (1989) e a dissolução da União Soviética (1991) os países que, até então, faziam parte do regime socialista, vão aos poucos abrindo suas economias para o capitalismo, dando início a uma nova regionalização do espaço geográfico mundial.

O professor deve esclarecer para os alunos que a nova ordem mundial é marcada por uma dinamicidade de relações, estabelecendo assim uma nova multipolaridade e que apesar de ainda existir uma hierarquia entre as grandes potências mundiais, presenciamos na atualidade a emergência de novos atores, não somente os Estados Nacionais como no passado, mas agora as multinacionais, organismos que possuem mercados regionais, as Organizações Não Governamentais – ONGs, dentre

<sup>6</sup> Benedito Fernando Farias Cardoso e Lucivaldo Teles Viana, discentes do curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Pará, Campus Cametá.

outros se fazem presente nesta nova fase do capitalismo. E que embora os Estados Unidos ainda sejam considerados uma grande potência mundial, é possível perceber a emergência de novas potências como o Japão e a China e países da União Europeia.

É preciso, ao final da dinâmica, apresentar as principais diferenças entre o mundo bipolar e a multipolaridade, destacando as principais características de cada período e como isso interferiu na organização do espaço geográfico mundial. Através dessa atividade é possível facilitar o entendimento do aluno sobre a referida temática, tornando a aula mais interessante. Pois o aluno se sente participante do processo, sem que para isso precise memorizar textos enormes e pouco atrativos para ele.

## 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ensinar Geografia não é tarefa simples, em especial porque, grande parte dos alunos considera essa disciplina cansativa e desinteressante. Essa realidade se faz presente nas escolas brasileiras, e ao longo dos tempos tem contribuído para uma série de adjetivos negativos para com esta disciplina.

Por meio desta pesquisa, realizada junto a alunos do ensino médio no município de Cametá, estado do Pará, tivemos uma dimensão da realidade pela qual passa o ensino e aprendizagem na área urbana deste centro e modestamente em nosso país. Dessa forma, buscou-se a partir do presente trabalho, ressaltar a importância em se abordar a realidade presente nas escolas brasileiras, e a partir de suas condições objetivas, propor metodologias simples e de custo baixo, para se trabalhar com a nova ordem mundial por meio de aulas dinâmicas. Deixando os alunos mais a vontade para participar das atividades e tornando conseqüentemente a aula mais atrativa e livre a participação destes no processo de conformação dos conteúdos tratados em sala.

Neste sentido o que se buscou com este artigo foi apresentar duas propostas metodológicas para se trabalhar com o tema “A Nova Ordem Mundial” de maneira mais dinâmica, por meio da qual o aluno possa se sentir parte do processo de ensino e aprendizagem. Pois as atividades estimulam e promovem um maior envolvimento dos alunos, isso poderá tornar o assunto mais interessante e a aula mais dinâmica, bem como melhora a relação professor/aluno e aluno/aluno.

## REFERÊNCIAS

- CAVALCANTE, Lana de Souza. **Geografia, Escola e Construção de Conhecimentos**. 18ª. Ed. Campinas, SP: Papirus, 1998.
- COSTA, Rogério Haesbaert da; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A nova des-ordem mundial**. São Paulo: Editora. UNESP, 2006.
- KOZEL, Salete; FILIZOLA, R. **Didática de Geografia: Memórias da Terra**. São Paulo: FTD. 1996.
- LACOSTE, Yves. **A Geografia serve antes de mais nada para fazer a guerra**. Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1976.
- LOPES, Maria Inácia. **Como Selecionar Conteúdos de Ensino**. De magistério de filosofia – ano V. nº 9, segundo semestre de 2012.
- PASSINI, E. Y; PASSINI, R; MALYSZ, T. (Org.). **Prática de Ensino de Geografia e Estágio Supervisionado**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2011.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- VESENTINI, J. W. Realidades e perspectivas do ensino de geografia no Brasil. In: VESENTINI, J. W. (org.) **O Ensino de Geografia no século XXI**. Campinas–SP: Papirus, 2004. p. 219- 248.

# GEOGRAFIA E ARTE: ARTES PLÁSTICAS COMO RECURSO DIDÁTICO NO ENSINO DE GEOGRAFIA 6º ANO DO FUNDAMENTAL NA ESCOLA ESTADUAL GENTIL BELÉM

Jeise do Carmo Bruno Soares

José Camilo Ramos de Souza

## Resumo

A geografia e a arte plástica abrem espaços de diálogos para o ensino e a aprendizagem de conteúdos geográficos na sala de aula das escolas. Utilizar telas de artistas plásticos é uma forma de pensar e fazer educação geográfica, que possibilite ao sujeito aprendiz a expressar seus sentimentos através do seu imaginário, desenvolvendo suas habilidades e criatividade de interpretação espaciais, uma vez que, a forma de aprender está na capacidade de cada ser humano. Este trabalho propõe compreender a possibilidade de utilização das artes plásticas no ensino de geografia como um recurso didático no Ensino Fundamental, e gerador de reflexão e compreensão de conteúdos trabalhados em sala de aula. Utilizar as telas dos artistas nacionais, internacionais e regionais contribui para leitura geográfica e o entendimento do aluno sobre o conteúdo associado ao lugar vivido, tornando a aprendizagem mais prazerosa. O referido trabalho teve como objetivo possibilitar ao aluno leituras geográficas e graficamente projetadas nas telas pelos artistas plásticos, no sentido da interação e compreensões de momentos e espaços-temporais projetados em cada obra apresentada nas aulas de geografia. O uso das telas de artistas no ensino de geografia, não é só contemplar o que se apresenta como arte plástica, mas ampliar a visão para compreensão dos espaços sociais, econômicos e culturais pretéritos, como estímulo de exercício mental e ampliação da visão e o poder de observação. Esta pesquisa de cunho qualitativo procurou descrever e interpretar os dados obtidos a partir da interpretação do outro. O método alicerçante foi o fenomenológico onde se buscou no aluno as percepções, interpretações da leitura de cada obra artística, ou concepções diferentes. Foi realizada entrevista com dois professores de artes plásticas do Liceu de Arte Instituto (IRAPAM) os quais cederam às imagens das telas confeccionadas por eles; as imagens retiradas de sites confiáveis sendo três de nível nacional. O trabalho procurou mostrar o interesse de utilizar artes plásticas como um instrumento de apoio ao ensino de geografia, com os alunos do 6º ano do fundamental em uma Escola pública de Parintins, com intuito de facilitar o entendimento do aluno diante das obras apresentadas (impressas), nacionais e regionais em sala de aula, Arte plástica como recurso didático no ensino de geografia no 6º ano representa um instrumento de apoio que o professor deve utilizar na sala de aula, para que os alunos possam contextualizar os conceitos geográficos existente em cada obra clássica internacional, nacional e regional. O ensino pode ser mais dinâmico e participativo dependendo do recurso didático utilizado, sem perder os conteúdos escolares e científicos da geografia.

Palavras-chave: Ensino de Geografia; obras de artes; recurso didático; aprendizagem.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de Curso teve como objetivo oferecer possibilidades de ampliar e facilitar a aprendizagem do aluno na Escola Estadual Gentil Belém 6ºano do fundamental, utilizando as artes plásticas como recurso didático no ensino de geografia permitindo proporcionar meios para construção do indivíduo e ao mesmo tempo oportunizando conhecer com nitidez a contextualização dos conteúdos abordados em sala de aula, visto que o estudo de geografia a partir de obras de artes, o desenho, a pintura, esculturas e entre outras é uma possibilidade de trazer para os alunos

grandes artistas clássicos nacionais, internacionais, e regionais, com intuito de mostrar a geografia existente em cada obra, a cultura e motiva-los a transpor a leitura o que está abstratamente registrada.

A geografia e a arte plástica abre espaço de diálogo no ensino e na aprendizagem de conteúdos geográficos na sala de aula das escolas. Utilizar as telas de artistas plásticos é uma forma de pensar e fazer educação, através da arte no contexto geográfico possibilita o indivíduo a expressar seus sentimentos através do seu imaginário, desenvolver suas habilidades e criatividade de interpretação, uma vez que, a forma de aprender está na capacidade de cada ser humano.

O referido trabalho buscou-se em utilizar o uso das artes plásticas às telas de artistas no ensino de geografia sendo assim um recurso didático no Ensino Fundamental para as aulas de geografia, o processo não é só contemplar o que se apresenta como arte plástica, mas ampliar a visão para compreensão dos espaços sociais, econômicos e culturais pretéritos, como estímulo de exercício mental, a arte plástica, especificamente às telas de artistas clássicos e contemporâneos podem estimular o estudante a conhecer formas de fazer arte, desenho, pintura, escrita, escultura, entre outras, mas também de aprender geografia a partir do que está abstratamente representado ou escrito, possibilitando ser um recurso didático importante ao ensino de geografia, este estímulo pode ser mola propulsora para que possa ver também os recursos naturais, artificiais e culturais representados nas obras de artes, ponto da criatividade do artista, aguçador da imaginação e condutor da aprendizagem geográfica do estudante da escola.

O objetivo da pesquisa foi possibilitar ao educando leituras geográficas graficamente projetadas nas telas de artistas plásticos como também os clássicos na inteiração de compreensões de momentos e espaços-temporais.

O método alicerçante foi o fenomenológico onde se buscou no aluno as percepções, interpretações da leitura de cada obra artística, ou concepções diferentes, segundo Fazenda (2008, p. 62) “para alguns autores dizem que fazer fenomenologia não é utilizar um método previamente considerado, mas cingir-se a regras formais dirigidas especialmente ao fenômeno”. Os procedimentos metodológicos utilizados no referido objeto é qualitativa, no qual descreve e interpreta dados obtidos a partir da interpretação do outro. Foi realizada entrevista com dois professores de artes plásticas do Liceu de Arte Instituto (IRAPAM) os quais cederam as imagens das telas confeccionadas por eles, as imagens retiradas de sites de fontes confiáveis às obras de nível nacional, são elas Os Operários, de Tarsila do Amaral, Vidas Secas, de Graciliano Ramos, Paisagem, de Di Cavalcante, pois, foram apresentadas as obras dos artistas plásticos acima citados aos alunos do 6º ano do fundamental vespertino na Escola Estadual Gentil Belém.

O artigo está organizado da seguinte forma: introdução, no primeiro tópico, referem-se artes plásticas caminho de aprendizagem no ensino de geografia, sub-tópicos, imagens artísticas como recurso didático no ensino de geografia, leituras das artes plásticas no contexto geográfico. No segundo tópico, vendo e lendo geografia nas artes plásticas, sub-tópicos, concepções dos alunos em todas as obras apresentada na sala de aula, reflexos de aprendizagem geográfica nas artes plásticas, por fim as considerações finais.

## **1. ARTES PLÁSTICAS CAMINHO DE APRENDIZAGEM NO ENSINO DE GEOGRAFIA**

As artes plásticas é um meio de comunicação que favorece o artista expressar suas emoções num momento histórico e cultural, é um processo importante para o desenvolvimento mental do indivíduo. Nesse contexto, as artes plásticas é um caminho de possibilidade para estimular o aluno a descrever o que a obra de arte representa geograficamente, assim contribuindo na construção mental do aluno, possibilitando a aprendizagem. Haydt (2006, p.149) “A aprendizagem será mais eficiente, isto é, mais significativa e duradoura, se o aluno puder construir o objeto do ensino por meio de sua atividade mental”, o professor como educador deve diversificar sua prática pedagógica e buscar cada vez mais um novo recurso didático para aprendizagem do aluno, e deixar de lado o famoso tradicionalismo buscar uma nova geografia, onde o aluno possa ter a liberdade de expressão, de comunicação perante as aulas de geografia. Pontuschka, (2007, p. 97)



É importante que o professor desenvolva a capacidade de utiliza-los como instrumentos para desvendar e compreender a realidade do mundo, dando sentido e significado à aprendizagem. À medida que os conteúdos deixam de ser fins em si mesmos e passam a ser meios para interação com a realidade, fornece ao aluno os instrumentos para que possa construir uma visão articulada, organizada e crítica do mundo.

A geografia é necessária para que o indivíduo se torne capaz de conhecer a si mesmo, ao mesmo tempo mudar a realidade em que vive, tornando-se crítico perante a sociedade, foi através da arte plástica possibilitou os alunos terem visões significativas diante as imagens das obras de arte, assim buscando novos horizontes dando sentido e significado da realidade vivenciada no dia a dia. Segundo, Callai, (1998 a) apud (STRAFORINI, 2008, p.53)

Aponta três motivos para ensinar geografia no sentido de compreender o mundo como totalidade. Assim, o primeiro motivo trata de conhecer o mundo e obter informações a seu respeito. O segundo motivo é conhecer o espaço produzido pelo homem, as causas que deram origem às formas na relação entre sociedade e natureza. Por fim, o objetivo maior de ensinar geografia é fornecer ao aluno condições para que seja realmente construída a sua cidadania.

Nesse contexto, a geografia possibilita essa diversidade de informação que compõem esses elementos, assim facilitando o aluno construtor de seu próprio conhecimento.

A arte plástica pode e deve ser um recurso significativo no ensino de geografia, assim permitindo que o aluno tenha possibilidade de obter informações dos elementos geográficos representado em cada tela, sendo assim para o entendimento do assunto repassado na sala de aula, e ao mesmo tempo o contato e o conhecimento das obras de arte dos artistas plásticos. Neste sentido Gouveia, (2007, p. 3)

Isto levando em consideração que a Arte é uma obra aberta, a interpretação e o significado a depender de cada indivíduo, no tempo e no espaço. Dependendo do grau de desenvolvimento e sensibilidade de cada indivíduo, a arte possibilita aflorar os nossos mais íntimos sentimentos.

Portanto, a arte plástica nas aulas de geografia tem a contribuir no entendimento do aluno, conhecendo e percebendo as manifestações artísticas, históricos, cultural, assim desenvolvendo percepções diferenciadas mediante a obra do artista, permitindo o aluno a conceituar o que está abstratamente representado na tela fortalecendo a capacidade de expressão das imagens.

## 1.1 IMAGENS ARTÍSTICAS COMO RECURSO DIDÁTICO NO ENSINO DE GEOGRAFIA

As imagens artísticas possuem um papel importante no entendimento do aluno, através das telas como recurso didático nas aulas de geografia é uma forma de aprofundar os conteúdos capazes de desenvolver conceitos fundamentais para a realidade do mesmo.

A geografia por ser uma disciplina que podemos associar entre várias disciplinas ela vem utilizando a arte como instrumento de apoio para um entendimento dos conteúdos geográficos, ao utilizar esse recurso o professor propõe ao aluno uma compreensão e uma reflexão de sua realidade diversificada.

Através dessa metodologia na sala de aula utilizando as telas nas aulas de geografia, a imagem passa ter o papel importante, visto que a imagem está presente no dia-a-dia, Pontuschka, (2009, p. 278) “As imagens estão a invadir nossas casas, os painéis e outdoors, acompanhando-nos onde quer que estejamos. Vivemos no mundo das imagens e pouco sabemos sobre elas”, desse modo, à exibição das imagens nota-se o interesse do aluno interagir em sala de aula acrescentando cada vez mais sua própria construção do seu desenvolvimento no processo de ensino aprendizagem, para Oliveira (2010, p. 217)

[...] o processo não se inicia do nada, pois todo conhecimento aprendido é o resultado

de uma estruturação na qual intervém, em graus diversos, o ensinado. Pode-se situar a aprendizagem, como experiência adquirida, em razão do meio físico e social. Ou, melhor, a aprendizagem é tudo que, no processo do desenvolvimento mental, não é determinado hereditariamente, ou seja, pela maturação, considerando toda aquisição obtida ao longo do tempo, isto é, mediata e não imediata, como a percepção ou a compreensão instantânea.

Nessa perspectiva, utilizando as telas como instrumento de apoio nas aulas de geografia ajuda estimular o desenvolvimento mental do aluno a extrair toda a geografia existente nela, assim aprimorando sua compreensão mediante as imagens e contribuindo para a concepção do mesmo.

As imagens transmitem um poder de comunicação que estabelece o aluno a chegar ao ponto decisivo, sendo um item fundamental para o desenvolvimento do aluno aprendiz, é a partir das imagens o estudante busca-se aperfeiçoar sua capacidade da escrita e da leitura.

## 1.2 LEITURAS DAS ARTES PLÁSTICAS NO CONTEXTO GEOGRÁFICO

A leitura proporciona o aluno a entender o que está abstratamente escrito ou representado em uma obra de arte dos artistas plásticos, assim reconhecendo a leitura das artes plásticas como o fator principal para o aprimoramento da interpretação, assim a mesma estabelece diálogo que facilite o entendimento e concepção do aluno.

Buscou-se nas obras de artes leituras geográfica que permitisse o entendimento perceptível do aluno a cada obra apresentada (impresso) assim melhorando a capacidade mental do aluno a pensar ou escrever sobre o que a obra transmite, nessa perspectiva cabe o professor estimular o aluno a ter o hábito de leitura, visto que, a leitura fortalece sua competência de dialogar.

Portanto, as artes no modo geral nos transmite esse entendimento, na qual possibilita aluno desenvolver atividades, é por meio dessa comunicação da arte plástica o aluno desenvolve suas leituras geográficas cada obra visualizada de acordo com os conteúdos repassados pelo professor de geografia, assim proporcionando ao educando conhecer as obras de renomes, contribuindo na interpretação as representações tanto no contexto geográfico, quanto histórico cultural, social, em cada tela.

## 2. VENDO E LENDO GEOGRAFIA NAS ARTES PLÁSTICAS

Durante a apresentação das telas das obras dos artistas plásticos nacionais, como, Os Operários, de Tarcila do Amaral, Vidas Secas, do Graciliano Ramos, Paisagem do Di Cavalcante, e regionais Castanheiras do Macurany, do Josinaldo Matos, Caboclo Ribeirinho do Evalson Inomata, ao observarem as obras conseguiram identificar a geografia existente, assim os alunos do 6º ano II interpretaram a partir da sua leitura da imagem dos artistas e dominaram suas escritas, Straforini, (2008, p. 120) “é nesse sentido que a geografia deve inserir-se no ensino, articulando o processo de construção da língua escrita com o mundo real”. Visto que a partir da leitura da imagem, o aprendizado torna-se mais significativo.

Porém, essa leitura no ensino de geografia é interessante para entendimento dos elementos geográficos nas aulas de geografia, visto que, através desse recurso didático podem facilitar a compreensão do aluno no ensino e aprendizagem Silva, (2009, s/p) “Sendo de grande importância a possibilidade de fornecer meios para tornar o ensino mais prazeroso e dinâmico no processo de ensino-aprendizagem”.

Nesse contexto, a artes plásticas é ou pode ser a singularidade da vivência humana sintetizada através da visão do artista, onde expressa sua potencialidade de transformar o que percebe do existente na realidade cultural ou social vivida e possibilitando ser um recurso didático importante ao ensino de Geografia.

## 2.1 CONCEPÇÕES GEOGRÁFICAS DOS ALUNOS EM TODAS AS OBRAS APRESENTADA NA SALA DE AULA

Durante os contatos com a turma do 6º ano vespertino, juntamente com professor de geografia, a princípio uma aula expositiva e dialogada com a turma, para o entendimento do conteúdo apresentado na sala de aula, assim facilitando transpor a interpretação da imagem Haydt (2006, p. 155) “o professor dialoga com a classe, ouvindo o que o aluno tem a dizer, fazendo pergunta e respondendo às dúvidas dos alunos”, durante a aula de geografia foram apresentadas as obras dos artistas plásticos nacionais e regionais com intuito de aprimorar o conhecimento dos alunos na sala e facilitando sua leitura mediante as imagens. (figura 1)

Figura1: Aula expositiva dialogada



Foto: Jeise do Carmo/ 2014.

No segundo momento foi distribuídos trinta imagens de telas artísticas (impresso) individualmente, com imagens das obras de artistas plásticos diferenciadas onde o aluno desenvolveu toda a leitura contida nas obras cada um obteve concepções diferenciadas em desenvolver a atividade e compreender o sentido que a obra representava geograficamente. Para Moreira, (2013, s/p)

No universo das obras de artes, ao utilizar uma imagem, os alunos, além de desenvolver a sensibilidade, fazem associações dos elementos retratados com os aspectos geográficos pertencentes ao cotidiano no qual está inserido ou de outra realidade brasileira estudada.

Neste sentido, os alunos sentiram-se motivados em fazer parte desse trabalho, os mesmos contribuíram com suas leituras, escritas, e participaram ativamente da atividade, o professor da referida escola, com seu entusiasmo perante as obras contribuiu com seus conhecimentos na área de geografia, pois é possível utilizar as obras de artes na sala de aula.

Figura 2: Praticando atividade na sala, interpretação da obra



Foto: Jeise do Carmo/2014

Figura 3: Obra- Os Operários/ Tarcila do Amaral



Fonte: <http://www.portaldoprofessor.mec.gov.br>

A respectiva obra na (figura 2) Os Operários, de Tarcila do Amaral de 1933, sete alunos identificaram na imagem artística (impresso) pessoas com características diferentes, os elementos geográficos e as categorias geográficas existentes na tela, temas a serem trabalhados nas aulas de geografia utilizando as telas, visto que é visível a geografia na obra, pois é possível utilizar as artes plásticas na sala de aula. De acordo com Silva (2009, s-p) “uma análise social [...] a qual destaca uma miscigenação de um povo brasileiro”. Aluna do 6º ano, M.C. B, (12 anos) descreve, “eu entendi que no Brasil é formado por várias pessoas: negro, índios, pardos, europeus, alemães, africanos... E que geograficamente o número de habitantes é imenso, [...]. Ao fundo da imagem podemos ver que há uma indústria, que é uma paisagem artificial (construída pelo homem) penso eu que antes existia uma paisagem natural [...] a indústria com a fumaça que ela produz, contribui com o aquecimento global que prejudica muito o meio ambiente”.

Mediante a descrição, a aluna no seu imaginário fez uma análise sobre migração, crescimento populacional, uma relação entre vários elementos a serem conceituada pelo professor de geografia na sala, assim estabelecendo novos conceitos nas aulas de geografia, possibilitando o entendimento do aluno.

De acordo com Straforini (2008, p. 143) “O que nos interessa é a realidade conceituada que se expressa nos desenhos [...]” os alunos que descreveram a obra da artista Tarcila do Amaral conseguiram conceituar geograficamente, é através dessa leitura, busca-se um novo recurso didático pedagógico nas aulas de geografia, para que o aluno possa ter a ansiedade dos conteúdos.

Figura 4: Praticando atividade na sala, interpretação do aluno diante a obra



Foto: Jeise do Carmo/2014



Figura 5: Obra-Vidas Secas/ Graciliano Ramos



Fonte: <http://www.jornaldastribos.com.br/vidas-secas-resumo-do-livro-analise-criticapreparacao-vestibulares/>

Mediante a obra *Vidas Secas* de Graciliano Ramos os alunos conseguiram mencionar a situação que a família nordestina enfrenta mediante a seca no nordeste, em busca de uma qualidade de vida melhor, na escrita da aluna A. (11 anos) “através da tela podemos ver que ela representa a vida de alguns moradores do sertão que parecem estar andando em uma estrada de terra, a procura de recursos, já que no sertão é possível ver a escassez de água [...] não é possível criar animais e nem plantas que ajudariam tanto no consumo quanto na venda”.

Visto que é possível identificar vários elementos da geografia na obra do artista aguçador Graciliano Ramos, obra que provocou os olhares por parte do aluno e professor, por ser uma imagem impactante do povo nordestino.

Escrita do aluno, A. J (11 anos) “essa pintura representa a seca no nordeste, realmente é muito bonita, a pintura não representa só a seca, representa a maneira como eles vivem, eles vivem na dificuldade na miséria, ela mostra que as pessoas estão se mudando porque a região é muito pobre [...]” diante a escrita do aluno pode-se observar vários elementos a serem conceituados que podem ser trabalhados nas aulas de geografia assim contribuindo na aprendizagem.

Portanto, partindo dessa percepção do aluno mediante a arte plástica possibilita a capacidade mental do entendimento repassado nas aulas de geografia, assim contribuindo no ensino aprendizagem do estudante, mais cabe ao professor ser dinâmico um inovador na sala de aula, buscar novos recursos didáticos, para construção de uma nova geografia onde os alunos possam ter o interesse pela disciplina.

Segundo Freire (1996, p. 52), “Ensinar não é transferir conhecimentos, mais criar as possibilidades para sua própria produção ou sua construção. Quando entro em sala de aula devo estar sendo um ser aberto às indagações, à curiosidade, às perguntas dos alunos, às suas inibições; [...]”. O professor como educador antes de tudo é um autor da sua própria construção e ao mesmo tempo um artista para atuar em sala de aula.

Figura 6: Praticando atividade na sala, interpretação do aluno diante a obra Paisagem



Foto: Jeise do Carmo/2014.

Figura 7: Obra- Paisagem/ Di Cavalcante



Fonte: [www.tvsinopse.kinghost.net/arte/art/d/cavalcante.htm](http://www.tvsinopse.kinghost.net/arte/art/d/cavalcante.htm)

A obra do artista Di Cavalcante, Paisagem, sete alunos descreveram e relacionaram à geografia e a arte plástica, a escrita da aluna E.S. L, (11anos) descreve, “Bom através das artes plásticas eu relatei várias coisas com a geografia. Na paisagem eu vi a geografia por que a geografia estuda a paisagem, vi também o espaço geográfico e algumas casas ocupando esse espaço, o lugar, o relevo, o rio, a vegetação etc. [...], a geografia está na nossa vida no nosso cotidiano”. É relevante a descrição da aluna quando ela faz uma apreciação do espaço geográfico, o lugar, o relevo entre outras, pois a obra do artista Di Cavalcante vem mostrar elementos bem característicos da geografia. Para Cavalcante, (1998, p. 96-97) “paisagem, assim como os outros conceitos, não é exclusivo do quadro conceitual da geografia, [...]. É geográfico, neste sentido, aquilo que tem influência sobre a paisagem, como expressão e forma desse espaço”. Para a autora só é caracterizado geográfico quando o indivíduo se apropria do espaço e começa modificá-lo.

Portanto, diante a imagem (impresso) da obra do artista Di Cavalcante, (figura 6-7) os alunos absorveram as categorias geográficas existentes, temas a serem contextualizados na geografia, mais sentiram dificuldade em descrever a imagem, visto que a obra apresenta vários fatores a serem conceituados na sala de aula como o espaço modificado pelo homem, as diversidades de vegetação, o rio fonte de subsistência, o relevo é caracterizado por planalto.

Figura 8: Praticando atividade, interpretação do aluno diante a obra Castanheira do Macurany



Foto: Jeise do Carmo/2014.

Figura 9: Obra-Castanheiras do Macurany/ Período da cheia/Josinaldo Matos



Foto: Josinaldo Matos /Liceu de Arte Instituto IRAPAM

Obra de Josinaldo Matos artista Parintinense com a obra Castanheiras do Macurany (figura 8-9) a imagem retrata como descreve o aluno C. A. J.M (12 anos) “observa-se na imagem a modificação natural do ambiente, nos períodos da cheia e seca (vazante) [...], o espaço físico no período da cheia é tomada pela água do rio, deixando uma pequena área de terra com pouca vegetação, no período da vazante se ver mais verde, o solo mais propício à plantação, ou seja, fértil”. A obra apresenta vários elementos a serem contextualizado nas aulas de geografia, contribuindo especificamente na compreensão e interpretação do aluno.

Ressaltando, foram trabalhadas duas imagens mais com características diferentes n período da cheia e vazante, pois, a obra vem retratar as Castanheiras do Macurany, conhecida como castanheiras do Itaúna onde antigamente se caracterizava um espaço natural sem a ação do homem, esta tela geograficamente se classifica no período da cheia e vazante, com diversidade de vegetação.

Figura 10: Praticando a atividade, interpretação do aluno diante a obra Caboclo Ribeirinho



Foto: Jeise do Carmo/2014

Figura 11: Obra-Caboclo Ribeirinho



Fonte: Evailsom Inomata/ Liceu de arte Instituto (IRAPAM)

Obra de Evailson Inomata Caboclo Ribeirinho a última obra a ser apresentada aos alunos do 6º ano, a imagem (impresso) chamou a atenção dos alunos por ser uma obra tipicamente da região local, a escrita da aluna R. C. S (11 anos) “A tela representa o típico caboco ribeirinho salvando a padroeira de Parintins das garras da “anaconda”, representada pela geografia que são as diversidades enorme de vegetação [...], enfim geografia é paisagem e paisagem é tudo o que vemos inclusive os mitos da cobra grande que representa os mitos da nossa região”. A obra (figura 11) possui diversos conceitos a serem trabalhado em sala, pois os alunos constataram a presença de vários animais especificamente a cobra grande fenômeno que aparece nas profundezas do rio. Porém, não foi possível analisar as escritas dos mesmos, muitos se focaram na lenda da região amazônica, por não ter contato e nem conhecimento as obras dos artistas Parintinense houve dificuldade em ler e descrever a (figura 11), mais cabe o professor buscar novos recursos que possam servir de apoio nas aulas de geografia.

Portanto, geograficamente a obra apresenta suas diversidades de espécies vegetais, espécies animais bem típicos da região. Conceitos a serem abordados pelo professor para o entendimento do aluno, assim enriquecendo o conhecimento de aprendizagem.

## 2.2 REFLEXOS DE APRENDIZAGEM GEOGRÁFICA NAS ARTES PLÁSTICAS

Durante as atividades desenvolvidas com os alunos do 6º ano da referida escola citada neste trabalho, buscou-se através da arte plástica especificamente as telas, um aprendizado significativo do aluno mediante as obras de arte apresentada, visto que os alunos conseguiram conceituar a geografia, pois o professor em suas aulas está sempre socializando, interagindo, dialogando diretamente com os mesmos. Veiga (2006, p. 18), entende que:

A comunicação em sua especificidade linguística é elaborada por pessoas em interação, no caso, professores e alunos. É uma interatividade existencial das pessoas que desejamos trocar ideias, resolver problemas, definir formas de perceber a realidade, entre outros. Dessa ótica, o ensino não é só um ato comunicativo, mas um ato intelectual e transformador, comprometido com a criação.

Nesse contexto, para alguns apresentaram dificuldade em ler e descrever algumas imagens, por não terem conhecimento da arte plástica, Moreira (2013, s/p) “Seria importante que as escolas buscassem estratégias para a inclusão da alfabetização visual na aprendizagem dos alunos, [...] os alunos teriam mais facilidades em ler uma imagem ou interpretar o que está exposta nela, melhorando assim a aprendizagem”. Ressaltando, mais para isso requer tempos necessários para se chegar ao resultado positivo, visto que há várias possibilidades de recursos serem descobertos para atrair a atenção dos alunos na busca da construção do conhecimento.

Dessa forma, foi possível obter reflexos na aprendizagem geográfica do aluno mediante as imagens (impresso), prova disso à própria escrita dos mesmos, a partir do uso da arte plástica houve o interesse dos alunos em participar da aula, pois o professor utiliza ferramentas que possibilitam a compreensão dos alunos, o qual sempre está rompendo a geografia tradicional. Nesse sentido, Pontuschka (2011, p. 102), afirma:

Um bom professor de Geografia não deverá se ocupar em passar a “Geografia Tradicional”. Deverá demonstrar que a construção do espaço humano é uma atitude (ação) que pode ser praticada por qualquer um. Deverá também mostrar ao aluno a sua situação na sociedade e o porquê dela. Enfim deverá muito mais instigar o aluno a pensar do que reproduzir o que é visto.

Ressaltando, com essa prática torna o ensino mais dinâmico e participativo, para compreensão dos elementos existente na geografia, assim contribuindo para a formação do aluno e ao mesmo tempo buscando um novo recurso para ensinar geografia.

Portanto, houve uns reflexos significativos por parte do aluno, visto que é possível utilizar a arte plástica como recurso didático nas aulas de geografia, desse modo, houve um envolvimento nas atividades, os quais participaram ativamente.



### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho procurou mostrar o interesse de utilizar artes plásticas especificamente às telas como um instrumento de apoio ao ensino de geografia, com os alunos do 6º ano do fundamental na Escola Estadual Gentil Belém, com intuito de facilitar o entendimento do aluno diante as obras apresentadas (impresso), nacionais e regionais em sala de aula, principalmente mostrar a geografia existente a cada tela, a mesma contribui na construção perceptível aluno a fazer leituras geográficas, e conseqüentemente descrevê-la.

Neste sentido, através do recurso da arte plástica em específico as tela requer um ensino instigante no sentido de facilitar a compreensão dos conteúdos geográfico ensinados em sala, pois assim as aulas estabelecem mais participação, interação dos alunos. Porém, o professor tem que ser o autor do seu próprio conhecimento, buscar procedimentos metodológicos diversificados para obter resultados satisfatórios em sala de aula. Mais para que o ensino de Geografia seja satisfatório é possível que haja mudanças no modo como a mesma está sendo repassada pelo professor educador, visto que o próprio professor de geografia da referida escola achou interessante trabalhar as artes plásticas na disciplina de geografia, algo novo, interessante e ao mesmo tempo trabalhar duas disciplinas enriquecendo muito mais o ensino de geografia e descobrindo artistas nacionais e regionais da arte.

Percebeu-se nos alunos e que ao utilizar as artes plásticas para ensinar geografia foi possível obter-se um aprendizado, pois os mesmo ficaram animados em fazer parte dessa pesquisa. Em relação ao período de execução da pesquisa não foi favorável, pois, as aulas de geografia se tinham duas vezes na semana, coincidia com recesso escolar de acordo com o calendário da escola e feriados.

Durante as observações dos alunos mediante a imagem (impresso) houve um interesse em descrever a obra participaram ativamente das atividades desenvolvida em sala de aula, momentos positivos por parte do professor que se satisfaz pela profissão, o qual sempre está em busca de novos recursos sempre pesquisando, pois, sempre está se aprimorando em repassar suas aulas de geografia, mais de acordo com o plano de aula, por não se tornar cansativo e desestimulante. Momentos de muita preocupação em repassar o assunto visto que existe a inclusão social na referida escola, aluno, (autista) mais gratificante, com a ajuda da professora que o acompanha contribuiu na construção do mesmo.

Portanto, arte plástica como recurso didático no ensino de geografia no 6º ano é um instrumento de apoio que o professor deve utilizar para sala de aula, para que os alunos possam contextualizar os conceitos geográficos com a arte plástica, utilizando as obras clássicas, internacionais, nacionais e regionais em sala, é uma forma de ampliar a capacidade, habilidade de percepção, interpretação através das telas e apreensão dos alunos sobre a manifestação artística, assim, contribuindo no desenvolvimento mental e na linguagem conceitual do estudante, porém foi possível identificar o aprendizado do aluno utilizando as imagens (impresso) para ensinar geografia, pois requer um ensino mais dinâmico e participativo do mesmo em sala de aula, especificamente na disciplina de geografia.

### REFERÊNCIAS

- CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimento**. Campinas, SP: Papyrus, 1998. (Coleção Magistério: Formação e trabalho pedagógico)
- FAZENDA, Ivani et al. **Metodologia da Pesquisa Educacional**. 11. Ed. São Paulo, Cortez, 2008.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. - (Coleção Leitura)
- GOUVEIA, Iraní Braz, Zeide Rodrigues Silva de Sales, Maria Thereza Didier. **As artes plásticas na sala de aula**. Universidade Federal de Pernambuco-UFPE. Caderno de Conclusão do Curso de Pedagogia, V.2 = 2005.2 - 2006.1 - 2006.2 - 2007.1
- HAYDT, Regina Célia Cazaux. **Curso de didática geral**. 8.ed. São Paulo : Ática, 2006. 327p. (Educação)

- MOREIRA, Lusélia Seixas. Painel Escultórico Como Recurso Didático Para o **Ensino de Geografia**. Parintins, AM. Universidade do Estado do Amazonas. Artigo de conclusão 2013.
- OLIVEIRA, Livia de. O ensino/aprendizagem de geografia nos diferentes níveis de ensino. In. PONTUSCHKA, Nídia Nacib **Geografia em perspectiva: ensino e pesquisa** / 3. ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010.
- PONTUSCHKA, Nídia Nacib. **A formação inicial do professor de geografia**. In: \_\_\_\_\_. FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. A prática de ensino e o estágio supervisionado. 24. ed. 24. Campinas: Papirus. 2011.
- \_\_\_\_\_, Nídia Nacib. **Para ensinar e aprender Geografia** / Cacete. 1ª ed. – São Paulo: Cortez, 2007.
- SILVA, Adriana Severino Reis. A utilização de obras de artes no ensino de geografia. **10º Encontro Nacional de Prática de Ensino em Geografia – ENPEG**, Porto Alegre, 2009.
- STRAFORINI, Rafael. **Ensinar geografia: o desafio da totalidade-mundo nas séries iniciais** – 2ª edição. São Paulo: Annablume, 2008.
- VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (org.). **Lições de didática**. Campinas, SP: Papirus, 2006. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico)
- <http://www.tvsinopse.kinghost.net/arte/art/d/cavalcante.htm>. Acesso em: 27 set. 2014.
- GISLANE. Disponível em: <http://www.jornaldatribos.com.br/vidas-secas-resumo-do-livro-analise-critica-preparacao-vestibulares/> Acesso em: 27 set. 2014.
- SANTOS, Adele G.U. “Os Operários” da Tarcila do Amaral: Um novo olhar, Natal-RN 30/08/10. Disponível em: <<http://www.portaldoprofessor.mec.gov.br>>. Acesso em: 27 set. 2014.

# A CENTRALIDADE DA FESTA: FESTIVAL FOLCLÓRICO DE PARINTINS-AM

Valdilene Siqueira de Souza<sup>1</sup>

## Resumo

O 51º Festival Folclórico de Parintins é uma festa realizada durante o mês de junho, a dinâmica da cidade se modifica em função desse momento, uma centralidade temporária, dessa forma, objetivo do trabalho é analisar a dinâmica urbana de Parintins durante os dias do Festival, identificando as centralidades durante os três dias do evento, caracterizando as áreas identificadas como centralidade e comparando se as centralidades permanecem após esse período festivo da cidade de Parintins-AM. Inicialmente houve a prospecção de campo para observar os espaços que mantinham a centralidade e aglomeração de pessoas, o critério de identificação da centralidade da festa foi à dinâmica dos fluxos relacionados ao comércio, serviços e circulação de pessoas. As técnicas de pesquisa foram à observação direta e levantamento de informações junto ao terminal hidroviário e aeroporto para quantificar a entrada de turistas e visitantes nesse período. Na observação primária foi utilizado o caderno de campo para a descrição da paisagem urbana, dinâmica do comércio e serviço, o fluxo de pessoas, veículos e embarcações e o cotidiano, enfim, a dinâmica de lugares. Os instrumentos de pesquisa foram máquina fotográfica e caderno de campo. A pesquisa torna-se relevante por apresentar a centralidade temporária da festa e a dinâmica urbana do espaço que envolve circulação de pessoas, comércio e serviços.

Palavras-chave: Festival folclórico; centralidade; Parintins-AM.

## INTRODUÇÃO

A cidade de Parintins está situada à margem direita do rio Amazonas na região do Baixo Amazonas, próximo ao limite do estado do Pará e é o nó de uma rede de cidades que inclui Nhamundá, Urucará, Barreirinha, Boa Vista do Ramos e Maués no estado do Amazonas e as cidades de Terra Santa, Juruti Velho e Faro no estado do Pará. Isso é possível graças à mobilidade interurbana decorrente do fluxo de embarcações que mantêm conexão quase que diária com as cidades, e ainda é o polo central em relação às agrovilas de Mocambo, Caburi e Vila Amazônia e comunidades rurais do município e de outros como Barreira do Andirá (Barreirinha) e Corocoró (Nhamundá), as quais afluem à cidade de Parintins para escoar sua produção e acessar os equipamentos urbanos.

Segundo dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de Parintins possui área territorial de 5.951,200 Km<sup>2</sup>, com densidade demográfica de 17,14 (hab/km<sup>2</sup>), sua população segundo o censo 2010 do IBGE era de 102.033 habitantes no município, sendo 67.655 na sede municipal.

<sup>1</sup> E-mail: valdilene.lenesouza@gmail.com

Figura 1 - Localização do Município de Parintins-Am.



Fonte: Google maps, 2015; CPRM, 2006; IBGE, 2010.

A cidade de Parintins é conhecida pelo seu Festival Folclórico, e por toponímias divulgadas por meio de marketing e pelos próprios moradores como a ilha da magia, terra de artista, terra do boi-bumbá, a terra do folclore. Nos dias de festival a cidade mantém uma dinâmica diferenciada, a aglomeração de pessoas e os fluxos se alteram.

O presente artigo apresenta a centralidade do Festival Folclórico, sua origem e evolução durante as décadas, em outro momento, a identificação das centralidades: Avenida Amazonas, Curral do Garantido e Caprichoso, Praça dos bois, entorno da ilha em trechos da orla da cidade e Praça da Catedral, e por último caracteriza as centralidades após a festividade. A esse respeito é esclarecedora a citação de Maria Encarnação,

No interior da cidade, o centro não está necessariamente no centro geográfico, e nem sempre ocupa o sítio histórico onde esta cidade se originou, ele é antes de tudo ponto de convergência, é o nó do sistema de circulação, é o lugar para onde todos se dirigem para algumas atividades, e em contrapartida é o ponto de onde todos se deslocam, para a interação destas atividades aí



localizadas com as outras que se realizam no interior da cidade ou fora dela. Assim, o centro pode ser qualificado como integrador e dispersor ao mesmo tempo (SPOSITO, p. 2).

Dessa forma, o objetivo do trabalho é analisar a dinâmica urbana de Parintins durante os dias de festa, identificando as centralidades durante os três dias do evento, caracterizando as áreas identificadas como centralidade e comparando se as mesmas permanecem após a festa, seus resultados irão contribuir para a compreensão da cidade e do urbano e suas dinâmicas.

## **A CENTRALIDADE DO FESTIVAL FOLCLÓRICO DE PARINTINS-AM**

O Festival Folclórico de Parintins é uma festa realizada anualmente, e em 2016 chegou a sua 51ª edição. Realizado durante o mês de Junho, faz com que a dinâmica da cidade se modifique em função desse momento, uma centralidade temporária que foi ganhando dimensões maiores ao longo dos anos.

Temos a reprodução do Festival em municípios como Barreirinha (AM) com o touro preto e touro branco, Festival do Çairé em Santarém (PA), com os botos: Cor de Rosa e Tucuxi, Festitribal em Juruti com as tribos Muirapinima e Mundurucu, a nível local na sede municipal, os bois em miniatura, bois mirins muitas outras festas reproduzidas na zona rural e em espaço escolar.

Há o desenvolvimento da criatividade parintinense por meio de práticas pedagógicas as quais estimulam a signo e o significado do Festival Folclórico que é exaltado por meio de festividades que culminam em arrecadação financeira para a manutenção do espaço escolar. Por meio dessas atividades se reproduz a festa e os que irão consolidar em itens oficiais, figurinistas, artistas de galpão, músicos, coreógrafos, dançarinos entre outros e que irão ser potencializados na “Universidade do Folclore Paulinho Faria”, entidade mantida pelo boi bumbá Garantido, e anteriormente havia a “Escola de Artes Irmão Miguel de Pasquale”, mantida pelo Caprichoso, além de outros centros sociais como “Casa de Acolhida”, Centro de Referência em assistência social-CRAS, Liceu de Artes e Ofício Cláudio Santoro, os quais oferecem aulas de dança, música, teatro, pintura e desenho.

A seguir serão descritos os principais aspectos relacionados à consolidação do Festival Folclórico de Parintins.

Paulo Lobato Texeira (2007) nos descreve que Acinélcio Pereira Vieira, brincante de 'amo do boi Caprichoso, esclareceu que o primeiro festival ocorreu na COHAB-AM na área em que se situava a Avenida Penetração e Travessa Coronel Araújo, no ano de 1966, e posteriormente realizado (1967-1974) na quadra da Catedral, situada em terreno ao lado do Cine Teatro da Paz com entrada na Avenida Amazonas. Naquela época o festival começava dia 12 de junho e se prolongava até o fim do corrente mês, era constituído de apresentação de quadrilhas, dança dos pássaros e dos bois-bumbás ao final de cada noite. Em 1975-1976 o Festival ocorreu numa quadra improvisada em um terreno baldio, onde mais tarde foi edificado um prédio do antigo IPASEA- Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado do Amazonas, situado na Travessa Jonathas Pedrosa, próximo a Avenida Amazonas, atualmente (2016) funciona o prédio do DETRAN. Com pouco espaço para acomodar os brincantes, o festival foi redimensionado para o “Parque das Castanholeiras”, conhecido como Urubuzal.

Em 1980, o prefeito Raimundo Reis Ferreira, propôs a realização do Festival Folclórico juntamente com a prefeitura em realizar a 15ª edição no Estádio Tupy Cantanhede. Em 1983, o prefeito transferiu o Festival para o tabladão do povo. Em 1984 foi construído o anfiteatro Messias Augusto onde mais tarde viria a ser o Bumbódromo.

O Bumbodrómo, Centro Desportivo Amazonino Mendes foi inaugurado em 1988, sua forma arquitetônica, era de uma cabeça de boi com entrada para os módulos alegóricos, arquibancadas das duas galeras, camarotes, e arquibancadas especiais que são colocados a venda. Em 2013, foi reestruturado, mas as melhorias só ocorreram nos camarotes com ampliação dos mesmos, em contrapartida durante o ano nesses espaços funciona o Liceu de artes e ofício Cláudio Santoro que oferece à comunidade parintinense cursos de teatro, flauta doce, aula de violão, teclado, balé, e acesso a biblioteca

com acervos internacionais, nacionais e regionais e cinema. Essas atividades são mantidas pelo governo do Estado, e que atualmente o município não prima pelo desenvolvimento cultural proposto na política municipal da cultura previsto no Plano Diretor de

consolidar o Município como referência na promoção de eventos culturais, especialmente o Festival Folclórico de Parintins, e ainda, na área da música, das artes cênicas, das artes plásticas, do cinema, da literatura, da culinária e da ciência; ampliar e consolidar as possibilidades de convivência do cidadão com atividades artísticas e culturais, considerando novas formas de expressão e a inserção da arte no âmbito comunitário. (Plano Diretor de Parintins, p.16)

Antes tínhamos uma festa em 29/30/31 de Junho, muitas das vezes sendo em dias da semana onde visitantes ficavam impossibilitados de chegarem até a ilha, dia 01 de Julho era o resultado do vencedor da disputa. O festival ganhou notoriedade, com cobertura internacional, nacional e local com as Rádio Alvorada, Clube e Tiradentes.

Em Manaus, a capital do Estado, o boi-bumbá é evidenciado durante o ano todo, existe o Carnaboi, o Boi Manaus, eventos realizados respectivamente no carnaval e no aniversário da cidade em outubro; os ensaios da marujada e batucada, o bar do boi e outros eventos que destacam a festa de Parintins.

No último fim de semana do mês de junho, os barcos e as lanchas saem do porto de Manaus em direção à cidade de Parintins, o emaranhado de redes de dormir, toada e a identificação dos motivos festivos em vermelho e azul são a diversão para os brincantes. O Movimento Amigos do Garantido (MAG) e Raça Azul, brincantes da marujada e batucada, Çairé de Santarém (PA), o grupo de dança Porantin de Maués (AM) convergem para Parintins para também brincarem no Festival Folclórico. Juntamente com os brincantes vêm os vendedores ambulantes que comercializam as mais diversas mercadorias como bonés, adereços indígenas, biquínis e sungas.

Os visitantes procuram hotéis, pousadas, casas de parentes, alugam apenas uma suíte ou casa e ainda tem a opção do hotel de rede, de forma geral as acomodações ainda são razoáveis, geralmente as suítes oferecem condicionador de ar, frigobar e por raras exceções Tv a cabo e rede wi-fi.

## **IDENTIFICAÇÃO DAS CENTRALIDADES**

O levantamento de informações junto ao terminal hidroviário e aeroporto possibilitaram quantificar a entrada de turistas e visitantes nesse período, os quais permitem ter a dimensão populacional da centralidade temporária da festa.

(...) estabelecem-se espaços na cidade que dispõem de uma maior concentração de atividades que concebem a esses espaços um maior poder de articulação. Assim, estes espaços exercem atração sobre as demais parcelas do tecido urbano e constituem uma centralidade urbana, que compreende também uma área capaz de gerar e manter fluxos (de pessoas, capitais e mercadorias, etc.) e não apenas concentrar determinados fixos (OLIVEIRA JR., 2008, p. 68).

Segundo dados do aeroporto em 2016 foram registrados durante os três dias da festa um quantitativo de 15 voos, e a chegada de 2486 visitantes no voo regular das empresas MAP e AZUL. No período de 18 a 28 de junho foram registrados 53 voos regulares, sendo 4399 embarques e 3485 desembarques, totalizando 7884 embarques e desembarques.

O parintinense que não participa da festa, da centralidade temporária, busca outras alternativas, visto que os valores da passagem baixam até R\$100,00 reais para os voos e \$50,00 reais nas embarcações por via fluvial. E os que não tem opção trabalham na venda de gêneros alimentícios e bebidas, conseguem um trabalho temporário, transportam cargas e passageiros nos triciclos, “Esse modal é composto por uma estrutura originária da bicicleta acrescida de uma cabine geralmente

coberta na frente, onde é possível fazer o transporte tanto de passageiro como de cargas e o que for possível caber no veículo” (LEITE, et al, 2015, p. 203), enfim buscam uma alternativa de renda.

Em relação ao quantitativo de embarcações e o fluxo de saída e chegada de visitantes, não foi possível junto a administração do porto verificar esses dados, visto que o seu funcionamento se redirecionou para o porto do Dodó Carvalho próximo à Universidade do Estado do Amazonas e não havia durante o período da pesquisa, informações do administrador. Segundo informações do Jornal da ilha, 2016 122 embarcações pediram autorização junto à capitania dos portos para aportarem em Parintins no período do Festival Folclórico.

Inicialmente houve a prospecção de campo para observar os espaços que mantinham a centralidade e aglomeração de pessoas, o critério de identificação da centralidade da festa foi a dinâmica dos fluxos relacionados ao comércio, serviços e circulação de pessoas.

Foi utilizado o caderno de campo para a descrever a dinâmica da paisagem urbana, do comércio e serviço, o fluxo de pessoas, veículos e embarcações e o cotidiano, enfim, a dinâmica de lugares. Por meio da observação direta foi possível identificar os locais em que a centralidade temporária se manifestava: Praça dos bois, trechos da orla da cidade, Praça da catedral, Avenida Amazonas, Currais dos bois bumbás Garantido e Caprichoso.

A Praça dos bois foi inaugurada em junho de 2004, antes da sua consolidação funcionava o clube de campo AABB (Associação Atlética Banco do Brasil) em boa parte do terreno e o bairro João Ribeiro, um projeto arquitetônico voltado para a festa do boi bumbá e com o passar dos anos adquiriu outras funções. A praça dos bois é considerada uma área de lazer e compõem-se de 16 bares e lanchonetes construídos junto à praça, com o passar do tempo, outras barracas com venda de alimentos se aglomeraram, e instalaram-se ilegalmente causando uma grande poluição visual e danificação de alguns locais da praça, estas são distribuídas em ambas as partes da praça, seja pelo lado vermelho ou do azul, as famílias procuram essa área para lazer e entretenimento. Sendo que também há atividades culturais como shows musicais, apresentações de festas de escolas e de outras entidades. Existem ainda 05 quadras de esportes destinadas à prática do voleibol, handebol, e uma designada para o vôlei de areia; há o circuito escorpião que é uma pista de acesso para quem faz caminhada, atletismo, passeio de motocicletas e bicicletas. O Ginásio de Esportes Elias Simão Assayag é mais utilizado nos jogos escolares estudantis. Na praça dos bois no período do Festival Folclórico no mês de Junho acontece o “boom” relativo ao grande aumento de circulação de pessoas e mercadorias, pois é nessa confluência que se encontra o Centro Educacional e Desportivo “Amazonino Mendes”, o Bumbódromo, onde se realiza a festa.

(...) a centralidade é a relação entre os espaços com maior densidade de meios de consumo, coletivos, individual, e o que representam esses espaços em termos de valor histórico e simbólico, bem como as possibilidades de se ter acesso a eles. Essas perspectivas levam-nos a associar o centro às localizações, e a centralidade, aos fluxos que afluem ao centro e dele efluem, assim como as representações que sobre essas áreas se constituem (SPOSITO & GÓES, 2013, p. 121).

A presença das embarcações é uma constante no entorno da ilha, visto que o regime hidrológico é de cheia e vazante. As pequenas embarcações se concentram na Rampa do mercado e proximidades, Rampa da Caçapava durante a vazante e no período da cheia em vários pontos da cidade.

Nos trechos da orla as embarcações que vem para a festa atracam em pontos específicos: muro de arrimo, próximo ao Restaurante Coroas e Canoeiros, no cais do Porto atracam os barcos que fazem viagens durante o ano nos trechos Parintins-Manaus, Manaus-Parintins, na parte sul da cidade, as embarcações como barcos, lanchas e iates atracam nas chácaras com piscinas e residências, a grande maioria possui espaço amplo com edículas, área arborizada e paisagismo.

A Praça da catedral onde situa-se a Igreja da Matriz de Nossa Senhora do Carmo é o marco simbólico que divide a cidade em azul e vermelho, ao primeiro olhar pensa-se por exemplo que exis-

tem ciclovias na Avenida Amazonas, na realidade são as cores que dividem a cidade em azul e vermelho, na parte leste da cidade se localiza o curral Zeca Xibelão do boi bumbá Caprichoso, ao lado oeste o curral do Garantido com a toponímia “Cidade Garantido”. É na praça da Catedral que se concentra a festa antes e durante e depois do evento, o dia inteiro há venda de bebidas e alimentos nesse trecho, as barracas com venda de alimentos, bonés, adereços indígenas, biquínis e sungas, camisas dos dois bois e outras mercadorias. A maioria das barracas mantêm suas vendas devido o aguardo para a realização da festa de 06 a 16 de julho.

Avenida Amazonas é uma importante via de ligação da cidade, tem intersecção com as ruas Coronel Araújo, 31 de Março, Álvaro Maia, Cordovil, Jonathas Pedrosa, Paes de Andrade, Gomes de Castro, Rio Branco e Sá Peixoto.

Franciney Oliveira (Ney) em entrevista lembra que a cidade era dividida nas mediações da atual Jotapê até a Francesa onde localizava-se o território do Caprichoso, da Jotapê para o lado oeste o território do Garantido, havia o confronto entre as torcidas com pau, pedra e xingamento, tudo em nome de uma rivalidade, traduzida entre azul vermelho.

Durante os dias de festa há uma intensa circulação de pessoas, mercadorias, e veículos há funcionamento de lojas dos mais variados artigos. A dinâmica da paisagem é influenciada, os investimentos são feitos anualmente, percebemos uma pequena modificação na infraestrutura urbana, tais como pintura do meio fio, calçadas e etc. Nota-se que o espaço das calçadas é utilizado de forma inadequada, os espaços são ocupados por lanchonetes, bancas de churrasco, tacacá, os veículos como motocicletas e bicicletas são estacionados nos lugares que seriam de livre acesso aos pedestres.

Outra movimentação irá ocorrer nos currais dos bois bumbás Garantido e Caprichoso, a movimentação para a festa se inicia no período de Janeiro com ensaio de coreografias com o corpo de dançarinos voluntários, passada a quaresma, iniciam-se com os ensaios com a batucada, marujada Zeca Xibelão e Cidade Garantido, o primeiro situa-se na rua Gomes de Castro e outro na Estrada Odovaldo Novo.

A festa tradicional do Garantido é a saída nas ruas na madrugada do 1º de maio até o alvorecer na praça da Catedral, o Caprichoso tem suas festas nas ruas da cidade em datas distintas dependendo da ocasião.

Esse ano excepcionalmente, a festa ganhou um formato diferente, por não ter patrocínio do Governo do Estado por alegar crise financeira, os bois bumbás fizeram uma manifestação na capital Manaus e em Parintins, reivindicando recursos financeiros.

Para Iara Soares de França “Para que os núcleos centrais continuem existindo via centralidade no interior das cidades torna-se emergente investimentos em infraestrutura urbana, valorização de seus espaços livres e verdes...” (2007, p.134)

As ruas de Parintins se enfeitam das duas cores, é possível observar a centralidade e algumas relacionadas ao contexto histórico do boi bumbá. Na rua Sá Peixoto morou Roque Cid até então fundador do Caprichoso e na Baixa de São José, a rua Lindolfo Monteverde.

## **AS CENTRALIDADES APÓS O FESTIVAL FOLCLÓRICO DE PARINTINS-AM**

Na maior parte do ano temos uma cidade com pouco movimento em relação a festas com maiores aglomerações, em anos anteriores tínhamos o calendário de eventos de Janeiro a Dezembro, mas com a mudança de administração do gestor público foram excluídas muitas festividades, mas algumas como as duas principais permaneceram: Festa de Nossa Senhora do Carmo e Festival Folclórico de Parintins.

A rotina da cidade num período de uma semana se transforma gradativamente até chegar no último fim de semana do mês de Junho. Existem aspectos positivos e negativos em relação à festa, as quais serão descritas a seguir:



Figura 2: Aspectos positivos e negativos do Festival Folclórico de Parintins.

ASPECTOS POSITIVOS	ASPECTOS NEGATIVOS
<p>Aquecimento da economia com a venda de alimentos, entre os regionais estão o peixe, o tacacá, a farinha, o tucumã, a tapiocinha entre outros;</p> <p>Aluguel de residências, suítes, quartos, existindo até hotel de rede, o qual dispõe de lugares para rede em um espaço amplo convivendo várias pessoas no mesmo ambiente.</p> <p>Serviços de moto-táxi, táxis e triciclos onde são transportados cargas e passageiros;</p> <p>Os bares e restaurantes aumentam suas vendas;</p> <p>Aumento na venda de confecção e calçados às quais fazem referência as cores vermelha (garantido) e azul (caprichoso);</p>	<p>Aumento nos preços das passagens aéreas e fluviais (barcos e lanchas);</p> <p>Aumento no preço dos alimentos, confecções e calçados, principalmente aos que fazem alusão aos dois bois bumbás.</p>
ASPECTOS POSITIVOS	ASPECTOS NEGATIVOS
<p>Os atendimentos médicos são potencializados com vinda de especialistas da capital do Estado (Manaus); ambulância e equipamentos necessários aos atendimentos de emergência;</p> <p>Aparato da segurança pública com policiais militares, civis e especializados, câmeras de segurança em pontos estratégico da cidade; um helicóptero, motocicletas, viaturas e equipamentos de segurança;</p> <p>Lazer com ensaios nos currais e apresentação dos bois bumbás;</p> <p>Divulgação da arte parintinense com exposição e venda de telas, adereços indígenas, bem como o destaque de artistas a nível local, nacional e internacional.</p>	<p>Aluguéis de motocicletas, carros, e residências a preços altos;</p> <p>Os moradores sentem o impacto do movimento de “desordem” da cidade; consumo de bebida alcoólica em pontos de centralidade, níveis de ruídos das festas e nas ruas em grandes proporções;</p>

Fonte: Elaborada por Valdilene Siqueira de Souza, 2016.

Após o festival a cidade retoma o seu fluxo normal, as ruas ficam com movimento lento, apenas o ir e vir da escola e do trabalho, em horários de picos de maior movimento 7 da manhã, 11:15 às 12:00 e a parada do almoço. Poucos são os comércios e serviços que mantem funcionamento nesse horário. A entrada para a escola às 13 horas e a saída às 17:15h. O retorno dos trabalhadores do comércio e serviços às 18 horas, um movimento cíclico dos dias de semana normal, e quando chega o horário noturno apenas os lanches e pequenas barracas de churrasco se multiplicam nas calçadas das residências e em frente aos comércios.

Sem a euforia dos dias que antecedem o grande Festival Folclórico, Parintins é um aglomerado de pessoas que se deslocam de suas casas para o trabalho, da escola para casa e vice-versa, quando chega o final de semana, procuram o descanso em casa, andam pelas ruas de carros, motocicletas, bicicletas, procuram áreas recreativas no entorno da ilha, algumas ainda conversam nos fins de tarde em cadeiras de embalo em frente a suas residências, vestem a melhor roupa aos domingos para divertirem-se ou para irem às missas da cidade.

É um cotidiano simples, mas ao mesmo tempo refletor de novas ideias, devido à referência da cidade como um polo estudantil que é atrativo para pessoas de municípios circunvizinhos, que vem em busca de melhores condições de vida.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos momentos festivos a dinâmica da cidade se modifica, o fluxo de pessoas aumenta, o comércio e serviços se desloca para determinadas áreas da cidade. As festas da Padroeira Nossa Senhora do Carmo e o Festival Folclórico são festas que movimentam e determinam feriados diferenciados de outras cidades, o calendário escolar é antecipado com aulas aos sábados para suprir as aulas da semana que antecede o festival, no dia 06 e 16 de Julho marcam o início e término respectivamente da festa da padroeira.

Contudo, a centralidade da festa e a dinâmica da centralidade temporária irá influenciar na consolidação da estrutura urbana da cidade, visto que as ruas principais de acesso às centralidade irão receber asfaltamento, há manutenção ou troca das luminárias públicas, pinturas nos espaços públicos e melhorias na infraestrutura geral. A Avenida Amazonas, Curral do Garantido e Caprichoso, Praça dos bois, entorno da ilha em trechos da orla da cidade e Praça da catedral são transformadas em espaços aglutinadores de pessoas, mercadorias e serviços e que o porto e aeroporto registram essa intensificação do fluxo de visitantes.

## REFERÊNCIAS

- FRANÇA, Iara Soares de. A cidade média e suas centralidades: o exemplo de Montes Claros no norte de Minas Gerais. Uberlândia/MG- Instituto de Geografia, 2007. (Dissertação de Mestrado)
- LEITE, Aline Damasceno; CAMILO, Ellen Anjos; SHOR, Tatiana. *Barco, moto, bicicleta: deslocamentos intra-urbanos nas cidades de Itacoatiara e Parintins/AM*. In: SCHOR, Tatiana; SANTANA, Paola Verri de (Orgs.). *Dinâmica Urbana na Amazônia Brasileira*. Manaus: Editora Valer, CNPQ, Fapeam, 2015. (Coleção Geografias e Cidades, Vol. II)
- OLIVEIRA Jr, Gilberto Alves de. *Novas Expressões de Centralidade e (re)produção do espaço urbano em cidades médias: O Jequitibá Plaza Shopping em Itabuna-BA*. Brasília, 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia.
- PARINTINS. Lei Municipal nº09, de 05 de outubro de 2006. Regulamenta o Plano Diretor do Município de Parintins. Prefeitura Municipal de Parintins/ AM, 2006.
- SPOSITO, Maria Encarnação & GÓES, Eda Maria. *Espaços fechados e cidades Insegurança urbana e Fragmentação socioespacial*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
- TEIXEIRA, Paulo Lobato. *A longa caminhada-livro das famílias parintinenses Lobato e Teixeira*. Parintins: Edição do autor. 2007.
- Site: Cidades- Censo 2010, Parintins. <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 06 fev.2016.
- SICSÚ, Daniel. Porto de Parintins espera receber mais de 12 mil pessoas no festival. <<http://www.jornaldailha.com>>. Acesso em: Agosto de 2016.
- SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. *Estruturação Urbana e Centralidade*. São Paulo. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal3/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/04.pdf>>.

# A MÚSICA COMO FERRAMENTA PARA UMA AULA DE GEOGRAFIA

Eluana Carvalho da Silva<sup>1</sup>

Edgard Soares da Silva<sup>2</sup>

## Resumo

O presente artigo pretende mostrar como a música pode ser uma ferramenta em sala de aula. O professor de Geografia com a ajuda da mesma pode ministrar uma aula, tanto para os alunos do nível fundamental como do nível médio, oportunizando o aprendizado de temas relativos à natureza, espaço, clima, ambiente, regiões, dentre outros. Com o apoio desta, além do aprendizado do que a letra diz, o ritmo musical pode aflorar a sensibilidade do aluno que é despertado ao mundo sensorial e subjetivo. Como maneira de demonstrar o poder da música em sala, damos exemplos de três músicas e respectivas atividades que podem ser trabalhada com os discentes nas aulas de geografia, tendo a certeza que a “canção” é ferramenta poderosa no processo de ensino aprendizagem.

Palavras-chave: Geografia; música; ferramenta; ensino e aprendizagem.

## 1. INTRODUÇÃO

De modo geral o professor precisa de muita criatividade para chamar a atenção de seus alunos em sala de aula. Atualmente a dispersão tem aumentado muito por vários motivos e merece uma reflexão.

A dispersão ocorre pela indisciplina e em muitos casos por transtornos neurológicos, segundo Arantes e Arantes (s.d), a dispersão se associa a casos de Transtorno do Déficit de Atenção ou de Hiperatividade), além das atuais mídias sociais, onde os alunos não desgrudam dos seus aparelhos tecnológicos. Os transtornos de Déficit de Atenção ou de Hiperatividade tem cunho neurológico surgido na infância, geralmente como fator genético que pode acompanhar o indivíduo até a vida adulta, o que pode resultar em sintomas de desatenção, desorganização, hiperatividade, impulsividade, dentre outros.

Em relação às mídias sociais, se a escola não tiver um controle de uso dentro do ambiente escolar fica muito mais difícil à concentração nos estudos, por parte dos alunos. Pensando nisto, nos problemas encontrados pela dispersão é que o professor de Geografia pode usar a música como ferramenta para ministrar uma boa aula, pois a música por ser uma atividade dinâmica e geralmente agrada a maioria dos alunos, que podem aprender enquanto cantam ou lendo a letra da música. A música é uma ferramenta interativa que muito pode contribuir na construção do conhecimento. Com as “descobertas” inseridas nas inteligências múltiplas, segundo Castrogiovanni (2007), os alunos necessitam transitar por diferentes linguagens sociais.

De acordo com Correia (2009) a conscientização do uso desse recurso depende da qualificação do professor, do seu interesse em diversificar sua prática pedagógica, para um melhor desempenho no aprendizado de seus alunos. Para isso, ele tem que ser criativo e capaz do manuseio com as ferramentas que utilizará, para que a aula seja alegre, proveitosa e eficaz.

Nesse artigo como metodologia utilizamos de pesquisas bibliográficas, musico gráficas, e construção de atividades a partir de três músicas, com sugestões de atividades que podem ser traba-

<sup>1</sup> Mestranda pelo Programa de Pós - Graduação em Geografia – UFAM.

<sup>2</sup> Mestrando pelo Programa de Pós – Graduação em Geografia – UFAM.

lhada em sala de aula. As músicas escolhidas para o ensino/aprendizagem da Geografia em sala de aula são “Aquarela Brasileira” (vide Anexo 1), onde o autor Silas de Oliveira discorre sobre as principais características de algumas cidades e das regiões do Brasil. Portanto, o assunto será “As cinco regiões brasileiras”.

Tal dinâmica proporcionará aos alunos o interesse em saber como são as características principais de cada região do Brasil, do ponto de vista geográfico, assim como as principais diferenças entre costumes, hábitos, culinária, vegetação, dentre outras.

Com a percepção desses significados, eles compreenderão que existe uma grande variância de características dentro de uma mesma região, e poderão assimilar que dentro de um próprio país as distinções serão muito mais ampliadas e, por conseguinte, no mundo inteiro com as centenas de países nos cinco continentes. Com a assimilação dessas diferenças eles estarão aptos a interpretar os novos conhecimentos, identificando onde cada um se reporta.

A segunda música será: “Asa Branca” (vide Anexo 2) de Luiz Gonzaga que versará sobre o clima do sertão nordestino enfatizando a relação entre a temperatura, umidade e a vegetação. Através da letra da música os alunos perceberão a diferença entre o clima do nordeste e o clima da região norte. Com essa percepção de variedades de condições atmosféricas entre regiões, acreditasse que o aluno conseguirá entender participando das aulas.

A terceira música será sobre a devastação da floresta com a música “Lamento da Raça” (vide Anexo 3) do compositor Emerson Maia. A letra da música fala sobre o meio ambiente destruído pelo homem. A música traz reflexão sobre os elementos que precisam ser preservado, conservados, para que no futuro não haja tanta destruição que trarão consequências irreversíveis como a seca dos rios, o desmatamento da floresta, a morte dos animais e conseqüentemente de todo ser vivo. Nosso objetivo ao longo do artigo se pautou em mostrar como a música pode ser uma ferramenta em sala de aula, onde através do uso dessas músicas pretendemos estimular o ensino/aprendizagem dos alunos, mostrando com sugestões de atividades que esta pode ser mais uma ferramenta aliada ao ensino de geografia, buscando na sensibilidade auditiva, sensorial e visual do aluno, um estímulo para a melhoria na aprendizagem.

## **2. TRANSFORMAÇÃO DO PROFESSOR FRENTE NOVAS MANEIRAS DO ENSINO NA GEOGRAFIA**

A realidade brasileira tem revelado que o discurso adotado em sala de aula pelo professor, ainda está fundamentado, na maioria das vezes, nos manuais didáticos e em discursos apreendidos da mídia (LUCKESI e CANDAU, 2010). Isto, quer dizer que, o método antigo de ministrar uma aula continua sendo ainda sendo usado, ou seja, o aluno é apenas um expectador do conteúdo demonstrado pelo professor. Para que essa realidade seja modificada é necessário que o professor seja criativo e saiba como ensinar, para quem deve ensinar e o que ensinar para que tenha êxito.

Castellar e Vilhena (2010), dizem que:

Espera-se que uma prática de ensino mais dinâmica, que o aluno possa não só dar significado, mas compreender o que está sendo ensinado. Optando por uma metodologia de ensino que envolva o aluno na construção do conhecimento, para que o mesmo estude a partir de situações do cotidiano e relacione o conhecimento aprendido para analisar a realidade, que pode ser a local ou a global (CASTELLAR E VILHENA, 2010, p.14).

Ao escolher os conteúdos que irão ser ministrados, o professor deve escolher uma abordagem metodológica que melhor se adeque ao entendimento e a aprendizagem do que estará sendo explorado. Uma aula ao ar livre, por exemplo, dará aos alunos noções de espaço, território, fronteira, paisagem, entorno e com certeza fará com que os estudantes tenham mais interesse e curiosidade em aprender por estarem inseridos no ambiente. São muitas as propostas didáticas para que sejam estimuladas as estruturas cognitivas dos alunos. Para organizar os conteúdos, o professor deve pensar e



imaginar como será a aula, reorganizá-la de que forma será melhor para repassar as ideias, a aplicação dos mesmos e que recurso poderá disponibilizar para ministrar uma boa aula.

Para Merénne - Schoumaker (1999) , é essencial dar aos alunos não o ensino de Geografia, mas uma “educação geográfica”, cujo fim é:

Conseguir que os homens não se sintam mal nos seus espaços e meios, dentro de suas próprias paisagens e regiões, mas também nas paisagens e regiões de civilizações que não são deles, porque aí conhecerão as origens e as evoluções; ainda porque, compreendendo-as, estarão aptos a agir e transformá-las com conhecimento de causa (MÉRENNE-SCHOU-MAKER, 1999, p.32).

Neste caso, optou-se pela música como abordagem metodológica, com o tema da aula em questão. E para dar veracidade como funciona a música, no processo de ensino aprendizagem, investigou-se alguns autores a respeito onde para Bréscia ( 2003).

Ao utilizar a musica desenvolve-se o processo de construção do conhecimento, que desperta e desenvolve não somente o gosto musical, como ainda favorece o desenvolvimento da sensibilidade, criatividade, senso rítmico, do prazer de ouvir música, da imaginação, memória, concentração, atenção, da socialização e afetividade, também contribuindo para uma efetiva consciência corporal e de movimentação ( BRÉSCIA, 2003,p.45).

Para a maioria dos jovens, a música soa como um incentivo para deixá-los mais receptivos em sala de aula, pois reduz a tensão das atividades, permitindo que o som tome conta do seu corpo, estimulando a sensibilidade enquanto ouvem a letra. Para Antunes ( 2003):

Quando a teoria das inteligências múltiplas de Gardner floresceu e apontou novos caminhos para se pensar o processo de ensino-aprendizagem, iniciou-se um processo um tanto quanto “subversivo” nas salas de aula de História e Geografia. Desenvolveram-se as cores, a alegria e a sonoridade que outrora havia nestes espaços. No caso dos sons, o retorno é dado pelo fato de a música resplandecer como uma poderosa e específica forma de conhecer e construir conhecimento. (ANTUNES, 2003, p.4).

A teoria de Gardner descrita por Antunes (2003) diz que, são várias as inteligências, e que cada indivíduo nasce com inteligências que sobressaem umas às outras e que na verdade, são talentos, capacidades e habilidades mentais que cada pessoa tem para uma determinada área como artes, ciências exatas, ciências biológicas, ciências humanas e sociais.

Cada indivíduo trás consigo uma dessas ou mais inteligências que afloram para determinadas habilidades cognitivas humanas. Logo, uma pessoa que gosta de matemática, pode não gostar de biologia ou de outra área. Uma criança pode ter habilidade para a pintura, outra pode ter habilidade para a leitura, ou as duas coisas.

Para Travassos (2001) a teoria de Gardner propõe uma escola centrada no indivíduo, voltada para um entendimento e desenvolvimento do perfil cognitivo do aluno.

E nessas novas formas do professor ensinar geografia, encontra-se a música, sempre presente no dia a dia de crianças e adolescentes, pois desde que nascem as mães já cantam cantigas de ninar para adormecê-los. À medida que vão crescendo eles próprios começam a escolher o repertório que mais lhe agradam. Segundo Ferreira (2012) a música nas aulas de geografia pode induzir o discente a percepção, concentração, criatividade e aproximação com a realidade social. Como professores se pararmos para refletir chagaremos ao consenso da que a atual modernidade nos obriga a usar novos recursos com o objetivo de despertar em sala o interesse do aluno pelas aulas de geografia. Ter a música como um recurso é inserir o discente no processo de construção do saber. VASCONCELLOS e FREITAS, (2010) consideram que:

Atualmente a música busca novos caminhos e meios de comunicação, uma forma de difundir e atingir com grandeza todas as camadas da população, com o único motivo e

objetivo de integrar o homem do povo ao homem da cidade permitindo a integração de povos do Oriente e do Ocidente. (VASCONCELLOS e FREITAS, 2010, *apud*, FERREIRA, 2012, p. 15).

O professor sabendo o poder da música será e é o responsável por mediar o processo de aprendizagem, procurando transformar o aluno de simples espectador a sujeito crítico (MUNIZ, 2016), quebrando a barreira da dificuldade que muitos alunos sentem ao lidar na correlação de assuntos geográficos a realidade de seu cotidiano, daí a música entraria como recurso facilitador, ligando a teoria da música ao assunto explicado em sala.

### **3. O ENSINO DA GEOGRAFIA E AS FERRAMENTAS DIDÁTICAS**

A geografia possibilita a inserção de diversas ferramentas em sala como: música, vídeos, filmes, peças, jogos, aulas interativas, construção de maquetes cartográficas, produção de mapas e uso do Google Earth, pois é uma disciplina com múltiplos objetos de estudos capaz de tornar o processo de ensino-aprendizagem fácil e prazeroso ao aluno.

De acordo com Uller (2015, p.18) os recursos didáticos proporcionam ao professor mediar conteúdos com maior facilidade aumentando a assimilação, pois os recursos associadas à didática poderão servir de motivação, para os alunos nas aulas de geografia, sendo ele visual, auditivo ou textual, porém é bom lembrar que se faz necessário um preparo e uma capacitação prévia por parte dos professores, pois é necessário dominar os recursos utilizados dentro de sala. Nessa perspectiva Schäffer (2003) ao realizar uma análise entre a aprendizagem e o entendimento do espaço geográfico, pontua algumas contribuições que esses recursos podem trazer para a formação do aluno:

1. Formação para a cidadania, entendendo-se por cidadão aquele que é capaz de emitir opinião sobre temas públicos no sentido de direcionar decisões políticas e como aquele que tem conhecimento e acesso aos seus direitos e que admite e assume seus deveres;
2. Desenvolvimento da autonomia intelectual, da criticidade e da criatividade;
3. Promoção de atitudes de respeito, interesse, participação e cooperação.

A capacidade dar música ser usada como ferramenta no ensino da geografia vem da necessidade dos conteúdos ministrados serem problematizados, contextualizados a vivência dos alunos, valorizando assim seu conhecimento prévio sobre o espaço a sua volta, aproveitando de acordo com Muniz (2016) o conhecimento empírico da vida prática do aluno para somá-lo aos conhecimentos científicos e escolares.

### **4. METODOLOGIA PARA USO DA MÚSICA COMO FERRAMENTA**

Ao utilizar a música como ferramenta de apoio para melhor compreensão do conteúdo dado sobre as regiões brasileiras, o clima no nordeste e a devastação da floresta, após a preparação deve-se primeiramente iniciar a aula fazendo um questionamento sobre o assunto para saber se os alunos já possuem conhecimento prévio sobre o tema proposto. Após ouvir as respostas, o professor deve fazer perguntas relativas a cada tema, por exemplo: se os alunos sabem em quantas regiões o país está dividido (assunto ligado à regionalização e a música Aquarela Brasileira). Para melhor entendimento expomos nos subitens (4.1, 4.2 e 4.3), sugestões de atividade que podem ser desenvolvidas em sala de acordo com as músicas selecionadas nesse artigo.

#### **4.1 AULA SOBRE AS REGIÕES DO BRASIL**

Na aula das cinco regiões do Brasil, após os relatos e as respostas, o professor então fará uma breve explicação sobre a divisão territorial, contando um pouco do histórico a respeito do porque da

divisão territorial pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que é a referência do assunto em questão.

Com a utilização de um computador e de um projetor multimídia, o professor poderá apresentar o mapa do Brasil com as cinco regiões destacadas por cores diferentes, de preferência sem os nomes das regiões e nem dos estados. Apontando para cada parte do mapa o professor perguntará se os alunos sabem o nome de cada região indicada. Em seguida, o professor continuará perguntando se os alunos sabem quais são os Estados de cada região, escrevendo no quadro branco, à medida que eles forem respondendo, colocando os estados abaixo de cada região, em forma de tabela. Os que não forem citados, o professor complementarará até formar o total de 26 estados e o Distrito Federal.

Após essa dinâmica e explicação por parte do professor, o mesmo colocará a música “Aquarela Brasileira” (vide Anexo 1), onde o autor Silas de Oliveira discorre sobre as principais características de algumas cidades e das regiões do Brasil, no qual a letra homenageia o que o país tem de melhor, ou seja, o povo e suas riquezas naturais, além da diversidade de sotaques, cenários, ritmos, danças, religiões, artesanatos, hábitos e costumes que faz deste país único, muitos brasis em um só.

Como forma de avaliação, caso o professor necessite, poderá elaborar questões discursivas do conteúdo estudado, instigando os alunos a responderem as características culturais, históricas e regionais do Brasil.

#### 4.2 AULA SOBRE O CLIMA DA REGIÃO NORDESTE

Como na seção anterior, o professor poderá iniciar a aula expondo algumas considerações sobre o clima brasileiro nas cinco regiões e conseqüentemente a relevância de cada um deles, principalmente da região Nordeste. Em seguida, irá colocar a música Asa Branca de Luiz Gonzaga que parte dos alunos devem ter visto na televisão ou ouvido na rádio. Para que os alunos ouçam a música é necessário um pequeno equipamento sonoro com caixas de som, utilizando CD player, pen drive ou o próprio computador, os alunos ouvirem primeiro apenas a sonorização, tentando entender a letra.

Ao finalizar a canção, o professor entregará uma cópia da letra da música e novamente os alunos escutarão cantando e lendo o texto que retrata a paisagem do sertão e o sofrimento do nordestino na estação da seca e de escassez de água.

Como forma de avaliação caso preciso o professor, poderá realizar em sala debates perguntando aos alunos o que eles aprenderam com a música e quais as principais questões percebidas por eles da situação econômica e sobre a diferença do clima do Nordeste em relação as demais regiões do Brasil.

#### 4.3 AULA SOBRE A DEVASTAÇÃO DA FLORESTA

Nesta aula o professor irá falar sobre a devastação da Floresta Amazônica. Ele poderá iniciar perguntando aos alunos o que eles sabem sobre a Floresta Amazônica.

Após os relatos, o professor apresentará dados sobre a devastação e as conseqüências que poderão ocorrer se nada for feito por cada uma das pessoas que habitam a Amazônia. Em seguida, ele distribuirá antecipadamente a letra da música pedindo que eles leiam e depois formem grupos para definirem o que poderia ser feito para evitar a destruição da floresta.

Após essa tarefa, o professor pedirá que cada representante do grupo leia o que escreveram sobre o assunto e se os demais grupos concordam com as afirmações ditas.

A cada relutância, o professor pede que o grupo que não concordou exponha sua opinião e assim sucessivamente. Ao término do debate, o professor colocará a música Lamento de Raça e pede que todos leiam e cantem como forma de fixar o que eles aprenderam.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após as diversas pesquisas bibliográficas e musicografias, acreditamos que a música pode e é uma ferramenta de ensino, em que o professor com o uso desta tem o poder de transformar sua aula de geografia de simples, monótona e cansativa em uma aula divertida, alegre e principalmente participativa, pois os alunos aprendem cantando, analisando e interpretando, seja através de sua razão ou emoção, ou pelo simples fato de gostar de músicas.

Como forma de mostrar que a música é uma ferramenta de ensino poderosa, separamos três canções que o professor pode usar em sala para complementarem as aulas de geografia, as selecionadas foram: Aquarela Brasileira, Assa Branca e Lamento de Raça, é interessante que em cada uma dessas o assunto a ser encaixado em geografia se diferencia, como: Regionalização, Clima do Nordeste e Destruição do Meio Ambiente Amazônico. Através de pesquisas bibliográficas em livros didáticos usados pelos professores, descobrimos que os assuntos acima listados não são de fácil entendimento por parte dos alunos. Por isso resolvemos dar sugestões de atividades atreladas aos assuntos como forma de induzir o aluno ao prazer do aprender e entender, como forma de despertar no discente o senso crítico juntamente com a capacidade de observação e representação. No entanto, é importante ressaltar que a utilização dessa ferramenta deve ser planejada de forma relacionada ao conteúdo abordado em sala de aula, não podendo apenas servir como uma forma de passatempo e entretenimento para os alunos, afinal o professor precisa mediar o processo de aprendizagem e ter domínio da ferramenta a ser utilizada.

## REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Celso. **O Jogo e a Educação Infantil**: falar e dizer, olhar e ver, escutar e ouvir, fascículo 15. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003, 4ª edição.
- ARANTES, Dalmy E. ARRAES, Lélia de A. **A dispersão do aluno em sala de aula**: uma reflexão baseada na experiência do estágio. Disponível em: <[http://estagiodepedagogia.fe.ufg.br/uploads/235/original\\_lelia-dalmy.pdf](http://estagiodepedagogia.fe.ufg.br/uploads/235/original_lelia-dalmy.pdf)>. Acesso em 11 Julho de 2016.
- BRÉSCIA, Vera Lúcia Pessagno. **Educação Musical**: bases psicológicas e ação preventiva. São Paulo: Átomo, 2003.
- CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos. Para entender a necessidade de práticas prazerosas no ensino de geografia na pós-modernidade. In: REGO, Nelson et al. (Orgs). **Geografia**: práticas pedagógicas para o ensino médio. Porto Alegre: Artmed, 2007, p. 35-47
- CASTELLAR, Sonia; VILHENA, Jerusa. **Ensino de Geografia**. São Paulo: Cengage Learning. 2010.
- CORREIA, Marcos Antonio. **Representação e Ensino, a Música nas Aulas de Geografia**: Emoção e Razão nas Representações Geográficas, Dissertação de Mestrado, Curitiba, 2009. FAFI de União da Vitória-PR.
- DAVID ASSAYAG. Lamento de Raça. EMERSON MAIA [Compositores]. In: \_\_\_\_\_. Faixa 16. [Primeira gravação em]. Letra disponível em: [www.palcomp3.com](http://www.palcomp3.com) > Regional > David Assayag & Banda. Acesso em 20 de Julho de 2016.
- FERREIRA, Manuel Nunes. **A música como recurso didático na aula de geografia**. 2012.
- LUCKESI, Cipriano, Carlos. O papel da didática na formação do educador. In: CANDAU, Vera, Maria (org). **A didática em questão**. 30. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- LUIZ GONZAGA. Asa Branca. Luiz Gonzaga, Humberto Teixeira [Compositores]. In: \_\_\_\_\_. **Gonzaga sempre**. Rio de Janeiro: Som Livre, p 2009. 1 CD. Faixa 13. [Primeira gravação em vinil, 78 rpm, em 1955]. Letra disponível em: <http://www.krafta.lol/br/search/Musica-Asa-Branca-Luiz-Gonzaga/1/mp3>. Acesso em 20 de Julho de 2016.
- MARTINHO DA VILA. Aquarela Brasileira. Silas de Oliveira, [Compositores]. In: \_\_\_\_\_. Rio de Janeiro: Som Livre, p 2009. 6 CD. Faixa 10. [Primeira gravação em vinil, em 1964]. Letra disponível em:



- [www.musicasdownload.com.br/search/aquarela-brasileira](http://www.musicasdownload.com.br/search/aquarela-brasileira). Acesso em 20 de Julho de 2016.
- MÉRENNE-SCHOUMAKER, B. **Didática da Geografia**. Tradução C. Marçal. Lisboa: Asa, 1999
- MUNIZ, Aleksandra. **A Música nas Aulas de Geografia**. Disponível em: <http://www.revistaensinogeografia.ig.ufu.br/N.4/Art6v3n4.pdf>. acesso em 28 de setembro de 2016.
- SHÄFFER, Neiva Otero & JUNIOR, Guilherme Reichwald. et al. A geografia no Ensino Médio. In: CASTROGIAVANNI, Antonio Carlos et al (Org.) **Geografia em Sala de Aula: prática e reflexões**. Porto Alegre: AGB, seção Porto Alegre, 2003.
- TRAVASSOS, Luiz Eduardo Panisset. A fotografia como ferramenta de auxílio no ensino da Geografia. In: **Revista de Biologia e Ciências da Terra**. 2001.
- ULLER, Fernando Henrique da Silva. **A música como recurso didático no ensino de geografia e sua aplicabilidade**. 2015.
- VASCONCELLOS, Luiz Gonzaga Falcão e FREITAS, Claudia Maria de A cidade e o Urbano em verso e canção. **Revista Olhares e Trilhas**, Uberlândia, n. 11, 2010.

## ANEXO 1

### LETRA DA MÚSICA AQUARELA BRASILEIRA DE SILAS DE OLIVEIRA

Vejam esta maravilha de cenário	Assisti em Pernambuco
É um episódio relicário	A festa do frevo e do maracatu.
Que o artista num sonho genial	Brasília tem o seu destaque
Escolheu pra este carnaval	Na arte, na Beleza e arquitetura
E o asfalto como passarela	Feitiço de garoa pela serra
Será a tela do Brasil em forma de aquarela	São Paulo engrandece a nossa terra
Passeando pelas cercanias do Amazonas	Do leste por todo centro-oeste
Conheci vastos seringais	Tudo é belo e tem lindo matiz
No Pará a ilha de Marajó	O Rio do samba e das batucadas
E a velha cabana do Timbó.	Dos malandros e mulatas
Caminhando ainda um pouco mais	De requebros febris
Deparei com lindos coqueirais	Brasil,
Estava no Ceará, terra de Irapuã	Essas nossas verdes matas
De Iracema e Tupã.	Cachoeiras e cascatas
Fiquei radiante de alegria	De colorido sutil
Quando cheguei na Bahia	E este lindo céu azul de anil
Bahia de Castro Alves, do acarajé	Emolduram em aquarela o meu Brasil.
Das noites de magia do cadomblé	Lá...lá...lá...
Depois de atravessar as matas do Ipu	Lá...lá...lá...lá...lá...

## ANEXO 2

### LETRA DA MÚSICA ASA BRANCA DE LUIZ GONZAGA/HUMBERTO TEIXEIRA

Quando olhei a terra ardendo	Por que tamanha judiação
Qual a fogueira de São João	Que braseiro, que fornalha
Eu perguntei a Deus do céu, ai	Nem um pé de plantação
Por que tamanha judiação	Por falta d'água perdi meu gado
Eu perguntei a Deus do céu, ai	Morreu de sede meu alazão

Por farta d'água perdi meu gado  
Morreu de sede meu alazão  
Inté mesmo a asa branca  
Bateu asas do sertão  
Então eu disse, adeus Rosinha  
Guarda contigo meu coração  
Então eu disse, adeus Rosinha  
Guarda contigo meu coração  
Hoje longe, muitas léguas  
Numa triste solidão  
Espero a chuva cair de novo

Pra mim voltar pro meu sertão  
Espero a chuva cair de novo  
Pra mim voltar pro meu sertão  
Quando o verde dos teus olhos  
Se espalhar na plantação  
Eu te asseguro não chore não, viu  
Que eu voltarei, viu  
Meu coração  
Eu te asseguro não chore não, viu  
Que eu voltarei, viu  
Meu coração.

### ANEXO 3

#### LETRA DA MÚSICA LAMENTO DE RAÇA DE EMERSON MAIA E INTERPRETAÇÃO DE DAVI ASSAYAG

O índio chorou, o branco chorou  
Todo mundo está chorando  
A Amazônia está queimando  
Ai, ai, que dor  
Ai, ai, que horror  
O meu pé de sapopema  
Minha infância virou lenha  
Ai, ai, que dor  
Ai, ai, que horror  
Lá se vai a saracura correndo dessa quentura  
E não vai mais voltar  
Lá se vai onça pintada fugindo dessa queimada  
E não vai mais voltar

Lá se vai a macacada junto com a passarada  
Para nunca mais, voltar  
Para nunca mais, nunca mais voltar  
Virou deserto o meu torrão  
Meu rio secou, pra onde vou?  
Eu vou convidar a minha tribo  
Pra brincar no Garantido  
Para o mundo declarar  
Nada de queimada ou derrubada  
A vida agora é respeitada todo mundo vai cantar  
Vamos brincar de boi, tá Garantido  
Matar a mata, não é permitido





# CORRIDA DE ORIENTAÇÃO E SUAS IMPLICAÇÕES NO ENSINO DE GEOGRAFIA

Geisilane Tavares de Oliveira<sup>1</sup>

Crizan Graça de Souza<sup>2</sup>

Carmen Lourdes Freitas dos Santos Jacaúna<sup>3</sup>

## Resumo

Saber localizar-se no espaço é uma condição básica para o ser humano. Cabe ao ensino de geografia sistematizar esse conhecimento por meio da alfabetização cartográfica que direciona o aluno a ter conhecimentos básicos para localizar-se no espaço. Porém, essa temática nem sempre é trabalhada na escola de modo a fornecer subsídios para esse entendimento. Com o objetivo de viabilizar esse entendimento, o programa Institucional de Bolsa a Iniciação à Docência (PIBID), realizado na Escola Estadual Dom Gino Malvestio, deu-nos à oportunidade de nos posicionar como professores e desenvolver a oficina: Corrida de Orientação, fazendo o aluno do 1º ano do Ensino Médio a compreender e colocar em prática o seu conhecimento sobre ensino cartográfico. A metodologia que conduziu a realização da oficina seguiu um planejamento que obedeceu as seguintes etapas: mapear a área de estudo, fixar os prismas (símbolo localizador) nos pontos selecionados, orientação quanto a utilização da bússola, localizar os pontos identificados no mapa e, por fim, já na sala de aula sistematizar a atividade realizada por meio da construção de texto. Essa atividade foi favorável os estudantes que tiveram a oportunidade de percorrer uma determinada distância em um local desconhecido (o terreno que constitui a área externa da Universidade do Estado do Amazonas - UEA), obrigando-os a passar por determinados pontos no terreno marcado pelos prismas utilizando a bússola e o mapa. Essa prática estimulou o espírito de equipe e propiciou instantes preciosos de descoberta e conhecimento dos elementos norteadores essenciais desta atividade extraclasse em espaços não formais de aprendizagem. O resultado obtido na atividade desenvolvida sobre a corrida de orientação foi significativa e favoreceu a aprendizagem dos estudantes no que tange aos conhecimentos cartográficos, estimulando a interpretação do local onde foi desenvolvida a atividade, e a compreensão de como manusear a bússola para não se perderem no terreno percorrido. Portanto, a proposta mostrou-se uma alternativa pedagógica eficaz, onde promoveu uma aceitação pelos estudantes e os motivou a aprender sobre cartografia, tirando-o da rotina em sala de aula e mostrando as várias formas de ensinar e aprender cartografia por meio da corrida de orientação.

Palavras-chave: Ensino de geografia; alfabetização cartográfica; corrida de orientação.

## 1 INTRODUÇÃO

Reconhecer a realidade da escola onde atuou-se foi nossa prioridade, pois esse foi o primeiro desafio do curso de Licenciatura em Geografia, além de conhecer as peculiaridades e especificidades do trabalho que iremos encontrar no futuro. A escola foi escolhida em virtude de sempre esta de portas abertas para as atividades propostas pela universidade, sempre que era solicitada.

A parceria com essa escola já era firmada, e percebemos uma boa oportunidade para desenvolver um trabalho proveitoso. A Escola Estadual “Dom Gino Malvestio”, contemplada com o subprojeto de Geografia, funciona com os níveis de Ensino Fundamental I, II e Médio. Está localizada no bairro do Itaúna I, periferia da cidade de Parintins-AM. O subprojeto envolve vinte e cinco bolsis-

<sup>1</sup> Licenciada em Geografia no Centro de Estudos Superiores de Parintins (CESP-UEA). E-mail: geisi\_lane@hotmail.com

<sup>2</sup> Mestrando em Geografia – Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: crizangraca@hotmail.com

<sup>3</sup> Professora Mestre da Universidade do Estado do Amazonas e Professora-Orientadora do SubProjeto PIBID de Geografia – UEA – Parintins. E-mail: carmen.lfsj@gmail.com

tas de iniciação a docência do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade do Estado do Amazonas-UEA, quatro professores supervisores, vinculados a Secretaria de Educação do Estado do Amazonas (SEDUC).

No mês de março de 2014 iniciamos nossas atividades na escola em que íamos atuar como bolsistas no Programa Institucional de Bolsas a Iniciação a Docência (PIBID). No primeiro encontro, a coordenadora apresentou o subprojeto com seus objetivos, metodologias e atividades que iríamos desenvolver e frisou nosso compromisso como participantes para fortalecer os objetivos dessa parceria.

Assim, mediante as varias atividades sugeridas pelo subprojeto de Geografia “Formação de professor, priorizando o ensino de Geografia por meio de jogos e situações problema”, desenvolvemos a oficina “Corrida de Orientação e suas implicações no Ensino de Geografia”, visto que, dentre os vários conteúdos trabalhados pela disciplina, aqueles relacionados à cartografia ainda se destaca como uma das principais dificuldades dos estudantes, o que nos motivou colocar em prática a oficina “Corrida de orientação”, acreditando que por meio dessa metodologia, facilita ao aluno uma maior compreensão sobre o ensino de cartográfica de uma forma clara tanto na teoria quanto na prática.

Segundo os PCN (1998, p. 52), “observar, descrever, representar cartograficamente ou por imagens os espaços e construir explicações são procedimentos que podem aprofundar e utilizar, mesmo que ainda o façam com pouca autonomia, necessitando da presença e orientação do professor”, isso mostra que a cartografia está presente sempre na realidade do aluno e o professor contribui como mediador na construção desse conhecimento.

## **2 CONTRIBUIÇÕES DO PIBID NA FORMAÇÃO PROFESSOR DE GEOGRAFIA**

A formação do professor de geografia dá-se a partir do momento em que se escolhe fazer licenciatura, e a universidade mesmo com todos os problemas das instituições publicas tem cumprido com seu papel nessa formação. Para aprimorar esse trabalho, Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência (PIBID), visa promover e incentivar a iniciação à docência para os acadêmicos em formação possam atuar no âmbito da educação básica, em especial no ensino médio da rede pública e ajudar na formação do professor que irá ter uma experiência em sala de aula antes mesmo da sua graduação.

Segundo Burchard & Sartori (2011, p. 2) o projeto PIBID vem oferecer o acesso mais fácil à escola colocando o licenciado em contado direto com o docente para uma melhor forma de aprendizado.

Busca oferecer aos educadores em formação o acesso à escola, de forma que possam desenvolver atividades que sejam significativas aos educandos, relacionadas com situações-problema do seu cotidiano, resultando num aprendizado, tanto ao educador em formação como ao educando da escola básica.

Essa contribuição nos foi favorável por acreditarmos que no futuro ao colocarmos em prática o que aprendemos na universidade, nesse sentido, o ensino de geografia necessita ser trabalhado de forma que provoque a espontaneidade do aluno na assimilação do conteúdo suprimindo assim sua expectativa, devendo este ter sido alfabetizado oferecendo possibilidades ao professor a encontrar o caminho adequado para desenvolver junto ao seu professor-supervisor a melhor forma de compreensão dos assuntos apresentados em sala para que o aluno possa interagir tirando suas dúvidas.

Uma formação de qualidade potencializa o professor de geografia a vencer suas limitações e desenvolver um trabalho criativo e dinâmico voltado para a alfabetização cartográfica de seus alunos, tornando-os aptos a uma leitura de mundo, uma análise e reflexão crítica do espaço geográfico.

Nesta perspectiva de ensino os educandos terão possibilidades de compreensão dos conceitos geográficos, tornando-os capazes de relacionas aos acontecimentos locais com os globais. Para Cavalcanti (2002, p. 84), “é preciso que o professor vença sua dificuldade sem cair em seu fascínio pelo modismo ou pelo apelo ao sofisticado, e se aproprie de ferramentas auxiliares em seu trabalho”, não deixando o tradicionalismo prevalecer e sim apresentar novos métodos de aprendizagem aos alunos.

Essa competência profissional é cobrada quando o professor em formação sai da universidade, e entra no mercado de trabalho, tendo que colocar em prática o que aprendeu, colocando em prática novos métodos de ensino que atenda os interesses dos estudantes. Sobre essa necessidade, Libâneo (2002, p.73) afirma que:

A busca de uma teoria mais abrangente para se pensar a formação profissional evitará a estabilização dos educadores em visões reducionistas. Considerará a reflexividade que se reporta à ação, mas não se confunde com a ação; a um saber-fazer, saber-agir impregnado de reflexividade, mas tendo seu suporte na atividade de aprender a profissão; a um pensar sobre a prática que não se restringe às situações imediatas e individuais; a uma postura política que não descarta a atividade instrumental.

Diante das demandas profissionais mais elitizadas, e mais procuradas na atualidade, a escolha pela profissão do magistério é um ato político porque se realiza no contexto das relações sociais onde se manifestam os interesses das classes sociais, muitas vezes as menos privilegiadas. Com isso à necessidade de uma preparação profissional, pois às exigências colocadas pelo trabalho docente, é uma tarefa básica do curso de habilitação em licenciatura. E com novas experiências o professor de licenciatura em geografia pode refletir as aprendizagens adquiridas entre o sujeito e o meio, estimulando o docente na construção de novos conhecimentos.

[...] o conhecimento não é dado nem na bagagem hereditária nem nas estruturas dos objetos: é construído, na sua forma e no seu conteúdo, por um processo de interação radical entre o sujeito e o meio, processo ativado pela ação do sujeito, mas de forma nenhuma independente da estimulação do meio. O que se quer dizer é que o meio, por si só, não constitui estímulo. E o sujeito, por si só, não se constitui sujeito sem mediação do meio; meio físico e social. É nesta direção que vai a concepção piagetiana de aprendizagem: sem aprendizagem o desenvolvimento é bloqueado, mas só a aprendizagem não faz o desenvolvimento. O desenvolvimento é a condição prévia da aprendizagem; a aprendizagem, por sua vez, é a condição do avanço do desenvolvimento. (BECKER 1993, p. 25)

Em vista de tantos obstáculos enfrentados pelos acadêmicos das licenciaturas, destacamos sua importância como um sujeito que pode minimizar as diferenças em uma sociedade desigual. O papel desse profissional é relevante na sociedade, pois sua preparação precisa ser trabalhada de forma a não ser dificuldade ao adentrar em uma sala de aula.

A universidade e o PIBID proporcionou aos acadêmicos a ter responsabilidade pelo trabalho, o ato de planejar, avaliar, ter domínio de sala, dos laços afetivos com os alunos e demais professores, a troca de conhecimento acadêmicos/supervisores, a importância das atividades extra sala. A aprendizagem significativa faz-se reflexões sobre as novas experiências vividas no ambiente escolar, possibilitando a formação do educador um argumento mais aguçado dos conteúdos, seguido o raciocínio de Nóvoa (2003, p. 5),

É evidente que a Universidade tem um papel importante a desempenhar na formação de professores. Por razões de prestígio, de sustentação científica, de produção cultural. Mas a bagagem essencial de um professor adquire-se na escola, através da experiência e da reflexão sobre a experiência. Esta reflexão não surge do nada, por uma espécie de geração espontânea. Tem regras e métodos próprios.

A parceira entre a escola e a universidade junto ao programa ajuda os licenciandos para harmonizar-se no cotidiano escolar, e os meios que interligam o contexto das crianças e os adolescentes onde estão inseridos, isso faz necessário, pois cada escola tem o seu contexto e sua realidade diferenciada, visto que nenhuma escola é igual à outra. O PIBID ajudou nessa ligação do ambiente novo para o licenciando como para o aluno nessa nova aprendizagem.

O professor em formação tem um papel fundamental na questão do ensino aprendizagem que ajuda a trazer as inovações para o aluno e também mostrar as novas formas de aprendizado no ensino

de geografia auxiliando o professor/supervisor a esse novo conhecimento coletivo para uma compreensão de construção social e que considera o ensino de geografia um entendimento amplo.

Tudo isso nos leva a pensar que as relações ajudam na formação docente, vivenciadas na escola juntamente com os alunos, os quais nos fazem professores com experiências adquiridas, que é fruto de conhecimentos vivenciados ao longo do processo de formação e isso ajudará ser um profissional na educação com qualidade e como novos conhecimentos no ensino de Geografia.

### 3 CORRIDA DE ORIENTAÇÃO E SUAS IMPLICAÇÕES NO ENSINO DE GEOGRAFIA

Saber localizar-se no espaço é uma condição básica para o ser humano. Cabe ao ensino de geografia sistematizar esse conhecimento por meio da alfabetização cartográfica que direciona o aluno a ter conhecimentos básicos para localizar-se no espaço. Porém, essa temática nem sempre é trabalhada na escola de modo a fornecer subsídios para esse entendimento sobre a cartografia.

A Cartografia contribui bastante para a construção dos conhecimentos geográficos, por meio dela conseguimos representar elementos e características de fenômenos para uma melhor compreensão do espaço. Na escola, ela ajuda de uma forma expressiva o entendimento da realidade local, pois, a escola tende a desenvolver uma melhor alfabetização cartográfica, preparando o aluno para o domínio da linguagem e para a interpretação das informações contidas nas representações cartográficas. Para Almeida (2007, p.9),

A cartografia [...] ao se constituir como área de ensino, estabelece-se também como área de pesquisa, como um saber que está em construção no contexto histórico-cultural atual, momento em que a tecnologia permeia as práticas sociais, entre elas, aquelas realizadas na escola e na sociedade. [...] A cartografia escolar está se estabelecendo na interface cartografia, educação e geografia, de maneira que os conceitos cartográficos tomam lugar nos currículos e nos conteúdos de disciplinas voltadas a formação de professores.

A cartografia ajuda a ler e interpretar o espaço geográfico, pois é representado no papel através de símbolos e dispõe também de várias informações que ajudaram a compreender os diferentes espaços em suas dimensões. Conforme Martinelli (2011, p. 35) argumenta que “contado do pesquisador com a própria realidade, feito com observações de campo”, mostrando que o aluno deve ter o contato com a realidade através do campo.

Nas observações feitas pode-se constatar que as implicações no ensino aprendizagem de Geografia nas aulas, os alunos não se interessam tanto pelo conteúdo, porque estão distantes de sua realidade, não tem significado para suas vidas. Para Cavalcante (1991, p. 278),

[...] os alunos não conseguem formar um raciocínio geográfico necessário à sua participação ativa na sociedade; não conseguem assimilar de modo autônomo e criativo as bases da ciência geográfica que propiciem a formação de convicções e atitudes a respeito da espacialidade da prática social. Também não conseguem formar relações entre os conteúdos que são transmitidos nas aulas de Geografia e as determinações espaciais que permeiam, direta e indiretamente, sua prática social diária.

Propomos nesse estudo, o uso da corrida de orientação como metodologia no ensino de cartografia, por considerarmos que a realização dessa atividade lúdica tende a desenvolver as habilidades geográficas e cartográficas do aluno. Com relação aos procedimentos metodológicos, elaborou-se a proposta pedagógica, a qual consiste em uma atividade com Mapa de Orientação com vistas ao desenvolvimento das noções básicas da alfabetização cartográfica.

Tendo como objetivo o processo de aprendizagem do ensino de Geografia com os estudantes do 1º ano do Ensino Médio colocando em prática o seu conhecimento sobre ensino cartográfico, (escala, mapa e bússola), para realizar a corrida de orientação com intuito de localizar-se no espaço onde está inserido. Segundo Feio coloca que as atividades fora da escola são indispensáveis para os alunos,



buscando utilizar os conhecimentos prévios já adquiridos em sala de aula.

As atividades complementares representam um apoio indispensável, assim como a observação do trabalho dos elementos mais evoluídos, o que lhe permite apurar detalhes em setores menos compreendidos. Finalmente torna-se capaz de se movimentar com confiança e desejar o controle e julgamento dos companheiros em resultado ascendente motivado por uma identificação correta com o ambiente. (FEIO, 1987, p. 17)

Foi escolhido para a prática o terreno do Centro de Estudos Superiores de Parintins (CESP), fomos conhecer o terreno para manter a segurança dos alunos quando fossem a campo, pois éramos responsáveis por eles. Dessa forma foi possível desenvolver a metodológica que iríamos utilizar durante a prática que dividimos em quatro etapas:

1 etapa: mapear a área de estudo fixar os prismas (símbolo localizador) nos pontos selecionados;

Isso facilitaria o aluno para não se perder, pois tudo ali era novo para ele, e com os símbolos eles saberiam onde estariam os pontos e não se perderiam.

2 etapa: sistematização da atividade realizada por meio da construção de texto em sala de aula;

Mostrou-se no slide como seria feita a atividade, para que os mesmos não ficassem desatentos quando estivesse no campo. E o primeiro foi como utilizar o mapa, para que os alunos entrassem em caminhos errados, segundo Almeida; Passini (2002, p. 17), argumentam que:

Ler um mapa é um processo que começa com a decodificação, envolvendo algumas etapas metodológicas as quais devem ser respeitadas para que a leitura seja eficaz. Inicia-se a leitura pela observação do título. Temos que saber qual o espaço representado, seus limites, suas informações. Depois é preciso observar a legenda ou a decodificação propriamente dita, relacionando os significantes e o significado dos signos relacionados na legenda. É preciso também se fazer uma leitura dos significados-significantes espalhados no mapa e procurar refletir sobre aquela distribuição-organização. Observar também a escala gráfica ou numérica acusada no mapa para posterior cálculo das distâncias afim de se estabelecer comparações ou interpretações.

Figura 1 – Estudando o mapa do terreno.



Foto: Geisilane Tavares 09/14.

Nas observações com os alunos estavam alegres para fazer as atividades de campos, e com o mapa que seria usado na corrida de orientação era novidades para eles, pois segundo Oliveira (2007), o mapa é um dos mais valiosos recursos para o professor de Geografia, porque atendem uma variedade de propósitos.

Essas finalidades de inovações tanto para os alunos como os próprios professores traz uma melhor aprendizagem quando se fala de cartografia, e com a compreensão de diferentes tipos de informação contidas nos mapas obtidas pela corrida de orientação.

3 etapa: orientação quanto a utilização da bússola, localizar os pontos identificados no mapa;

Mostrou-se como utiliza a bússola para identificar os pontos demarcados no terreno, assim seguiriam o mapa corretamente.

O professor ensina e instrumentaliza o aluno a se orientar em sua vida prática e em seu cotidiano. O ensino de Geografia também ajuda a desenvolver os alunos a aprender a se localizar, utilizando as bases de orientação espacial, isso sendo ensinado de maneira adequada. O uso da bússola é trabalhado de maneira superficial, apenas com imagens nos livros didáticos, e em muitas das vezes, na hora da prática o aluno não sabe utilizar a mesma para si localizar, pois está acostumado apenas com a teoria, e a corrida de orientação dá esse ajuste para que o docente tenha novos conhecimentos.

Figura 2 – Alunos utilizando o mapa e a bússola.



Foto: Geisilane Tavares 09/14.

4 etapa: identificação dos pontos demarcados na área externa do Centro de Estudos Superiores de Parintins (CESP/UEA).

Figura 3 – Alunos na prática da oficina.



Foto: Geisilane Tavares 09/14.

Observou-se que os alunos se empenharam para acharem todos os símbolos, utilizando a bússola e mapa do terreno, seguindo cada passo repassado pelos bolsistas, onde os mesmos estavam atentos para que os alunos não se perdessem e ajudando como solicitados. Na corrida de orientação ajuda no aprendizado do aluno e uma forma diferenciada para que os mesmos saia do seu cotidiano escolar Fidmann (2003, p.78):

A corrida de orientação é um exercício de aprendizado fantástico, surpreendentemente abrangente, objetivo e – por que não dizer? – divertido! Ela combina de forma agradável e interessante, numa atividade de campo em tempo real – online ou ‘ao vivo’, se o leitor preferir – muitos procedimentos fundamentais que de certa forma, são ‘a chave’ para o entendimento da orientação, cartografia e navegação terrestre em praticamente todos os níveis. São eles: determinação dos azimutes nos terrenos para o uso da bússola; controle de distâncias percorridas; reconhecimento da relação existente entre o terreno e sua representação.

Essa prática estimulou o espírito de equipe e propiciou instantes preciosos de descoberta e conhecimento dos elementos norteadores sobre cartografia. Segundo Taylor (2005, p. 406 apud MARTINELLI, 2011, p. 33) “cartografia é a organização, apresentação, análise e comunicação da espacialidade georreferenciada [...] multisensorial e multidisciplinar” essencial para atividade extraclasse de aprendizagem.

Dessa forma podemos avaliar o aproveitamento dos alunos com as habilidades com os símbolos, o uso da bússola e a leitura do mapa colocando a cartografia em prática melhorando seus conhecimentos. A cartografia relevante para o conhecimento do aluno, conforme afirma Castellar (2005), também afirma que,

a cartografia, então, é considerada uma linguagem, um sistema-código de comunicação imprescindível em todas as esferas da aprendizagem em geografia, articulando fatos, conceitos e sistemas conceituais que permitem ser e escrever as características do território. Nesse contexto, ela é uma opção metodológica, o que implica utilizá-la em todos os conteúdos da geografia, para identificar e conhecer não apenas a localização dos países, mas entender as relações entre eles, compreender os conflitos e a ocupação do espaço (CASTELLAR, 2005, p. 216).

O resultado obtido na atividade desenvolvida sobre a corrida de orientação foi significativa e favoreceu a aprendizagem dos estudantes no que tange aos conhecimentos cartográficos, estimulando o reconhecimento do local onde foi desenvolvida a atividade, e a compreensão de como manusear a bússola para não se perderem no terreno percorrido. Ao final da atividade os alunos que fizeram o percurso em um menor tempo se tornam os vencedores, e dessa forma cada equipe queria terminar em primeiro, e isso foi gratificante vê o desempenho dos alunos em encontrar os símbolos e chegar ao ponto final da corrida.

#### 4 CONSIDERAÇÕES

A proposta mostrou-se uma alternativa pedagógica eficaz, promovendo uma aceitação por parte dos estudantes motivando-os a aprender sobre cartografia, tirando-os da rotina em sala de aula e mostrando as várias formas de ensinar e aprender cartografia por meio da corrida de orientação, onde foram explorado valores importantes como o trabalho em equipe, o respeito a natureza, a atividade física, seja na abstração de distâncias ou na localização de objetos em relação aos paralelos e meridianos ou a simples objetos dispostos na paisagem local.

A prática e teoria são conhecimento que o educando vai aprender através dos textos, livros e artigos, por isso devem ser bem pensados pelos professores em formação na hora da escolha do tema trabalhado, nesse caso o professor precisa ficar atento se os livros não trazem conhecimentos errados, distorcidos da realidade. Pois, a cartografia é o ensino que exige atenção, onde seus conteúdos devem ser exatos, os mapas devem estar bem claros e a bússolas ser bem manuseada para que os dados sejam mais exato possível ajudando assim o aluno a fazer a prática com menos dificuldades.

Portanto, mediante a oficina realizada em uma das atividades do PIBID de Geografia, observou-se que os alunos ao saírem da sala de aula e terem contato com a prática, quebraram com a rotina escolar em que estavam acostumados, isso mostrou a motivação dos alunos que não mediram esforços para está participando da atividade proposta pelos bolsistas. Portanto, a oficina proporcionou aos alunos outra realidade tirando os mesmos da sala e mostrando que podemos aliar a teoria com a prática facilitando novos conhecimentos aos alunos do 1º ano do Ensino Médio.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Rosângela Doin de; PASSINI, Elsa Yasuko. **O espaço geográfico**: ensino e representação. 12.ed. São Paulo: Contexto, 2002.
- BECKER, Fernando. **A epistemologia do professor**. Petrópolis: Vozes, 1993.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: geografia**. Brasília: MEC/ Secretaria de Educação Fundamental, 1998.
- BURCHARD, Camila Pereira; SARTORI, Jerônimo. Formação de Professores de Ciências: Refletindo sobre as Ações do Pibid na Escola. 2º Seminário sobre Interação Universidade/Escola 2º Seminário sobre Impactos de Políticas Educacionais nas Redes Escolares 31. Ago.11 a 03. Set.11 - UFSM - Santa Maria – RS.
- CASTELLAR, S.M.V. Educação geográfica: a psicogenética e o conhecimento escolar. **Caderno CEDES**, Campinas, n.25, p. 209-225, 2005.
- CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia e práticas de ensino**. [Goiânia]: Alternativa, 2002.
- \_\_\_\_\_. **O Ensino crítico de geografia em escolas públicas do ensino fundamental**. Dissertação de Mestrado. Goiânia: Faculdade de Educação/UFG, 1991.
- FEIO, Vasco Craveiro. **A Corrida de Orientação**. Lisboa: Ministério da educação e da cultura, direção geral dos desportos, Junho 1987.
- FRIEDMANN, Raul M. **Fundamentos de orientação**: cartografia e navegação terrestre. Curitiba: PRO-BOOKS, 2003.
- LIBANEO, José Carlos. Reflexividade e formação de professores: outra oscilação do pensamento pedagógico brasileiro? In: PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro. **Professor reflexivo no Brasil**: gênese e crítica de um conceito. São Paulo: Cortez, 2002. p. 53-77.
- MARTINELLI, M. **Mapas da geografia e cartografia temática**. 6. ed. ampl. e atual - São Paulo: Contexto, 2011.
- NÓVOA, A. **Os professores e sua Formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1995.
- OLIVEIRA, Livia. Estudo metodológico e cognitivo do mapa. In: ALMEIDA, Rosângela Doin de. **Cartografia Escolar**. São Paulo: Contexto, 2007.



# PRÁTICAS DE ENSINO DE GEOGRAFIA: REFLEXÕES ACERCA DO PAPEL E IMPORTÂNCIA DA CIÊNCIA GEOGRÁFICA NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA NO ENSINO FUNDAMENTAL

Maria Elizangela Reis da Silva<sup>1</sup>

Elayne Maria Furtado Batista<sup>2</sup>

## Resumo

O presente trabalho tem o intuito de fazer uma abordagem conceitual e análise reflexiva acerca da geografia escolar, uma vez, que para que possamos compreender a sociedade em que estamos inseridos, o ensino de geografia na educação básica, torna-se significativo, visto que esta ciência é imprescindível e fundamental para a formação de um cidadão crítico, tendo em vista não somente formar-educar, mas também auxiliar na mudança e na compreensão do espaço em que vivemos e nos tornar mais atentos ao mundo. Partindo deste prisma e, levando em consideração o ensino de geografia nas escolas, faz-se necessário, a reflexão e o diálogo, da construção dos conhecimentos geográficos no ambiente escolar para se compreender o papel e a importância da geografia para a vida dos alunos.

Palavras-chave: Ensino de Geografia; cidadão crítico; metodologia.

## Abstract

This work aims to make a conceptual approach and reflective analysis about school geography, once again, that so we can understand the society in which we operate, geography teaching in basic education, it is significant, since that science is essential and fundamental to the formation of a critical citizen, with a view not only form-educate, but also help change and understanding of the space we live in and make us more aware of the world. From this perspective, and taking into account the geography teaching in schools, it is necessary, reflection and dialogue, the construction of geographical knowledge at school to understand the role and importance of geography to the lives of students.

Keywords: Geography teaching; critical citizen; methodology.

## 1. INTRODUÇÃO

O referido trabalho, busca fazer uma abordagem conceitual e análise reflexiva acerca da geografia escolar, tendo base, nas concepções teóricas de estudiosos e pesquisadores do ensino de geografia e nos resultados empíricos de suas pesquisas, voltadas a construção dos conhecimentos geográficos no ambiente escolar.

A geografia escolar tem sido muito discutida e refletida, por diversos profissionais da ciência geográfica, pelo fato de ser direcionada a um conhecimento sem utilidade no contexto sócio-espacial dos alunos, levando-os a criarem a ideia de uma disciplina enfadonha, que remete a um amontoado de informações que não são utilizadas no dia-a-dia perdendo importância e sentido para esses alunos.

Cavalcanti (1998, p.11), afirma que, um ponto de partida importante para refletir sobre a construção de conhecimentos geográficos no ambiente escolar, é compreender, o papel e a importância da geografia para a vida dos alunos. Cabe, desse modo, à geografia prover bases e meios, para que, se

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Pará – Campus Universitário do Tocantins/CUNTINS – Cametá-PA.

<sup>2</sup> Graduanda do curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Pará – Campus Universitário do Tocantins/CUNTINS – Cametá-PA.

desenvolva a capacidade de apreensão da realidade, por meio da espacialidade, ou seja, da compreensão de como cada um produz seu espaço.

Dessa maneira, o conhecimento geográfico torna-se indispensável, na formação de indivíduos atuantes à vida social, uma vez, que permite o entendimento do espaço geográfico de modo mais articulado e mais crítico. Diante disso, refletir sobre a aprendizagem do ensino de geografia no ambiente escolar é fundamental, pois, a geografia escolar, tem sido marcada por um aspecto conteudístico, que mascara a real importância e utilidade que ela deveria ter, tanto na compreensão de mundo, como em relação a construção da cidadania.

Partindo desse pressuposto, o presente trabalho propõe-se, analisar a abordagem e construção dos conhecimentos geográficos no ambiente escolar, sobretudo, no ensino fundamental, tendo como objetivo principal, analisar, como o ensino de geografia vem sendo abordado no ensino fundamental do 6º ao 9º ano, a partir das práticas de ensino utilizadas em sala de aula, afim de, compreender o papel e a importância do ensino de geografia na vida dos alunos, além de buscar averiguar, se as práticas de ensino adotadas pelos professores de Geografia, possuem êxito no processo de formação de sujeitos politicamente mais realistas e propositivos.

O interesse por esta pesquisa, deu-se, a partir das disciplinas estágio docente I e estágio docente II, ministradas no curso de Geografia do campus universitário do Tocantins da Universidade Federal do Pará, pois é quando nos deparamos com a realidade da escola que verificamos como o ensino realmente é abordado, e através das observações e experiências vivenciadas nas aulas de geografia do 6º ao 9º do ensino fundamental, em uma escola pública do município de Cametá-Pa, observamos que a abordagem do ensino de geografia, ainda mantém uma perspectiva bastante tradicional, no que diz respeito à enumeração e descrição de fenômenos e dados, impostos na maioria das vezes apenas a “memorização” dos alunos, sem despertar a compreensão e criticidade, contribuindo para o não entendimento e desinteresse dos alunos pelas aulas de geografia.

Identificamos do mesmo modo, problemas no processo de ensino-aprendizagem de geografia, havia pouco ou nenhum interesse em compreender os conhecimentos geográficos trabalhados em sala de aula, pelo fato de muitas vezes os conteúdos abordados serem analisados de forma isolada, não fazendo conexão ou relação ao lugar e o cotidiano do aluno, tornando desse modo, mais difícil o entendimento e conseqüentemente a aprendizagem.

Observamos também, que o aspecto metodológico, não os motiva e na maioria das vezes não possuem êxito no processo de ensino-aprendizagem, uma vez, que os alunos se atem somente ao livro didático, e por vezes muitos conteúdos abordados não tem relação nenhuma ao que é vivenciado pelos alunos, dessa forma não possuem criticidade de elaborar seus próprios conceitos, utilizam-se de conceitos definidos pelo professor ou pelo livro didático, que se tornam prontos e acabados, não levando em consideração as especificidades do conhecimento geográfico.

Em suma, o ensino de geografia vem perdendo importância, tanto como disciplina que busca que o aluno compreenda o mundo que o cerca, como na construção de sua cidadania, na medida, em que os saberes geográficos são ferramentas para o aluno pensar o espaço e agir de forma consciente no meio em que vive.

Em razão disso, atentamos para a necessidade de aprofundar e analisar algumas questões: A disciplina geografia no ensino fundamental, é considerada importante pelos alunos, sim, não e por quê? Dentro deste contexto, qual a importância de se ensinar geografia na educação básica? Quais objetivos cumpre a geografia como ciência hoje? Como desenvolver metodologias e práticas de ensino, que contribuam para construção do conhecimento e aprendizagem da geografia no ensino fundamental? De que forma, os conhecimentos geográficos adquiridos na escola, são utilizados no dia-a-dia dos alunos? Atualmente quais as dificuldades encontradas pelos sujeitos professor/aluno no processo ensinar/aprender geografia?

## 2. CONCEPÇÕES E REFLEXÕES ACERCA DA GEOGRAFIA ESCOLAR

A geografia como ciência social, tomando a sociedade como objeto de estudo, compreende o espaço geográfico e as mudanças ocorridas no mundo e na organização dessas sociedades, efetuando reflexões e análises, para que, possamos compreender a dinâmica dos processos que os engloba. A geografia escolar, insere-se constituindo uma linguagem geográfica e um corpo conceitual, que busca analisar a realidade pela mesma perspectiva da ciência, visando o domínio e a aprendizagem dos alunos dessa linguagem criada pela geografia.

De acordo com que expõe Callai,

A geografia escolar se constitui como um componente do currículo e seu ensino caracteriza-se pela possibilidade de que os estudantes percebam a singularidade de sua vida e reconheçam sua identidade e o seu pertencimento em um mundo em que a homogeneidade apresentada pelos processos de globalização trata de tornar tudo igual. É, portanto, uma matéria curricular que encaminha a compreender o mundo e as pessoas a se entenderem como sujeitos neste mundo, reconhecendo a espacialidade dos fenômenos sociais. (2013, p. 40)

Nesse sentido, a geografia escolar deve contribuir para que os alunos, consigam compreender a sociedade, partindo da análise do espaço vivido cotidianamente, para que assim se tornem mais atuantes e propositivos em relação ao seu lugar e ao espaço global, superando a ideia de que a disciplina geografia possui como finalidade memorizar conteúdos, também é necessário dar utilidade ao ensino de geografia no dia-a-dia, para que esses conhecimentos se tornem ferramentas que contribuam na construção da cidadania desses alunos.

Daí decorre a importância fundamental e significativa do ensino de geografia para os alunos, uma vez, que esta ciência é imprescindível e fundamental para a formação de um cidadão crítico, uma vez que, busca que o aluno construa uma leitura de mundo através do espaço geográfico, tendo em vista, não somente formar-educar, mas também auxiliar na mudança e na compreensão do espaço em que vivemos e nos tornar mais propositivos em relação a realidade em que estamos inseridos.

O ensino de geografia, dessa maneira, tem a missão de desenvolver nos alunos a capacidade de apreender a realidade por meio do espaço, contribuindo na construção da cidadania, uma vez que, para que se tenha a prática cidadã de pensar, agir, dialogar em sociedade é necessário se ter uma consciência espacial.

De acordo com Callai (2014),

O ensino de geografia no ensino fundamental oferece a base para o aluno pensar no seu espaço, o que pode contribuir para sua formação cidadã, para a construção de sua identidade, de sua noção de pertencimento, de sua autonomia de pensamento. À medida em que se contextualizam os fenômenos nos mais diversos níveis possíveis de análise, pode-se contribuir para que o aluno, ao estudar o lugar em que vive, consiga estabelecer referências mais amplas para analisar de forma crítica o mundo em que vive. (p. 37)

A geografia escolar, dessa forma, deve contribuir com os alunos, a formar raciocínios que permita-os formular posicionamentos críticos frente as diversas realidades com as quais ele se depara, seja dentro da escola, dentro da sala de aula, nos acontecimentos da comunidade que está inserido, estabelecendo múltiplas determinações e levando-os a pensarem de forma mais ampla partindo de sua realidade para o mundo que o cerca.

Refletir sobre a aprendizagem do ensino de geografia no ambiente escolar é fundamental, e é necessário, que se aborde todos os aspectos que envolvem tal prática desde o papel do professor, a forma como lecionam, os conteúdos abordados, afim de compreender qual o papel e utilidade do ensino de geografia para esses alunos, pois, a geografia escolar, tem se tornado desinteressante, e talvez, atualmente este seja o maior desafio do professor, instigar os alunos a demonstrar interesse pelo o que é ensinado.

Oliveira (2006, p.19), em relação ao desinteresse dos alunos, nos diz que “essa situação é evidenciada ao encontrarmos professores que adotam em suas aulas conteúdos que, quase invariavelmente, são

analisados de forma isolada, seguindo a postura tradicional de alguns livros didáticos, e por isso mesmo adotam uma postura estanque do processo educativo, mostrando, assim, ser uma disciplina simplória, inútil, sem nenhuma aplicação prática fora da sala de aula. Esse fato desperta nos alunos uma noção de inutilidade, gerando o desinteresse pelos estudos geográficos e, conseqüentemente, acaba por distanciar os sujeitos do conhecimento de si, enquanto sujeitos sociais e construtores da história no que concerne à cidadania”.

Levando em consideração esse pressuposto, é interessante ressaltar que este fato é bastante relevante, muitos de nós sabemos que o ensino de geografia tem sido a bastante tempo desafiante tanto pelas condições de trabalho como pela formação docente, porém, isto deve ser considerado, visto que, muitos ou a maioria dos professores ainda se apoiam em conteúdos, centrados na quantidade de informações repassadas, que são desconectadas e desatualizadas em relação a realidade vivenciada pelos alunos, e essa dificuldade que se tem em articular os conteúdos com o cotidiano, distancia os alunos do processo de ensino e aprendizagem, tornando o conhecimento geográfico desinteressante.

Cavalcanti (2010, p.03) considera que, “para despertar o interesse cognitivo dos alunos, o professor deve atuar na mediação didática, o que implica investir no processo de reflexão sobre a contribuição da Geografia na vida cotidiana, sem perder de vista sua importância para uma análise crítica da realidade social e natural mais ampla. Nesse sentido, o papel diretivo do professor na condução do ensino está relacionado às suas decisões sobre o que ensinar, o que é prioritário ensinar em Geografia, sobre as bases fundamentais do conhecimento geográfico a ser aprendido pelas crianças e jovens, reconhecendo esses alunos como sujeitos, que têm uma história e um conhecimento a serem considerados”.

Desse modo, cabe a nós professores e futuros professores de geografia, instigar os alunos a ter vontade e interesse em aprender geografia e persistir em qualificar essa prática na escola, mesmo sabendo que isso é uma tarefa bastante árdua, é no cotidiano de sala de aula que o trabalho se materializa, é necessário, portanto ter reflexão, estudo e interesse, no entendimento das especificidades do conhecimento geográfico, e também nas possibilidades de transposição didática, afim de termos um ensino qualificado.

### **3. A CONTRIBUIÇÃO DA GEOGRAFIA ESCOLAR NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA.**

Considerando o lugar e o cotidiano dos alunos no contexto escolar, a geografia pode ser uma oportunidade de desenvolver conhecimentos e habilidades que permitam a prática cidadã, na perspectiva de compreender o que ocorre ao nosso redor, abstraindo e compreendendo o mundo que vivemos. Desse modo, pode contribuir na formação da cidadania, na medida em que encaminha os alunos a compreenderem o espaço ao qual estão inseridos e a vivenciarem esse espaço de forma consciente e crítica.

De acordo com Damiani (1999, p.54), existe uma relação intrínseca entre cidadania e espaço, pois é no espaço geográfico que se tem a materialização das relações. Acrescenta ainda que, o indivíduo cidadão, deve participar de todos os acontecimentos do espaço, conhecendo-os, pois, o indivíduo não deve ser meramente um objeto e sim um sujeito modificador, além de receptível a mudança.

Nesse contexto, a vida dos alunos, tem influências provenientes do processo de produção global, do espaço socialmente construído, isso exige do professor atenção para o mundo do aluno e seu cotidiano na sala de aula, afim de que os conhecimentos geográficos sejam vistos pelos alunos como bases de transformações, que incluam objetivos sociais e concepções de formação cidadã claras.

Para Cavalcanti (1988, p.122-123), “a geografia é uma prática social que ocorre na história cotidiana dos homens. Há uma geografia das coisas e da vida cotidiana. Essa geografia pode ser pensada ou conhecida no plano do cotidiano e não cotidiano, sendo que cada tipo de conhecimento tem suas características próprias”. “Ao manipular as coisas no cotidiano, os indivíduos vão construindo uma geografia e um conhecimento geográfico”.

Callai (2013, p. 24), enfatiza do mesmo modo, que as pessoas vão construindo seus espaços enquanto constroem sua vida, sua história, e isso precisa ser compreendido, e diante disso, a geografia pode contribuir, facilitando a compreensão do mundo em que aluno vive.



Ao abordar cotidiano e conhecimento geográfico no contexto escolar, as autoras mencionadas acima, consideram dia-a-dia dos alunos como fundamental na perspectiva de compreender o que acontece ao redor, de entender o mundo em que vive, e isso é importante e contribui para formação da cidadania, pois esses conhecimentos serão utilizados para além do que o estudante consegue absorver, pois leva-os a refletir tornando-se significativos para vida desses sujeitos.

O lugar também, apresenta-se nessa perspectiva, como um conceito que auxilia na capacidade do aluno em “saber pensar o espaço” a partir do seu próprio meio, fazendo relações entre a realidade vivenciada e os conteúdos escolares. Como nos coloca Callai, (2013, p. 25) “Lugar é onde vivemos, moramos, trabalhamos, enfim, onde acontece nossa vida. Ler o mundo da vida, ler o espaço e compreender que as paisagens que podemos ver são o resultado da vida em sociedade, dos homens da busca pela sobrevivência e pela satisfação de suas necessidades significa “estudar o lugar para compreender o mundo”.

O ensino de geografia, desse modo, a partir da análise do lugar na perspectiva da geografia crítica, como um espaço vivido e um construtor sócio-espacial, ou seja, onde as práticas sociais se materializam, pode contribuir na construção da cidadania desses alunos também, na medida, em que os saberes geográficos são ferramentas para pensar o espaço e agir de forma consciente no meio em que vivem.

Cavalcanti argumenta,

[...] o pensar geográfico contribui para a contextualização do próprio aluno como cidadão do mundo, ao contextualizar espacialmente os fenômenos, ao conhecer o mundo em que vive, desde a escala local à regional, nacional e mundial. O conhecimento geográfico é, pois, indispensável à formação de indivíduos participantes da vida social à medida que propicia o entendimento do espaço geográfico e do papel desse espaço nas práticas sociais. (1998, p.11)

Do mesmo modo, Aigner considera que, “[...] A Geografia, ao proporcionar novas leituras do espaço vivido cotidianamente, é um poderoso instrumento para a construção da cidadania ao fortalecer a identidade através da valorização do lugar e da compreensão da articulação deste com o espaço global”. (2006, p.2013).

Em suma, a partir dessas concepções, compreendemos que o conhecimento geográfico, oferece uma base para o aluno reconhecer-se enquanto cidadão do mundo, na medida em que contextualiza suas práticas sociais, e reconhece o mundo em que vive desde a escala local à escala global, esse conhecimento propicia o entendimento do espaço socialmente construído pelas formas de vida e trabalho desses alunos.

#### 4. METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos adotados neste trabalho serão: inicialmente será feito o levantamento e revisão bibliográfica de livros, artigos científicos, teses, dissertações, capítulos de livros e revistas, sobre a temática proposta afim de ter o embasamento teórico necessário para subsidiar o trabalho, após será feita a seleção da escola e das turmas, dando enfoque inicialmente nas turmas do 6º e 7º ano e posteriormente nas do 8º e 9º ano, que serão observadas e analisadas levando em consideração a metodologia e as práticas de ensino utilizadas pelos professores e a motivação dos alunos nesse processo, através do trabalho de campo será realizada entrevistas junto à professores de geografia que atuam na referida escola, afim de, analisar os discursos dos mesmos, com intuito de contribuir com as indagações da pesquisa sobre o ensino de geografia no ensino fundamental; aplicação de questionários junto aos alunos, afim de compreender o significado do ensino de geografia, e qual contribuição é dada no cotidiano desses alunos. A pesquisa encontra-se em estágio de desenvolvimento. O referencial empírico deste trabalho, são duas escolas públicas do município de Cameté no estado do Pará, e o público-alvo são alunos e professores de geografia do 6º ao 9º ano do ensino fundamental.

## 5. RESULTADOS PRELIMINARES

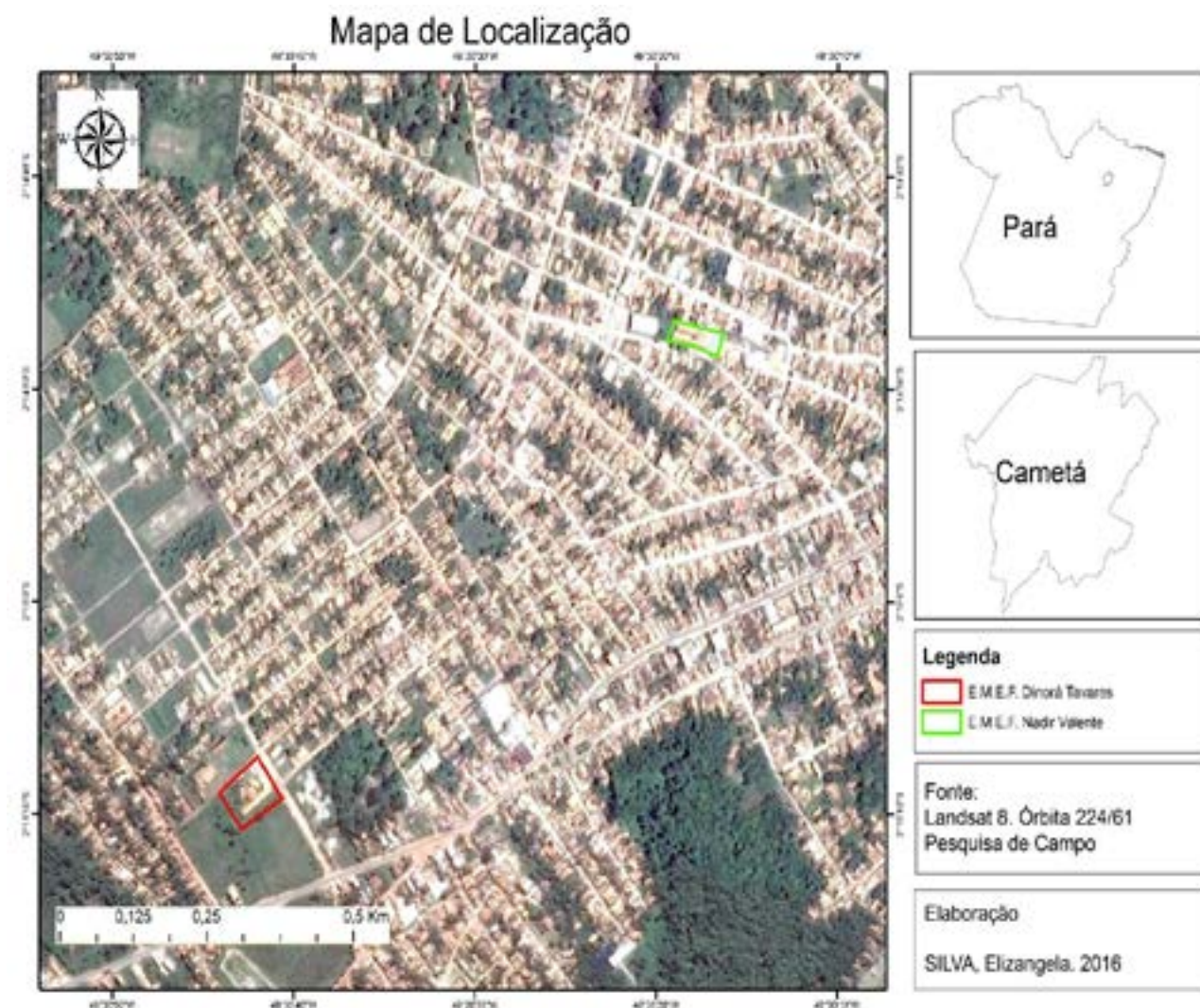
O trabalho resulta de uma motivação pessoal, que se deu, pelo interesse como futura professora de geografia, em tornar a disciplina, significativa para a vida dos alunos, uma vez que o saber geográfico, deve contribuir, para a formação de um cidadão crítico, e nesse contexto, o papel do professor de geografia torna-se essencial, pois, cabe a ele demonstrar que os saberes geográficos podem ser uma importante ferramenta na construção do espaço em que vivemos.

O trabalho, torna-se relevante ao contexto acadêmico, na medida que, contribui com concepções e discussões, que abordam o ensino de geografia no ensino fundamental, podendo servir de instrumento de análise para outros estudos, assim como, colaborar com reflexões, que propiciem aos professores e futuros professores de geografia, sentido e utilidade na geografia escolar.

Do ponto de vista do aspecto social, pode contribuir na perspectiva dos alunos através da geografia escolar, buscarem compreender o espaço ao qual está inserido e as relações que o constitui, para que assim se reconheça enquanto sujeito social e construa partir disso sua cidadania.

Os resultados a serem obtidos neste trabalho ainda não foram alcançados, visto que, a pesquisa encontra-se em desenvolvimento, sendo pautada inicialmente no referencial teórico, e no mapeamento das escolas que serão analisadas, posteriormente terão início as entrevistas e análises que serão feitas no ambiente escolar para que se alcancem os objetivos elencados neste trabalho e assim obtenha os resultados esperados.

Mapa de localização das escolas que serão analisadas.



## REFERÊNCIAS

- AIGNER, C. H. de O. Geografia e educação ambiental: construindo a cidadania a partir da valorização do lugar na escola municipal professor Larry José Ribeiro Alves. In: Rego, N., MOLL, J., AIGNER, C. (Orgs.) **Saberes e Práticas na Construção de Sujeitos e Espaços Sociais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.
- CALLAI, Helena C. A geografia é ensinada nos anos iniciais? Aprende-se geografia nos anos iniciais? In: CASTROGIOVANNI, A. C. et al. **O ensino de geografia e suas composições curriculares**. Porto Alegre: Mediação, 2014.
- \_\_\_\_\_. Estudar o lugar para compreender o mundo. In: CASTROGIOVANNI, A. C. **Ensino de Geografia: práticas e textualizações no cotidiano**. Porto Alegre: Mediação, 2000.
- \_\_\_\_\_. **O estudo do lugar como possibilidade de construção da identidade e pertencimento**. Disponível em <<http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/HelenaCallai.pdf>>.
- \_\_\_\_\_. **A formação do profissional de geografia: o professor**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2013.
- \_\_\_\_\_. **Educação geográfica: reflexão e prática**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011- 320p.
- CAVALCANTI, Lana de S. **Geografia, Escola e Construção de Conhecimentos**. Papirus: Campinas-SP, 1998.
- \_\_\_\_\_. “O ensino crítico de geografia em escolas públicas do ensino fundamental”. Dissertação de mestrado. Goiânia: faculdade de educação/UFG, 1991.
- \_\_\_\_\_. A geografia e a realidade escolar contemporânea: Avanços, caminhos, alternativas. Anais do I Seminário Nacional: Currículo em Movimento – Perspectivas Atuais. Belo Horizonte, novembro de 2010.
- DAMIANI, A. L. A Geografia e a construção da cidadania. In: CARLOS, Ana Fani A. (Org.). **A Geografia na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1999. pp.50-61.
- OLIVEIRA, M. M. de. **Revista Discente Expressões Geográficas**. Florianópolis – SC, Nº 02, p. 10-24, jun/2006. Disponível em <http://www.cfh.ufsc.br/~expgeograficas>.
- PONTUSCHKA, Nídia; PAGANELLI, T. Iyda; HANGLEI, H. Cacete. **Para ensinar e aprender Geografia**. Editora Cortez. São Paulo. 2009.
- SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7 ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.
- VILHENA, Jerusa; CASTELLAR, Sonia Vanzela. **Ensino de Geografia**. São Paulo: Cengage Learning. 2010.







# AÇÕES DO ESTADO E AÇÕES DO CAPITAL: PERSPECTIVAS DA RESTRUTURAÇÃO ESPACIAL NA REGIÃO METROPOLITANA DE MANAUS, EM IRANDUBA/AM<sup>1</sup>

Flavio Pereira Bomfim Filho<sup>2</sup>

Susane Patrícia Melo de Lima<sup>3</sup>

Isaque dos Santos Sousa<sup>4</sup>

## Resumo

O presente trabalho aponta as ações do estado e do capital na reestruturação espacial da Região Metropolitana de Manaus/RMM, considerando neste recorte, o município de Iranduba. Atualmente a Região Metropolitana de Manaus passa por processos espaciais que reestruturam sua configuração em decorrência dos processos de urbanização e de metropolização, no caso específico do município de Iranduba, a forma de ocupação se dá em meio a espaços de baixa densidade, com pouca infraestrutura metropolitana, e que perpassam por ações que estabelecem outras espacialidades, quando da transformação da paisagem rural a paisagem urbana. Isso ocorre, sobretudo, em virtude de que as transformações espaciais ali ocorridas, são impactantes em relação ao que outrora se concebia como rural, evidenciando assim, uma dinâmica vinculada às ações do estado e do capital, que ali engendram modificações. Tais espaços congregam uma farta expansão imobiliária, grandes obras como a construção da Cidade Universitária, e uma série de empreendimentos comerciais e de serviços vinculados ao crescimento metropolitano. Assim, o município de Iranduba tem se tornado um potencial atrativo à atuação do capital imobiliário e a reprodução do capital mediado pelas multiformes ações recorrentes nas bordas do município que se espraiam ao longo da rodovia Manoel Urbano. Assim, o objetivo deste trabalho foi o de analisar a reestruturação do espaço a partir do município de Iranduba, reestruturação esta que conta com ações de iniciativa pública e privada. Aqui se apontam as ações do estado e do capital. Lançou-se mão de uma perspectiva metodológica baseada no materialismo histórico dialético, com procedimentos de prática de campo, revisão de literatura, levantamento de dados secundários e registros fotográficos, a fim de se elucidar a dinâmica espacial. A investigação desses processos de desenvolvimento e reestruturação, aponta para as mudanças ocorridas e suas consequências na produção do espaço urbano-regional, a partir das ações do Estado que trazem as condições necessárias aos investimentos do Capital, e representam dois pilares no processo de urbanização e metropolização a qual vem acontecendo simultaneamente nessa região, mais precisamente no município de Iranduba. O que se aponta é que se trata de um território marcado pela presença de agentes que produzem o espaço, sejam eles ligados ao estado ou a própria expansão da ação do capital, tendo em vista as modificações na própria estrutura do rural em urbano, redefinindo o uso do solo sob a lógica da metropolização. Iranduba se evidencia como lócus da reprodução do capital, lócus da reprodução da sociedade, considerando um espaço de investimentos múltiplos lastreado pelo consumo do espaço e a produção de espaços de consumo. De um lado as operações de ocupação com o capital imobiliário pela construção de condomínios residenciais, venda de lotes e todas as variáveis da expansão imobiliária, e de outro lado, o capital que se apropria do espaço e da produção mesmo para se reproduzir por meio dele, ou seja, as próprias transformações apresentam condições de reprodução do capital, com a ampliação dos empreendimentos terciários (comércio e serviços), infraestruturas urbana/ metropolitana com a articulação entre as políticas públicas, políticas de governo.

Palavras-chave: Região Metropolitana de Manaus; processo de metropolização; espaço urbano-regional; ações do Estado; ações do Capital.

<sup>1</sup>Trabalho desenvolvido pelo Núcleo de Pesquisas Urbana e Regional/NPUR, na pesquisa maior intitulada: Região Metropolitana de Manaus: as transformações socioespaciais na borda sul (2007-2014), orientado pela professora Susane Patrícia Melo de Lima, no âmbito do edital MCTI/CNPq/MEC/CAPES No 22/2014.

<sup>2</sup>Graduando do curso de Licenciatura em Geografia da Universidade do Estado do Amazonas/UEA, trabalho resultado do projeto de iniciação científica PAIC/FAPEAM/ NPUR/CNPq. E-mail: flaic3@gmail.com

<sup>3</sup>Professora da Universidade do Estado do Amazonas/UEA, do Colegiado de Geografia, na Escola Normal Superior/ENS. Pesquisadora do Núcleo de Pesquisas Urbana e Regional/NPUR. Orientadora. E-mail: susipatricia@gmail.com

<sup>4</sup>Professor da Universidade do Estado do Amazonas/UEA, do Colegiado de Geografia, na Escola Normal Superior/ENS, pesquisador do Núcleo de Pesquisas Urbana e Regional/NPUR. Co-orientador. E-mail: Isaque13@gmail.com

## INTRODUÇÃO: BREVE LEITURA ACERCA DO RECORTE ESPACIAL

A Região Metropolitana de Manaus/RMM foi estabelecida em 2007 por meio de força política, apontando características espaciais pouco relevantes ao que tange os aspectos inerentes ao processo de metropolização, com peculiaridades em relação àqueles ocorridos em Regiões Metropolitanas Brasileiras concebidas a partir dos anos 70. Entretanto, percebendo nove anos de sua existência, ela se tornou importante por apresentar avanços nas políticas públicas e maiores perspectivas ao desenvolvimento na região da borda sul metropolitana, isso quanto à reestruturação espacial que lhe concerne.

O processo de reestruturação na borda sul da Região Metropolitana de Manaus<sup>5</sup>, tem sido intensificado com ações do Estado a partir do discurso político de desenvolvimento dessa região, ao qual resultou na própria criação da RMM (Figura 1), e que vem modificando o espaço de áreas rurais em áreas urbanas e induzindo ao processo de metropolização<sup>6</sup>. Conseqüentemente, os investimentos do capital se reproduzem nas condições necessárias de infraestrutura estabelecidas pelo Estado. Ao se mencionar a reestruturação do ponto de vista conceitual, entende-se como Souza (2013), ao considerar as estruturas não existentes e as novas estruturas que se vão produzindo no espaço urbano-regional, assim, a partir dessas ações é que se insere o conceito de reestruturação do espaço.

Figura 1 – Localização da área de estudo na RMM.



<sup>5</sup> A Região Metropolitana de Manaus – RMM, que conta em 2014 com 2.360.491 habitantes (conforme estimativa populacional do IBGE de 01 de julho de 2014, publicada no D.O.U em agosto de 2014), foi criada em 30 de maio de 2007 pela Lei Complementar nº 52/2007 e modificada no dia 27 de janeiro de 2008 pela Lei Complementar nº 59 que incluiu o município de Manacapuru, que engloba Manaus e mais 7 municípios do Estado do Amazonas: Manaus, Careiro da Várzea, Iraduba, Itacoatiara, Manacapuru, Novo Airão, Presidente Figueiredo e Rio Preto da Eva e possui uma área de 101.475 km<sup>2</sup> (SEPLAN, 2015).

<sup>6</sup> A institucionalização da região metropolitana, e a metropolização, que se caracteriza por um processo de indução a que espaços não metropolizados se tornem espaços metropolizados, visto que, pela dimensão jurídica, ambos constituem espaços metropolitanos, pois ao se instituir um conjunto de municípios limítrofes à metrópole como municípios metropolitanos, se confere um caráter de legitimidade jurídica, o que possibilita tanto ao Estado, com a infraestrutura, quanto ao capital privado, não somente mas principalmente com o setor imobiliário, atuarem nesse processo de metropolização induzida (LIMA, 2014).

A Expansão urbana a qual vem ocorrendo no município de Iranduba é recente e provocada através de ações do estado, como a construção da ponte Rio Negro, que integraram Iranduba à Manaus via terrestre ligando diretamente a rodovia Manoel Urbano (AM – 070) (Figura 2), este se constitui o principal eixo de mudanças lastreado pelo processo de metropolização. Partindo dessa realidade, criou-se a perspectiva de um grande crescimento econômico nessa região, com a valorização da terra e, como consequência da facilitação de acesso à Iranduba, e isso é importante fator condicionante a aceleração no processo de urbanização, que também se estabelece a metropolização de espaços que são metropolitanos apenas juridicamente.

Figura 2 – Eixo dinâmico da reestruturação do espaço em Iranduba – Rodovia AM – 070.



Portanto, os fenômenos que dinamizam a urbanização em Iranduba se apresentam principalmente nas áreas rurais, que compreendem o percurso entre a ponte Rio Negro e a sede do município. Assim, essa condição reconfigura o espaço urbano-regional e apontam para mudanças que estabelecem as características conceituais de metropolização.

## AÇÕES DO ESTADO E OS INVESTIMENTOS DO CAPITAL

O poder público no estado do Amazonas tem atuado com pelo menos três ações que contribuem para essa reestruturação espacial na borda sul da RMM. São elas: a ponte Rio Negro, a duplicação da rodovia Manoel Urbano (AM – 070) e a Cidade Universitária. Essas ações, que para Corrêa (1995), agem como um conjunto de instrumentos que o estado pode empregar em relação ao espaço urbano, refletem na dinâmica da sociedade da qual é parte constituinte. Assim, provocam outros agentes modificadores nessa reestruturação espacial.

A construção da ponte Rio Negro é o principal elemento indutor na reestruturação do espaço urbano-regional nos municípios da borda sul da RMM, ela se estende da Ponta do Ouvidor no bairro

da Compensa em Manaus à Ponta do Pepeta em Iranduba. Com o fim da descontinuidade espacial, a ligação direta via terrestre contribuiu para a expansão urbana da metrópole Manaus, para o município de Iranduba. Esse processo de urbanização não só tem modificado significativamente a paisagem nessa região, mas como afirma Santos (2004), não limita à construção de uma paisagem urbana, mas é também a reorganização social, política e econômica da sociedade em torno de novos parâmetros de espaço e tempo. Com isso, os vários segmentos, tais como o comércio e os serviços surgem com o aumento da circulação de pessoas e provocam mudanças socioespaciais.

A duplicação da rodovia Manoel Urbano (AM-070) (Figura 3), se faz necessária como continuidade da obra da ponte Rio Negro, justificada no grande aumento da demanda de veículos na região. Essa ação do Estado não só oferece a melhoria logística entre os municípios da borda sul da RMM, mas concede a infraestrutura necessária principalmente para os investimentos imobiliários financiados pelo Capital.

Figura 3 – Obra de duplicação da rodovia Manoel Urbano - AM – 070.



Fonte: BOMFIM, 2015.

Um terceiro investimento do poder público é a construção da Cidade Universitária da UEA (Universidade do Estado do Amazonas), entretanto, essa obra se tornou um empasse por uma série de questões que se arrastam desde o projeto de 2012, e já agrega duas gestões do governo do Estado do Amazonas. O projeto abrange uma grande área de proteção ambiental da margem direita do Rio Negro, cerca de 1.200 hectares, dos quais apenas 140 hectares seriam destinados a obra da Universidade do Estado do Amazonas e o restante para obras da iniciativa privada. Mais uma vez o Estado oferece as condições necessárias para reprodução do capital, no que tange a transformação de áreas rurais em urbanas.

Sob a perspectiva do potencial de crescimento do município de Iranduba, os investimentos do capital estão visíveis como, por exemplo, os apelos publicitários ao longo da AM -070, que se misturam em vários segmentos do uso da terra. A partir das intervenções do Estado, criou-se um locus à expansão urbana abrangendo principalmente as margens da rodovia Manoel Urbano. Essas condições geradas pelo Estado propiciam a atuação de outros agentes urbanos criando diferentes resultados na organização espacial da cidade, principalmente a transformação de terras rurais em urbanas em Iranduba, onde aparecem os promotores imobiliários (Figura 4). Acerca dessa questão Corrêa (1995), entende como um conjunto de agentes que realizam, parcialmente ou totalmente, as seguintes operações: incorporação; financiamento; estudo técnico; construção ou produção física do imóvel; e comercialização ou transformação do capital-mercadoria em capital-dinheiro, agora acrescido de lucro. Ainda no mesmo raciocínio, o Estado atua também na organização espacial da cidade. Sua atuação tem sido complexa e variável, tanto no tempo, quanto no espaço, refletindo



a dinâmica da sociedade da qual é parte integrante.

Figura 4 – Anúncio de loteamentos na AM – 070.



Fonte: Acervo NPUR, 2016.

## **A EXPANSÃO IMOBILIÁRIA E A AMPLIAÇÃO DO COMÉRCIO E DOS SERVIÇOS: O MOTE DA VEZ...**

A tendência especulativa é bastante recorrente com os imóveis localizados na sede do município, onde vários moradores, ao perceberem o momento oportuno, tendem a se desfazer de seus imóveis com a perspectiva da “supervalorização” acarretada por uma maior procura. No entanto, percebe-se que a grande expansão imobiliária, está localizada no perímetro que corresponde a rodovia Manoel Urbano (AM – 070) e Carlos Braga (AM – 452).

A expansão imobiliária em Iranduba, com a já mencionada transformação das áreas rurais em urbanas, se evidencia a partir da grande parte dos proprietários de terras localizadas ao longo da rodovia Manoel Urbano entenderem ser bem mais sensato lotear e vender suas terras, do que as conduzir para atividades agrícolas.

No caso específico de Iranduba, os antigos proprietários que herdaram essas terras rurais onde as mesmas possuíam pouco valor de mercado, se aproveitam da especulação imobiliária gerada com o advento da ponte Rio Negro, para comercializarem conforme o valor atribuído atualmente. Assim, áreas rurais são loteadas e, conseqüentemente, urbanizadas, principalmente com a finalidade de moradia, organizadas em residenciais tornando-se em empreendimentos oportunos do capital que segrega e cria uma ordenação para a ocupação dessa área.

Ao implantar a infraestrutura de transporte em determinado espaço urbano-regional, o estado facilita a circulação de pessoas, de produtos e mercadorias, produzindo uma valorização do espaço, enquanto que o capital se apropriará de tal valorização para sua reprodução (SOUSA, 2013). No fluxo desta análise, o crescimento urbano no município de Iranduba, tem estabelecido uma nova dinâmica de crescimento dos setores de comércio e serviços, a partir de duas ações do poder público: A construção da ponte Rio Negro e a duplicação da estrada Manoel Urbano (AM - 070) (ainda em obras), onde a segunda se faz necessária à primeira, para o escoamento do fluxo de veículos. Uma notícia veiculada no Portal G1<sup>7</sup> afirma que:

<sup>7</sup> A ponte Rio Negro gera avanços e vulnerabilidade a municípios do AM. In: Portal G1 Amazonas, 24

Dados da Prefeitura de Iranduba, apontam ainda que a regularização dos comerciantes informais também cresceu após implantação da Ponte Rio Negro, saltando do total de 40 microempreendedores individuais para 500 comerciantes legalizados por meio do apoio do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Amazonas (Sebrae/AM). A regularização possibilitou o acesso ao crédito e a obtenção de financiamentos para investimento nos negócios. (PORTAL G1/AM, 2012).

Os setores de comércio e serviços, se interligam de acordo com a necessidade do tipo de demanda consumidora. Destacam-se dois principais tipos de segmentos que obtiveram crescimento significativo no município de Iranduba: alimentação e postos de gasolina.

O aumento no fluxo de veículos no município de Iranduba alavancou os investimentos em postos de combustíveis (Figura 5) ao longo da rodovia Manoel Urbano e Carlos Braga. Esse seguimento necessário a expansão urbana, acompanha a tendência de investimentos do Capital que se estabelecem de acordo a infraestrutura implantada pelo Estado, e que por consequência ultrapassam as delimitações municipais de Iranduba contemplando toda a borda sul da Região Metropolitana de Manaus.

Figura 5 – Posto da bandeira ATEM em construção na AM – 452.



Fonte: BOMFIM, 2015.

Segundo notícia vinculada pelo Jornal A crítica, em 13 de maio de 2012, depois de ficar estável por vários anos, a quantidade de postos de combustíveis cresceu 40% entre 2009 e 2012<sup>8</sup>. E, segundo o IPAAM<sup>9</sup>, somente entre 2011 e 2012 foram expedidas cinco licenças prévias que concede autorização para os procedimentos de documentação necessárias a obras de engenharia, para o município de Iranduba e oito para Manacapuru. Esses empreendimentos, além da venda de combustíveis agregam outros serviços como: lojas de conveniência que comercializam alimentos, bebidas, entre outros; serviços de lavagem de veículos. Até janeiro 2015, verificou-se cinco novos empreendimentos na rodovia Manoel Urbano (AM – 070) e dois na Carlos Braga (AM – 452), totalizando seis da bandeira ATEM e somente um da bandeira BR.

O comércio tem conduzido uma grande parte do crescimento econômico em Iranduba. O cenário de transformação atrai concomitantemente investidor e consumidor para os diversos seguimentos,

---

de outubro, 2012. Acesso em 13 de novembro, 2015.

<sup>8</sup> Dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

<sup>9</sup> Para instalar um posto de combustível no Estado do Amazonas é preciso a licença ambiental do IPAAM, conforme decreto estadual nº 10.028/87. O primeiro passo para o licenciamento, segundo o órgão é a certidão da Prefeitura Municipal informando que o local e as atividades estão de acordo com as posturas municipais. Em Manaus, um posto tem de respeitar distância de 500 metros de um para o outro, e de 150m de locais com grande aglomeração de pessoas: escolas e hospitais. (Jornal à crítica, 03 de maio, 2012).

seja eles formal e informal, que exploram o momento crescente do município. A diversidade comercial surge de acordo com a necessidade da demanda, no caso de Iranduba, alguns tipos de comércio tem se estabelecido de acordo com a dinâmica de crescimento urbano principalmente as margens da rodovia Manoel Urbano. A esse respeito, o comércio formal como as lojas de materiais de construção são alternativas imediatas, com a grande comercialização de imóveis, assim como o crescimento imediato no setor de alimentação.

Antes mesmo da construção da ponte Rio Negro e, por ser uma área de transição para outros municípios, alguns estabelecimentos de pequeno porte desse segmento, já estavam instalados principalmente ao longo da estrada Manoel Urbano, e outros, se anteciparam com a perspectiva do crescimento econômico no município de Iranduba. A maioria absoluta desses empreendimentos do comércio e serviços, surgem no percurso até as sedes municipais de Iranduba e Manacapuru. Os cafés da manhã, que são uma das atividades comerciais mais exploradas ao longo da rodovia Manoel Urbano. Esses empreendimentos oriundos da capital, Manaus, que se expandiram rapidamente, e se tornaram um hábito principalmente nos fins de semana, se prevalecem também de outra atividade que está em expansão em Iranduba, o turismo de fim de semana.

O estado do Amazonas tem por excelência um grande potencial turístico proporcionado pelos seus atrativos naturais, e os balneários às margens dos rios, são o principal meio de lazer da população que atravessa a ponte Rio Negro no fim de semana. Associado a essa realidade, a transição das pessoas de Manaus para Iranduba é o principal condutor do comércio informal. Essas atividades que em sua maioria estão improvisadas a beira das duas rodovias presentes ao nosso recorte espacial, se expandiram ainda mais com as mudanças socioespaciais recentes.

## **A DINÂMICA SOCIECONÔMICA EM IRANDUBA**

Os ocupantes que originaram a criação do que hoje é o município de Iranduba<sup>10</sup> eram migrantes que em grande número ocuparam as margens do rio Solimões, e que foram relocados após grandes enchentes nos anos 70, para a área de terra firme onde hoje é a sede do município. Entretanto, as ocupações do que hoje é considerado território do Município de Iranduba, remonta desde o final do século XIX, e o Distrito de Cacau Pirêra, estabelecido às margens do rio Negro. Iranduba se destaca economicamente por situar-se mais próximo a Manaus e ter influência direta da capital, mas que ao longo dos anos vem estabelecendo outras dinâmicas socioeconômicas contemporâneas em seu espaço.

A ocupação do Distrito de Cacau Pirêra remonta aos agricultores incentivados pelos projetos federais de desenvolvimento e ocupação da Amazônia. O objetivo era estabelecer um polo agrícola de abastecimento da capital do estado do Amazonas, portanto, as principais atividades eram a agricultura, a caça e a pesca, ou seja, atividades de subsistência que mantinham a sobrevivência das famílias. Segundo Pinheiro (2013), os moradores antigos dessa região relatam que num passado recente as atividades agrícolas eram a principal fonte de manutenção da vida, mas nas últimas décadas outras atividades modificaram a realidade dessa região, e atualmente apresenta características semelhantes ao modo de vida urbano, onde a agricultura vem sendo substituída pelo trabalho nas olarias e no comércio e serviços.

As atividades oleiras surgidas nos anos 70, se tornaram o principal polo econômico do Distrito de Cacau Pirêra, e o desenvolvimento do ramo cerâmico-oleiro contribuiu para o surgimento de um novo contexto político, econômico, social e até arquitetônico no Distrito de Cacau Pirêra, no qual está situado a grande maioria das indústrias de cerâmicas, telhas e tijolos do Município de Iranduba, e que abastece Manaus e outros municípios vizinhos. Observa-se ainda que o surgimento das olarias deu sua parcela de contribuição na modificação das formas de ocupação dos moradores, bem como se tornou o principal meio de vida para a sobrevivência no Distrito de Cacau Pirêra, assim como o comércio e serviços (PINHEIRO, 2013).

---

<sup>10</sup> A constituição da Vila de Iranduba teve início com um pequeno povoado situado à margem esquerda do rio Solimões, numa localidade chamada Costa do Iranduba. O pequeno povoado foi elevado à categoria de Vila em 1964, na gestão de Paulo Pinto Nery, então prefeito de Manaus. A transferência dos moradores ocorreu em maio de 1976, na gestão do coronel Jorge Teixeira. (CHAVES, 1990)

O comércio se intensificou no Distrito de Cacau Pirêra, principalmente pela logística de transporte de balsas implantada a partir dos anos 70 entre Manaus e Iranduba. Durante pouco mais de três décadas, esse era o principal meio de transporte para o acesso aos municípios que estão na borda sul da Região Metropolitana de Manaus assim, a área de desembarque no Distrito de Cacau Pirêra possuía um grande fluxo de troca de informações, comércio e serviços, por se tratar de uma região de transição de Municípios e diversas comunidades. A partir das ações do Estado, o acesso à região de Iranduba se estabeleceu em outra rota. A construção da ponte Rio Negro na Ponta do Pepeta, desviou a transição de pessoas que se deslocam ao município de Iranduba, do Distrito de Cacau Pirêra, diretamente para a rodovia Manoel Urbano (AM - 070). Essa mudança na dinâmica logística no município, e que intensificou a urbanização de áreas rurais as margens da rodovia, ao mesmo tempo vem restringindo consideravelmente o fluxo de pessoas no Distrito de Cacau Pirêra, conseqüentemente, as atividades econômicas que se intensificavam próximas às margens do rio Negro onde havia o desembarque da balsa sofrem as conseqüências negativas tornando essa região, obsoleta, em relação ao advento da ponte Rio Negro (Figura 6).

Figura 6 – Área de embarque e desembarque da balsa em Cacau Pirêra.



Fonte: Flávio Bomfim, 2016.

Trata-se de uma área, que hoje, apresenta baixo dinamismo econômico quando comparado com o período em que as balsas aportavam neste espaço, visto que agora a logística se dá pela ponte Rio Negro, deixando de fora do fluxo este espaço. Na verdade, a necessidade da grande demanda de pessoas que se deslocavam na travessia de balsa Manaus/Iranduba, era o motivo da intensificação do comércio em Cacau Pirêra. O comércio intensificado a partir das necessidades desse fluxo contínuo de pessoas nessa região, cresceu ao improviso de quem o tinha como meio de sustento à família e, também, de pequenos empresários com estabelecimentos comerciais de médio porte. Mas a partir do deslocamento do trânsito de pessoas com a inauguração da ponte Rio Negro, esse comércio enfraqueceu drasticamente, trazendo sérios problemas sociais a região do Distrito de Cacau Pirêra. A sensação a quem visita essa região, é de completo abandono e descaso do poder público.

## PONDERAÇÕES FINAIS

As ações público/privado no município de Iranduba têm se intensificado a partir da criação da Região Metropolitana de Manaus. A perspectiva de crescimento econômico para borda sul da RMM com descontinuidade espacial trouxe à Iranduba diversas questões pertinentes ao uso da terra.

Nesse processo de reestruturação espacial, a especulação imobiliária vende uma valorização embasada na melhoria logística de acesso ao município – com a inauguração da ponte Rio Negro, e proximidade da Cidade Universitárias com suas melhorias urbanas – que resultou no loteamento de áreas rurais expandindo a urbanização a partir da rodovia Manoel Urbano (AM - 070), e se estendendo para a rodovia Carlos Braga (AM – 452).



Conseqüentemente, os setores de comércio e serviços estão também em fluxo acelerado ao longo dessas áreas. Entretanto observa-se que a reestruturação espacial que se estabelece atualmente em Iranduba vem provocando mudanças nas condições de vida dos moradores das áreas que já eram urbanizadas anteriormente à criação da RMM. Nesse sentido, a importante atividade comercial que existia no Distrito de Cacau Pirêra enfraqueceu drasticamente com a inauguração da ponte Rio Negro, assim como, os serviços que se mantinham às custas da travessia de rio entre Manaus e Iranduba, se tornaram obsoletos.

Por fim, o poder público concedeu maiores possibilidades de desenvolvimento ao município de Iranduba interferindo com ações que reestruturaram o espaço urbano-regional e propiciaram os investimentos da iniciativa privada, provocando o surgimento de diversos segmentos na dinâmica de urbanização. Todavia, essas modificações se restringiram a região que compreende a rodovia Manoel Urbano (AM – 070) e rodovia Calos Braga (AM – 452), deixando à margem das perspectivas de crescimento econômico, os espaços que já haviam se estabelecidos como urbanos no município de Iranduba.

Avilta-se assim, que os processos de desenvolvimento e reestruturação apontam para as mudanças ocorridas e suas conseqüências na produção do espaço urbano-regional, a partir das ações do Estado que trazem as condições necessárias aos investimentos do Capital, e representam dois pilares no processo de urbanização e metropolização a qual vem acontecendo simultaneamente nessa região, mais precisamente no município de Iranduba.

Vislumbra-se um território marcado pela presença de agentes que produzem o espaço, sejam eles ligados ao estado ou a própria expansão da ação do capital, tendo em vista as modificações na própria estrutura do rural em urbano, redefinindo o uso do solo sob a lógica da metropolização. Iranduba se torna o lócus da reprodução do capital, lócus da reprodução da sociedade, considerando um espaço de investimentos múltiplos lastreado pelo consumo do espaço e a produção de espaços de consumo. De um lado as operações de ocupação com o capital imobiliário pela construção de condomínios residenciais, venda de lotes e todas as variáveis da expansão imobiliária, e de outro lado, o capital que se apropria do espaço e da produção mesmo para se reproduzir por meio dele, ou seja, as próprias transformações apresentam condições de reprodução do capital, com a ampliação dos empreendimentos terciários (comércio e serviços), infraestruturas urbana/metropolitana com a articulação entre as políticas públicas, políticas de governo.

## REFERÊNCIAS

A CRÍTICA. Ponte **Rio Negro estimula inauguração de Postos de Gasolina na RMM**. In. A crítica on line. Disponível em: <https://acritica.com.br/channels/manaus/news/ponte-rio-negro-estimula-inauguracao-de-postos-de-gasolina-na-rmm>. Manaus, 03 mai. 2012. Acesso em: 03 de nov. 2015.

CHAVES, Maria do Céu Câmara. **Iranduba: ribeirinhos na travessia produzida - análise de um projeto para populações rurais no Estado do Amazonas**. Dissertação (Mestrado) - Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1990.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1995.

G1 AMAZONAS. **A ponte Rio Negro gera avanços e vulnerabilidade a municípios do AM**. In. G1 Amazonas. Manaus, 24 out. 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2012/10/ponte-rio-negro-gera-avancos-e-vulnerabilidade-municipios-do-am.html>. Acesso em: 03 nov. 2015.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Centauro; São Paulo, 2001.

LIMA, Marcos Castro de. **Quando o amanhã vem ontem: a institucionalização da região metropolitana de Manaus e a indução ao processo de metropolização do espaço na Amazônia ocidental**. 2014. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-06042015-191044/pt-br.php>. Acesso em 02 dez. 2015.

NPUR. Núcleo de Pesquisa Urbana e Regional. **Acervo fotográfico on line**. Disponível em: [npuruea.wix.com/npur](http://npuruea.wix.com/npur). Acesso em: 25 de junho de 2016.

PINHEIRO, Hamida Assunção. **Fronteiras da vida: o tradicional e o moderno na Amazônia**. 2013.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4ªed. São Paulo: Editora da

Universidade de São Paulo, 2004.

SOUSA, Isaque dos Santos. **A ponte Rio Negro e a Região Metropolitana de Manaus no espaço-regional à reprodução do capital**. 2013. 250 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia Humana, Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: [http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-12082013-115623/publico/2013\\_IsaqueDosSantosSousa.pdf](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-12082013-115623/publico/2013_IsaqueDosSantosSousa.pdf). Acesso em: 11 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. **A ponte Rio Negro e a Região Metropolitana de Manaus no espaço-regional à reprodução do capital**: um olhar a partir de Iranduba e Manacapuru. Manaus: Editora Reggo, UEA edições, 2015.

# PERCEPÇÃO E AMBIENTE: O LUGAR E A PAISAGEM NA PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL DA COMUNIDADE DE NOSSA SENHORA DO PERPÉTUO SOCORRO (TEFÉ-AM)

Rondinely Pereira de Souza<sup>1</sup>

Amélia Regina Batista Nogueira<sup>2</sup>

## Resumo

Esta pesquisa está sendo realizada no município de Tefé – AM, na comunidade de várzea de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, localizada na Margem Direita do rio Solimões. Os alunos das Comunidades veem a educação como de fundamental importância para os tornarem agentes transformadores da sociedade, onde a partir do ensino, possam no futuro ajudar seus pais, familiares e a própria comunidade, e a Geografia tem a base e uma grande importância para as análises quanto ao lugar e a paisagem. O objetivo da pesquisa é de compreender o lugar e a paisagem na percepção ambiental dos estudantes do Ensino Fundamental, e para esta pesquisa será utilizado como método de abordagem a Fenomenologia que vai dar um suporte conciso para esta, junto às categorias de análises como a Percepção Ambiental, Paisagem e Lugar.

Palavras-chave: Fenomenologia; percepção ambiental; mapas mentais; paisagem e lugar.

## INTRODUÇÃO

A geografia é um alicerce para a compreensão do mundo em que vivemos. Através dela podemos observar o mundo partindo da paisagem, onde diversas culturas se entrelaçam e se estabelecem em um espaço complexo de relações em diferentes lugares. O conhecimento geográfico nos dar a possibilidade de nos fazer envolver junto à transmissão de culturas por todo o espaço terrestre, onde ecoam as transformações das paisagens e seus gêneros de vida, e este caminho de compreender a geografia pela descrição e análise, só faz a ciência geográfica ser mais uniforme e consistente.

A cultura é mediação entre os homens e a natureza, é herança e resulta do jogo da comunicação, é construção e permite aos indivíduos e aos grupos se projetarem no futuro, é em grande medida feita de palavras, articula-se no discurso e realiza-se na representação, é um fator essencial de diferenciação social, a paisagem carrega a marca da cultura e serve-lhe de matriz: objeto privilegiado dos trabalhos de geografia cultural, sua interpretação é frequentemente ambígua – fatos esses abordados por Claval, e em seu livro Epistemologia da geografia ele diz que “ a geografia faz parte dos saberes indispensáveis a toda a sociedade” (p. 52, 2014).

A pesquisa será desenvolvida com estudantes da Comunidade de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (Tefé-AM), localizada na Margem Direita do Rio Solimões. Onde procuraremos observar as relações que cada um tem com o ambiente e que o leva a produção de uma relação cultural.

Com o passar dos tempos, a paisagem foi se estruturando, se modificando, com a expansão do homem pelos diversos lugares do planeta, tanto na escala, local, regional, até a global. Os indivíduos dependem do meio para sobreviver, e dentro dele, mantem suas relações culturais de acordo com seu modo de vida, a estrutura do lugar, abarcando suas necessidades, como no caso de quem mora em uma comunidade de várzea, que sofre modificações sem seus arranjos espaciais de acordo com o ano sazonal.

<sup>1</sup> Mestrando em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia – PPGEOG – UFAM / Bolsista da CAPES. E-mail: Rondinely19@hotmail.com

<sup>2</sup> Orientadora do Programa de Pós-graduação em Geografia – PPGEOG – UFAM.

Nas comunidades de várzea como a de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (Tefé-AM), que são aquelas que ficam temporariamente inundadas com grande concentração de sedimentos argilosos em suspensão no rio, de quatro a seis meses quando o nível de águas barrentas atingem parte da floresta, como Migueis expõe em sua obra Geografia do Amazonas (2001), o barco ou canoa são os principais meios de transportes, sendo essenciais para os aprendizes da educação, hábito cultural e necessário, se deslocando de suas residências até a escola, mesmo há dez metros de distância por exemplo, isso é interessante entendermos as percepções deles quanto a este fato. Pelo fato de ser uma comunidade de várzea é bom entendermos que

(...) as cheias são registradas, em geral, entre os meses de Junho e Julho de cada ano. No rio Madeira a cheia ocorre de 2 a 3 meses antes da cheia do rio Solimões, em Manacapuru. A cheia máxima registrada na região data do ano de 2009, quando a régua do rio Negro, localizada no porto de Manaus, atingiu o nível de 29,77 cm, além das grandes cheias ocorridas nos anos de 1953, 1976, 1982, 1989, 1994 e 2006, entre a cota de atenção, 27, 76 m, e a cota de emergência, 29, 15 cm. (...) As secas na Amazônia ocorrem em geral entre os meses de setembro e outubro. A seca mais forte registrada no rio Negro em Manaus data de 1963, quando o nível atingiu 13,64 cm, seguidos pelas de 1906, com 14,20 cm, a de 1997, com 14,34 cm e a de 2005 com 14,75 cm. (MIGUEIS, 2011, p. 60)

Os alunos vão enfrentando desafios dias após dias a fim de tornarem cidadãos ativos no processo de transformação dentro de sua comunidade, e temos a consciência de que o ensino-aprendizagem facilita e relação e atuação do aluno no meio em que vive, e que através deste, pode transformar o lugar onde estão inseridos, possibilitando a educação escolar agir no espaço.

Os estudantes veem a educação como de fundamental importância para os tornarem agentes transformadores da sociedade, onde a partir do ensino educacional, possam no futuro ajudar seus pais, familiares e a própria comunidade, e a Geografia tem a base e uma grande importância para as análises da realidade trazendo categorias auxiliadoras como o Lugar e a Paisagem.

### **UM BREVE HISTÓRICO FEITO PELO PRÓPRIO AUTOR SOBRE A COMUNIDADE NOSSA SENHORA DO PERPÉTUO SOCORRO – ATRAVÉS DA PERCEPÇÃO DA MORADORA DEUZUITA COELHO GONÇALVES DE 72 ANOS**

A figura 01 mostra a imagem aérea da comunidade de forma extensa podendo ver toda a sua região, e a cada época ela vem sofrendo transformações e de desenvolvendo a partir das vivências culturais dos moradores.

Figura 01 – Imagem via satélite da comunidade de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, localizada na Margem Direita do Rio Solimões, no município de Tefé-AM.



Fonte: Gosur.com, 2016. Organizado pelo autor.



Originalmente esta Comunidade como pode-se ver no centro da imagem 01, era apenas uma fazenda, a chamada “Fazenda do Socorro, que teve o seu nome mudado por padres que vieram para ministrar missas para os moradores, fato que interliga ao nome da igreja da Comunidade atualmente de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro devido a devoção à Santa do referido nome.

Segundo dona Deuzuita, o seu pai, o senhor Sandoval Leocádio Gonçalves foi o primeiro morador desta comunidade, que mais tarde, a chamou para morar nesta fazenda, onde já estavam os seus três irmãos: Sérgio, Orisvaldo e Osvaldo. Ela morava na comunidade de São João, onde trabalhava com sua família para outras pessoas, no caso os patrões de terras, e eles nunca tiveram um terreno próprio naquele lugar, não tinha uma boa educação em relação à uma escola, e como foi criada no centro Panauã, não possuía muito conhecimento e tudo o que aprendeu foi com a ajuda de seus primos.

Quando saiu de sua comunidade anterior e chegou à fazenda, dona Deuzuita relata que o terreno era um tanto descuidado, pois as condições eram desfavoráveis, o capim crescia intensamente e havia no máximo dez casas.

Existiu nesta fazenda um vaqueiro, cuja tarefa era de tomar conta dela e ele simpatizou muito com o senhor Sandoval, tanto que entregou em suas mãos o dever de cuidar da tal fazenda, cujo dono era um senhor que morava em Tefé-AM, chamado César.

Além do terreno da fazenda, existia outra família vizinha, a família do senhor Cajueiro que tinha apenas uma casa, que junto com ele morava uma amiga dela e quando eles se mudaram para a fazenda, passaram a conviver como vizinhos, e então, seu Sandoval entregou à dona Deuzuita uma parte do terreno para ela trabalhar junto com a família, já que estavam acostumados com o apego ao trabalho no campo, como plantações de hortaliças.

O crescimento desta comunidade se deu com a chegada de mais pessoas, pois antes só residia ali a família de dona Deuzuita, eram somente parentes de sangue e com essa chegada inesperada, a fazenda cresceu e se tornou uma grande comunidade que atualmente, onde mora há 38 anos.

Por não haver escola na comunidade do São João, dona Deuzuita também não encontrou nenhuma escola na fazenda do Socorro e era muito complicado para alguns, e até difícil para outros que optavam por estudar na cidade de Tefé. Contudo, eles entraram em um acordo, e sua cunhada, Maria Edinir, esposa de seu irmão Osvaldo, que foi o presidente da comunidade por muitos anos, fizeram de dona Edinir a primeira professora daquele lugar, e com isso, muitas pessoas se matricularam, e a professora recebia o pagamento todo final do mês, e como ela era de outra cidade, Maira Edinir tinha qualificação para lecionar e passou a morar na fazenda com um de seus irmãos, junto com todos. Um homem chamado Cabroliê chegou à casa de dona Maria Edinir pedindo para que ela pudesse se tornar professora, e por fim entraram num consenso onde tudo se resolveu no aspecto educação.

Hoje fixa-se a Escola Municipal Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, criada por um antigo prefeito chamado Hélio Bessa, junto a uma empresa especializada vinda de Tefé.

É uma comunidade tranquila, calma, com pessoas de bem, onde todos se unem para que prospere a harmonia na comunidade.

No dia 20 de Maio de 1972 foi fundada a comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro de acordo com a Ata de Comunidade.

## **OBJETIVOS**

**Geral:** O objetivo da pesquisa é de compreender o lugar e a paisagem na percepção dos estudantes do Ensino Fundamental da comunidade de várzea de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, localizada na Margem Direita do rio Solimões no município de Tefé-AM.

**Específicos:** Descrever como os estudantes percebem as paisagens do lugar; conhecer através dos mapas mentais feitos pelos discentes qual a noção de lugar, da escola e da comunidade em que vivem; entender através da percepção dos alunos como eles percebem, concebem o ensino de geogra-

fia e qual o sentido que dão ao lugar e a paisagem; demonstrar se os estudantes percebem problemas em relação ao ambiente.

## **METODOLOGIA**

Serão entrevistados os estudantes de ensino fundamental da Escola Municipal Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, localizada na comunidade do mesmo nome.

Figura 02 – Escola Municipal Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, localizada na Margem Direita do Rio Solimões, no município de Tefé-AM.



Fonte: Levantamento Próprio/Novembro de 2014.

O método de abordagem é a Fenomenologia em relação em relação ao Lugar, vivido, sentido e percebido, por meio das percepções ambientais advindas dos estudantes.

Será feita uma relação entre as categorias: Percepção Ambiental, Paisagem e Lugar.

O procedimento metodológico será por meio de entrevista semi-estruturada, onde no qual terá parte relacionada ao quadro sócio-econômico, as diferentes fases de organização na comunidade no decorrer da sazonalidade e utilização de Mapas mentais feitos pelos discentes que vão mostrar as percepções ambientais quanto à noção de Lugar, vivido, sentido e percebido em relação a escola e a comunidade.

## **RESULTADOS**

Este projeto de pesquisa encontra-se em fase de elaboração buscando abarcar o máximo de contribuições possíveis ao ensino de Geografia, já encontra-se definida a comunidade e a escola com a qual iremos trabalhar, ambas com o mesmo nome, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.

## **CONCLUSÃO (RESULTADOS ESPERADOS)**

Espera-se na pesquisa o intuito de mitigar esses questionamentos, e através destes, favorecer a compreensão dos arranjos espaciais e suas espacialidades.

As espacialidades das comunidades de várzea são compostas de muitas complexidades, e para isto a Fenomenologia traz um importante arcabouço, sendo necessária uma compreensão profunda quanto à Percepção Ambiental dos estudantes. Segundo Yves Lacoste (1988, p.57) “A geografia ser-

ve, em primeiro lugar, para fazer a guerra”, no sentido de compreender essas relações complexas nos âmbitos políticos, sociais, entre outros, com a pretensão de buscar mudanças para estes problemas.

Os métodos procedimentais por meio de Mapas mentais e dados fotográficos são importantes para que os alunos mostrem suas percepções sobre o lugar que é sentido, vivido e percebido. Segundo PEREIRA, et.al (2010) “o objeto e seus fenômenos são elementos balizadores da percepção realizada pelo sujeito, que sente o seu mundo.” (p. 117) E partindo deste ponto de vista FERNANDES et. al (S.D.), como PELISSARE et. al (S.D.) dizem que a percepção e educação ambiental são primordiais para a defesa do meio, tendo o auxílio de reaproximação do homem com a natureza, despertando maior atenção dos alunos relacionados aos ambientes que vivem. Dentro deste esboço, contempla-se uma diversidade de singularidades e particularidades, com a finalidade de buscar a totalidade em meio à tantos desafios em meio à pesquisa, mas com resultados satisfatórios e enriquecedores para a ciência, onde só auxilia e completa o entender, o questionar geográfico, e favorece as infinitas reflexões a cerca do meio em que vivemos. Portanto, pensar a Geografia de forma interdisciplinar e com contribuições de diversos aportes teóricos do meio só faz com que esta ciência continue seu caminhar nas mais complicadas transformações do homem/natureza junto a fenomenologia. A pesquisa é de fundamental importância, pois espera-se uma compreensão mais crítica sobre o Lugar e a Paisagem com sua base fenomenológica, categorias tão essenciais nas relações antrópicas, ou seja, dos alunos em seu meio de vivência junto ao meio ambiente.

Importa aqui, entender o significado de saber ler a paisagem, e Catellar (2000, p. 32) diz que “ toda informação fornecida pelo lugar ou grupo social no qual a criança vive é altamente instigadora de novas descobertas”. Tais descobertas poderão se relacionar com as questões de sua própria vida, as relações entre as várias pessoas do lugar, ou as questões específicas do ambiente, o próprio ambiente escolar e comunitário.

É importante perceber as visões críticas dos alunos ribeirinhos quanto às reais situações vividas por eles e o quanto ambos se preocupam com o lugar onde praticam suas atividades, expõe seus sentimentos, mantém suas relações de amor, afeto, estudos, de diversão, de trocas de experiências e conhecimentos durante o caminhar na comunidade de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e sua escola com a qual tem o mesmo nome.

Os problemas são diversos nas diferentes épocas do período sazonal (cheia e seca), por isso é fundamental entendermos as relações durante este período que tanto se diferencia nas duas épocas, pois ambas têm suas diferenças e particularidades, modo de vidas opostos.

A educação é um direito de todos, e junto a ela, a percepção ambiental na Geografia é o meio satisfatório para todos que estão inseridos na comunidade, principalmente as crianças e jovens que são o futuro de uma transformação crítica e participativa na sociedade contemporânea. O respeito a esta realidade e a sua sociedade e o encaminhamento das bases que constroem a cidadania cabocla são as estruturas e os alicerces geográficos que permitirão a geografia da dignidade e da igualdade no Médio Solimões (QUEIROZ, 2012. p. 63).

A educação tem um papel fundamental na construção da cidadania, e age diretamente no indivíduo a fim de torná-lo um ser transformador da sociedade em que o cerca, exercitando da prática social. Fazendo com que o educando tenha conhecimentos concisos sobre determinados assuntos como lugar e paisagem, principalmente quantos aos acontecimentos e relações decorrentes em sua comunidade, em seus dia-a-dias, partindo para uma formação cidadã, e posteriormente ser um agente transformador da sociedade em que habita. Interrelacionando as teorias impregnadas em salas de aula com suas vivências fora da escola, e entender que “conhecer o espaço é conhecer a rede de relações a qual se está sujeito” (DAMIANE, 2007. p. 35) e com a finalidade de ter uma opinião consciente relacionada ao espaço geográfico, no caso da geografia.

O processo de ensino-aprendizagem, por sua vez, diz respeito ao desenvolvimento integral do ser humano, considerando-se as dimensões físicas, morais, intelectuais, de forma a possibilitar o conhecimento e a compreensão de si mesmo, dos outros e do mundo que cerca o aluno.

As diferentes educações são significativas para a formação das crianças, adolescentes e jovens da comunidade de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, a aprendizagem informal que é o resultado da convivência social, de forma espontânea no cotidiano destes junto à família, comunidade e sociedade

em geral, e a aprendizagem formal que é exercida na Escola é específica e intencional por meio de um planejamento e uma determinada organização por meio do Estado, todos os dois tipos de educação necessitam se inter-relacionar para a construção de sujeitos que façam a diferença na sociedade. BRITTO (2008) afirma que “o conhecimento não só é uma construção social como também é uma possibilidade de resgatar a dignidade do ser humano no interior da cultura a que pertencemos”. (p. 39) Este autor também fala que “ não há conhecimento pronto e acabado, do mesmo modo que não há vida absoluta. Tudo é processo contínuo de construção e de autoconstrução”. (p. 40)

Há diversas percepções de mundos diferentes advindos dos alunos dessas comunidades de várzea, onde de forma direta e indireta traçam caminhos que perpassam por toda ciência geográfica, não só auxiliando o processo de ensino-aprendizagem dos indivíduos, mas contribuindo para a sociedade e o meio ambiente em que vivemos, com a experientiação do espaço sentido, percebido e vivido, para então compreendermos as espacialidades, e conseqüentemente suas transformações cada vez mais aceleradas, destruidoras, industrializadas, artificializada e globalizada.

Os arranjos espaciais são compostos de muitas complexidades, sendo necessária uma compreensão quanto a Percepção e Ambiente: o lugar e a paisagem na percepção dos estudantes do ensino fundamental da comunidade de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (Tefé-AM), e será exposto nesta pesquisa da melhor forma possível por meio da práxis geográfica. Onde serão expostas as percepções/afinidades (sentimentos de pertencer ao lugar - seja natural ou modificado), como Yu-Fu Tuan aborda em sua obra *Topofilia – Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente* (2012), no caso da pesquisa com os discentes moradores da comunidade citada, e a cultura deste povo, a importância de estudar estes fatores como forma de compreensão das transformações do lugar (meio em que vivem), através dos valores, atitudes e comportamentos. Tuan aborda que a geografia humanista define o lugar como uma forma de experiência humanizada, de vivência, das relações de espaço.

## REFERÊNCIAS

- BRITO, César Lobato (org.) et. al. *Ética e Formação de Professores*. Manaus: UEA. Edições: Editora Raphaela, 2008, p. 13-51.
- CASTELLAR, Sônia Maria Vanzella. A alfabetização em geografia. **Espaços da Escola**, Ijuí, v. 10, n. 37, p. 29-46, jul./set. 2000.
- CLAVAL, Paul. **Epistemologia da geografia**. Tradução Margareth de Castro Afeche Pimenta, Joana Afeche Pimenta. 2 ed. rev. – Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.
- FERNANDES, Sabrina T. Uso da percepção ambiental como instrumento de gestão em aplicações ligadas às áreas educacional, social e ambiental. 15 p. (S.D.)
- LACOSTE, Yves. **A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Tradução: Maria Cecília França. Campinas: Papyrus, 1988.
- MIGUEIS, Roberto. **Geografia do Amazonas**. Manaus. Ed, Valer, 2011.
- PELLISSARI, Vinicius Braga; FERNANDES, Roosevelt Silva; SOUZA, Valdir José de. **Uso da percepção ambiental como instrumento de gestão educacional e ambiental**. ABS – Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental. 5 p.(S.D.)
- PEREIRA, Luiz Andrei Gonçalves; CORREIA, Idalécia Soares; OLIVEIRA, Anelito Pereira de. **Geografia fenomenológica: Espaço e Percepção**. Revista on-line: Caminhos da Geografia – Uberlândia. 2010.
- QUEIROZ, Kristian Oliveira de. **Entre motores e velas – os racionamentos e interrupções de energia elétrica no Amazonas**. Curitiba: Editora CRV, 2012.
- TUAN, Yu-fu. **Topofilia: Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Londrina: Eduel, 2012.



## ANEXO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
Programa de Pós- graduação em Geografia – PPGGEOG

### ROTEIRO DE ENTREVISTA

Mestrando: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_\_

Nome do entrevistado: \_\_\_\_\_

Sexo: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_ anos.

Escola: \_\_\_\_\_ Série: \_\_\_\_\_

#### 1. DIMENSÃO SOCIAL

1.1 TEMPO DE RESIDÊNCIA NA COMUNIDADE: \_\_\_\_\_ anos.

1.2 BENEFÍCIO SOCIAL: BOLSA FAMÍLIA

sim  não

1.3 MEIO DE TRANSPORTE ATÉ À ESCOLA COMUNITÁRIA:

bicicleta  canoa com motor rabeta  nenhum

#### 2. CONDIÇÕES DE MORADIA

2.1 SITUAÇÃO DE MORADIA:

alugada  própria  cedida  parentes  doação

outro: \_\_\_\_\_

2.2 MATERIAL DE REVESTIMENTO DA PAREDE:

madeira  alvenaria  mista

outro: \_\_\_\_\_

2.3 MATERIAL DO PISO:

madeira  concreto  terra batida  cerâmica

outro: \_\_\_\_\_

2.4 MATERIAL DO TELHADO:

amianto  alumínio  palha  telha de barro

outros: \_\_\_\_\_

2.5 FONTE DE ENERGIA:

companhia de energia  motor particular  motor comunitário

lamparina  não possui

outro: \_\_\_\_\_

2.6 ABASTECIMENTO DE ÁGUA:

companhia de água  rio  chuva  poço

outro: \_\_\_\_\_

2.7 TRATAMENTO DE ÁGUA:

sim     não     às vezes     água mineral  
SE SIM:  filtra     ferve     cõa     aplica bactericida  
 outro: \_\_\_\_\_

2.8 TIPO DE BANHEIRO

interno, quantidade: \_\_\_\_\_     externo, quantidade: \_\_\_\_\_

2.9 ESGOTO:

rede pública     fossa séptica     fossa seca  
 outro: \_\_\_\_\_

2.10 DESTINAÇÃO DO LIXO:

coleta simples     coleta seletiva     enterrado     queimado  
 outro: \_\_\_\_\_

2.11 TIPO DE COZINHA:

interna     externa

2.12 EQUIPAMENTOS UTILIZADOS NA COZINHA:

fogão à gás     fogão à lenha     micro-ondas     geladeira elétrica  
 isopor     freezer     nenhum  
 outro: \_\_\_\_\_

2.13 NÚMERO DE CÔMODOS NA MORADIA: \_\_\_\_\_

2.14 APARELHOS ELETRÔNICOS:

TV     rádio     computador     telefone     nenhum

**3. PERCEPÇÃO E AMBIENTE: QUANTO AO ENSINO DE GEOGRAFIA, AO LUGAR E A PAISAGEM.**

3.1 Qual o tempo de percurso do seu domicílio até à escola (na cheia e vazante)?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

3.2 Você gosta do lugar em que vive (comunidade de várzea), e por que?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

3.3 Qual a importância da comunidade em sua vida?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

3.4 Quais as melhorias que você gostaria que tivesse em seu ambiente?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

3.5 Quais as dificuldades enfrentadas por você no seu dia-a-dia?

---

---

---

3.6 Quais os impactos ambientais observados no ambiente em que vive?

---

---

---

3.7 Você relaciona os conceitos geográficos com seu ambiente? O que você vê na paisagem que se relaciona com a geografia?

---

---

---

3.8 Como você percebe a atuação de políticas públicas referentes ao lugar percebido e vivido?

---

---

---

3.9 Como você percebe a escola, o ensino, e quais os fatores positivos e negativos?

---

---

---

3.10 O que você entende de geografia, e qual a importância deste ensino para a sua vida?

---

---

---

3.11 Em quais aspectos a geografia te ajuda a analisar o lugar em que vive?

---

---

---

3.12 Qual sua opinião quanto ao futuro da educação em meio as situações enfrentadas atualmente, como você vê a Geografia futuramente?

---

---

---

3.13 O que mais te atrai no ensino de geografia, e por que?

---

---

---

3.14 O que mais te motiva a continuar nos estudos?

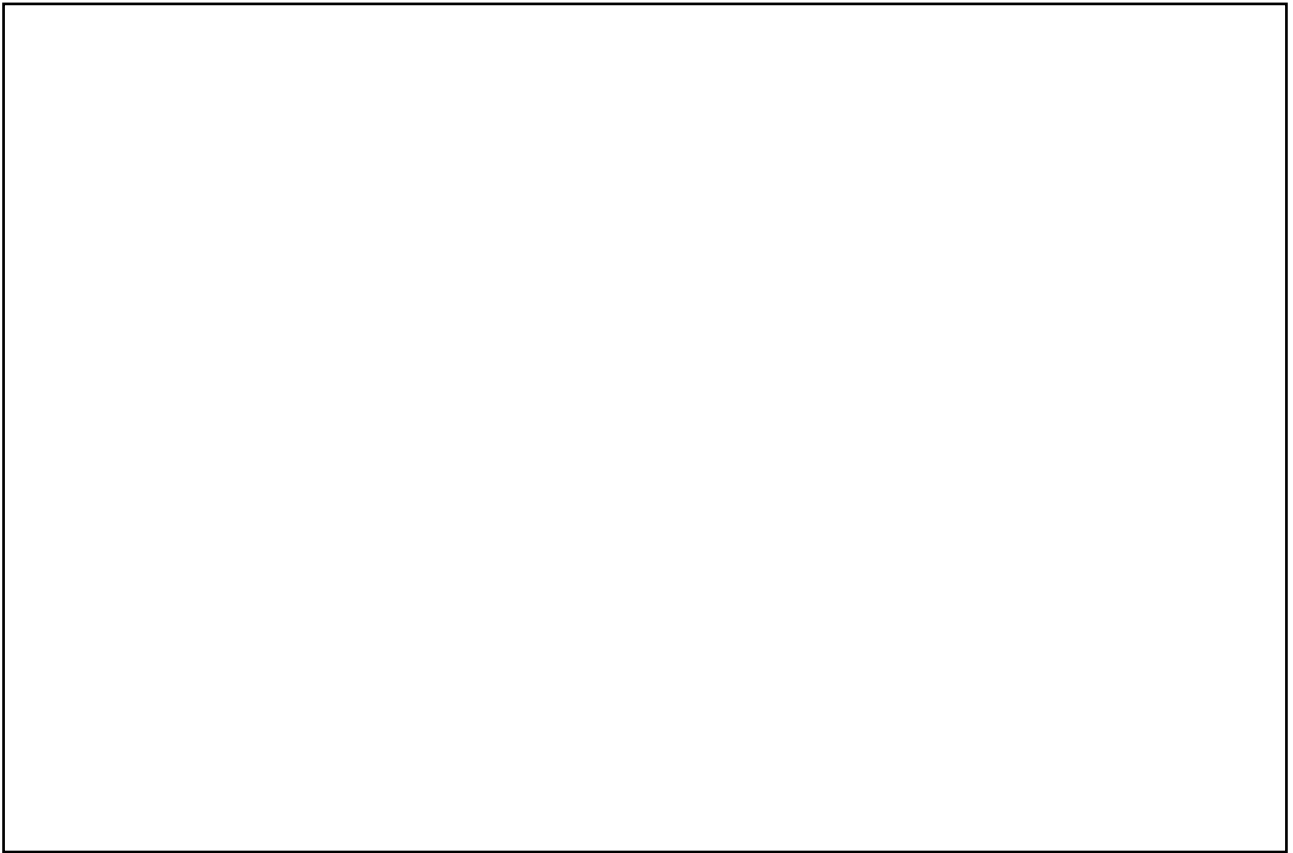
---

---

---

## MAPAS MENTAIS - DESENHE O AMBIENTE EM QUE VIVE

ESCOLA



COMUNIDADE





# O ENSINO INCLUSIVO DE GEOGRAFIA NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL MAIOR NO MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-MIRI

Rayanni Corrêa Cabral<sup>1</sup>

## Resumo

A presente pesquisa aborda o ensino de geografia para portadores de necessidades educacionais especiais no município de Igarapé-Miri/PA, tendo como objetivo analisar como o trabalho docente, estar sendo apresentado para os alunos especiais. Para isso, buscou-se relatar as metodologias utilizadas pelos professores de geografia, visando facilitar o processo ensino aprendizagem dos educandos, assim como, enfatizar a relação da educação geográfica com educação inclusiva. Buscando, com isso descrever história de discentes inclusivos e registrar as dificuldades por eles vividas para que de alguma maneira, desenvolver metodologia que venham ajudar o contexto educativo. Desta forma, esse trabalho ressalta a questão da educação no contexto da inclusão social. Falar sobre as questões que envolvem a educação dos alunos tornou-se um fenômeno constante, pois muitas são as discussões relacionadas ao assunto. Assim este trabalho visa analisar e descrever a educação inclusiva no campo geográfico no município de Igarapé-Miri/PA, por meio de pesquisa bibliográfica e de campo nas escolas de ensino fundamental maior do município, exaltando, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Aristóteles Emiliano de Castro, escola sede que atende os alunos inclusivos do município. A qual encontrasse, atualmente com grande acesso de acessibilidade. Nesta, entrevistamos 5 professores e 8 alunos inclusivos. Onde foi constatado, que entre os professores apenas 2 dos 5 tinha uma especialização na área de educação inclusiva. Já em outros foi constatado que tinham muita dificuldade em trabalhar com esses alunos devido o despreparo que estes vinham do fundamental menor, porém a escola possuía vários outros professores especialistas na área inclusiva que auxiliava as aulas das demais disciplinas, inclusive a de geografia o que facilitava o ensino do professor de geografia.

Palavras-chave: Educação inclusiva; Geografia; escola

## INTRODUÇÃO

A educação constitui direito de todos os cidadãos brasileiros, deficientes especiais ou não, e cabe aos sistemas de ensino viabilizar condições e metodologias que garantam o acesso ao currículo e à informação. Entretanto, sabe-se que inúmeras pessoas estão desprovidas desse direito por diversos motivos que estão relacionados desde o conceito errado de que o aluno especial é incapaz de aprender até o total despreparo, vindo de professores não qualificados para exercer o ensino inclusivo.

Nesse sentido o presente artigo que tem como tema: “O Ensino inclusivo de geografia nas escolas de ensino fundamental maior no município de Igarapé-Miri”, nasce da seguinte problemática: como está sendo trabalhado o ensino inclusivo de geografia nas escolas de ensino fundamental maior no município de Igarapé-Miri/PA?

Desta forma esta obra trata a respeito de como é trabalhado o ensino do campo geográfico para os portadores de necessidades educacionais especiais no referido município, buscando constatar como ocorre essa relação da educação geográfica para a diversidade. Assim este trabalho objetivou: analisar o modo de como está sendo trabalhada a educação inclusiva de geografia nas escolas de

<sup>1</sup> Aluna do curso de Licenciatura em geografia da Universidade Federal do Pará-UFPA- Campus Universitário Tocantins/Cametá.

ensino fundamental maior do município de Igarapé-Miri; despertar no educador a consciência das dificuldades de aprendizagem dos aspectos geográficos para o aluno inclusivo; sensibilizar para conscientização do educador que o aluno com necessidade educacional especial pode ser atuante na sociedade que vive; descrever a história da inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino da geografia do município de Igarapé-Miri; registrar as experiências vivenciadas do ensino de geografia pelos discentes inclusivos; propor ações que contribua com a Educação Inclusiva na área da geografia para alunos nas escolas.

Para tanto esse artigo enfatiza questão de educação no contexto da inclusão social. Tal como: o estudo da história de alunos inclusivos, o qual pode ser uma fonte de prazer, isto porque ele desperta nossa curiosidade e aumenta nosso conhecimento; falar sobre as questões que envolvem a educação dos discentes que se tornou um fenômeno constante, pois muitas são as discussões relacionadas ao assunto.

Por essas razões, esta pesquisa, visou analisar e descrever a educação inclusiva no município de Igarapé-Miri-PA, onde se buscou observar como o ensino inclusivo de geografia vem ocorrendo no município de Igarapé-Miri. Dessa forma, esse estudo deu-se, por meio de uma pesquisa bibliográfica com autores adeptos ao tema e uma pesquisa de campo, onde foi feito um estudo de caso.

Portanto, através deste estudo espera-se que este trabalho responda algumas das tantas perguntas existentes em relação à temática trabalhada e que desperte nos educadores a curiosidade de conhecer melhor como está se acontecendo o processo ensino aprendizagem dos inclusivos no município de Igarapé-Miri-PA, como também se espera que esta obra desperte a reflexão crítica dos leitores acerca da realidade vivenciada por todos os envolvidos no processo de educação dos alunos inclusivos.

## **ALGUNS ASPECTOS TEÓRICOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM GEOGRAFIA**

A temática da inclusão atualmente vem ganhando cada vez mais espaço em nosso contexto social, devido ao fato de nossa sociedade ser mais apta a compreender as diversas manifestações do diferente. Neste caso, a pessoa com deficiência, por não ter as mesmas condições físicas das pessoas ditas “normais”, passam a tomarem lugar de destaque nessa discussão.

Essa busca da compreensão hoje é possível devido ao fato de entendermos que o cego, o surdo, a síndrome de Dahow é um ser social, que merece seus direitos reconhecidos, mas, esse reconhecimento demorou muito para ser compreendido, pois, nas sociedades primitivas, dando exemplo à sociedade espartana na Grécia antiga, uma pessoa com deficiência era considerado um ser indigno de conviver com as outras pessoas e por isso lhe era atribuída à sentença de morte pelos anciões da época durante o nascimento. O que hoje, no mundo atual é visto como um completo absurdo.

A partir de 1981 a ONU (Organização das Nações Unidas) criou um decreto tornando tal ano como o Ano Internacional das Pessoas Portadoras de Deficiências (AIPPD). Assim, diante desse contexto, passou-se a perceber que as pessoas portadoras de alguma necessidade especial eram também merecedoras e capazes dos mesmos direitos que qualquer outro cidadão.

A inclusão social, apesar das grandes conquistas, ainda perpassa por inúmeras dificuldades, principalmente no ambiente escolar. Na escola a inclusão de um aluno deficiente é tida por direito e dada por lei tento um atendimento especializado e adequado a este discente. A inclusão social na educação tem por obrigatoriedade acolher todas as pessoas, sem exceção, no sistema de ensino. Independentemente de cor, classe social e condições físicas e psicológicas. O deficiente como qualquer outra pessoa tem por direito esse dever. Apesar dos existentes obstáculos na inclusão escolar uma das grandes barreiras no nosso país. Segundo a constituição brasileira específica é dever do Estado garantir “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”, condição que também consta no artigo 54 do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Para tanto Chaves (2010, p. 21) afirma que os deficientes que antes eram excluídos do ambiente escolar, quando acontece universalização a educação com a escolarização para todas, estes passam a frequentá-lo da mesma forma que os demais:

[...] dentre os direitos garantidos à população, a Constituição Federal brasileira proclama que a educação é um direito de todos. Entretanto, apesar da proclamação do princípio constitucional brasileiro de “Educação para Todos”, o que se percebe é uma lenta e gradual caminhada em busca de uma real democratização da escolarização.

Dentro desse aspecto, Mantoan (2007, p. 25), afirma que “toda escola, reconhecida pelos órgãos oficiais como tal, deve atender aos princípios constitucionais, não podendo excluir nenhuma pessoa em razão de sua origem, raça, sexo”. Com isso, pode-se entender que toda escola deve seguir as normas legais e garantindo o direito de educação a todos os cidadãos, independentemente de qualquer condição do indivíduo.

Contudo, sabe-se que no campo escolar a dificuldade são bastantes visíveis. Devido o despreparo do docente em habilitar-se nessa área, além dos desafios encontrados da utilização de recursos didáticos para atender melhor a aprendizagem desse discente.

No campo de estudo geográfico, assim como muitos outros campos de estudo tendem um pouco de dificuldade de orientar e ensinar tais alunos. Dando ênfase no contexto geográfico, muitos professores perpassam por desafios de como conceituar “o que é o espaço?”, “o que é o território?” para um aluno cego por exemplo.

A ciência geográfica que estuda a relação homem/natureza insere-se de maneira significativa nesse contexto, uma vez que reúne em seu currículo conteúdos que incluem discussões das mais variadas. Segundo o artigo de Stela de Jesus, enfatiza que ensinar geografia, no século vigente é, sobretudo, um grande desafio visto que o espaço geográfico passa por transformações de forma bem mais acelerada que em séculos anteriores. Além disso, o professor, desse campo de estudo, tem se deparado com situações de diversas naturezas que interferem principalmente em sua prática metodológica.

Além disso, assim como o campo geográfico, é válido destacar, que outros campos de estudo, também mantem-se dificuldades em escolher sua prática metodológica.

As dificuldades relacionadas com leitura e interpretação de Língua portuguesa também se refletem em incompreensão de conteúdos geográficos quando estes se configuram em textos e, principalmente, a prática cotidianas e metodológicas de ensino que não considera as diferenças, o que, dentro do modelo de inclusão vigente (ALMEIDA, 2003,)

Segundo o IBGE (2014) (Instituto Brasileiro de Geografia Estatística) o número de alunos com necessidades especiais, vem aumentando consideravelmente nas salas de aula regulares do Ensino Fundamental. Nesse contexto, o professor de geografia encontra dificuldades para trabalhar as competências e habilidades para esses alunos. Assim, vários são os questionamentos que têm surgido como, por exemplo:

Como trabalhar os conteúdos de geografia para um aluno inclusivo? Qual é a melhor maneira de trabalhar a inclusão social desse aluno em sala de aula?

Diante dessas circunstâncias, cabe ao professor de geografia buscar estratégias que possam reduzir as desigualdades observadas na sala de aula visando uma aprendizagem significativa e inclusiva.

Com isso, a aprendizagem se torna mais apreensiva, e mais significativa quando associadas às realidades dos alunos.

Dentro desse contexto, aponta Callai (1999, p. 16)

[...] torna-se necessário analisarmos a formação do Geógrafo diante da realidade da educação brasileira, que está constantemente passando por mudanças, com propostas advindas do Ministério da Educação e do Desporto (MEC) a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (Lei nº 9.394/96) e também por professores e escolas que estão procurando tornar o ensino mais significativo.

O professor de geografia também deve buscar utilizar práticas metodológicas que visem o aprendizado e ensino na perspectiva desse aluno, sabendo, assim, quais métodos e recursos utilizar dependendo da deficiência especial desse aluno.

Freire (1996) aborda sobre a questão dos saberes que são necessários a prática educativa, aonde o mesmo vem incentivar os educadores em geral a refletirem sobre seu fazer pedagógico de forma a torna-lo melhor.

Porém, conforme nos relata Morin (2006, p.16), “[...] no sistema educacional ainda há as tradicionais estruturas curriculares e suas divisões em áreas ou disciplinas, e isso tem promovido à fragmentação do conhecimento” [...]. Essa estrutura curricular acarreta para o alunado uma grande perda na aprendizagem, pois o conhecimento é apenas reproduzido, e muitas vezes este deixa de ser construído e praticado nas escolas.

Além disso, afirma a lei nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional (LDBEN) – 1996 no (Art. 58) que se entende por educação especial, para os efeitos da Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais,

Muitos são os métodos que o professor de geografia pode utilizar como recurso de aprendizagem para um aluno inclusivo. O artigo de Dias (2013), implica que a utilização de recursos cartográficos, mapas, globos, cartas e plantas, utilizados com os alunos surdos, por exemplo, favorecem, através da percepção visual de cores e símbolos, a construção, a interpretação e o desenvolvimento aprofundado da linguagem cartográfica. Isso desperta nos alunos a compreensão da realidade geográfica. Ademais, outra forma de trabalhar conteúdos geográficos com os alunos surdos corresponde ao uso e à construção de maquetes, pois representam fenômenos reais por meio da reprodução em pequenas escalas, permitindo ao aluno abstrair determinado conteúdo. Sua elaboração estimula o discente a incrementar a percepção e diferenciação de diversos conceitos propostos pelas diretrizes curriculares.

Em alunos cegos, o recurso mais adequado, é o ensinamento pelo tato, de modo que leve esse aluno a interagir em uma aula mais dinâmica, com a utilização de jogos, maquetes, que simbolizem regiões cartográficas, por exemplo, outro bom recurso é o próprio uso da fala, no qual o professor de geografia diga com clareza os ensinamentos de modo com que o aluno possa gravar no seu próprio intelecto os ensinamentos prestados. (DIAS, 2013)

Diante desses recursos e de outros não citados no texto, é imprescindível que o docente, em especial da área de geografia (por se tratar de disciplina importante da grade curricular, porque habilita os alunos para lidarem com o espaço geográfico, analisando seus conflitos desde seu produto histórico até os momentos atuais), requer que o professor procure repensar a educação escolar. Isto é, repensar as metodologias empregadas em sala de aula, principalmente em se tratando dos alunos especiais, pois não deve desconsiderar suas potencialidades, integrando-as a outros processos perceptuais.

Assim, é de suma importância a aplicação dos recursos didáticos para a imposição de prática mais eficiente de modo a promover interesse e curiosidade para os conteúdos geográficos. É importante lembrar que o recurso deve estar bem elaborado e ser de fácil utilização. Com relação aos equipamentos e materiais.

Para ensinar a geografia numa perspectiva inclusiva, o professor deverá dispor e utilizar dos mesmos recursos que geralmente utiliza com os alunos em geral, pois, se estamos trabalhando sob o viés da inclusão nossa meta é integrar e não excluir. Por esta, deverão ser trabalhadas com os alunos atividades lúdicas. Entretanto, o que irá de fato diferenciar sua proposta metodológica serão os cuidados que o professor terá para explicar o conteúdo para seu aluno inclusivo. O professor deve ter a consciência das dificuldades de aprendizagem de um aluno especial, pois, esse docente não deve analisar esse aluno simplesmente como um ser que precisa de ajuda, pois eles são tão capazes quanto os demais de desenvolver habilidades e competências almejadas no estudo da disciplina. Para tanto, é preciso que o professor tenha dedicação, qualificação e, sobretudo, amor a sua profissão.

O professor deve estar consciente que o mais importante no processo ensino aprendizagem é que os alunos consigam aplicar os conhecimentos geográficos adquiridos em sala de aula de maneira que estes possam viabilizar a verdadeira inclusão e, por conseguinte, o pleno exercício da cidadania.



Nesse sentido Cavalcanti (2007, p. 67) entende a escola como lugar de culturas, onde implica que o conteúdo das diferentes matérias escolares e os procedimentos por elas adotados levando em conta a cultura dos agentes, a cultura escolar, o saber sistematizado, porém especialmente destaca a necessidade de se pensar o ensino e a mediação pedagógica tendo como parâmetros a cultura dos alunos e de cada aluno em particular, contemplando a sua diversidade.

## **PROCESSEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A pesquisa foi desenvolvida por meio de estudo em livros e sites que ofereciam informações e dados importantes sobre a matéria, e elementos que enriqueceram o trabalho, possibilitando realizar um estudo mais aprofundado e detalhado sobre a temática, assim fez-se necessário trabalhar o procedimento metodológico para desenvolvimento da pesquisa, por meio um levantamento bibliográfico e documental, assim como entrevista com os docentes de Geografia e com os discentes incluídos. Porém esta pesquisa foi desenvolvida em cinco etapas:

- 1º Etapa – Utilização de levantamento bibliográfico de atores adeptos a Temática, embasados, em recursos de livros e sites.
- 2º Etapa – Entrevista nas escolas que atende alunos portadores de necessidades educacionais especiais no ensino da geografia do ensino fundamental maior do município de Igarapé-Miri/PA que foi realizado com professores e alunos, diagnosticando as dificuldades que os mesmos encontram em relação à temática, onde se buscou obter informações e sugestões que possam ser utilizadas na implantação de futuro projeto que envolvam a inclusão.
- 3º Etapa – Coleta de Dados, por meio de observação, formulário e questionário.
- 4º Etapa – Análise dos dados coletados. Que foram feitos fichamentos dos materiais bibliográficos e tabulação da pesquisa de campo.
- 5º Etapa – Elaboração do Relatório final

Assim a revisão bibliográfica deste artigo tratou a respeito do embasamento teórico do estudo em questão, através do qual se percebe que as escolas em geral devem seguir as normas já previstas na lei e garantir o direito de todos à educação, como menciona Mantoan (2007). Já o estudo de campo faz um levantamento dos dados, os quais se constituem em uma visão dos professores especialistas em educação inclusiva, com relação ao ensino inclusivo da escola, quais as suas metodologias, formação, e atitudes a este respeito; recursos, sentimentos e trabalho dos professores voltado para Educação Inclusiva.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Aqui serão apresentados os resultados da pesquisa, que revelaram o diagnóstico a prática educativa e a formação docente dos geógrafos da Escola Municipal de Ensino Fundamental Aristóteles Emiliano de Castro, é a única escola do município que possui assistência para alunos com educação inclusiva, além de possuir recursos com os quais a instituição conta para o atendimento, inserção e a circulação dos portadores de necessidades especiais nos espaços sociais da mesma.

A pesquisa empírica e os dados objetivos e subjetivos do estudo proposto revelaram que as discussões a respeito da inclusão educacional, por meio da prática docente dos profissionais de geografia, caminham com passos vagarosos. Segundo os discentes do curso, esse debate é esporadicamente tratado em sala de aula, assim como o desenvolvimento de experiências didático-pedagógicas em relação aos conteúdos de geografia para portadores de necessidades educacionais especiais.

Por esta razão o trabalho analisou e descreveu a educação inclusiva no campo geográfico do município de Igarapé-Miri/PA, por meio de pesquisa bibliográfica e de campo nas escolas de ensino fundamental maior do município, exaltando, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Aristóteles Emiliano de Castro. Assim nesta pesquisa, entrevistamos 5 professores e 8 alunos inclusivos. Onde foi constatado, que entre os professores apenas 2 dos 5 tinha uma especialização na área de educação inclusiva. Em relação aos outros foi constatado que tinham muita dificuldade em trabalhar com esses alunos devido o despreparo que estes

vinham do fundamental menor, porém a escola possuía vários outros professores especialistas na área inclusiva que auxiliava as aulas das demais disciplinas, inclusive a de geografia o que facilitava o ensino do professor de geografia. A metodologia feita pelos professores é baseada na utilização de recursos audiovisuais, jogos didáticos e figuras.

A maioria alunos entrevistados, consta que apesar das técnicas utilizadas muitos ainda apresentam dificuldade de aprendizado, visto que muitos, por exemplo, os deficientes auditivos, possuem o domínio parcial da Língua Brasileira de Sinais, LIBRAS, o que dificulta o aprendizado. Contudo segundo a coordenação acadêmica da escola, aos poucos a escola vem se destacando e aprimorando seu ensino.

Confira os alguns resultados da pesquisa feita com os professores:

Na pergunta sobre se nas turmas que as professoras ministram aulas haviam alunos especiais e se possui quantos eram.

Contatou-se, que 100% dos professores da Escola Municipal de Ensino Fundamental Aristóteles Emiliano de Castro, de todas as turmas do 6º ao 9º anos do ensino fundamental, afirmaram que possui 20 alunos especiais em: deficiência visual, auditiva, intelectual, cadeirante, múltiplas deficiências, síndrome de down e outros na rede regular de ensino priorizando a qualidade do ensino juntamente com o sistema escolar, pois segundo Mantoan:

Priorizar a qualidade do ensino regular é, pois, um desafio que precisa ser assumido por todos os educadores. É um compromisso inadiável das escolas, pois a Educação Básica é um dos fatores do desenvolvimento econômico e social de um país. Trata-se de uma tarefa possível de ser realizada, mas é impossível de se efetivar por meio dos modelos tradicionais de organização do sistema escolar. (MANTOAN, 2002, p.2)

Assim, o ensino regular atua com alunos que possuem várias diferenças, por esta razão pessoas envolvidas com a educação têm que estar atentas a essas diferenças individuais e encorajando o desenvolvimento de seus talentos, competências e habilidades diversas.

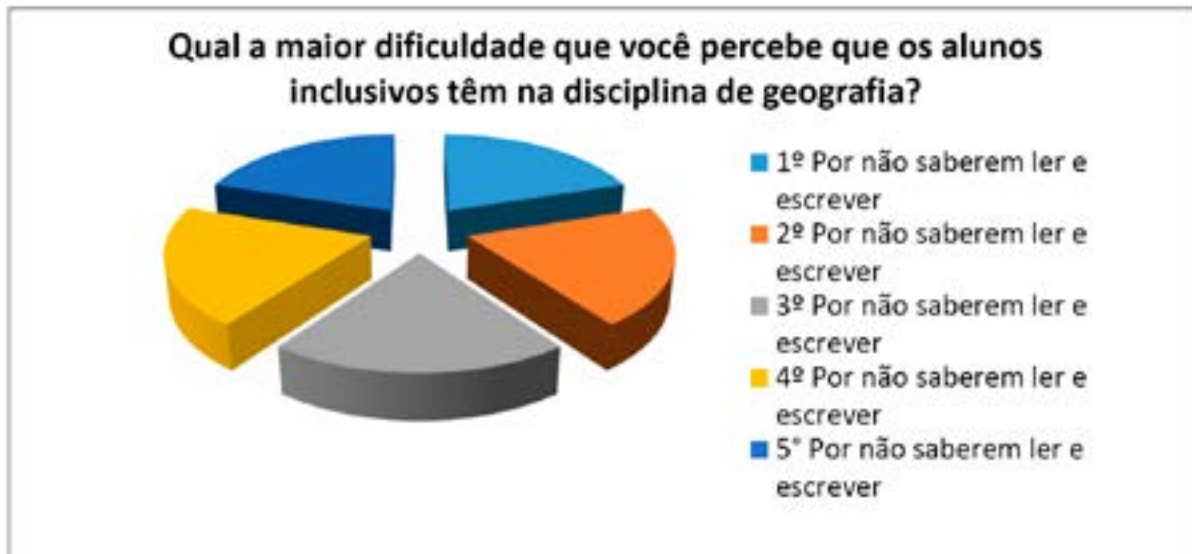
No questionamento sobre se a professora é graduada em geografia, ou se possui alguma especialização ou outra formação na área de educação especial.

Contatou-se, que 40% dos professores da Escola Municipal de Ensino Fundamental Aristóteles Emiliano de Castro, tem especialização em psicopedagogia com ênfase a educação inclusiva, porém 60% não possui especialização em inclusão, apenas pequena formação continuada de curta duração. Com isso, o ensino aprendizagem da escola em relação ao ensino inclusivo caminha em pequenos passos, pois uma grande parte dos professores de geografia, ainda não possui preparação para atuar com alunos inclusão, pois segundo a Declaração de Salamanca:

A educação inclusiva é um processo de enfrentar e responder à diversidade de necessidades de todos os estudantes através de práticas inclusivas em aprendizado, culturas e comunidades, e reduzindo exclusão de dentro da educação e partindo da educação [...] Envolve mudanças e modificações de conteúdo, abordagens, estruturas e estratégias, com uma visão comum que cobre todas as crianças da faixa etária apropriada e uma convicção de que é a responsabilidade do sistema regular educar todas as crianças (1994, p. 13).

De acordo com a Declaração mencionada, a educação inclusiva visa auxiliar o processo de ensino-aprendizagem ocorrido ao longo da história com crianças especiais em estabelecimentos de ensino, públicos ou particulares, como também promover assistência suplementar para garantir educação eficaz, com apoio na área médica e social. A educação inclusiva é considerada um processo que torna ampla a inserção de todos os educandos nas instituições de ensino regular nas mais variadas categorias do processo de aprendizagem. Trata-se de reorganização cultural e de ações públicas e práticas docentes adotadas nas escolas de modo que respondam a aspectos relacionados à diversidade. Diante do exposto, cabe à escola propiciar forma de trabalhar a formação continuada na área da inclusão visando um ensino de qualidade para todos os educando do estabelecimento educacional. (COSTA, 2013)

Gráfico 1 - Fonte: Pesquisa de Campo, junho de 2016.



Contatou-se, segundo 100% dos professores da Escola Municipal de Ensino Fundamental Aristóteles Emiliano de Castro, que os alunos inclusivos não tem só dificuldade em geografia, mas em todas as áreas do conhecimento, pois os professores dizem que a dificuldade é grande, porque não sabem ler e escrever.

Os alunos precisam ser motivados ao processo aprendizagem que os leve ao interesse das atividades venham ser considerados como indicativos para uma possível habilidade, pois de acordo com Bersch (2007 p. 31) para ser alcançadas tal habilidade pelos portadores de deficiência, a uma educação de qualidade, os educadores precisam aplicar a Tecnologia Assistiva:

Conhecer e criar novas alternativas para a comunicação, escrita, mobilidade, leitura, brincadeiras, artes, utilização de materiais escolares e pedagógicos, exploração de temas através do computador, etc. É envolver o aluno ativamente, desafiando-se a experimentar e conhecer, permitindo que construa individual e coletivamente novos conhecimentos. É retirar do aluno o papel de espectador e atribuir-lhe a função de ator. (BERSCH, 2007 p. 31)

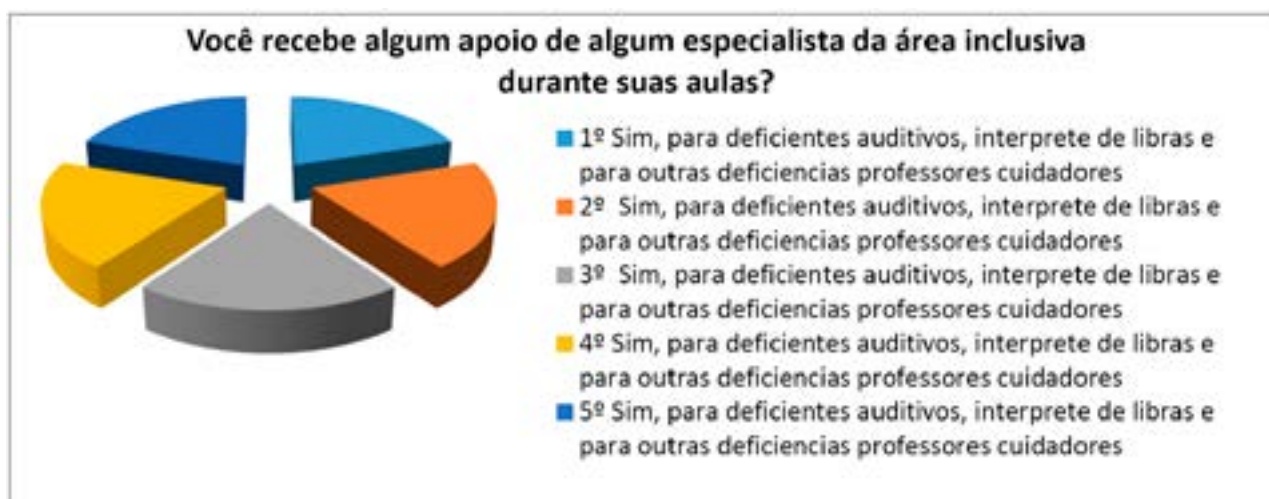
Assim o professor trabalhando atividade que possibilita o desenvolvimento da aluno inclusivo, ele estará valorizando não só o aluno, mas aumentando sua autoestima, fazendo com isso que o aluno inclusivo possa ser respeitado pelos outros que com ela se relacionam.

Gráfico 2 - Fonte: Pesquisa de Campo, junho de 2016.



Contatou-se, segundo 100% dos professores da Escola Municipal de Ensino Fundamental Aristóteles Emiliano de Castro, que a metodologia usada por eles são atividades lúdicas e áudios visuais. Assim, constata-se que é de suma importância a aplicação dos recursos didáticos para a imposição de prática mais eficiente de modo a promover interesse e curiosidade nos alunos inclusivos em relação aos conteúdos geográficos. Além disso, o recurso deve estar bem elaborado e ser de fácil utilização, o material disposto para confecção de recursos didáticos subsidiam o trabalho pedagógico que é de suma importância e segundo os educadores em geografia da escola acima menciona a mesma tem muito recursos para subsidia-los.

Gráfico 3 - Fonte: Pesquisa de Campo, junho de 2016.



Contatou-se, segundo 100% dos professores da Escola Municipal de Ensino Fundamental Aristóteles Emiliano de Castro, que todos recebem apoio pedagógico, pois os professores relataram que na instituição educacional tem interpretes para os alunos com deficiência auditiva e cuidadores para os alunos com outras deficiências.

Portanto, para refletimos mais sobre a fundamentação da educação da disciplina geográfica de alunos de especiais, entramos no município de Igarapé-Miri/PA, o qual é destacado, pois, relata o processo de construção da educação inclusiva que vem sendo trabalhada lentamente, pois está sendo uma tarefa difícil, porque, seu apanhado subentende diversas abordagens como: o aspecto político, pedagógico, estrutural das escolas e o próprio processo de resgate da história dessa educação.

Nesse sentido percebe-se que município de Igarapé-Miri, o número de professores com habilidades para atender a demanda de alunos nas salas de recursos ainda é bastante reduzido, entretanto, as políticas públicas para a Educação Especial na perspectiva inclusiva prima por profissionais com formação para identificar as dificuldades e elaborar atividades que atenda as especificidades desses alunos. Para tanto com a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, a educação vive a realidade da inclusão de alunos com diferentes deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superlotação, no paradigma da educação especial na perspectiva inclusiva.

Nesse sentido a inclusão no município de Igarapé-Miri, requer das instituições novos enfoques de ensino e aprendizagem, com conceitos modernos de educação e de ensino, constituindo um motivo para que os professores mudem suas práticas excludentes. A intenção é de que ela seja uma consequência dos esforços das escolas na direção de inovações e reestruturações de suas práticas, especialmente nos níveis básicos de ensino, vista que as necessidades de nossos alunos são urgentes. Assim percebe-se que há propostas que visam o melhorar o atendimento educacional dos alunos com necessidades educacionais especiais em Igarapé-Miri, onde o AEE (Atendimento Educacional Especial) torna-se um componente indispensável nas escolas do município, garantindo aos alunos o atendimento necessário.

Portanto, fica claro que o município vem gradativamente tentando dar condições necessárias



para promover uma educação escolar eficiente, o que torna mais fácil analisar a educação escolar oferecida no contexto das escolas no município, haja vista que a educação para diversidade é lei e como tal deve ser cumprida.

## CONCLUSÃO

A pesquisa sobre o ensino de geografia para portadores de necessidades educacionais especiais no município de Igarapé-Miri/PA descreveu a educação inclusiva no campo geográfico no município de Igarapé-Miri/PA, tendo como locus de pesquisa central a escola de ensino fundamental maior Aristóteles Emiliano de Castro, por constata que as demais escolas de ensino fundamental maior no município de Igarapé-Miri/PA, terem alunos inclusivos.

Para tanto se entende que o professor de Geografia precisa estar preparado para atender as necessidades e realidades educativas inclusivas. Pesquisas sobre a temática inclusiva podem auxiliar o professor de Geografia, no entendimento de como e porque os estudantes com determinada deficiência enfrentam dificuldades nas aulas e na Geografia, e como este professor pode o ajudar a aprender, de forma a melhorar o quadro educacional visto hoje na educação para a diversidade.

A educação constitui direito de todos os cidadãos brasileiros, deficientes especiais ou não, e cabe aos sistemas de ensino viabilizar condições e metodologias que garantam o acesso ao currículo e à informação. Entretanto, sabe-se que inúmeras pessoas estão desprovidas desse direito por diversos motivos que estão relacionados desde o conceito errado de que o aluno especial é incapaz de aprender até o total despreparo, vindo de professores não qualificados para exercer o ensino inclusivo. Felizmente já percebemos alguns avanços nesse sentido, mas entende-se que a educação inclusiva precisa avançar ainda mais.

Por essa razão espera-se com esse trabalho, suscite novas pesquisas, sobretudo no ensino de Geografia, e que a compreensão das diferenças e especificidades do ensino para portadores de necessidades especiais propiciem maior reflexão da prática em sala de aula, dos significados da educação inclusiva e de suas diversidades. Para tanto, esperamos que o presente artigo responda algumas das tantas perguntas existentes em relação a esta temática e que desperte nos educadores a curiosidade de conhecer melhor como estar sendo trabalhado o processo ensino aprendizagem dos inclusivos no município.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Jacqueline Praxedes. **Uma reflexão acerca do ensino de geografia e da inclusão de alunos surdos em classes regulares**. Revista Brasileira de Educação Geográfica, Campinas, v.3, n.5, p.98-118, jan./jun,2013
- BERSCH, R. **Tecnologia Assistiva- TA**. In Schirmer, Carolina R. São Paulo: MEC/ SEESP,2007.p. 31
- BRASIL, Ministério da Educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/legis/pdf/LDB.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2016.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- CALLAI, H. **A formação do profissional de Geografia**. Injuí. RS. Ed. Unijuí. 1999.
- CAVALCANTI, Lana de Souza. “**Ensino de Geografia e diversidade: contribuição de conhecimentos geográficos escolares e atribuição de significados pelos sujeitos do processo de ensino**”. In: CASTELLAR, Sonia (org.). Educação Geográfica: teorias e práticas docentes. São Paulo: Contexto, 2005.
- CHAVES, A. P. N. **Ensino de Geografia e a cegueira**: diagnóstico da inclusão escolar na Grande. Florianópolis, 30 de março, 2010. Disponível em: repositório. UFSC. [br/xmlui/bitstream/handle/](http://br/xmlui/bitstream/handle/). Acesso em 15 jan. 2016

COSTA, Glauber B. A.; JESUS, Stela; SOUZA, Fernanda D. S. S. **A formação do docente em geografia diante dos anseios da educação inclusiva na contemporaneidade.** Revista Extensão & Cidadania, Vitória da Conquista. v.1, n.2, p.85-105. jul/dez. 2013

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Necessidades educativas especiais (NEE)** In: CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE NEE, 1994, Salamanca – Espanha. Qualidade UNESCO. Salamanca: UNESCO, 1994.

DIAS, Elayne Cristina Rocha. **Ensino de Geografia para o deficiente auditivo:** Estudo de caso da unidade escolar Matias Olímpio de Terisina-Piauí. Form@re. Revista do plano nacional de formação de professores da educação básica/ Universidade Federal do Piauí, Teresina, v.1, n.1, p.80-106, jul./dez 2013.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MANTOAN, M. T. E. **Educação Inclusiva:** orientações Pedagógicas. São Paulo: MEC/ SEESP, 2007.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** São Paulo: Cortez. – UNESCO, 2006.



Este livro eletrônico utiliza as fontes Arial,  
Times New Roman e Universal, 12, 14 e 16,  
e foi produzido em março de 2017, no Estado do Pará-Brasil.







O EGUEAM em sua terceira edição, intitulado de EGUEAM-CAMETÁ-AMAZÔNIA-BRASIL buscou discutir questões pertinentes ao ensino de geografia (inclusive o ensino inclusivo de Geografia) e à formação de cidadãos conscientes de sua participação/contribuição para os problemas de ensino e pesquisa na Amazônia brasileira, a partir do debate com importantes interlocutores das áreas da Geografia Urbana e do Ensino de Geografia, da Amazônia e do Brasil, tendo como referência, questões relacionadas às problemáticas do urbano e do ensino de geografia na região. Com o tema "A GEOGRAFIA EM DEBATE: questões atuais sobre a cidade, o urbano e o ensino inclusivo de geografia na Amazônia" o Curso de Geografia da Universidade Federal do Pará – Campus de Cametá tem o prazer de apresentar a comunidade geográfica o resultado das discussões realizadas na cidade de Cametá-Pará, Amazônia brasileira, entre os dias 15 a 17 de setembro de 2016. Os artigos aqui presentes são uma pequena contribuição para a construção de uma Geografia Amazônida renovada e autônoma em pensamento, que certamente será construída a partir de uma série de críticas, análises (e contra-análises) e contribuições vindas de distintos territórios acadêmicos do Brasil. Por mais publicações como estas! Por mais "EGUEAMS"! Vida longa a produção Geográfica Amazônida.

REALIZAÇÃO



UFPA  
Campus Universitário  
do Tocantins/Cametá

Faculdade de  
GEOGRAFIA  
FAGEO

APOIO



ISBN 856328736-2



9 788563 287366

## **Campus Universitário do Tocantins/Cametá-UFPA**

### **ACERVO DIGITAL**

Esta obra digital em formato PDF foi gentilmente disponibilizada por seu(s) autor(es), organizador(es) e/ou detentor dos direitos autorais para ser distribuída gratuitamente pelo Campus Universitário do Tocantins/Cametá-UFPA, por meio de seu WebSite Institucional

**[www.campuscameta.ufpa.br](http://www.campuscameta.ufpa.br)**

É permitido apenas seu uso pessoal, não comercial e, preferencialmente, para fins educacionais.

Esta cópia pode ser distribuída livremente, desde que seja mantida a sua forma original e também seja citada a fonte de onde ela foi retirada. Para republicação em outros sites da internet, solicitar autorização ao Campus do Tocantins/Cametá.

Questões relacionadas a direitos de autor, dúvidas ou outras questões podem ser dirigidas ao Campus Universitário do Tocantins/Cametá-UFPA por meio do e-mail **[cameta@ufpa.br](mailto:cameta@ufpa.br)**

Boa leitura!